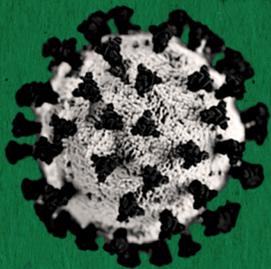


PESQUISAS EFERVESCENTES EM LINGUAGEM E SOCIEDADE: RETRATOS DE UM BRASIL PANDÊMICO

ANÍSIO BATISTA PEREIRA
LUCAS ARAUJO CHAGAS
CONCEIÇÃO MARIA ALVES DE ARAÚJO GUIARDI
(ORGS)



SYNTAGMA



FAKE NEWS

Capa > Jéssica Evelyn Reis
Diagramação > Jéssica Evelyn Reis
Coordenação Editorial > Celso Moreira Mattos
Revisão > Luana Zacharias Karan
Produção Eletrônica > Syntagma Editores

Avaliação > Textos avaliados às cegas e aos pares

Conselho Científico Editorial:

Dr. Antonio Lemes Guerra Junior (UNOPAR)
Dr. Aryovaldo de Castro Azevedo Junior (UFPR)
Dra. Beatriz Helena Dal Molin (UNIOESTE)
Dr. José Ângelo Ferreira (UTFPR-Londrina)
Dr. José de Arimatheia Custódio (UEL)
Dra. Pollyana Mustaro (Mackenzie)
Dra. Vanina Belén Canavire (UNJU-Argentina)
Dra. Elza Kioko Nakayama Murata (UFG)
Dr. Ricardo Desidério da Silva (UNESPAR-Apucarana)
Dra. Ana Claudia Bortolozzi (UNESP-Bauru)
Dra. Denise Machado Cardoso (UFPA)
Dr. Marcio Macedo (UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A599 Pesquisas Efervescentes em Linguagem e Sociedade: retratos de um Brasil pandêmico. / Organizado por Anísio Batista Pereira, Lucas Araujo Chagas e Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi – Londrina : Syntagma Editores, 2020. 306 p.

ISBN: 978-65-88724-05-7

1. Pesquisa. 2. Pandemia. 3. Linguagem. 4. Sociedade. 5. Análise do Discurso.
I. Título. II. Pereira, Anísio Batista. III. Chagas, Lucas Araujo. IV. Guisardi, Conceição Maria Alves de Araújo.

CDD: 400
CDU: 82-5



SYNTAGMA

SUMÁRIO



Prefácio / 8

**1 Linguagem e sociedade:
pesquisas efervescentes / 12**

Anísio Batista Pereira

Lucas Araujo Chagas

Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi

**2 As efervescências de uma pandemia e
os impactos na vida dos negros e dos
pobres: uma análise discursiva crítica
de abordagem sociocognitiva / 23**

Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi

Maria Aparecida Resende Ottoni

**3 Linguagem, Análise de Discurso e
tecnologias digitais: mediações,
sentidos e identidades em jogo / 45**

Anísio Batista Pereira

Lucas Araujo Chagas

**4 A construção do discurso político na
era das fake news / 66**

Edson Bellozo

Tatiane Lichinski

5 **A migração da comunicação política para o ambiente digital: Twitter de Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições presidenciais de 2018 / 91**

*Luiz Henrique Ranzani
Nirave Caram*

6 **Efeitos de sentido em torno do discurso do atual presidente e seus ministros: a pandemia enquanto acontecimento discursivo / 116**

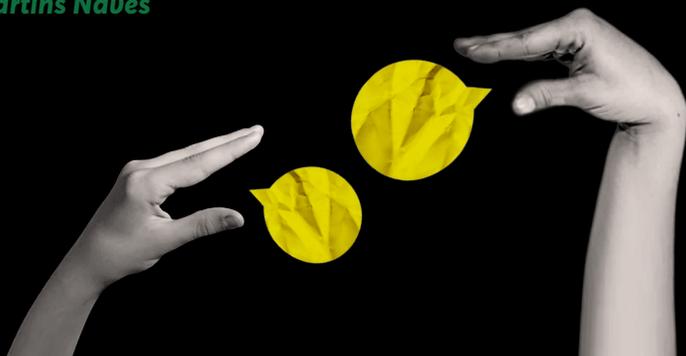
Jairo da Silva e Silva

7 **Apontamentos para uma formação discursiva do sujeito-professor e sujeito-aluno: um olhar para a concepção de erro no contexto educacional / 137**

*Antoniél Guimarães Tavares Silva
Laurianne Guimarães Mendes*

8 **Um mito escatológico do Brasil e a Economia Criativa da Beatlemania no ano de 2020 / 152**

Ludmila Martins Naves



9 **Sagrado e profano em Drag Goes Gospel: uma leitura interdiscursiva à luz de Michel Pêcheux / 179**

*William Fernandes
Clécio Luis G. de Oliveira*

10 **O espetáculo feminicida no discurso jornalístico sul goiano do jornal O Popular / 200**

Elisama Borges Lino

11 **Corpos na rua, movimentos e(m) tensão / 220**

Thaís Aparecida Zorzela

12 **Lava Jato, o espetáculo, o mundo jurídico chega à sociedade: o uso das estratégias de polidez/cortesia – o trabalho de faces nos depoimentos do ex-presidente Lula / 237**

André Luiz dos Santos

Organizadores / 256

Autores / 261



PREFÁCIO

Prefácio

Cleudemar Alves Fernandes¹

A pandemia que se instaurou em 2020 colocou o mundo em efervescência e se escancarou para a área da saúde a urgência científica para uma produção alopática. Muitas outras questões foram e são colocadas para todos os campos da vida humana, as quais clamam por investigação. Entre elas, os estudos linguísticos discursivos que analisam as produções de discursos e as subjetividades sob determinações históricas e sociais encontram-se diante de uma materialidade verbo-visual de natureza complexa. Nessa história do presente, as formas de comunicação e de interação humana, assim como os processos de produção, circulação e funcionamento dos discursos, sofreram reviravoltas. Preocupados com essas questões, o grupo de pesquisadores reunidos para a produção desta coletânea oferece aos leitores um conjunto de estudos voltados para a análise dos discursos e dos processos de constituição dos sujeitos discursivos afetados pela pandemia decorrente da COVID-19.

Os estudos então reunidos abordam temáticas atualíssimas e procuram explicitar, por meio das análises dos discursos, questões agravantes que, na pandemia, assolam camadas sociais e acentuam as desigualdades. Nesse momento incerto, em que a vida se encontra sob evidente ameaça, as condições de vida dos grupos sociais classificados como minorias, tais como negros e pobres, são abordadas por meio da análise de discursos que versam sobre a intensidade, e/ou predominância da morte, nesse presente sombrio. Essa incidência aterrorizante sobre as camadas sociais mais pobres deve-se à condição de distanciamento social recomendada como forma para evitar a contaminação pelo vírus; porém, isso escancara a desigualdade social, pois entre os mais pobres nem todos têm condições socioeconômicas para manter-se em casa. Diante de tais situações, esta coletânea apresenta reflexões sobre o uso das tecnologias digi-

¹ Professor e pesquisador da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

tais no espaço de dialogismo e interação socioeducacional com vistas a abordar desafios impostos pela pandemia de COVID-19, em que o tempo e as relações sociais precisam ser reinventados.

Considerando que as realidades históricas e sociais atuam na produção da subjetividade e nas construções identitárias, os estudos oferecidos aos leitores por meio desta publicação questionam e refletem sobre os processos de produção de identidade e os mecanismos pelos quais os sujeitos se mostram, ou são objetivados, sob condições de produção dos discursos nessa atualidade. Da mesma forma, os estudos aqui reunidos procuram explicitar as formas de resistência, de reinvenção de si, e de atuação política e social possibilitadas por discursos, e a efervescência de sentidos daí decorrentes. Concernente ao que os recursos tecnológicos destinados à comunicação possibilitam, destacam-se as chamadas *fake news* (notícias falsas, ou, simplesmente: mentiras) e seus efeitos na produção de subjetividade, nos jogos de verdade instaurados, que se apresentam nos posicionamentos dos sujeitos; e, juntamente a isso, nos efeitos para a vida, tendo em vista os agravantes à democracia. As análises discursivas então empreendidas, entre outros aspectos, cumprem o papel fundamental de explicitar a limitação imposta à participação popular nos processos de escolha política, de participação nas direções que o país, em termos de governo, deveria seguir, vestido inclusive do papel de gerir a vida de todas as camadas da população.

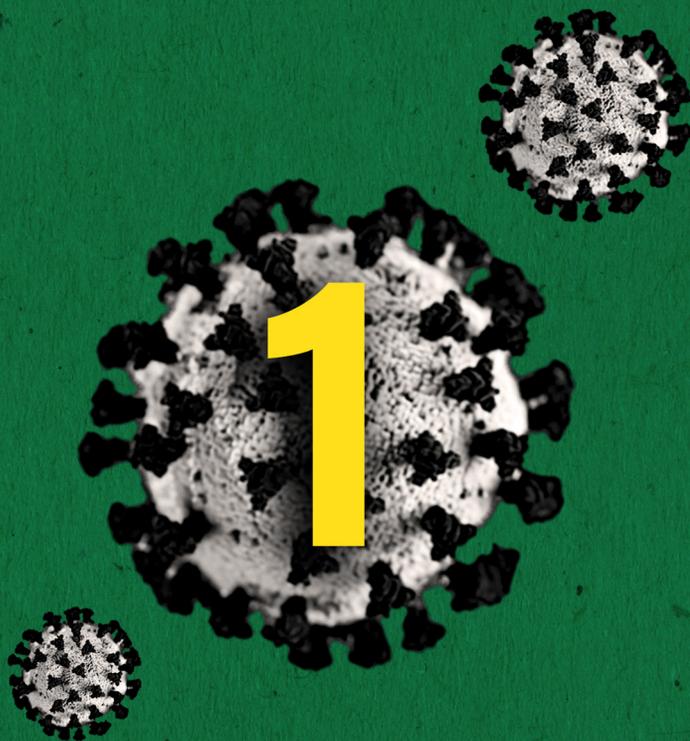
Entre os vários aspectos abordados nesta coletânea por meio de análises discursivas, os discursos políticos de caráter obscurantista, especialmente no Brasil, que muitas vezes obstruem e até mesmo procuram anular a legitimidade da ciência, também são focalizados pela seleção e análise de enunciados propagados em redes sociotécnicas. Com vistas a explicitar os efeitos desses discursos e seus impactos nos mais variados segmentos sociais, os estudos mostram o funcionamento da ideologia nas construções identitárias e na reafirmação de valores reacionários, que se contrapõem às possibilidades científicas que indicam à população formas de proteção da saúde, formas de conduta voltadas para a preservação da vida saudável. Na contramão da busca de solução para minimizar os efeitos e até mesmo eliminar

a pandemia, os discursos e posicionamentos do chefe do Executivo, o presidente do Brasil, são trazidos para discussão, uma vez que eles contrastam com as orientações e determinações científicas. Ressalta-se, nessa feita, que às práticas discursivas vinculam-se relações de poder atuantes nas produções de subjetividade, e, por conseguinte, nas construções de verdades para sujeitos dispersos na sociedade.

O campo religioso, o artístico, questões referentes a gênero, a inter-relação entre os sujeitos com variados e divergentes posicionamentos sociais, assim como os discursos institucionais, e mesmo as instituições, também são trazidos à pauta e constituem objetos para as reflexões arroladas nos estudos aqui reunidos. Em síntese, o conjunto de estudos oferecidos ao público interessado por meio da publicação desta coletânea coloca em evidência os campos político, científico, jurídico, educacional, religioso, artístico, com seus atores; os espaços midiáticos como o que possibilita a produção, a circulação de discursos e a instauração de jogos de verdades e de polêmicas, com seus efeitos na sociedade, e em toda a população; a violência propagada por práticas discursivas, e aquelas que transcendem o nível discursivo, como as agressões físicas e psíquicas, incluindo os assassinatos de mulheres nos próprios lares, que têm crescido no Brasil em pleno período de pandemia; todas essas questões também são trazidas à luz.

A importância desta publicação, tão rica pela diversidade temática própria aos discursos tomados para análise, se comprova ainda pelas orientações teóricas e metodológicas assumidas pelos pesquisadores reunidos. Os estudos desenvolvidos filiam-se nas variadas vertentes das análises de discurso: a Análise do Discurso Crítica, a Análise do Discurso francesa (de linhas pecheutiana, foucaultiana, dialógica), e perpassam por aspectos da história, da educação, entre outros. As problemáticas sociais abordadas nas reflexões desenvolvidas são de extrema relevância e em muito acrescentam às áreas de investigação contempladas. Dessa maneira, esta publicação enriquece os estudos linguísticos discursivos e ilumina estudos e pesquisas outras em desenvolvimento.

Outubro/2020



Anísio Batista Pereira
Lucas Araujo Chagas
Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi

Linguagem e sociedade: pesquisas efervescentes

Anísio Batista Pereira¹

Lucas Araujo Chagas²

Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi³

O mundo é acometido por uma pandemia do novo coronavírus. Vidas se vão, outras ficam marcadas para sempre; além disso, há uma negação constante das potencialidades do vírus, por parte daqueles atores sociais que alinham seus discursos com aqueles proferidos por grupos aos quais se identificam. E muitos problemas são efervescidos nesse contexto pandêmico: o descortinar da falta de investimento na educação, que acerta como um golpe as escolas e os lares dos estudantes e professores; o aumento da desigualdade social, do racismo e de outras práticas discriminatórias, já que negros e pobres são os que mais sentem os efeitos da COVID-19. Ninguém conseguiu profetizar tantos conflitos, surtos, desarranjos, crises, flagelos, dores e tantos outros mais substantivos que fossem capazes de significar essa contingência. Dissolução e incerteza, e, na contramão, esperança e luta pela vida caracterizam esse contexto. E esses últimos foram, talvez, o termômetro essencial para dar conta de enxergar o que está sendo chamado como “novo normal”.

O fato é que a pandemia de COVID-19 não trouxe consigo apenas catástrofes orgânicas, mas humanas, portanto, sociais. E, nessa

1 Doutorando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Pesquisador Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: pereira.anisobatista@ufu.br.

2 Doutorando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Pesquisador Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: lucas.chagas@ufu.br.

3 Doutoranda em Estudos linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora da educação básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal. É membro do Grupo de Pesquisas e estudos em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistemico Funcional, da UFU, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Bolsista Capes. E-mail: cv-guisardi@gmail.com.

esteira, não podemos ser inocentes a tal ponto de acharmos que a linguagem está apartada da sociedade; onde há sociedade, há linguagem, com efeito, processos de significação, subjetividades, identificações, representações, política e relações de causa e efeito que imprimem humanidades. Foi pensando nesse cenário desalentador, que nós, pesquisadores da área de/do discurso e professores “do chão da escola”, ousamos empreender esta obra que está intitulada como *Pesquisas efervescentes em linguagem e sociedade: retratos de um Brasil Pandêmico*.

As catástrofes humanas deixadas pela COVID-19 no cenário brasileiro nos convocam a pensar em diversas questões, principalmente naquelas que revelam as inconsistências identitárias, sociais, políticas, humanas e simbólicas que, ao longo da formação da sociedade brasileira, são maquiadas, inventadas ou mesmo implantadas, estipulando massas. Elas demandam, ainda, um reinventar das pesquisas e um delinear de novos paradigmas científicos, bem como nos oportunizam revisar antigos métodos, focos, importâncias nos estudos que lidam com a linguagem e sua relação com a sociedade.

A linguagem não pode ser mais tida como uma perfumaria que serve ao universo do saber, sem ter o seu valor de base. Em um mundo efervescente e de constante reinvenção é na e pela linguagem que simbolizamos as demandas e as respostas; é com ela que enfrentamos as contingências; é a partir dela que efervescemos sentidos e processamos o conhecimento, bem como o sistematizamos. É na e pela linguagem que logramos a vida e nela nos produzimos. É nessa feita que, enquanto linguistas e pesquisadores da linguagem, nos debruçamos ao longo de 2020 para questionar, rever, analisar, criticar, ensaiar, teorizar e entender a que passo a linguagem tem lugar nas tessituras da realidade brasileira, bem como o que da linguagem emerge para que possamos rever práticas sociais que impliquem a revisão da sociedade que concebemos e em que somos concebidos.

Um Brasil pandêmico não é apenas um Brasil afetado pela pandemia de COVID-19, mas um país cuja falta de consciência linguística tem se operado a partir de massas e, com isso, se ausentado de escopo humano e social. Os conflitos, surtos, desarranjos, crises,

flagelos, pestes pelos quais atravessamos em decorrência da COVID-19, sejam eles econômicos, políticos ou de qualquer outra espécie, não têm sua origem apenas no capital e material, mas na linguagem e das construções que dela emergem. É pensando nisso que trazemos, ao longo desse livro, uma série de estudos, pesquisas e ensaios que buscam aprofundar questões linguísticas com o intuito de gerar insumos para que linguistas e outros pesquisadores possam se implicar quanto à importância da linguagem no bem-estar social e, conseqüentemente, da sociedade brasileira

O texto que inaugura a obra foi empreendido por Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi e Maria Aparecida Resende Ottoni. As autoras analisam um artigo de opinião (que está disponível no site da BBC News), pautando-se na Análise do Discurso Crítica (ADC), mais especificamente, na abordagem sociocognitiva de Teun van Dijk (2012, 2017, 2018). O objetivo é contribuir com reflexões acerca da pandemia de COVID-19 e suas conseqüências na vida dos pobres e negros. Trata-se de um capítulo que chama atenção para a vida dos negros e pobres, e como esses são os atores sociais mais afetados pela pandemia. Podemos compreender que as produtoras do capítulo, bem como a autora do artigo analisado e as autoridades convocadas, rogam por mais empatia, por mais solidariedade, por mais cuidado com o outro, por menos relação desigual de poder e por menos desigualdade social, deixando claro para o leitor que todas as vidas importam e merecem ser cuidadas.

Em seguida, trilhando uma direção que trata da pandemia e seus impactos em vários aspectos, sobretudo no educacional, os autores Anísio Batista Pereira e Lucas Araujo Chagas fazem uma reflexão sobre a aliança de três aspectos vinculados ao ensino remoto: linguagem, tecnologias digitais e análise do discurso. O suporte que sustenta essas provocações são a Análise do Discurso francesa (doravante AD), em especial as teorias pècheutianas, pelos estudos da pesquisadora Carla Tavares (2013) e das teorias de Michel Foucault (1996, 2008, 2016) e de Lev Vygotski (2001). Os autores sustentam o capítulo também em pesquisas relacionadas à Educação e às Mídias Digitais, de Mirian Grinspun (2001) e Sanmia Tajra (2001),

com enfoque em como os discursos e a produção de sujeitos são elencados no contexto de ensino a distância, que na pandemia ganha outros sentidos, outras identidades, irrupções históricas que culminam em novos modos de subjetivação e constituição de sujeitos.

Posteriormente, Edson Bellozo e Tatiane Lichinski desbravam o campo das denominadas *fake news*, que no momento presente surgem a todo vapor, alicerçadas por outra temática bastante peculiar que as sustenta: o discurso político. Nesse contexto, percebe-se uma guerra midiática acerca dos noticiários e mensagens falsas produzidas e circuladas na mídia digital, cujos embates envolvem aspectos político-econômicos de grupos que se opõem. Para as análises, foram acionadas teorias do discurso de linha francesa, mais precisamente sobre os discursos midiáticos e políticos de Patrick Charaudeau (2018, 2020), e a manipulação da opinião pública de Pierre Bourdieu (1989).

Seguindo esse cunho político e a migração da Comunicação Política para o ambiente digital, que se dá de forma mais considerável a partir do século XXI, Luiz Henrique Ranzani e Nirave Caram se propõem a abordar as mudanças ocorridas nesse campo e sua influência sobre a democracia. Como *corpus* para as análises, os autores analisam, sob o método de Análise de Conteúdo, cinco *tweets* do candidato à presidência do Brasil em 2018, Jair Bolsonaro. Os pesquisadores buscaram evidenciar o contexto, as estratégias e as linguagens desse candidato, no sentido de compreender, por esses elementos, as mudanças nesse campo político considerando o novo ambiente, o virtual em questão. Trata-se de uma análise de conteúdo, tomando por base o teórico Laurence Bardin (2016), e Pierre Lévy (2000), no campo da Cibercultura.

Ainda na linha de discurso político, o capítulo seguinte, do pesquisador Jairo da Silva e Silva, aborda discursos do atual presidente da República e de seus ministros, no que concerne à pandemia do novo coronavírus, recorrendo a recortes de suas falas da internet. Como suporte teórico-metodológico, o autor lança mão da Análise do Discurso de vertente francesa (AD), em especial seu precursor, Michel Pêcheux (1997a) e Michel Foucault (1996, 2004, 2008), além

de comentadores brasileiros, tais como Maria do Rosário Gregolin (2006, 2007). Pelo estudo, conclui-se que as práticas discursivas do presidente frente à pandemia e seus indicadores criam efeitos de sentido que vão para além de um discurso de ignorância, sendo um projeto de dominação por ele empreendido.

Migrando para o foco educacional, porém, mantendo o caráter teórico-metodológico discursivo de vertente francesa, mais precisamente: Foucault (2008), Pêcheux e Fuchs (1993), e Courtine (2009), o capítulo de Antoniel Guimarães Tavares Silva e Laurianne Guimarães Mendes está direcionado para a concepção de erro por sujeitos distintos. Assim, adotando um estudo de caso, por meio de entrevistas a estudantes e professores da Educação Básica, os autores analisam esse corpus e chegam à conclusão de que ambas as categorias de sujeitos possuem visões distintas sobre o erro no processo de ensino e aprendizagem, que pode ter sentido positivo, próprio do processo de aprendizagem, ou negativo, como quem não domina os conteúdos de forma adequada.

Neste bojo de preocupação com a linguagem e de seus efeitos sociais, Ludmila Martins Neves enxerga na representação do grupo musical *The Beatles* um potencial para investigar o comportamento de diferentes atores sociais no que tange a aspectos de consumo, de marketing e de poder de persuasão. Um tema agradável e polêmico na mesma medida. A pesquisadora apresenta o grupo *The Beatles* como um marco no gênero Rock, sendo, portanto, uma *lovemark*, pelo seu histórico de produtividade musical e por transcender à própria arte, tendo em vista o amor de uma gama de fãs. A autora sublinha esse arsenal discursivo como uma “Beatlemania”, pela concepção de caráter utópico de que o bem-estar e o prazer se vinculam à sociedade de consumo, destacando-se, dessa forma, como a Economia Criativa da “Beatlemania”. Nesse sentido, a pesquisadora lança um olhar sobre a publicidade e a persuasão apodítica da propaganda, a antropologia do consumo e o marketing/imaginação, respectivamente pelos teóricos Vestergaard e Schroder (2004), Yuval Noah Harari (2015) e Neal Gabler (2020).

Em uma pesquisa sobre *Drag Goes Gospel*, Willian Fernandes e Clécio Luis Gonçalves de Oliveira destacam, à luz da análise do discurso de Michel Pêcheux (1997b, 1999, 2008) e de Michel Foucault (2008), os sentidos que se deslizam entre o sagrado e o profano nos discursos materializados no recorte que analisam. Para tanto, o ponto de partida para esse olhar descritivo-interpretativo repousa nas condições de produção para esses sentidos, tendo em vista as formações discursivas e as formações ideológicas que entram nesse jogo discursivo. Destacam-se ainda, a materialização de interdiscurso ligado ao preconceito denunciado e o interdiscurso de resistência na performance analisada.

Na sequência, vem o capítulo de Elisama Borges Lino, cuja temática é o espetáculo feminicida no discurso jornalístico sul goiano do jornal *O Popular*. Pelo método arqueogenealógico arquitetado por Michel Foucault (2001, 2008, 2013, 2017), essa investigadora analisa trechos de reportagem do referido jornal sobre o feminicídio, com ênfase a alguns elementos que o discurso desse veículo é capaz de produzir, tais como o pensamento torpe, misógeno e sexista, entrando em desacordo com o código de ética que regulamenta a profissão de jornalista. Ademais, destaca-se a espetacularização massiva que entorpece a sensibilidade coletiva nesse contexto discursivo. Além disso, pela pesquisa, a autora chega à conclusão de que o jornal, em especial o supracitado, por ocupar um lugar de verdade, trata-se de um produtor e disseminador de identidade e de subjetividade na sociedade.

Dando prosseguimento ao discurso midiático, Thaís Aparecida Zorzela aborda a temática “corpos na rua”, cujos sujeitos se identificam como transexuais, pelos teóricos da AD francesa Michel Pêcheux (1990, 1997, 2014) e sua leitora brasileira, Eni Orlandi (1984, 2004). Como *corpus*, a pesquisadora analisa uma reportagem que recebeu menção honrosa em 2019: “Rua, direito de quem?”, escrita pelos jornalistas Bruno Nomura e Mariana Sanches (NOMURA; SANCHES, 2019), no projeto Globo Lab Profissão Repórter, em 2019. Nessa reportagem, três sujeitos discursam sobre violência sofrida na rua na cidade de Londrina, tais como racismo, assédio e

transfobia. A conclusão a que chega é de que a rua, lugar onde todos devem circular, recebe outros sentidos no interior de contradições, modos de significação outros em se tratando da circulação de sujeitos interpelados pela intersecção entre raça, gênero e classe.

Para fechar essa efervescência de temáticas, análises e possibilidades de reflexão, o texto de André Luiz dos Santos aborda a operação Lava Jato, fase histórica polêmica envolvendo o poder judiciário brasileiro em condenação ao ex-presidente Lula, e que foi tema recorrente no discurso da mídia brasileira. Nessas circunstâncias, são analisados discursos de alguns atores envolvidos no processo de julgamento do referido ex-presidente Lula, delegados e juízes. Esses autores estiveram engajados em analisar as condições de produção, bem como os efeitos de sentido que esses dizeres ainda reverberam nos espaços sociais. O suporte teórico-metodológico mobilizado é a Análise da Conversação e do Discurso em um trabalho de interface com a Linguística Forense. Nessa pesquisa, é possível observar que os atores envolvidos a cada movimento linguageiro, confronto e possibilidade de “luz, câmera e ação”, recorrem a recursos linguísticos que reforçam a face pretendida e enfraquecem qualquer objeção a ela.

Por assim ser, todas as temáticas discutidas e que apresentam o retrato de um Brasil, sob a lente de analistas de/do discurso, corroboram a reflexividade, o olhar em direção ao outro, os obstáculos, as possíveis soluções. Esperamos que essa obra sirva de insumo para que possamos não apenas guardar memórias sobre um período sócio-histórico, mas para que possamos partir daqui para revisar, repensar, rever, reaprender, reinventar e recriar nossa identidade e memória de Brasil, de modo que nela possamos encontrar bem-estar, força e certeza de que a luta valeu a pena. Acreditamos que a obra se configura como uma voz de denúncia acerca de tantos problemas sociais que acometem o Brasil e que foram escancarados e efervescidos neste ano de 2020. Que os estudos aqui presentes possam contribuir também para o aprimoramento dos Estudos Linguísticos, bem como para a valorização da Ciência Linguística no cenário Brasileiro.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: edição revista e ampliada. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução: Miguel Sekilas Pereira. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Tradução: Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2020.

COURTINE, Jean-Jacques. O conceito de formação discursiva. *In*: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução: Christina Campos Velho Birck *et al.* São Carlos: EdUFSCAR, 2009. p. 60-83.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? *In*: MOTTA, Manoel Barros da. (org.). **Estética**: Literatura e pintura, música e cinema. Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (Ditos e Escritos, p. 89, 118).

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. Tradução: Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...**: um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault. 2. ed. Tradução: Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). Tradução: Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5. ed. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2017.

GABLER, Neal. **O Triunfo da Imaginação Americana**. Tradução: Ana Maria Mandim. Barueri: Grupo Novo Século, 2020.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth. (org.) **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. p. 33-52.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e mídia: a (re)produção das identidades. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin. **Educação tecnológica**: desafios e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Tradução: Janaina Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2000.

NOMURA, Bruno; SANCHES, Mariana. **Rua, direito de quem?** [Reportagem]. 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7636966/programa/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ORLANDI, Eni P. Segmentar ou recortar? In: **LINGUÍSTICA**: questões e controvérsias. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 9-26. (Série Estudos, n. 10).

ORLANDI, Eni P. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução: José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 8-24, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 2. ed. Tradução: Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1997a.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997b.

PÊCHEUX, Michel. O Papel da Memória. Tradução: José Horta Nunes. In: ARCHAD, Pierre *et al.* **O papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução: Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 163-235.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação**: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. São Paulo: Érica, 2001.

TAVARES, Carla Nunes Vieira. Fronteiras litorâneas no conceito de sujeito em pesquisas sobre a subjetividade em jogo no ensino-aprendizagem de línguas. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão (SC), v. 13, n. 2, p. 299-316, 2013.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Política, ideologia e discurso. *In*: MELO, Iran Ferreira. (org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso**: teoria e prática. Campinas, SP: Pontes, 2012. p. 15-49.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso, notícia e ideologia**: Estudos na Análise Crítica do Discurso. Tradução: Zara Pinto-Coelho, Portugal: Editora Húmus, 2017.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e Poder**. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2018.

VESTERGAARD, T.; SCHRODER, C. K. **A linguagem da Propaganda**. Tradução: João Alves dos Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VYGOTSKI, L. S. **A formação Social da Mente**. Tradução: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

*Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi
Maria Aparecida Resende Ottoni*

2



As efervescências de uma pandemia e os impactos na vida dos negros e dos pobres: uma análise discursiva crítica de abordagem sociocognitiva

Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi¹
Maria Aparecida Resende Ottoni²

A crítica ...visa mudar ou mesmo eliminar as condições do que é considerada uma consciência falsa ou distorcida.... A crítica torna transparente o que estava anteriormente oculto e, ao fazer isso, inicia um processo de autorreflexão, em indivíduos ou em grupos, destinado a romper com a dominação de restrições passadas³ (CONNERTON, 1976, p. 20, tradução nossa).

Este capítulo tem por objetivo contribuir com reflexões acerca da pandemia da COVID-19 e seus agravantes nas desigualdades sociais, especialmente nos efeitos que tal emergência sanitária de nível global vem ocasionando na vida das minorias, tais como negros e pobres. Ele é parte de um investimento de membros do Grupo de Pesquisa e Estudo em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico-funcional no estudo dos efeitos sociais da pandemia, a

1 Doutoranda em Estudos linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora da educação básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal. É membro do Grupo de Pesquisas e estudos em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico Funcional, da UFU, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Bolsista Capes. Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - Brasil - Capes- Código do financiamento 001. E-mail: cvguisardi@gmail.com.

2 Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília e docente do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade de Uberlândia. É líder do Grupo de Pesquisas e estudos em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico Funcional, da UFU, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. E-mail: cidottoni@gmail.com.

3 Tradução nossa de: "Criticism... aims at changing or even removing the conditions of what is considered to be a false or distorted consciousness.... Criticism... renders transparent what had previously been hidden, and in doing so it initiates a process of self-reflection, in individuals or in groups, designed to achieve a liberation from the domination of past constraints" (CONNERTON, 1976, p. 20).

partir de vários tipos de dados. Neste capítulo, analisamos um exemplar de reportagem que está intitulado como “Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo” (GRAGNANI, 2020), publicado no *site* BBC News, em 2020; acreditamos que ele nos dará subsídios suficientes para efervescer as discussões acerca de tal temática.

O Brasil é um país cercado de desigualdades e, diante de uma pandemia, foi necessário o isolamento social que, por um lado, tem por objetivo favorecer a não propagação do vírus em grande escala e desafogar os leitos de hospitais, que já são tão escassos; no entanto, por outro lado, acaba escancarando a desigualdade social, pois nem todos têm condições financeiras para “ficar em casa”. Os dados da PNAD (IBGE, 2019) apontaram que, entre famílias brancas e negras (pretos + pardos), 73,9% dos brancos ganhavam mais do que pretos e pardos, e os homens ganhavam em média 27,1% mais do que as mulheres. Dessa forma, para que houvesse um isolamento efetivo, era preciso um apoio maior do Estado, especialmente para aqueles com menos renda. Sabemos que foi criado o auxílio emergencial, mas sabemos também que ele não chegou a todos, pois muitos pobres e moradores de periferia não têm sequer um aparelho de celular com acesso à internet para que possam realizar o cadastro para solicitar o auxílio emergencial. Ademais, não podemos esquecer que o Brasil é formado por uma parcela significativa de comunidades ribeirinhas, quilombolas, pessoas em situações de rua, dentre outros, que vivem em extrema pobreza. Muitos desses atores sociais sequer contam com serviços de saneamento básico.

Foi pensando em tudo isso que empreendemos este capítulo, no qual utilizamos os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (ADC); mais especificamente, a abordagem sociocognitiva (VAN DIJK, 2012, 2017, 2018). Como explica esse autor, a ADC “investiga de que maneira o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são expressas por meio da linguagem, bem como o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político” (VAN DIJK, 2018, p. 19). Neste estudo, buscamos investigar como as ideologias, especialmente as que se relacionam com a COVID-19, são expressas nas diversas estruturas,

com o intuito de incitar uma reflexão sobre a desigualdade social, que é tão urgente no atual contexto, especialmente no brasileiro.

A Análise de Discurso Crítica de abordagem sociocognitiva

A ADC tem como objetivo primordial desvelar o papel da linguagem na reprodução, manutenção e minimização/transformação de problemas sociais (OTTONI, 2019)⁴. Para van Dijk (2018, p. 113), a ADC (ou como esse pesquisador nomeia Estudos Críticos do Discurso – ECD), “é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político”. De acordo com Ottoni (2014, p. 28), a “ADC constitui um modelo teórico-metodológico que estabelece um diálogo entre a Ciência Social Crítica e a Linguística, especialmente a Linguística Sistêmico-funcional”. Nas palavras de Wodak (2003), a ADC tem o objetivo de evidenciar relações de poder que estão obscuras, com o intuito de esclarecer como a linguagem funciona em suas diversas formas de realização, na constituição e no compartilhamento do conhecimento, na organização das instituições sociais, e no exercício do poder e dominação.

Quanto ao discurso, nós o compreendemos como um dos momentos das práticas sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), que se relaciona dialeticamente com outros momentos das práticas, a saber: pessoas (com suas crenças, atitudes, histórias etc.), ação e interação, relações sociais, mundo material e pelo discurso – e que esses elementos estabelecem entre si uma relação de articulação e de internalização. Segundo Guisardi e Ottoni (2020a, no prelo), o “discurso é responsável por desvelar ideologias e relações de poder materializadas em textos que circulam socialmente”.

4 O uso dos dois termos transformação/minimização foi adotado a partir de discussão realizada em aula da disciplina ministrada pela professora Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni (2019, UFU): “Tópicos em Estudos Linguísticos: introdução à Análise de Discurso Crítica”. A pesquisadora supracitada defendeu a utilização desses dois termos, em vez de superação de um problema social, tal como defendem alguns estudiosos. A escolha se justifica pelo fato de muitas vezes não ser possível superar totalmente um problema social, mas apenas transformá-lo ou minimizá-lo.

Como sendo um dos precursores dos estudos da Análise de Discurso Crítica (ADC), Teun Adrianus van Dijk propõe a abordagem sociocognitiva desse campo do saber, em que seu objetivo maior se centra na inter-relação entre discurso, cognição e sociedade. Em uma abordagem sociocognitiva é defendido que os atores sociais, quando se envolvem em eventos discursivos, fazem uso de suas experiências prévias e estratégias próprias e se apoiam em estruturas coletivas de percepções, ou seja, em representações sociais. Alguns conceitos precisam ser aclarados no que tange à abordagem sociocognitiva, os quais apresentamos no quadro a seguir:

QUADRO 1 – CONCEITOS ESSENCIAIS EM UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA

ESTRUTURA DO DISCURSO	DEFINIÇÃO
TÓPICOS	Desempenham um papel fundamental na situação de comunicação. São macroestruturas semânticas derivadas de estruturas locais. Eles representam aquilo “sobre o que versa” o discurso. São expressos frequentemente pelos títulos, manchetes de notícias, sumários, resumos, orações temáticas.
MODELOS DE CONTEXTO	São representações mentais que controlam muitas das características da produção do discurso, bem como de sua compreensão. O modelo de contexto está dividido em contexto local e contexto global. O contexto local é a situação imediata, interacional em que um evento ocorre. E o contexto global é definido pelas estruturas sociais, políticas, culturais e históricas em que um evento comunicativo ocorre.
SIGNIFICADO LOCAL	Constituem o resultado da seleção feita pelos locutores dos seus modelos mentais dos acontecimentos ou das crenças socialmente partilhadas. Podem ser analisadas, por exemplo, as escolhas lexicais, as formas globais ou superestruturas, tais como os argumentos, as histórias, os artigos das notícias. Nas formas locais, é possível analisar a sintaxe das orações, relações pronominais, a voz ativa e passiva etc.
MACROPROPOSIÇÃO	“A noção de macroproposição é relativa, definida em relação a uma sequência de proposições (locais ou globais) da qual é derivada” (VAN DIJK; KINTSCH, 1983, p. 190). Para se construírem macroproposições, aplicam-se às proposições transformações semânticas chamadas de macrorregras (VAN DIJK, 1977), que têm a função de transformar as proposições de um texto num conjunto de macroproposições que o representem.

FONTE: Guisardi e Ottoni (2020b, no prelo). Com base nos estudos de van Dijk e Kintsch (1983); van Dijk (2012, 2017, 2018).

Vale destacar que uma abordagem sociocognitiva é centrada em modelos mentais, que são compartilhados socialmente pelos membros de um grupo social. Esses modelos fazem parte da Memória Social, que, por sua vez, se localiza na Memória de Longo Prazo, podendo ser acionada quando há a produção de linguagem em um dado contexto interativo. São os modelos mentais que constituem as crenças de um grupo social, seus conhecimentos e suas ideologias. Cumpre salientar que as posições ideológicas corporizadas no uso da linguagem e as relações de poder implícitas a elas são, geralmente, obscuras para os diferentes atores sociais. Pensando em questões tal como essa, é que empreendemos este estudo na análise das ideologias, materializadas no *corpus* selecionado. Na seção a seguir, discorreremos sobre essa categoria de análise.

A ideologia

Conceituar a ideologia não é uma tarefa simples, há muitas lacunas ainda. Concordamos com van Dijk (2017, p. 188), quando ele afirma que o “conceito de ideologia” é uma das noções mais esquivas no campo das ciências sociais”. Ele defende, então, que, como analistas críticos de discurso, devemos nos preocupar em olhar para ideologia, considerando suas funções sociais, suas estruturas cognitivas e sua expressão discursiva e reprodução. Esse pesquisador defende, principalmente, que a ideologia não tem um sentido puramente negativo, pois cada grupo social é orientado por uma, pensando em seus interesses. Por exemplo, as minorias, que se identificam com a ideologia de esquerda, acreditam que essa pode contribuir em sua luta contra relações assimétricas de poder.

Van Dijk (2012, p. 15) explica que, se adotarmos uma visão de que a ideologia é sempre negativa, defenderemos as ideias rígidas, equivocadas dos outros: “Nós temos a verdade, e Eles têm as ideologias.”. Além disso, explica que,

Na sua origem, a ideologia não carregava esse sentido negativo. Há mais de 200 anos, o filósofo francês Destruitt de Tracy introduziu o termo a fim de denominar uma nova disciplina que estu-

daria as ideias: *idéologie*. Na ciência política contemporânea, a noção também é usada num sentido mais neutro e descritivo, como por exemplo, ao se referir aos sistemas de crenças políticas (VAN DIJK, 2012, p. 16).

As questões que envolvem a ideologia precisam ser observadas com bastante atenção, já que ela não se dá somente focada nos interesses de determinado grupo ou classe social, mas pode excedê-las. De acordo com van Dijk (2017, p. 54), “independente de tudo o mais que as ideologias possam ser ou fazer, elas são, antes de tudo, uma espécie de crença, ou seja, representações mentais, como é o caso de outras formas de cognição social”. Nos estudos da ideologia sob essa ótica que defendemos, há um repouso nas estruturas ideológicas, e isso garante uma ligação a certos elementos, tais como poder, controle tanto social quanto mental, que serão manifestados pelas nossas habilidades cognitivas. De acordo com van Dijk (2012, p. 31) “as ideologias geralmente possuem uma estrutura polarizada, refletindo a competição e o conflito entre os membros de um grupo e a categorização em endogrupos e exogrupos”. Esse estudioso afirma que o discurso ideológico geralmente apresenta as seguintes estratégias, as quais ele designa como quadrado ideológico:

QUADRO 2 – QUADRADO IDEOLÓGICO

Enfatizar NOSSAS coisas boas
Enfatizar as coisas ruins DELES
Não enfatizar NOSSAS coisas ruins
Não enfatizar as coisas boas DELES

FONTE: Retirado de van Dijk (2012, p. 32)

Essas estratégias, segundo van Dijk (2012, p. 32), “podem ser aplicadas a todos os níveis de ação, significado e forma do texto e do discurso”. Assim, em uma análise da ideologia, podemos concentrar em algumas categorias, as quais resumimos no quadro a seguir, orientadas pelos estudos de van Dijk (2012, p. 34):

QUADRO 3 – ALGUMAS CATEGORIAS PARA ANÁLISE DO DISCURSO IDEOLÓGICO

	CATEGORIAS	USO E/OU OCORRÊNCIAS	EXEMPLOS⁵
1	Descrição de atores (significado)	Uso de formas de descrição de atores sociais, e essa descrição depende de nossas ideologias.	Um morador de periferia, que veio tentar se cadastrar no auxílio emergencial, não conseguiu, porque ele não tem aparelho de celular, vive em extrema pobreza.
2	Autoridade (argumentação)	Uso de argumentos sustentados em alguma autoridade no assunto.	De acordo com van Dijk (2017, p. 15), “o racismo não é inato, mas aprendido”.
3	Carga (tema)	Uso de argumentos padrões, ou temas, que representam premissas. Quando premissas são tidas como certas, autoevidentes e com razões suficientes para aceitar a conclusão.	Não está certo fechar o comércio por causa da pandemia, não somos culpados pela desigualdade social.
4	Classificação (significado)	Uso de significado que serve para classificar as pessoas no texto.	Existem aquelas pessoas que necessitam do auxílio emergencial e aquelas que não necessitam.
5	Comparação (significado, argumentação)	Uso de estratégias de comparação entre endogrupo e exogrupo; ocorre muito em discursos sobre as minorias.	Muitos brasileiros reclamam da falta de apoio do Estado e isso não é diferente do que ocorre em outros países do mundo que negam a pandemia.
6	Consenso (estratégia política)	Uso de estratégias de Insistência ou reivindicação em um consenso nacional ou entre algum/ns grupo/s.	O governo, com o apoio de seu partido, defendeu o corte de salários.
7	Contrafactuais (significado, argumentação)	Uso de estratégia argumentativa de persuasão que está relacionada à atitude de pedir empatia. De acordo com Brito (2014), as construções contrafactuais são geralmente expressas pela fórmula lógica "se p, então", mas podem ter outras realizações linguísticas. Segundo a autora, “as contrafactuais carregarem consigo apenas desejos e reflexões sobre um evento que habita agora o plano da irrealidade, ou seja, sem a menor possibilidade de concretização.” (p. 2). Elas “expressam o não-fato □, ou ainda, o fato de maneira contrária ao evento que ocorreu” (p. 3). “Ex: Pois é, se o Botafogo vencesse, voltaria à liderança, mas o Flamengo conseguiu um empate e no último lance do jogo no maracanã”.	Se o governo escutasse mais a ciência, não teríamos tanta indicação de remédios, os quais seus usos não têm comprovação científica.

(continua)

5 Todos os exemplos foram criados pelas autoras.

(continuação)

	CATEGORIAS	USO E/OU OCORRÊNCIAS	EXEMPLOS
8	Isenções (significado)	Uso de estratégias de autorrepresentação positiva e da representação negativa do outro.	Eu não disse que não deveria disponibilizar esse auxílio emergencial? Os moradores de favela prejudicaram nossa economia.
9	Eufemismo (retórica, significado)	Uso de um ato semântico de suavização.	Não é uma pandemia, é apenas uma “gripezinha”.
10	Evidencialidade (significado, argumentação)	Uso de estratégias de evidência ou prova para seu conhecimento ou opinião. Isso pode acontecer por meio de referências a figuras de autoridades. Quando as fontes estiverem realmente sendo citadas; a evidencialidade estará ligada à intertextualidade.	Nesta noite, eu estava lendo um comunicado da Organização de Saúde, sobre os impactos da pandemia.
11	Exemplo/ilustração (argumentação)	Uso de exemplos concretos, normalmente em forma de vinheta ou estória pequena, ilustrando o que é defendido pelo orador.	O jornal de hoje aborda sobre uma mãe de família, moradora de favela, que não conseguiu o auxílio emergencial e que está sobrevivendo de doações, para sustentar seus 5 filhos.
12	Generalização (significado, argumentação)	Uso de generalizações; em vez de oferecer estórias concretas.	Todos aqueles que têm condições financeiras requisitaram o auxílio emergencial.
13	Hipérbole	Uso de instrumentos semânticos para intensificação do significado.	Eu já falei mil vezes para ficar em casa!
14	Implicação	Uso de estratégias de implicação; quando não é dito o que precisa dizer e grande parte do discurso fica implícito.	Muitas pessoas solicitaram o auxílio emergencial e isso quebrou a economia.
15	Ironia (retórica)	Uso de estratégias de ironia, por exemplo, quando acusações não são feitas de forma direta, mas de uma maneira mais leve de ironia. “figura por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender; uso de palavra ou frase de sentido diverso ou oposto ao que deveria ser empr., para definir ou denominar algo [A ironia ressalta do contexto.]”	O auxílio emergencial garante mesa farta e contas em dia para muitas famílias.
16	Lexicalização (estilo)	Uso do léxico; quando, por exemplo, são expressos conceitos e crenças subjacentes por meio de itens lexicais especiais. Significados semelhantes podem ser expressos de modo variado em palavras diferentes, dependendo da posição, papel, objetivos, opinião do falante.	A minoria é oprimida. Os falsos requerentes do auxílio emergencial mais uma vez mostram que não se importam com o outro.
17	Metáfora (significado, retórica)	Uso de diferentes significados; quando, por exemplo, são usados significados abstratos, estranhos, novos ou emocionais que se configuram como familiares ou concretos.	A pandemia abriu as portas da desigualdade social.

(continua)

(conclusão)

	CATEGORIAS	USO E/OU OCORRÊNCIAS	EXEMPLOS
18	Autoglorificação nacional (significado)	Uso de referências positivas ou elogios para o próprio país, seus princípios, histórias e tradições.	O Brasil tem lutado contra a pandemia e está dando auxílio às minorias.
19	Representação negativa dos outros (estratégia macrosemântica)	Uso de estratégias para classificar as pessoas em endogrupos e exogrupos e até mesmo a divisão entre os exogrupos como “bons” e “maus”, que não é isenta de valores, mas imbuída de aplicações ideologicamente baseadas de normas e valores.	Os moradores de favela estão prejudicando a economia.
20	Autorrepresentação positiva (macroestratégia semântica)	Uso de estratégias para evidenciar um favoritismo do endogrupo ou “autorrepresentação positiva”.	Nós apoiamos completamente as políticas que amparam as minorias.
21	Normas de expressão	Uso de declarações explicitamente normativas sobre o que NÓS devemos ou não devemos fazer.	Devemos adotar uma nova atitude em relação a quem não ficou em isolamento social.
22	Jogo de números (retórica, argumentação)	Uso de argumentos orientados para reforçar a credibilidade em movimentos que enfatizam a objetividade, por exemplo, por meio de números e estatísticas.	Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE, em 2018, o país tinha 13,5 milhões pessoas com renda mensal per capita inferior a R\$ 145, ou US\$ 1,9 por dia, critério adotado pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza” (NERY, 2019).
23	Polarização, categorização do NÓS-ELES (significado)	Uso de estratégias semânticas e que prevalecem as expressões de cognição polarizadas e a divisão categórica de pessoas em endogrupo (Nós) e do exogrupo (Eles).	Nós somos merecedores do auxílio emergencial, eles, não.
24	Populismo (estratégia política)	Quando estão evidenciadas estratégias gerais do discurso conservador.	Não está certo os empresários apoiarem o isolamento social.
25	Pressuposição (significado)	Uso de pressupostos (suposições) para assumir a verdade de uma proposição quando essa verdade não está relacionada de alguma forma.	Gostaríamos de saber que conhecimento científico as pessoas têm para estarem indicando o uso de certos medicamentos.
26	Imprecisão (significado)	Uso de expressões vagas, sem referentes bem definidos, como por exemplo, o uso de “poucos”, “muitos”, “baixo”, “alto”, dentre outros.	Só Deus sabe o quanto muitas pessoas têm sofrido neste contexto da pandemia.
27	Vitimização (significado) e Dramatização e a Polarização	Uso de estórias que são contadas a fim de apontar uma má representação do outro.	Muitos empresários foram prejudicados com o isolamento social. Muitos deles estão anos administrando seus negócios e precisam pagar suas contas. Agora, vão ter de fechar seus empreendimentos.

FONTE: As autoras. Baseado em van Dijk (2012, 2017, 2018).

Nós sabemos que não existem ideologias pessoais, como não existem crenças pessoais (VAN DIJK, 2017). Esperamos que, com a apresentação desse quadro com as categorias, possamos entender que, ao analisar a ideologia materializada nos textos, devemos observar que se trata daquilo que foi construído coletivamente. Sendo assim, por exemplo, não temos a ideologia do presidente X, mas temos a ideologia do seu governo. Dito isso, partimos para a apresentação do *corpus* e para a análise.

Da apresentação do *corpus* e de sua análise

Conforme já mencionamos, o *corpus* deste estudo é constituído de uma reportagem publicada no *site* BBC News, edição brasileira, em julho de 2020, representada na Figura 1, captura de tela da primeira parte da reportagem.

FIGURA 1 – CAPTURA DE TELA

Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo

Juliana Gragnani
Da BBC News Brasil em Londres

12 julho 2020



Racismo, desigualdades sociais, acesso desigual a sistemas de saúde, moradia inadequada e impossibilidade de se isolar colocam população mais vulnerável como a mais afetada pela pandemia

Uma empregada doméstica foi a primeira vítima fatal da covid-19 no Rio de Janeiro, em março.

FONTE: Gragnani (2020)

Como categoria de análise, utilizamos algumas figuras do discurso ideológico, tal como aquelas que fazem parte dos domínios do discurso: significados e argumentação. Do quadro exposto com as categorias, encontramos muitas ocorrências materializadas no *corpus*, de: **metáforas, argumentos de autoridade/evidencialidade, comparação, jogo de números e contrafactuais**. Antes de analisarmos essas categorias, apontamos o **tópico**, apresentamos o **contexto global** e as **macroproposições local e global** da reportagem.

Diariamente, são publicadas notícias e reportagens sobre o coronavírus, seus impactos no mundo e sobre os grupos mais afetados, mas poucas reportagens têm deixado claros os motivos pelos quais os negros e pobres são os que mais morrem. E o **tópico** da reportagem selecionada, “Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo” nos chamou a atenção, por criar no leitor a expectativa de que os referidos motivos serão explicitados.

Nós nos dedicamos a apresentar uma análise com foco na ideologia. Como exemplo, na reportagem que utilizamos, percebemos, no discurso das autoridades convocadas, uma necessidade de lutar pelas minorias, e isso não deve ser visto, de maneira alguma, como negativo, por analistas críticos de discurso e por aqueles que lutam por uma transformação/minimização de problemas sociais (OTTONI, 2019). Obviamente, não esgotamos a análise, utilizando todas as categorias, mas buscamos, contemplar marcas linguísticas que poderiam impactar em uma reflexão por parte do leitor, como prometemos na nossa introdução.

Em relação ao **contexto global**, o mundo vive uma pandemia ocasionada pela propagação do novo coronavírus. Juntamente com essa pandemia, foram efervescidos vários problemas sociais: fome, desemprego, fraudes em auxílios emergenciais, **polarização** entre quem tem condição de fazer isolamento social e quem não tem, aumento da **polarização** entre aqueles que defendem a ideologia de esquerda e os que defendem a ideologia de direita, recomendação do uso de medicamentos sem comprovação científica de eficácia e os efeitos da COVID-19 em negros e pobres, levando milhares à morte. Dessa forma, já pelo **tópico** da reportagem, percebemos que ele

está a serviço de apresentar pistas, ao leitor, acerca dos problemas sociais descortinados, tal como os que mencionamos.

Nós temos ouvido a todo instante que a pandemia tem atingido mais negros e pobres. Mas será que sabemos por que isso acontece? A reportagem busca esclarecer isso, e sumariamo-la a seguir, por meio de **macroproposições**, assim como é recomendado em uma abordagem sociocognitiva. Essas **macroproposições** estão centradas em revelar o que é muito negado pela sociedade: a potencialidade do vírus e os impactos nas vidas das minorias, tais como negros e pobres, tanto no Brasil quanto em outros países do mundo.

M1: O coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo.

M2: A primeira vítima brasileira foi uma empregada doméstica.

M3: Morreram pobres na linha de frente do tratamento à COVID-19, trabalhadores de serviços essenciais e informais, trabalhadores que não puderam deixar de trabalhar, além de pessoas pobres idosas e com comorbidades, com acesso desigual ao sistema de saúde.

M4: O fenômeno reflete o que se vê também em outros países, como o Reino Unido e os Estados Unidos.

M5: A COVID-19 encontra um terreno favorável porque essas pessoas estão em um cenário de desigualdade de saúde e de precarização da vida.

M6: Os pobres são atingidos de forma “muito violenta” em relação aos “remediados e ricos”.

M7: Quase 55% de pretos e pardos morreram, enquanto, entre pessoas brancas, esse valor ficou em 38%.

M8: Cruzando escolaridade com raça, então, a coisa piora: pretos e pardos sem escolaridade tiveram 80,35% de taxas de morte, contra 19,65% dos brancos com nível superior.

M9: A desigualdade social tem impacto direto nos óbitos entre os mais pobres e com menor escolaridade.

M10: Homens negros da Inglaterra e de Gales têm três vezes mais chance de morrer por COVID-19 do que homens brancos.

M11: As pessoas negras nos EUA e no Reino Unido também são as que vivem em locais periféricos de menos acesso, menos fornecimento de serviços e com maior prevalência de comorbidades.

M12: Uma população mais pobre está sujeita a mais estresse pela “falta de estrutura da cidade, transporte, moradia”. São fatores modificáveis, que poderiam ser alterados para dar melhores condições de vida às pessoas. Isso leva a mais um fator, e um fator grave no contexto da COVID-19: a prevalência de comorbidades, como hipertensão e diabetes, que também afetam negros e pobres desproporcionalmente, nessa população.

M13: O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo.

M14: É um quadro que tem que buscar corrigir, para se defender da epidemia.

M15: É enfrentar o racismo e investir no SUS.

Apresentamos também uma macroproposição global, a saber: O coronavírus acomete mais as pessoas pobres e negras do mundo todo. Isso não tem a ver com questões hereditárias, mas com o racismo, com a falta de acesso a uma boa alimentação, com a atividades físicas, com a falta de acesso à saúde, com a falta de transporte e de moradia, dentre outros. E tudo isso foi “efervescido” no contexto pandêmico, apontando para uma desigualdade social imensa.

Todas essas **macroproposições** já revelam o triste cenário da desigualdade social, os efeitos da pandemia na vida de pobres e negros, a impossibilidade de lutar pela vida, o retrato de uma **polarização** em que os ricos têm o “remédio” e os pobres e negros, não. Tudo isso é um grande problema social, como é apontado no texto. O texto se configura como um pedido de solidariedade por parte da sociedade em relação às minorias.

No tocante à análise da ideologia e relacionada ao domínio do discurso – temos a categoria **descrição de atores**, que já nos revela quem é o mais prejudicado no contexto pandêmico que estamos vivendo: negros e pobres (aqui como parte de um mesmo grupo). Esses atores são assim **descritos** e **classificados** na reportagem (as

marcas que evidenciam essa descrição estão sublinhadas): “empregada doméstica; trabalhadores informais; pessoas pobres idosas e com comorbidades, pessoas negras têm piores condições de vida, As pessoas negras nos EUA e no Reino Unido também são as que vivem em locais periféricos de menos acesso, menos fornecimento de serviços e com maior prevalência de comorbidades”; “Pessoas negras em geral estão nas regiões mais marginalizadas, mais periféricas e esses lugares em geral são lugares que têm baixa oferta de serviço de saúde”; “Elas precisam se deslocar para o centro, onde ficam os serviços de saúde públicos e privados”; pessoas pobres moram em lugares piores, com pior acesso às condições de moradia mais decente”. Essa **classificação** permite compreendermos quem são os atores sociais que mais estão sofrendo neste contexto pandêmico, ou seja, reforça a questão de que moradores de periferia, pobres, negros e com comorbidades (a maioria do grupo de risco é pobre porque não tem acesso aos tratamentos de saúde) serem os que mais sentem as consequências da COVID-19.

Tendo conhecimento do cenário de negação vivido no Brasil, a produtora do texto traz a voz de Emanuelle Góes (2020 *apud* GRAGNANI, 2020), doutora em saúde, que representa a **posição ideológica** de um grupo que se identifica com as minorias do nosso país: “É um quadro que a sociedade tem que buscar corrigir”[...]“-Vamos sair dessa epidemia com uma lição importante que é buscar melhorar o funcionamento do SUS”. Esse discurso de Góes (2020) é um grito para que possamos ter empatia com o próximo, entender que, no Brasil e no mundo, problemas vários foram “efervescidos” no cenário pandêmico. Vemos, claramente, uma conclamação ao leitor para a ação, no seguinte discurso: “repensar e refazer estratégias, colocando a questão do enfrentamento ao racismo no centro do debate”, para que pessoas negras tenham o mesmo acesso ao mercado de trabalho e serviços de educação e saúde. O uso de um **argumento contrafactual** reforça a necessidade de ação para transformação/minimização (OTTONI, 2019) dos problemas sociais racismo e desigualdade social: “Enquanto não refletirmos sobre isso e não tivermos uma sociedade preparada para reconhecer o racismo como estrutural e reconhecer as desigualdades, será bem difícil fazer mudanças estruturais”.

Encontramos também no texto outras marcas de ideologias, materializadas em forma de **metáforas**. Remediados e ricos, moradias mais decentes, pessoas por metro quadrado, esse cenário só agudiza a situação, arrumar comida, os especialistas dizem ser preciso enderçar o problema da desigualdade social no Brasil, dentre outras. O uso dessas **metáforas** nos permite compreender que a desigualdade social, embora apresentada de forma abstrata porque muitos sequer querem entender que ela existe, é bastante concreta em vários países. Centramos no Brasil, que sofre os efeitos de uma pandemia em que mesmo depois de milhões de contaminados e milhares de mortos, muitas pessoas fecham os olhos para essa realidade, especialmente a elite brasileira.

Percebemos também uma **ironia** (relacionada à retórica), no seguinte trecho: “A sociedade brasileira considera a desigualdade um problema? Eu acredito que grande parte da população não acha que a desigualdade é um problema”. O uso da estratégia argumentativa de **ironia** revela também uma **polaridade**, entre NÓS X ELES, entre quem sabe que a desigualdade social é um grande problema no Brasil e quem a ignora.

E ainda, com o objetivo de reforçar a credibilidade no que está sendo apresentado pela produtora do texto, é possível perceber argumentações referentes a um **jogo de números** e à **comparação**, tal como em: “Considerando esses casos, quase 55% de pretos e pardos morreram, enquanto, entre pessoas brancas, esse valor ficou em 38%. O estudo também concluiu que, quanto maior a escolaridade, menor a letalidade da COVID-19 nos pacientes. Pessoas sem escolaridade tiveram taxas três vezes superiores (71,3%) às pessoas com nível superior (22,5%). Cruzando escolaridade com raça, então, a coisa piora: pretos e pardos sem escolaridade tiveram 80,35% de taxas de morte, contra 19,65% dos brancos com nível superior. O fenômeno não é exclusivamente brasileiro. Nos Estados Unidos, dados levantados pelo APM Research Lab mostra que negros morreram a uma taxa de 50,3 por 100 mil pessoas, comparado com 20,7 para pessoas brancas. Mais que o dobro”.

Esses argumentos de **jogos de números e comparação** foram usados para enfatizar a objetividade, para apresentar provas concretas e para comparação entre os grupos em que a letalidade por COVID-19 é maior. E para comprovar que não se trata de algo exclusivamente brasileiro, é feita também uma comparação com os Estados Unidos, por esse ser um país que apresenta algumas situações parecidas com o Brasil, tais como: negação da potencialidade do vírus pelo chefe de Estado, crítica ao isolamento social, com receio de afetar a economia, histórico cruel de escravidão dos negros e práticas racistas.

E com o intuito de responder à pergunta do **tópico** (“Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo”) e apontar argumentos de **autoridade/evidencialidade**, são trazidas a voz de Emanuelle Góes (já mencionada na análise), doutora em saúde pública, pela Universidade Federal da Bahia e pesquisadora do Cidacs/Fiocruz sobre desigualdades raciais e acesso à saúde e de Gonzalo Vecina Neto, médico sanitário e professor de saúde pública da USP. Apesar de já termos apontado algumas estratégias argumentativas de **comparação**, nos motivos apresentados a seguir, aparecem mais delas. Enfim, apresentamos os motivos que comprovam que os negros e pobres são os que mais morrem infectados pelo novo coronavírus:

Motivo 1: Acesso aos serviços de saúde: “Pessoas negras em geral estão nas regiões mais marginalizadas, mais periféricas e esses lugares em geral são lugares que têm baixa oferta de serviço de saúde [...]”. “Elas precisam se deslocar para o centro, onde ficam os serviços de saúde públicos e privados” (voz de Emanuelle Góes, doutora em saúde).

Motivo 2: Condições de vida da população mais pobre: “pessoas pobres moram em lugares piores, com pior acesso às condições de moradia mais decente e que, com um número maior de pessoas por metro quadrado, a propagação da doença é facilitada” (voz de Gonzalo Vecina Neto, médico sanitário e professor de saúde pública da USP).

Motivo 3: falta de acesso a saneamento básico: “No caso do Brasil, principalmente em São Paulo, a periferia não tem oferta de saneamento semelhante às zonas residenciais com distribuição de renda maior. A falta de acesso à água é uma coisa muito grave nessa epidemia” (voz de Gonzalo Vecina Neto, médico sanitário e professor de saúde pública da USP).

Motivo 4: a fome ou necessidade de trabalhar para ganhar o dinheiro para a comida do dia: “Quem mora na periferia em grande medida faz parte do mercado de trabalho informal, portanto ganha o dinheiro do dia para comer a comida do dia. Se o sujeito não sair todo dia para ganhar alguma coisa para levar dinheiro para casa, vai ter fome na casa dele” (voz de Gonzalo Vecina Neto, médico sanitário e professor de saúde pública da USP). “Mesmo com a ajuda do governo federal de R\$ 600 mensais para trabalhadores informais, que considera “insuficiente”, as pessoas têm que sair para arrumar comida, e ao sair, se contaminam mais facilmente”. “A realidade é completamente distinta à situação de quem pode ficar isolado ou trabalhando de casa. Essas pessoas negras e pobres são as pessoas inseridas mais informalmente no mercado de trabalho, e que estão no front na área de saúde, enfermagem, serviços gerais, do trabalho doméstico. Esse cenário só agudiza a situação” (voz de Emanuelle Góes, doutora em saúde).

Motivo 5: condições relacionadas ao bem-estar, como alimentação, exercícios físicos, lazer: “Uma população mais pobre tem menos acesso a boa alimentação e consome mais alimentos industrializados. Também está sujeita a mais estresse pela “falta de estrutura da cidade, transporte, moradia”. “São fatores modificáveis, que poderiam ser alterados para dar melhores condições de vida às pessoas” (voz de Emanuelle Góes, doutora em saúde).

Motivo 6: Prevalência de comorbidades, como hipertensão e diabetes (comorbidades que estão mais presentes na população negra e pobre): “não por uma questão hereditária, mas porque ela está mais exposta a situações precárias” (voz de Emanuelle Góes, doutora em saúde).

Além desses motivos, há outros argumentos de **autoridade/evidencialidade** que comprovam que os negros e pobres são os mais afetados pelo contexto pandêmico: “O que a pandemia tem evidenciado é o que vários estudos já mostravam em relação ao maior prejuízo da população pobre e negra ao acesso da saúde. A COVID-19 encontra um terreno favorável porque essas pessoas estão em um cenário de desigualdade de saúde e de precarização da vida” [...] Isso tudo tem relação com o sistema em que a gente vive, com o racismo[...] (voz de Emanuelle Góes, doutora em saúde) [...] “É um fenômeno mundial. Esse vírus mata mais pobres e negros - não porque são negros, mas porque são pobres” (voz de Gonzalo Vecina Neto, médico sanitário e professor de saúde pública da USP).

Notamos também, em uma análise do **discurso ideológico**, um outro argumento de **comparação**, entre os atores sociais, ou seja, entre o endogrupo e exogrupo, os pobres são comparados com os ricos: pessoas negras têm piores condições de vida. Os pobres são atingidos de forma “muito violenta” em relação aos “remediados e ricos”.

Essas estratégias argumentativas de **autoridade/evidencialidade** e **comparação** foram usadas para reforçar os efeitos da desigualdade social brasileira e que, no momento de pandemia em que estamos vivendo, é escancarada em vários setores da sociedade, como por exemplo, na educação e na saúde. Por muitos anos, temos testemunhado o sucateamento do sistema de saúde brasileiro e diante desse cenário, não nos causa estranhamento, serem as minorias, tais como pobres e negros, as mais prejudicadas.

Apesar de ser um fenômeno mundial, sabemos que há uma negação da potencialidade do vírus. Muitas pessoas, que se alinham ao discurso do governo, não acreditam nos dados que apontam os milhares de mortos, não acreditam o quanto os pobres e negros são os que mais morrem de COVID-19. Isso tudo nos lembra aquilo que é de conhecimento público, a tentativa de minimizar os efeitos do vírus e a dificuldade de compreendê-lo como um fenômeno global; tanto que foi usado pelo chefe do Estado (brasileiro) o **eufemismo** “gripezinha”, que também é uma estratégia ideológica do governo, que tem por objetivo levar as pessoas a não fazerem o isolamento

social, com receio dos impactos na economia e que tem aumentado a polarização entre NÓS X ELES: de um lado, quem acredita na potencialidade do vírus, de outro, os que não acreditam; de um lado, aqueles que ignoram a desigualdade social, de outro, os que lutam para combatê-la; de um lado, aqueles que conhecem a história do Brasil como parte de um projeto colonizador e, de outro, os que sabem que o racismo até os tempos atuais não foi superado.

Considerações finais

Este estudo buscou apontar alguns problemas que foram “efervescidos” a partir do momento em que o mundo descobriu que foi acometido pelo novo coronavírus. Vidas pobres e negras estão sendo afetadas e, em medida parecida, ignoradas. Pensando nisso, entendemos que é preciso mais empatia, que é uma estratégia ideológica, mais relações de solidariedade e menos relação desigual de poder e desigualdade social. Textos como o que foi analisado revelam o engajamento de algumas autoridades no assunto da pandemia, na luta por uma transformação/minimização (OTTONI, 2019) dos problemas sociais que acometem as minorias. Nós sabemos que a ADC é um campo do saber que está preocupado com a solidariedade com o outro e nós, como analistas de discurso, podemos contribuir para que as minorias sejam ouvidas. As minorias não têm acesso à mídia, como espaço de luta, por isso, professores, médicos, jornalistas podem ser os representantes desse grupo, em busca de minimização dos efeitos da pandemia. E isso tudo pode ser feito por meio da fala e da escrita.

De acordo com van Dijk (2015, p. 32), “por meio da fala e da escrita, políticos, jornalistas, estudiosos, juízes e empresários expressam e reproduzem suas ideologias, planos, diretrizes”. E nessa esteira da ideologia, algumas questões precisam ser reforçadas: a) as ideologias são um autoesquema de um grupo, elas não são individuais; b) as ideologias são antes de tudo uma espécie de crença; c) mesmo que um sujeito tenha construído uma ideia, achando que é ideologia, ela somente se tornará uma, se grupos a adquirirem, a

compartilharem, a empregarem com o intuito de disseminar interesses coletivos e as usarem para orientação de suas práticas sociais (VAN DIJK, 2017).

Os motivos apontados na reportagem, que justificam o fato de negros e pobres serem mais acometidos pela COVID-19, jogam luz a questões tais como: o racismo que carrega as marcas da colonização e a desigualdade social; e que aponta a dimensão da diferença entre quem vive em favelas, em periferias, em situação de rua e quem vive nos prédios e residências dos grandes centros urbanos, com acesso à saúde, saneamento básico e ao conhecimento, por meio da educação. Por fim, no texto analisado, pudemos encontrar diferentes estratégias ideológicas que estão a serviço de um grupo que deseja combater a desigualdade social, e que marca mais ainda a polaridade que existe entre o endogrupo e o exogrupo. Há uma evocação, principalmente por partes de autoridades no assunto, para que os grupos, que se identificam entre si, possam pensar e agir, com o intuito de colaborar para mudança de cenário tão desalentador.

Referências

BRITO, Nara Jaqueline Avelar. Expressando Contrafactuais: Uma análise sintático-discursiva. In: JORNADA NACIONAL DO GELNE – GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE, 25, 2014, Natal. **Anais...** Natal: EDUFRN, 2014.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CONNERTON, Paul. **Critical sociology**. Harmondsworth: Penguin, 1976.

GRAGNANI, Juliana. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. **BBC News Brasil**, 11 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: 19 nov. 2020.

GUISARDI, Conceição Maria Alves de Araújo; OTTONI, Maria Aparecida Resende. Representação discursiva da desigualdade social: limitações da educação remota em tempos de pandemia. In PEREIRA, Anísio Batista; CAMPOS, Jefferson. **Discursos, culturas e memória na América Latina entre análises e práticas na contemporaneidade**. Catu: Bordô-Grená, 2020a. No prelo.

GUISARDI, Conceição Maria Alves de Araújo; OTTONI, Maria Aparecida Resende. **O escancarar da desigualdade social em tempos de pandemia: uma análise discursiva crítica de abordagem sociocognitiva.** 2020b. No prelo.

NERY, Carmen. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. **Agência de Notícias IBGE**, Editoria Estatísticas Sociais, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em: 23 nov. 2020.

OTTONI, Maria Aparecida Resende. As representações identitárias do gênero humor sexista. In: OTTONI, Maria Aparecida Resende; LIMA, Maria Cecília de (org.). **Discursos, identidades e letramentos: abordagens da análise de discurso crítica.** São Paulo: Cortez, 2014. p. 25-55.

VAN DIJK, Teun A.; KINTSCH, Walter. **Strategies of discourse comprehension.** New York; Toronto: Academic Press, 1983.

VAN DIJK, Teun A. **Text and context.** New York: Longman linguistics Library, 1977.

VAN DIJK, Teun A. Política, ideologia e discurso. In: MELO, Iran Ferreira (Org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática.** Campinas, SP: Pontes, 2012. p. 15-49.

VAN DIJK, Teun A. Discurso das elites e racismo institucional. Tradução: Gláucia Lara e Regina Vieira. In: LARA, Gláucia P.; LIMBERTI, Rita P. (org.). **Discurso e (de)igualdade social.** São Paulo: Contexto, 2015. p. 31-48.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso, notícia e ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso.** Tradução: Zara Pinto-Coelho, Portugal: Húmus, 2017.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder.** Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2018.

WODAK, Ruth. De qué trata el análisis crítico del discurso (ADC). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: WODAK, R.; MEYER, M. (org.). **Métodos de análisis crítico del discurso.** Barcelona: Gedisa, 2003. p. 17-34.

Anísio Batista Pereira
Lucas Araujo Chagas



Linguagem, Análise de Discurso e tecnologias digitais: mediações, sentidos e identidades em jogo

Anísio Batista Pereira¹
Lucas Araujo Chagas²

O presente artigo é resultado de uma série de reflexões que temos construído ao longo dos últimos meses a respeito do uso das tecnologias digitais no espaço de dialogismo e interação socioeducacional. Embora essa seja uma temática já tratada por diferentes autores a partir dos anos 1980 (ALMEIDA, 1988; CHIEN, 2007; GRINSPUN, 2001; MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2003), é preciso considerar que, no contexto de efervescências históricas desencadeadas pela pandemia de COVID-19, novas questões e desafios são postos, tendo em vista que passamos, nos mais variados aspectos, por um momento de reinterpretções e reinvenções do tempo, da presença e das relações sociais.

Recentemente, no II Simpósio de Línguas do Instituto Federal da Paraíba (II SILIF), ocorrido entre 28 e 31 de julho de 2020, cujo tema central era “Educação remota e novos letramentos em tempos de distanciamento social”, propusemos um Grupo de Trabalho intitulado “Letramentos, Análise de Discurso e Tecnologias Digitais: mediações, sentidos e identidades em jogo”, a partir do qual foi possível discutir com pesquisadores de diversas regiões do Brasil os

1 Doutorando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Pesquisador Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: pereira.aniobatista@ufu.br.

2 Doutorando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Pesquisador Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: lucas.chagas@ufu.br.

diferentes lugares que as tecnologias digitais ocupam na contemporaneidade, bem como as possibilidades de mediação e produção de sentidos que elas potencializam. Com efeito, foi possível também pensar as heterogeneidades presentes quanto ao uso das tecnologias digitais nas diferentes regiões do Brasil. Ao passo que em alguns lugares elas são uma constante e de fácil acesso, em outros elas ainda são consideradas algo “novo” ou “deslumbre”.

O II SILIF nos possibilitou compreender, com mais profundidade, que as mediações e usos das tecnologias digitais se acirram na constituição subjetiva de sujeitos, provocando diferentes jogos e deslocamentos identitários. Além disso, eles sustentam maneiras de se (re)posicionar e se (re)colocar no mundo ativo, político e são discursivamente permeados por elementos diversos que perpassam instâncias conscientes e inconscientes de operacionalização da língua(gem). Se por um lado, o falar cotidiano nos permite produzir semânticas e semióticas imbricadas de enunciação, por outro, quando permeado pelo uso de tecnologias digitais, o falar parece (re) agente do discurso e (re)agente da instrumentalização das projeções imagéticas que garantem ao sujeito ocupar outros lugares discursivos e produzir novos jogos de produção de sentido.

Nos contextos permeados pelas práticas educacionais essas proposições trazem horizontes, já que permitem aos professores, alunos, diretores, políticas educacionais (e todos os demais pertencentes ao discurso educacional) pensar em possibilidades de deslocamento. A presença das tecnologias digitais nos espaços educacionais tem se mostrado não só como uma questão de escolha (entre professores, gestores e alunos), mas como demanda de uma sociedade cada vez mais próxima e familiarizada com a tecnologia. Essa demanda incide na (re)visita conceitual das diferentes práticas discursivas acontecidas no âmbito social e educacional.

O isolamento social provocado pela COVID-19 traz exemplos diversos a respeito do lugar das tecnologias digitais na produção de sentidos e constituições identitárias. Novas formas de trabalhar (*home office*), novas formas de ensinar (*online*), novos modos de se posicionar politicamente e socialmente (nas redes sociais) possibi-

litaram deslocamentos entre o velho e o novo contemporâneo, nos possibilitado situar no tempo em que vivemos uma (re)concepção de dialogismos e práticas sociais.

Neste artigo nos baseamos nos estudos em Análise do Discurso, tendo como objetivo propor olhares e reflexões teóricas que nos permitam pensar os efeitos das tecnologias digitais na mobilização da linguagem e na geração de jogos, mediações, sentidos que incutem processos subjetivos nos diferentes envolvidos no espaço educacional provocando deslocamentos identitários.

Contemporaneidade, tempo e tecnologias digitais: (re)concebendo práticas de produção de sentido

A contemporaneidade tem demandado reflexões a respeito de diferentes questões sobre ciência, sociedade e identidade. Novas possibilidades de pensar, agir e de racionalizar o conhecimento têm nos mostrado que a operacionalização da linguagem não é tão estável quanto parece. A cada tempo as verdades são reinventadas e reconstruídas, (re)abrindo o mundo de sentidos e significados, desvelando certezas e concretudes. Embora haja um esforço, ainda silencioso, em busca de compreensão a respeito das diferentes formas de subjetivação e produção de sentido advindas das mediações humanas a partir de tecnologias digitais, poucos horizontes ainda foram abertos para compreendermos o lugar que as tecnologias digitais têm na prática discursiva.

É arriscado sugerir que as tecnologias digitais representam uma “nova” forma de prática discursiva, afinal, elas compõem apenas mais uma das maquinarias humanas que integram e aprimoram os processos de interação e a realização de trabalhos. Naturalmente, facilitam a realização de atividades triviais e permitem ao homem dispor de mais tempo para criar e recriar as suas relações com o espaço, contexto, lugar e, nessa lógica, construir novas verdades sobre si e sobre as coisas. Como nos lembra Foucault (2005), as verdades são construídas, portanto, não podem ser eternizadas, já que à medida que estamos em um novo tempo elas são sempre (re)inventadas.

O deslumbre para com as tecnologias digitais, entendidas como maquinarias eletrônicas que facilitam a realização de processos e trabalhos³ humanos, é perceptível em diferentes discursos. Na educação, por exemplo, o termo “novas tecnologias” tem sido incorporado ao discurso educacional desde a década de 1980 (ALMEIDA, 1988; RIPPER, 1996; MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2003). É preciso apontar que o que se chama de “novas tecnologias” no âmbito do discurso educacional não se restringe ao uso de tecnologias multimodais, como o computador, *tablets* e celulares; envolve também os recursos tecnológicos unimodais como radiola, DVD, videocassete e toca fitas, que hoje caíram no esquecimento comum, mas no seu tempo eram inovações potencializadoras de grandes processos de significação no âmbito escolar.

No meio corporativo, palavras como “tecnologia”, “telecomunicações”, “informática” passaram a estar cada vez mais presentes no discurso empresarial, à medida que as tecnologias digitais ocuparam lugar nos processos e modos de trabalho (CHIEN, 2007). Assim como há milênios o barco transformou a realidade e os modos de interação, trabalho e processos humanos de organizar as atividades sociais, provavelmente as tecnologias digitais nos permitem hoje (re)ver, (re)interpretar e (re)criar nossos modos de significação, identificação e produção de sentidos. Sendo assim, propomos que não é contundente falar que as tecnologias digitais compõem algo “novo”, mas uma ressignificação de práticas de interação já existentes através da facilitação da instrumentalização dos processos de interação e engajamento humano.

Assim como um barco, as tecnologias digitais permitiram ao homem transitar e ver o mundo físico a partir de outros ângulos, aceleraram processos e (re)constituíram as lógicas de tempo, construíram e têm reconstruído verdades, reinventando as percepções e memórias sociais. Afirmar que elas são algo “novo” é fazer uma aposta demasiada, já que o passar do tempo (cronológico) desesta-

3 Trabalho aqui deve ser entendido em seu conceito amplo, ou seja, como esforço humano para realizar determinada atividade ou tarefa.

biliza a noção homogeneizante e uma das tecnologias digitais e possibilita a elas serem (re)inventadas e (re)criadas nas mais variadas práticas discursivas heterogeneizando e relativizando verdades e conceitos a respeito delas.

As possibilidades de deslocamento e de reconfiguração do tempo que permitem as tecnologias digitais têm, contudo, uma particularidade que as distinguem de outras tecnologias: o fato de afetarem as relações de linguagem e percepção humana (VYGOTSKI, 2001). Nesse sentido, a realidade já não é mais apenas aquela advinda do mundo físico, mas também aquela que passa a integrar o desconhecido, o virtual, aquilo que não consegue ser significado em matéria, ou seja, materialidade. Além de promoverem a integração humana (como fez o barco há milênios), as tecnologias digitais parecem colocar a realidade humana em conflito pelo fato de causarem uma dualidade entre o físico e o imaterial na produção da realidade humana.

Ora, se as tecnologias digitais possibilitaram deslocamentos nos modos de perceber a realidade humana, tão logo trouxeram também deslocamentos nas formas de perceber, produzir, conceber e realizar a linguagem, bem como a percepção humana. A língua, nesse sentido, já não suporta mais a condição de um sistema (SAUSSURE, 1999), já que pode ser pensada como um conjunto de materialidades simbólicas que operacionalizam memórias discursivas múltiplas capazes de situarem o homem em um tempo e espaço complexo e permeado pela linguagem. Esta, enquanto faculdade humana, permite ao homem desenvolver interação e situar-se no universo constituindo-se através da realidade (física ou virtual), identidades e modos de realização linguística.

Por levarem o homem a confundir o físico e o imaterial, as tecnologias digitais operam novas realizações linguísticas que permitem compreender e integrar a realidade (física e imaterial) de forma complexa, colocando barreiras na compreensão dos signos como resultantes de uma relação mecânica e arbitrária entre significantes e significados (SAUSSURE, 1999). O digital parece criar, portanto, uma relação complexa das percepções linguísticas, associando o visual (signo) e o imaterial (significado) sem necessariamente passar por um elemento significante.

Se numa lógica linear da linguagem o homem tende a construir poemas para projetar alguma forma de visualidade do imaterial (significado) que nos é perceptível através das palavras (significantes), em uma lógica tecnológica digital isso se reconfigura. Por exemplo, muitos postam *selfies* nas redes sociais nos mais variados formatos na tentativa de representar as percepções e sensações a respeito da realidade (significados). A *selfie*, entretanto, não é composta de palavras (embora seja uma forma de texto não verbal), mas mesmo assim potencializa a construção de sentidos amplos que operacionalizam significados assimetricamente, implicando, cada vez mais, a demanda e a valorização das percepções individuais.

A racionalização das percepções e comportamentos do mundo físico sofre interferências diretas das tecnologias digitais, já que elas sugerem a não existência de uma matemática fixa das interações e percepções humanas, tampouco das produções de sentido. Essas reflexões nos remetem ao homem sob a ótica de sujeito, como um ser inacabado e inconsciente que se apropria da palavra e dos significados na tentativa de suprir sua falta constitutiva. Como propõe Tavares:

o sujeito se constitui e é constituído na e pela linguagem. É preciso sujeitar-se à lei da cultura, à linguagem e aos dispositivos discursivos que ela proporciona, aos mecanismos representativos que ela instaura para que alguém possa advir como sujeito. [...] Constituído por uma falta que lhe é fundante, resultado da entrada do sujeito na linguagem [e pertencimento ao mundo humano], é possível que alguém se (re)construa e seja (re)construído, se (re)configure e seja (re)configurado nas constantes (re)formulações que faz de si mesmo e que o(os) outro(s) lhe endereçam (TAVARES, 2013, p. 144).

O homem compreendido a partir do conceito de sujeito é resultante de processos conscientes e inconscientes que perpassam instâncias imaginárias e simbólicas. Imaginárias, na medida em que são imateriais e inconscientes; simbólicas, na medida em que são físicas e conscientes. Seria, então, o homem como uma espécie de entremeio na realidade e no tempo que configura, sob a forma de processos e trabalhos, na e pela linguagem, a construção de ver-

dades que demarquem a sua existência. A realidade, portanto, não é pré-dita, mas um lugar de entremeios, já que demanda operações simbólicas e imaginárias para demarcar no homem um lugar de identidade e de estabilidade.

As tecnologias digitais, enquanto recurso facilitador da realização de processos e trabalhos humanos, situam o homem em um espaço de entremeios, na medida em que o deixam suscetível identitariamente. Elas permitem ao homem (enquanto sujeito) se confundir simbólica e imaginariamente. Sobre esse respeito, Tavares (2013, p. 150), considera que “na constituição do sujeito, a imagem tem um efeito estruturante, na medida em que enseja a construção de uma imagem ideal de si mesmo, e eu ideal, instância do eu que permite que alguém organize minimamente a realidade”.

É nessa perspectiva que podemos afirmar que as tecnologias digitais atuam como um mecanismo de projeção e representação da realidade, ao passo que confundem o físico e o imaterial, possibilitando ao sujeito diferentes mecanismos na busca do eu ideal. A consciência de si e das operações simbólicas que o homem mobiliza a partir das tecnologias digitais têm sido alvo de muitas reflexões, já que, enquanto sujeito, ele tende a representar-se mais imaginariamente do que simbolicamente atribuindo-lhe uma falsa (in) consciência sobre si. Isso é possível porque “o fascínio pela imagem [imaginário] é desencadeador do processo identificatório e a fascinação, o motor dessa modalidade de sedução, marcada pelo gozo que ela produz” (TAVARES, 2013; p. 151).

Ao fazer uso das tecnologias digitais, o homem pode aumentar, (re)criar e (re)construir o tempo, mas não pode, entretanto, sucumbir à realidade, já que ela é um entremeio entre o físico e o imaterial, o imaginário e o simbólico. A língua(gem) é permeada de dispositivos discursivos físicos e imateriais que organizam culturas, interações e racionalizam a realidade. Em virtude disso, não há como sustentar, pós advento das tecnologias digitais, a possibilidade de estudar a língua(gem) enquanto objeto de estudo de forma mecânica e matemática. Isso não impede que possamos racionalizá-la e compreendê-la, mas qualquer tentativa de mecanizar e matematizar

as operações linguísticas deixa o homem refém de um tempo e da (im)possibilidade de se (re)criar.

O tempo é uma grandeza fluídica, como propõe Hawking (2015). Ele só existe porque existe também o mundo. Antes da criação do universo e do homem, independentemente dos mitos de fundação, não havia o tempo. O tempo é uma forma que o homem encontrou de racionalizar sua trajetória evolutiva no mundo (HAWKING, 2015). Sendo assim, a noção de identidade se aproxima da noção de evolução do homem da (re)construção da realidade. Mecanizar e matematizar as operações linguísticas implica racionalizar e mecanizar a construção de verdades. Concomitantemente, pressupõe desacelerar o tempo e interromper o aprimoramento das maquinarias que compõem as tecnologias digitais, o que reflete em uma estagnação do sujeito e na susceptibilidade de sua história.

As problematizações feitas até aqui nos permitem adentrar com mais facilidade na Análise do Discurso com o intuito de compreender o lugar das tecnologias digitais na mobilização da linguagem e na geração de jogos, mediações, sentidos que incutem processos subjetivos nos diferentes envolvidos no espaço educacional, provocando deslocamentos identitários. É preciso destacar, portanto, que as tecnologias digitais, embora não possam ser tomadas como algo “novo”, implicam rupturas na forma de conceber, perceber e utilizar a linguagem. Isso precisa ser levado em conta para que, em tempos de efervescência histórica, não tendamos a racionalizar as concepções de língua(gem) sob uma ótica mecânica e matemática na tentativa de ter controle sobre o tempo e sobre as construções das memórias discursivas.

A utilização de tecnologias digitais na Educação: relações de poder, subjetividades e construções de sentidos

As tecnologias digitais têm se infiltrado nos diversos segmentos da sociedade, refletindo nos modos de produção de sentido e de relações humanas. Boa parte disso se deve à globalização e à era técnico-científica do capitalismo. Essas irrupções históricas influenciam

também nas práticas discursivas, pautadas pelas relações de saber e de poder que norteiam a produção de subjetividades na contemporaneidade. O reflexo desses avanços tecnológicos, em especial dos meios digitais de comunicação, pode ser percebido nas práticas trabalhistas, requerendo mão de obra qualificada e capaz de dominar esses recursos na execução das atividades.

O contexto educacional não pode ficar de fora dessas incursões provocadas pelas tecnologias digitais, já que as práticas discursivas envolvidas à educação são o grande motor propulsor dos avanços científicos e tecnológicos. Pensada como uma engrenagem, a educação funciona, então, como uma tautologia, uma vez que a escola reflete e refrata as evoluções da sociedade. “Esta relação – educação e tecnologia – está presente em quase todos os estudos que têm se dedicado a analisar o contexto educacional atual, vislumbrando perspectivas para um novo tempo marcado por avanços acelerados” (GRINSPUN, 2001, p. 25).

Nessa mesma direção, Tajra (2001, p. 10) salienta que “A escola e os professores devem oferecer a seus educandos os recursos disponíveis nos seus meios”. Especificamente no que diz respeito ao uso de tecnologias digitais na escola, a autora acrescenta que recusá-las no trabalho educacional seria “omissão e não cumprimento da missão principal do educador: preparar cidadãos proativos para um mundo cada vez mais competitivo e, infelizmente, com grandes disparidades sociais” (TAJRA, 2001, 10). Sendo as tecnologias digitais uma maquinaria de trabalho presente na sociedade, é natural que elas devam ser, também, incorporadas nos modos de trabalho educacional.

Com base nos estudos foucaultianos sobre as condições de possibilidade de emergência do sujeito e dos discursos, faz sentido propor uma reflexão acerca das efervescências históricas que marcam a pandemia de COVID-19, em especial no que diz respeito à presença das tecnologias digitais na educação. Além do mais, faz-se necessário pensar sobre as novas relações de poder daí advindas e as formações subjetivas como efeito desse processo de construção do conhecimento.

É preciso enfatizar que o isolamento social desencadeado em decorrência da pandemia de COVID-19 pareceu surtir efeitos nas construções subjetivas intercorridas no ambiente educacional. Muito disso se deve ao fato da adesão ao ensino remoto, que parte do uso de aparatos tecnológicos como computador, celular, internet, *softwares*, entre outros. Essa convergência de formações discursivas entrelaçadas nas ideias de quarentena, isolamento social e tecnologias digitais tem oportunizado debates sobre o processo de ensino-aprendizagem remoto⁴, mais ainda quando ele passa a ser uma determinação do Estado e das secretarias da educação.

Há polêmicas em torno dessa questão, como por exemplo, se o ensino remoto será efetivo no contexto educacional do Ensino Fundamental 1 e 2; ou ainda, se todos os alunos terão acesso aos aparatos tecnológicos utilizados pela escola para a ministração do ensino remoto. Ancoramo-nos em Foucault (2008), em especial na sua fase arqueológica, que propõe um trabalho de escavação dos campos do saber – não em nível de uma validação epistemológica, mas no sentido de conferir quais as condições historicamente marcadas para o aparecimento de certo discurso – para reforçar que o investimento crítico nessas polêmicas pode nos apontar para um lugar de (res) significações nas operacionalizações discursivas que compõem a memória do espaço educacional.

Nessa direção, é preciso lembrar que o processo educativo não aderiu às tecnologias digitais em decorrência da pandemia. Pelo contrário, os discursos que giram em torno dessas questões já vinham sendo mobilizados nas últimas décadas. Talvez a contingência de lidar de forma determinante com a necessidade de reinvenção do tempo e espaço educacional tenha acelerado a “digestão” das ideias que compreendem o universo discursivo situado no entremeio das tecnologias digitais e o espaço educacional, entretanto, ainda é cedo para afirmar constatações de mudanças e operacionalizações discursivas precisas.

4 O discurso hegemônico da atualidade menciona educação remota e educação a distância. Ainda é preciso uma discussão mais consistente que consiga uma definição distintiva entre ambas as definições. Porém, partem do mesmo pressuposto de ensino por meio das tecnologias digitais, sem estarem convencionalmente em uma sala de aula física.

A constatação de um tempo líquido (BAUMAN, 2007) que já vinha sendo estudado também merece lugar em nossas reflexões. Afinal, muitas projeções já estavam sendo delineadas a respeito do vazio subjetivo característico da pós-modernidade. Como propõe Bauman (2007), neste novo tempo desencadeado pela transição de séculos e milênios (Século XXI) é inevitável não lidar com as contradições. Com efeito, as contradições no âmbito da formação e preparação de professores, da (des)construção do espaço educacional, nos lugares ocupados pelos enunciadores do discurso em face à emergência das tecnologias digitais no contexto educativo são inevitáveis.

Essas contradições são importantes, portanto, para (re)pensarmos concepções de letramento; ensino-aprendizagem; o papel do professor, do aluno, da escola e dos agentes educacionais; políticas educacionais e de currículo; orçamentos educacionais; espaços escolares; entre outros, e qual será o lugar das tecnologias digitais na operacionalização dos discursos que circundam esses contextos. É preciso considerar, entretanto, que a contradição que vivemos deverá saber lidar com as construções históricas do passado e com as exigências de uma nova realidade sócio-histórica idealizadora de um tempo futuro.

Atualizações na concepção de sujeito devem emergir com o intuito de constatar interdiscursos nas relações educacionais que nos possibilitem significar um ensino mediado e permeado pelas tecnologias digitais. Estamos lidando com uma nova realidade e com um novo tempo e isso exigirá, de todos, empenho na compreensão das contradições advindas de efervescências históricas. Como propõem Maria Elizabeth Almeida e Fernando Almeida:

Enfrentar essa nova realidade significa ter como perspectiva cidadãos abertos e conscientes, que saibam tomar decisões e trabalhar em equipe. Cidadãos que tenham capacidade de aprender a aprender e de utilizar a tecnologia para a busca, a seleção, a análise e a articulação entre informações e, dessa forma, construir e reconstruir continuamente os conhecimentos, utilizando-se de todos os meios disponíveis, em especial dos recursos do computador. Pessoas que atuem em sua realidade tendo em vista a construção de uma sociedade mais humana e menos desigual (ALMEIDA, M; ALMEIDA, F., 1998a, p. 50)

Em uma concepção de linguagem à luz da Análise do Discurso, é possível apontar para uma reconfiguração dos sujeitos em meio à efervescência histórica da atualidade e que aflorará nos diversos contextos pós-pandemia de COVID-19. A utilização de tecnologias digitais requer processos de subjetivação que partem de novas formações discursivas que consigam adentrar pelo cenário de ensinar-aprender em consonância com as formações sócio-históricas do mundo atual. Como propõem M. Almeida e F. Almeida, (1998a) será necessário trabalhar em “equipe” para enfrentar as demandas da presença da tecnologia no contexto educacional, bem como alçar novas formas de relações de poder e adentramento nessa (re)configuração discursiva.

Estar em “equipe” nem sempre significa estar fisicamente próximo de outras pessoas, mas comunicar, cooperar, integrar e compartilhar objetivos e práticas com o intuito de realizar um determinado trabalho humano. A naturalização das tecnologias digitais nos diferentes contextos de realização da vida demandará, portanto, novas formas de se trabalhar. Sendo o estudo uma forma de trabalho e realização humana, serão necessárias também novas formas de se estudar. Tendo em vista essas considerações, é preciso lembrar que em todas as instâncias sociais o discurso passa pelo sistema de controle (FOUCAULT, 1996) e a posição de sujeito requerida no âmbito da inserção das tecnologias digitais na educação tende a passar pela adesão à contingência.

O discurso tomado na esfera pedagógica obedece a uma ordem discursiva que não foge à regra do resultado educacional: o ensino-aprendizagem. Nesse contexto, há regras, limites e uma forma de organização do trabalho remoto que exigem cumprimento. É preciso supor que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório [...]” (FOUCAULT, 1996, p. 8-9). Mesmo que os sistemas de educação sejam resistentes ao trabalho remoto, é preciso considerá-los uma realidade de contingência que precisa ser enfrentada.

As proposições de Foucault (1996) clareiam o entendimento de diferentes tensões que o uso de tecnologias digitais, como computadores, celulares e internet, gera na educação, extrapolando até mesmo o conceito de espaço escolar. Com a possibilidade de realizar as atividades escolares em casa, através de tecnologias digitais, os espaços educacionais passarão também a integrar as lógicas e relações humanas do espaço familiar e habitacional. Ao mesmo tempo, possibilitará à escola atravessar relações sociais e integrar a comunidade, bairro e cidade em que está situada. Não podemos deixar de pontuar, também, que ela pode, ainda, ficar mais distante daqueles que não têm acesso a tecnologias digitais e ao letramento de uso que elas exigem.

É possível observar que há um conjunto de operações envolvidas no ensino-aprendizagem a partir das tecnologias digitais que causam (re)configurações subjetivas. Em virtude disso, elas não são mais apenas um veículo auxiliar da didática, mas uma mola propulsora de transformações e (res)significações dos gestos de educar e de ensinar-aprender. O ensino remoto apenas tornou realidade a tecnologização e digitalização da escola e mobilizou diferentes sujeitos possibilitando a construção de conhecimentos e práticas pedagógicas que certamente serão, em parte, normalizadas.

Para além dos objetivos educacionais propriamente ditos, faz-se necessário repensar o papel da inserção das tecnologias digitais na constituição de sujeitos atuantes na contemporaneidade. Os governantes, em suas várias esferas, têm decretado a adesão ao ensino remoto; na contramão desse processo, têm surgido resistências, já que as historicidades dos sujeitos da educação são múltiplas. No contexto brasileiro há várias realidades educacionais demarcando heterogeneidades econômicas, sociais, pedagógicas e culturais. É evidente que os contextos escolares menos privilegiados resistam ao sistema, seja pela dificuldade de acesso a essas tecnologias, seja por negação a essa forma de educação.

Pensando a partir de uma ótica da possibilidade nos ancoramos em Grinspun (2001) ao afirmar que a educação ancorada nas tecnologias, condizente com a modernização da contemporaneida-

de, requer um novo olhar dos sujeitos professores que se encontram envolvidos nessa ordem educacional. Nessa modernização, as práticas discursivas e os sujeitos passam por um processo de deslocamento, possibilitando efeitos de resistência.

Sendo assim, por mais que haja resistência, será necessário revisar conceitos, culturas e práticas sociais escolares com o intuito de evitar tensões. Assim como ocorreram tensões durante o isolamento social provocado pela pandemia de COVID-19, que trouxe de imediato diferentes mobilizações subjetivas e normalizações de práticas sociais, é possível caminhar rumo à possibilidade de que a educação também terá efeitos diretos com a normalização das tecnologias digitais em seu contexto.

A pandemia pode ser considerada uma mola que tem feito emergir acontecimentos discursivos à luz de uma realidade sócio-histórica que demarca temporalidades no percurso de das (re)construções sociais. Foucault (2008), quando trata de enunciado e arquivo, assinala que o arquivo está para o fator histórico, que traz consigo um conjunto de discursos produzidos em determinado momento. A emergência histórica da educação remota, como parte de um interdiscurso centralizado na pandemia de COVID-19, contém uma espécie de fator sanitário (FOUCAULT, 2008) como pano de fundo, em que a educação tradicional como dever do Estado e da família permanece ao mesmo tempo em que se tensiona com as demandas do Direito à Educação produzindo desdobramentos discursivos.

Nota-se nessas tensões uma transformação considerável nas redes discursivas que constroem o contexto educacional, o que desloca as posições discursivas do professor, diretor, gestor, pai(s), aluno, responsável escolar, técnico em informática e pedagogo abrindo diferentes deslocamentos e rupturas. Nesse entremeio as tecnologias digitais e as práticas sociais que delas emergem surgem como uma espécie de espelho para que as diferentes configurações subjetivas se (re)vejam e se (re)posicionem. A questão, entretanto, é que as imagens colhidas nos jogos de tensão permeados pelas tecnologias digitais agregam novos conceitos, práticas, letramentos e demandas no fazer educacional. Como aponta Fróes:

O simples uso de um editor de textos mostra como alguém pode registrar seu pensamento de forma distinta daquela do texto manuscrito ou mesmo datilografado provocando no indivíduo uma forma diferente de ler e de interpretar o que escreve, forma esta que se associa, ora como causa, ora como consequência, a um pensar diferente (FRÓES, 1998, p. 58)

A rotina de leitura e escrita, tão comum no âmbito do papel e caneta/lápis na vida escolar, tende a ganhar novas roupagens com as tecnologias digitais. As concepções de escrita e leitura terão de ser redescobertas a partir das experiências e possibilidades concebidas com a educação remota. A frutificação que pode ser conferida a partir da normalização das tecnologias digitais no espaço escolar tem sido experimentada como um regime de verdade que aflora das efervescências históricas advindas da pandemia de COVID-19. Segundo Foucault (2016), a todo tempo se produz verdades, isto é, discursos que são legitimados e aderidos socialmente, resultando em emergências de subjetividades.

O ensino remoto tornou possível perceber que as diferentes formas de linguagem têm passado por (res)significações. As memórias discursivas que permeiam a escrita, leitura, computador, celular, internet, letramento matemático, dentre outros, têm encontrado deslocamentos a partir das tecnologias digitais. A escrita e a leitura em tela no lugar do papel, por exemplo, reconfiguram as convenções sobre o escrever e ler surtindo efeitos nos diferentes processos de construção, elaboração e registro do conhecimento. Isso implica repensar as habilidades linguísticas trabalhadas pela escola, tendo em vista que o uso tecnologias digitais deslizam e deslocam a relação dos sujeitos com a materialidade linguística, interferindo na relação sujeito-linguagem e nos processos de constituição do sujeito.

A normalização do uso das tecnologias digitais no contexto educacional também nos permite problematizar a classificação entre verdadeiro, como aquilo que pode ser tomado como da ordem de verdade, e do falso, como aquilo que deve ser refutado, interditado. Retomando o que Foucault (1996) aborda n'*A ordem do discurso* pode-se dizer que o efeito do aparecimento das tecnologias digitais

como algo “novo” no ambiente escolar tende a perpassar movimentos de resistência e do controle. Essa resistência vem de todas as partes (alunos, professores, diretores, familiares, dentre outros), mas diante de uma situação de pandemia, ou seja, de alerta, a resistência muitas vezes é atravessada pela sobrevivência.

Em tempos de pandemia, a necessidade de sobrevivência impulsiona a operacionalização das memórias discursivas mobilizando interdiscursos que muitas vezes tornam invisível a resistência. Instinto e linguagem se confundem nas lógicas subjetivas operacionalizando o comportamento humano para o desejo de existir e sobreviver em meio à desconfiguração do convencional. As apostas que o sujeito profere nessa confusão de si e do tempo em que está (convencional e devir) também exercem força, tensão e significado nos movimentos de constituição subjetiva.

Ora, cedo ou tarde, as resistências sempre retomam a consciência social. A questão, entretanto, é como ela volta. Por isso deve-se atentar quanto aos fatores sanitários propostos por Foucault (2008). Produzir verdades não significa configurar convenções e regularidades discursivas, sendo assim, é preciso problematizar, refletir, sanitizar e significar as tensões emergentes do uso de tecnologias digitais na escola, para que não haja no futuro um movimento de destruição e (re)configuração dos sentidos outrora produzidos. É certo que as tecnologias digitais (re)configuram as relações de poder conferindo novos modos de subjetivação e verdade. Afinal, “a subjetividade é concebida como o que se constitui e se transforma na relação que ela tem com sua própria verdade” (FOUCAULT, 2016, p. 13).

O uso das tecnologias digitais no ambiente escolar não interfere apenas no âmbito da organização escolar em si, mas também no modo de pensar e realizar o trabalho humano. Assim sendo, da mesma forma que novos significados impulsionam a capacidade de criar, modificar e ressignificar o espaço, pode-se dizer que uso das tecnologias digitais interfere na produção da criatividade e reconfigura a forma de adquirir conhecimentos, produzir cognição e subjetivação, demandando novas formas de construir uma ética e estética da existência (FOUCAULT, 2016).

Deslocamentos na ética e estética da existência demandam inovações no modo de se relacionar com o que se produz e na forma como se produz. Além disso, implicam reconfiguração na forma de interagir e produzir subjetividades em meio digital. O papel do professor nesse contexto é o de direcionar essa interação (professor, aluno, saber, tecnologia, dentre outros) “de modo que o aluno possa construir o seu conhecimento em um ambiente desafiador, em que o computador auxilia o professor a promover o desenvolvimento da autonomia, da criatividade, da criticidade e da auto-estima do aluno” (ALMEIDA, 1998, p. 66).

Considerando as condições de possibilidade da emergência do trabalho humano a partir das tecnologias digitais no contexto educacional, a construção de verdades e a própria dinâmica do processo de estudos resultam em novas relações de poder, bem como em práticas discursivas outras que fogem dos padrões convencionais construindo jogos e dualidades discursivas. Sentidos se afluam condicionados pela efervescência histórica decorrente da pandemia de COVID-19 causando tensões e deslocamentos discursivos. As tecnologias digitais enquanto lugar no discurso mobilizam a linguagem criando tensões, jogos, mediações e sentidos que incutem uma reconfiguração dos processos de subjetivação dos atores do espaço educacional.

É preciso estar à alerta, portanto, quanto às tensões e resistências que são impulsionadas por uma interdiscursividade ainda em construção. Que as tecnologias digitais passaram a integrar o discurso educacional, não se tem dúvida, mas o cenário ainda é muito incerto quanto aos processos subjetivos e de deslocamentos identitários que elas ocasionarão. De todo modo, é preciso estarmos atentos para que a sobrevivência não impeça aos diferentes atores da educação significarem seus posicionamentos discursivos em face à efervescência histórica contemporânea, acirrando tensões e resistências diluidoras de uma das mais importantes memórias discursivas: o espaço educacional.

Considerações finais

Ao longo do presente artigo propomos olhares e reflexões a respeito dos efeitos das tecnologias digitais na mobilização da linguagem e na geração de jogos, mediações e sentidos no contexto educacional. Processos subjetivos nos diferentes envolvidos no espaço educacional provocando deslocamentos identitários. É preciso destacar que embora o uso de tecnologias digitais na educação seja uma pauta bastante presente nas efervescências históricas decorrentes da pandemia de COVID-19, esse não é um tema de estudo recente, já que começou a ser embasado ainda nos anos 1990.

É preciso considerar, entretanto, que a normalização do uso de tecnologias no ambiente educacional teve, sem dúvidas, um impulso dos decretos de isolamento social e de promoção à educação de forma remota. Com efeito, as formas de interação social e educacional que as tecnologias digitais permitem ensejam deslocamentos nas relações humanas aflorando novos modos de trabalho, significação e sentido, questões essas que refletem na (re)constituição subjetiva dos diferentes envolvidos no contexto educacional.

É possível considerar que o isolamento social provocou a (re)reativação de uma memória discursiva que estabelece um intercurso entre homem, tecnologias digitais, educação, COVID-19 (re)configurando vários aspectos da vida cotidiana, em especial na dimensão educacional. Dessa forma, as práticas discursivas mediadas pela leitura, letramento e escrita, sofreram deslocamentos, o que demandará rupturas e inovações no discurso tradicional sobre educação. É preciso considerar que toda ruptura discursiva coloca o homem frente a novas relações entre espaço e tempo construindo novas historicidades e o trajeto de evolução das sociedades.

Considerando que o sujeito é feito e constituído a partir de suas práticas discursivas (sendo essas permeadas por relações de saber e de poder), é válido destacar que a normalização das tecnologias digitais no contexto escolar instaura uma (des)continuidade histórica em que novas verdades e relações de poder surtirão. Serão necessários, portanto, estudos que compreendam as práticas de linguagem

via tecnologias digitais e como elas surtem efeito na (re)configuração subjetiva do sujeito bem como impactam na (re)ordenação de posicionamentos discursivos em relação ao saber, poder e identidade que os diferentes sujeitos assumem no contexto educacional.

Assim, para além de desconstrução e reconstrução de sentidos, é preciso refletir sobre a educação e ensino-aprendizagem como um todo. É preciso considerar que uma nova sociedade se forma a partir da pandemia de COVID-19, o que reconfigura o papel e lugar do sujeito na emergência e transformação das práticas discursivas que representam o presente significando sentidos que construirão a história que está por vir. Aos diferentes atores da educação cabe, para além de uma reflexão, uma tomada da/na palavra, com o intuito de significar o tempo presente evitando movimentos tardios de resistência que impedem os sujeitos de produzirem novas formas de se ver e se posicionar no mundo.

Referências

ALMEIDA, F. J. **Educação e Informática**: Os computadores na escola. São Paulo: Cortez, 1988.

ALMEIDA, M. E. B. de; ALMEIDA, F. J. de. Uma zona de conflitos e muitos interesses. *In*: MEC; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Salto para o Futuro**: Tv e Informática na Educação. Brasília: MEC, 1998. p. 49-54. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me002689.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

ALMEIDA, M. E. B. de. Da atuação à formação de professores. *In*: MEC; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Salto para o Futuro**: Tv e Informática na Educação. Brasília: MEC, 1998. p. 65-72.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

CHIEN, T. C. Technical competency needs assessment for the telecommunications professional. **The Journal of Human Resource and Adult Learning**, New York, v. 3, n. 2, Dec. 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). Tradução: Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

FRÓES, J. R. M. A relação homem-máquina e a questão da cognição. *In*: MEC; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Salto para o Futuro**: Tv e Informática na Educação. Brasília: MEC, 1998. p. 55-64.

GRINSPUN, M. P. S. Z. **Educação tecnológica**: desafios e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HAWKING, S. **Uma breve história do tempo**. Tradução: Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MORAN, J. M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papirus, 2003.

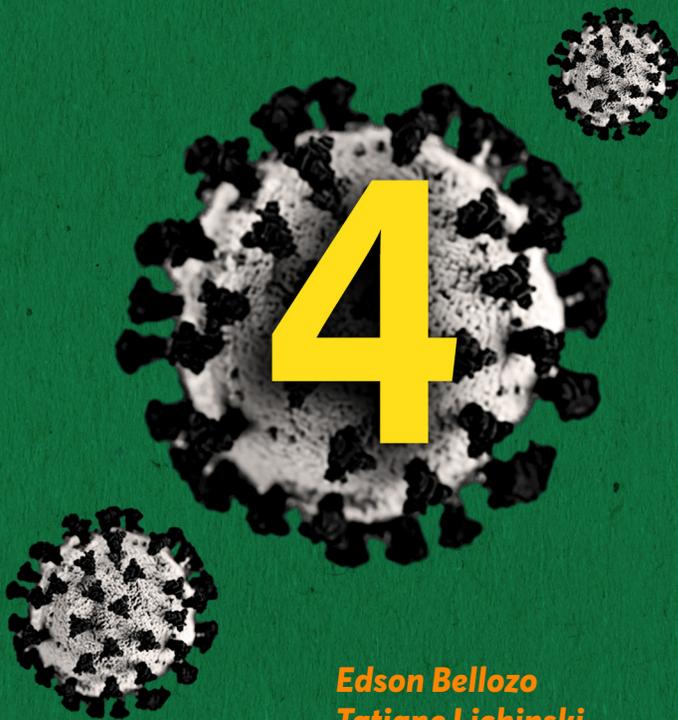
RIPPER, A. V. O preparo do professor para as novas tecnologias. *In*: OLIVEIRA, V. B. (org.). **Informática em Psicopedagogia**. São Paulo: Editora Senac, 1996.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

TAJRA, S. F. **Informática na Educação**: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. São Paulo: Érica, 2001.

TAVARES, C. N. V. Fronteiras litorâneas no conceito de sujeito em pesquisas sobre a subjetividade em jogo no ensino-aprendizagem de línguas. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão (SC), v. 13, n. 2, p. 299-316, 2013.

VYGOTSKI, L. S. **A formação Social da Mente**. Tradução: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



Edson Bellozo
Tatiane Lichinski

A construção do discurso político na era das *fake news*

Edson Bellozo¹
Tatiane Lichinski²

A influência das notícias falsas em campanhas políticas não é novidade, porém, com as novas tecnologias de comunicação e o avanço destas ferramentas, o que temos é uma potencialização jamais vista até então. São vários os exemplos de pleitos eleitorais decididos com base em campanhas midiáticas caluniosas e, para o grande público, muitas vezes, a verdade jamais será conhecida, ou seja, a mentira se perpetua e os estragos são demasiadamente elevados e afetam gravemente o funcionamento de um sistema democrático.

A democracia é uma das mais importantes conquistas da humanidade. É o conceito de democracia, ainda que representativa, que permitiu chegarmos ao fim de regimes monárquicos e dinastias tirânicas, bem como ditaduras de todo tipo e regimes totalitários. Se ainda faltam meios para aperfeiçoamento da democracia, não se pode negar que sem ela as condições de vida para a maioria das pessoas seriam significativamente piores. Por isso, é consenso no meio acadêmico e até mesmo fora dele que a democracia é um valor universal.

No entanto, são muitos os elementos que atuam para limitar a abrangência da real participação popular nos processos de escolha política. Alguns deles são naturais, ou seja, são percalços da própria dinâmica social que consistem na demora para se realizar consenso sobre o que se almeja. Outros são engendrados, pensados e calculados para turvar a visão das pessoas acerca dos seus reais interesses. Dentre estes elementos que são engendrados, temos vivenciado

1 Mestre em Ciências Sociais pelo PPGCS – UEL. E-mail: nosdebello@gmail.com.

2 Mestra em Letras pelo PPGL – UNICENTRO. E-mail: tatilichinski@gmail.com.

a eclosão das chamadas *fake news*, que atuam em frentes distintas, tanto para criar um clima, às vezes, de beligerância entre correntes políticas e ideológicas distintas, quanto para encobrir ou criar fatos de interesse que são inerentes ao outro grupo em disputa, como também distorcendo e adulterando informações verdadeiras, alterando a realidade para fins políticos.

Deste modo, as *fake news* são somente a ponta de um fenômeno bem mais complexo, que é a chamada “guerra híbrida”, envolvendo uma teia de elementos responsáveis não somente pela disseminação de notícias falsas, mas sobretudo pela criação dos factoides, conteúdos deturpados ou completamente inventados, caluniosos, com o intuito da promoção da imagem de um candidato ou de um movimento em detrimento de outro(s).

As *fake news* resultam, portanto, de investimentos pautados em interesses político-econômicos de determinados grupos e, como consequência, o que se vê é o esvaziamento do debate político-ideológico. Assim, a polarização que deveria ser somente no campo das ideias acaba por levar ao acirramento e à violência, esvaziando os assuntos de interesse coletivo. Diante do que foi exposto, tendo como base os estudos dos discursos políticos e midiáticos de Patrick Charaudeau e outros autores que tratam de temáticas sobre a política, a manipulação da opinião pública e as consequências dela no meio político, este trabalho tem por objetivo apresentar como os discursos políticos ancorados em *fake news* manipulam a opinião pública e influenciam no funcionamento da democracia.

O discurso político: da manipulação à era das *fake news*

A ideia que se faz, de modo mais abrangente, acerca da política é a associação ao exercício de cargo público e sua relação com mandatos eletivos, da atuação do político. Para tal, é necessário que haja como requisito um sistema minimamente democrático, ou seja, que vigore um sistema republicano onde este exercício, da política e da democracia, possa ocorrer. A política, no entanto, tal qual era concebida para os gregos antigos, era mais que a participação dos

assuntos públicos e do Estado; era uma condição de vida, de exercício da integralidade da vida pública da qual a fala, o argumento, o discurso seriam as ferramentas imprescindíveis.

Dos debates na *ágora* à convivência entre os cidadãos, a política seria uma forma viva de qualificar o discurso para o exercício da vida pública. Logo, como se percebe, é praticamente indissociável a política da habilidade de dominar a palavra como meio de convencimento e de ação prática, sendo, por sua vez, a arte da troca, da concessão de ideias e argumentos e do embate pela palavra e da persuasão. A *pólis*, o espaço público, era o campo para o exercício de uma cidadania e da liberdade que só fazia sentido vivenciado com o intuito de sociabilidade.

A *pólis* grega, como se sabe, é o berço da política e, ao mesmo tempo, a base para o surgimento dos valores como a cidadania e a democracia, cuja abrangência nos chega até os dias de hoje. A política grega, embora restrita à participação somente dos cidadãos, ou seja, um número restrito de pessoas, era o caminho para a construção do bem comum, tal qual preconizava Aristóteles. Ao separar a ética da política, a ética passa a ser vista como uma doutrina moral individual, ao passo que a política seria a doutrina da moral social (GRUPPI, 1985). O Estado é superior ao indivíduo e a coletividade também o é e busca realizar os anseios de paz e felicidade cujo meio de realização é a política, embora, como se vê, isso não se dá sem escapar aos riscos da manipulação do discurso político.

De fato, já desde Platão sabemos que a mentira não é apenas um incidente ocasional na vida política, mas é ela mesma um dos recursos disponíveis aos governantes na difícil e inglória tarefa da administração das cidades. Na descrição da sua utopia, a despeito do compromisso de cada cidadão de sempre buscar e defender a verdade, Platão argumentava que seus dirigentes, somente eles, teriam a permissão de mentir, pois a mentira, se usada adequadamente, pode contribuir para a realização do bem-estar comum (FEITOSA, 2017, p. 3)

Na idade média, Maquiavel dá grande contribuição ao pensamento político ao separar formalmente o sacro do mundano, a política da religião. Ao conceber a política como a arte do possível,

Maquiavel coloca o campo dos homens não mais como um *dever*, como o fazia Aristóteles ao conceber a política como a busca pela felicidade. Para o pensador florentino, esta é tida como uma ação efetiva, dentro daquilo que é possível realizar, pois, a política é a arte do possível. Mais do que nunca, é a habilidade e a força do homem público que garantirá o sucesso ou o fracasso das suas ações, a *virtude e a fortuna* (GRUPPI, 1985).

Como o centro da política maquiavélica é a ação do príncipe, os fins justificam os meios e o sucesso do político está na eficácia de suas ações, tal qual no seu discurso. Nem sempre fazer o que se deveria fazer, mas sempre o que é necessário fazer, mesmo que para isso se sacrifique a verdade. De acordo com Gruppi (1985), este é somente um detalhe no jogo de poder que fez Maquiavel pensar nos Borgia, em particular em Cesare Borgia, ao mesmo tempo em que tentava aconselhar um Medici – Lourenço, o Duque Valentino de Urbino –, rivais do príncipe arquetipo de Maquiavel na política local.

A verdade e a política, como se vê, desde tempos remotos, não são elementos que caminham no mesmo passo. Ao contrário, o domínio do discurso político lança mão de artifícios que extrapolam o âmbito do aceitável para obter uma condição compreensível. Hannah Arendt (1967) já havia demonstrado em *Verdade e Política* que nem sempre política e verdade são compulsórios.

Pode-se inferir que a utilização de meias verdades ou da própria mentira é um expediente natural no discurso. Tal qual é natural a existência de um controle sobre a informação e do que acessa o eleitor, sobretudo em tempos de campanha onde a afinação do discurso é mais acentuada. Foucault (1996) supõe que em todas as sociedades existe o controle do discurso, tendo em vista que ele não é apenas algo que fica somente no campo do abstrato, mas que se materializa; o discurso está, portanto, relacionado ao poder, quem domina o discurso domina também os mecanismos de poder. Considerando que política e poder estão amplamente ligados, manipular o discurso político faz parte do controle do poder.

O discurso político sempre foi um campo de batalha no jogo democrático. O controle do discurso é importante, tanto para se

alcançar o poder quanto, depois de instalado nele, para que se possa utilizá-lo como mecanismo de legitimação da *práxis* política, seja ela efetiva ou não. Desta forma, controlar o discurso permite a legitimação de uma ação política mesmo quando esta ação é puramente ineficaz. Trata-se de um fenômeno que tem sido explorado por inúmeros segmentos políticos.

Para Charaudeau (2018), o discurso político atua como um elemento de ligação entre os desejos individuais e coletivos de uma sociedade. A política torna possível a vida em comunidade e por meio do discurso é que são determinados os valores que estabelecem o elo social capaz de agrupar as diferenças sociais existentes.

[...] não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é que motiva a ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos (CHARAUDEAU, 2018, p. 39)

Logo, o discurso é um elemento fundamental na política, pois considerando que para que o poder seja conquistado – em regimes democráticos ou mesmo em regimes autoritários – é necessário antes conquistar a aprovação de um público. E a conquista desta aprovação exige do político o domínio de um discurso persuasivo que apresente propostas que atendam às expectativas. Ainda, conforme mencionado anteriormente, mesmo após ter conquistado o poder, a manutenção dele requer um domínio do discurso. Portanto, em um primeiro momento, para a chegada do político ao poder, o discurso político tem um caráter de promessa e em um segundo momento, para permanecer no poder e tomar decisões, seu discurso é de justificativa (CHARAUDEAU, 2020).

O fato de as sociedades não serem homogêneas, serem formadas pela diversidade, é um percalço para o discurso político, tendo em vista que ele precisa transpor essa barreira da diversidade e atingir um grande número de indivíduos. E a possível solução que se apresenta é a construção de uma opinião pública que se dá pela manipulação das opiniões individuais.

Considerando os diferentes conceitos acerca da expressão “opinião pública”, Charaudeau (2020) parte do princípio de que a construção da opinião se dá pela troca de ideias e que esta troca, na mesma medida que influencia, permite que o indivíduo seja influenciado. Logo, para o autor, “A opinião pública está em construção permanente, na confluência de um triplo movimento de *reação* por parte dos grupos sociais, de *atribuição* por parte dos atores políticos, de *categorização* por parte das instâncias midiática” (CHARAUDEAU, 2020, p. 44).

Quem detém o controle do discurso, de certa forma, detém também o controle da opinião pública ou tem mais facilidade de manipulá-la de acordo com o seu interesse. Neste sentido, vem há algum tempo fazendo parte da manipulação do discurso político uma ampla rede de produção e disseminação de *fake news* e circulação de teorias conspiratórias de todo tipo, as quais colocam em xeque teorias científicas e, ao mesmo tempo em que apresentam descrédito a tudo, dão credibilidade a todos. As *fake news* se abastecem em grande medida nas teorias conspiratórias na mesma proporção que, muitas vezes, as alimentam.

Estes elementos são responsáveis cada vez mais por criar uma narrativa que, embora fictícia e muitas vezes fantasiosa, tem sido responsável por construir no imaginário popular um cenário propício para aceitação de qualquer ideia irreal e irresponsável e alçando simples aproveitadores à condição de protagonismo. O pleito eleitoral de 2018, no Brasil, é um bom exemplo disso, onde os discursos mais virulentos e pautados em injúrias e mentiras foram os que obtiveram mais sucesso. Claro que não foram somente as *fake news* que elegeram candidatos que apelaram para um discurso pautado em mentiras; havia todo um contexto propício para tal situação. Porém, é inegável que as campanhas difamatórias com base em notícias inverídicas tiveram um papel importante no processo. E vale ressaltar que, conforme veremos mais adiante, o próprio contexto é manipulado por mentiras e teorias conspiratórias a fim de dar condições à aceitação de um determinado discurso.

É sabido que, antes da chegada da internet, a utilização de outras ferramentas eletrônicas de comunicação, que se inicia como rádio e ganha um papel decisivo com a televisão, desempenharam um importante papel nas decisões políticas. Essas ferramentas eram facilmente controladas e propagavam um discurso que atendia aos interesses de grupos políticos e empresariais que as financiavam.

De acordo com Costa (2005), a partir da segunda metade do século XX, a importância da mídia (rádio, TV, jornais, revistas) no cotidiano da população brasileira aumentou e, como a propaganda é quem mantém a mídia, a propaganda política passou a ocupar esse espaço midiático. A política passou a ser tratada como um produto de marketing. O discurso político midiático era financiado e, conseqüentemente, manipulado por pessoas interessadas em controlar o poder.

Acreditou-se que a internet tornaria possível a construção de opinião isenta de manipulação, contribuindo, desta forma, com a ampliação da democracia. Porém, percebe-se que ela democratizou o acesso à informação, mas não impediu que essa informação fosse manipulada. Criaram-se, então, novos mecanismos de manipulação que acabam sendo um meio de desinformação.

Logo, se por um lado a rede mundial de computadores equalizou o discurso político e democratizou o seu acesso, por outro ela deu voz a um segmento que trata a política como uma mercadoria – em que pequenos grupos lucram com ela, comercializável tanto na produção de um discurso ao gosto do eleitor, quanto na construção e desconstrução de imagens de certos candidatos e partidos. Nesse jogo de manipulação da realidade, não temos atuando só pessoas diretamente ligadas ao poderio político, aquelas que lucram com ele; fazem parte, também, pessoas que, sem ganhar nada e ainda perdendo direitos arduamente conquistados, são manipuladas para agirem de acordo com os interesses de quem ganha com o poder.

Umberto Eco foi bastante criticado ao dizer que a internet deu voz a uma “legião de imbecis”³. Porém, por mais que não se possa negar a importância da internet para a democratização do acesso à informação, também não se pode ignorar que qualquer pessoa munida de um celular acabou por tornar-se uma disseminadora de conteúdos sem qualquer critério, quando não ela própria cria conteúdos sem qualquer crivo social, que acabam por prejudicar a sua própria classe.

Portanto, o carisma político, tão essencial no processo de construção de um discurso pautado na persuasão pelas ideias e argumentos vai sendo esvaziado pelas tribunas digitais e pelas redes sociais que vendem a ideia de uma personalidade feita ao gosto do eleitor. São políticos com perfis pré-fabricados, voláteis, que se ancoram em algoritmos e em informações de aplicativos digitais que analisam o gosto do eleitor e assim permitem a construção um discurso engendrado, porém, vazio.

Neste sentido, não são somente as *fake news* que assim recebem essa alcunha, mas, sobretudo, a própria identidade de uma personalidade política que pode ser entendida como um elemento *fake*, pré-moldado a aceder a um público ou aos anseios de segmentos inteiros da população, sem que, no entanto, seja algo verdadeiro, identificado como a real proposta deste candidato. Aquele que primar pela honestidade tem grande chance de ter um significativo prejuízo na corrida eleitoral onde quer que a dispute.

Em suma, se antes era tolerada no discurso político, hoje a mentira passou a protagonizar tal discurso. Os elementos principais nos embates eleitorais têm sido pautados em mentiras que são estrategicamente produzidas e disseminadas. Há, pode-se dizer, um comércio de *fake news* para endossar o discurso político, no qual recursos financeiros fazem parte.

3 Declaração que o escritor deu durante o evento em que ele recebeu o título de doutor honoris causa em comunicação e cultura na Universidade de Turim. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/redes-sociais-deram-voz-a-legiao-de-imbecis-diz-umberto-eco,6fc187c948a383255d784b70cab16129m6t0RCRD.html>. Acesso em: 13 nov. 2020.

As fake news e os riscos à democracia

Depois de inúmeros percalços pelos quais passaram o discurso político e o próprio funcionamento da democracia como um todo, mediante regimes ditatoriais, totalitários, monárquicos e outros, o conceito de poder do povo, com o povo e para o povo floresceu como um valor universal, sendo alcançado em quase todo o planeta associado à mais eficaz ferramenta de justiça social e equidade. Mesmo que na prática não seja exatamente como a etimologia defende, a democracia é ao menos uma garantia de um certo equilíbrio de forças e do revezamento no poder, ou seja, uma chance de que os valores universais de direitos sejam resguardados.

Por outro lado, na mesma medida que avança a democracia em grande proporção no mundo, vão surgindo outras formas de entraves ao seu funcionamento. Antes de tudo, deve-se pensar na democracia como um sistema complexo, permanentemente em construção, ainda mais se pensarmos que os elementos essenciais para que este sistema possa ser abrangente ainda não estão dados de maneira uniforme e socialmente acessível a todas as pessoas. Logo, por mais que tenhamos, em vários países, mais acesso à informação, a ampliação do acesso à educação e mais acesso aos bens socialmente produzidos, ainda não é consenso que as informações – em especial, as relacionadas aos aspectos políticos – cheguem ao seu destinatário de maneira isenta e imparcial. O quadro se agrava quando pensamos que tais informações, via internet, ocorrem sem qualquer espécie de crivo.

Como vimos, o discurso no campo político tem perdido espaço como um meio de apresentar propostas que visem o bem coletivo, buscando convencer o eleitorado de que há bons projetos e também há possibilidades de colocá-los em ação, de concretizar o que é exposto no discurso, para se tornar meramente uma ferramenta de marketing usada para vender um produto. O discurso, cada vez mais, é usado como um meio de manipulação da opinião pública, jogando com as emoções dos eleitores, usando, inclusive, de teorias conspiratórias para criar um ambiente favorável ao político.

Charaudeau (2020) afirma que a política apresenta as três fases de um drama, as quais se desenvolvem em um cenário de crise em que há: uma desordem social que vitimiza os cidadãos; um inimigo ou, conforme o autor denomina, uma fonte do mal; e uma possível solução, um representante político que será capaz de restaurar a ordem danificada. Ainda, de acordo com Charaudeau (2018), convencer o público de que a *desordem social* (grifos do autor), com a qual ele sofre, é atrelada ao adversário ou ao inimigo e a salvação está na afiliação ao candidato que profere o discurso, é uma estratégia do discurso político com o intuito de conquistar o eleitorado. Desta forma, o político pode usar de *fake news* para criar um ambiente de caos e, em seguida, se apresentar como o solucionador dessa situação de caos. A política pode, por sua vez, ser comparada à uma encenação teatral. E este teatro tem estado bastante presente no cenário político atual, não só no Brasil, mas também em outros países com regimes republicanos.

Após uma crise econômica, atribuir a culpa por esta crise a uma política mais democrática, que busque a inclusão social de minorias e de grupos desfavorecidos socialmente, é uma estratégia que pode ser bastante eficaz no discurso de muitos políticos. E, depois de eleito, o político tem um caminho aberto para governar de acordo com os interesses das elites, diminuindo as políticas públicas e, desta forma, aumentando ainda mais a desigualdade. É importante salientar que tudo isso é feito com o apoio da população não pertencente aos grupos dominantes.

Alguns eleitores são simplesmente atraídos mais por um sistema que favorece sua própria religião, raça, gênero ou nacionalidade. O ressentimento resultante das expectativas não atendidas pode ser redirecionado contra grupos minoritários vistos como grupos que não compartilham tradições dominantes; os bens que vão para eles são representados por políticos demagógicos, num jogo de soma zero, como o de tirar os bens de grupos majoritários. Alguns eleitores veem esses grupos, e não o comportamento das elites econômicas, como responsáveis por suas expectativas não atendidas (STANLEY, 2020, p. 81).

Situações de crises socioeconômicas criam uma espécie de letargia fazendo com que as pessoas tenham dificuldades de analisar de maneira mais crítica os fatos, portanto, um fácil mecanismo político utilizado é este engendramento de um cenário caótico, armado ou ressaltado com o intuito de propiciar a criação de um líder “patriota” que venha para combater esse mal que ameaça tomar conta da população.

[...] discursos alarmistas que procuram tocar o público e nele inocular o temor em relação ao estrangeiro, dotando aquele que os pronuncia de uma imagem de chefe combativo e de salvador da pátria, não terão chances de atingir seu auditório senão em situações políticas de crise (desemprego, insegurança, quebras financeiras, mal-estar social) (CHARAUDEAU, 2018, p. 168).

Na última eleição presencial, no Brasil, vimos políticos nos debates afirmando combater males que ameaçavam destruir a população: o “comunismo”, a “ideologia de gênero”, a “erotização de crianças”, os “ataques ao cristianismo”. Esses eram os inimigos que foram apresentados à população. Portanto, muitas vezes esse inimigo é puramente fantasioso, uma ficção inventada e amplamente difundida que acaba por criar o caos no imaginário popular, de onde se arregimentam ou se inflam as milícias digitais dispostas a lutarem numa nova cruzada contra o “globalismo”, o “comunismo” ou o “marxismo cultural”. São estes os inimigos do momento dos ideólogos da nova direita, que usa amplamente as *fake news* para dar suporte e validação às suas teses estapafúrdias.

Em síntese, o enaltecimento ou a criação de uma crise tem um importante efeito na construção da opinião dos eleitores: apresenta-se um inimigo e convence a população de que é preciso se unir contra ele. Historicamente, essa união criada para combater um inimigo em comum é amplamente utilizada como ferramenta de manipulação, manobrando populações inteiras na direção de regimes autocráticos ou ditatoriais. “Quando grupos no poder usam a máscara do nacionalismo dos oprimidos, ou da opressão genuína no passado, para promover sua própria hegemonia, eles a estão usando para solapar a igualdade” (STANLEY, 2020, p. 108).

São diversos os mecanismos do discurso utilizados para convencer a população de que é preciso se unir, dar apoio a um líder político, para que juntos possam vencer o mal ameaçador, porém, conforme defende Charaudeau (2020), o discurso que apela aos sentimentos e às emoções é mais eficaz para atingir um público do que aquele que apenas segue um rigor lógico. Podemos constatar o sucesso desse tipo de apelo nos discursos na última campanha eleitoral no Brasil. Inúmeros casos de corrupção, crise econômica, uma população desacreditada na velha política e bastante vulnerável ao discurso apelativo. O político que se apresenta como amplamente contra tudo aquilo que desmoraliza aquela nação, propondo uma solução radical e imediata, falando o que o público gostaria de ouvir é facilmente bem aceito pelos eleitores.

Essa é característica que define o mundo da pós-verdade. A questão não é determinar a verdade por meio de um processo de avaliação racional e conclusiva. Você escolhe sua própria realidade, como se escolhesse comida de um bufê. Também seleciona a sua própria mentira, de modo não menos arbitrário (D'ANCONA, 2020, p. 57).

E neste processo temos, atualmente, um novo espaço no qual se estabelecem os discursos nas campanhas políticas: a internet. Logo, o campo de luta onde se trava a chamada guerra híbrida e a pós verdade são, sem dúvidas, as plataformas digitais, as redes sociais, os aplicativos de mensagens. Tais ferramentas são consideradas as novas tribunas para a construção da opinião pública. De acordo com D'Ancona (2020), as pessoas tendem a buscar por aquilo que as agrada e evitam o que não lhes é familiar. Sendo assim, as mídias digitais são facilitadoras desta dinâmica, pois elas reúnem as pessoas em grupos, de acordo com as suas preferências. Isso é um problema, pois, desta forma, as mídias dão pouca possibilidade para um debate mais amplo, que considera diferentes informações e opiniões.

A construção da opinião circula entre a necessidade de reconhecimento da opinião frente ao povo e a busca por um certo distanciamento da massa (BOURDIEU, 1973 *apud* THIOLENT, 1981). A opinião pública é algo engendrado de fora, enquanto opinião coletiva é uma espécie de soma de opiniões de vários indivíduos que

reverberam seus pontos de vista e tentam, cada um a seu modo, impor ao grupo suas opiniões como sendo a verdade.

Para Bourdieu (1989), a opinião pública é uma condição possível exercida por um pequeno grupo de pessoas, com meios intelectuais para tal. Assim, ela seria uma espécie de discurso de autoridade, obviamente dado por quem tem o poder de exercício desta autoridade no sentido de mérito, de títulos e que dá, aos seus pareceres, o ar de consenso. Partindo desta análise, temos que pensar que a mídia ocupa um papel central no processo de disseminação desse discurso que ganha ares de opinião consensual, sobretudo se analisarmos o fato sob a ótica de que o discurso acadêmico, por exemplo, encontra-se dissociado da grande massa.

É notório, sob este aspecto, que a opinião pública nasce em certos círculos, acadêmicos ou não, e que são legitimados em determinadas circunstâncias para construir uma base consensual na população em geral. “Às lideranças das elites sociais resta emitir suas opiniões, através dos meios de comunicação, para que as massas ignorantes as absorvam como suas novas verdades” (VESTENA, 2008, p. 11).

Deve-se conceber o conceito de mídia como um conjunto de fatores que vão além da ideia de veículos de comunicação, mas também como um conjunto de tecnologias e linguagens conectadas a uma realidade que é cada vez mais específica (SANTARENO *apud* VESTENA, 2008). Com isso, a linguagem da internet é capaz de se descolar do padrão tradicional e desenvolver-se de modo específico para dialogar com um público em particular, seja de maneira espontânea, seja de modo artificial, mediante a utilização de recursos de captação de opinião e gostos, como se dá com os algoritmos.

Com isso, a geração de “opiniões” e sua abrangência e influência têm perdido nos rumos que a própria democracia tem tomado, pois as novas ferramentas de comunicação dão a possibilidade de compartilhamento de notícias e a manifestação de opiniões sem embasamento, e isso faz com que a produção e a disseminação de *fake news* ganhe grandes proporções e a influencie na construção da opinião de muitas pessoas.

Como já abordado, acreditou-se, no início, que a internet contribuiria com a democratização da opinião pública. Mas, esta nova ferramenta, se por um lado pulverizou a influência e a importância das mídias tradicionais, principalmente da televisão, por outro, deu voz e tribuna sem restrições a qualquer tipo de ideia com um poder de amplificação sem precedentes.

As *fake news* amplamente compartilhadas se tornam verdades no imaginário popular, formando opiniões a partir delas. E há, ainda, nas plataformas digitais e nas redes sociais, a possibilidade do controle das opiniões expostas, uma espécie de censura, por exemplo, no caso de apagar comentários negativos, que prejudiquem uma “imagem” que se pretende construir de um produto, de uma empresa, de uma pessoa, de uma ideia. Consequentemente, as opiniões são construídas não por informações verdadeiras.

O crivo social, no que se refere às *fake news*, praticamente não existe e, do mesmo modo que, tempos atrás, a população ficava à mercê de um grupo restrito de “formadores de opinião” que fazia uso dos meios de comunicação tradicionais, agora temos uma infinidade de opiniões formadas por aqueles que melhor manipulam a rede e os fatos, veiculados distantes do polo da veracidade. Isso favorece alguns grupos políticos e econômicos.

Aqueles responsáveis pelos diversos sites de informações que surgiram nos últimos anos protestam, sem dúvida. Mas até agora demonstraram ser uma força insuficiente de resistência contra as efusões torrenciais da mídia social. Quando alguém com uma conta no Twitter pode reivindicar ser uma fonte de notícias, fica infinitamente mais difícil distinguir entre fato e mentira. Todos e ninguém são “especialistas” (D’ANCONA, 2018, p. 59).

A sucessão de escândalos e comprovação de casos de corrupção em vários países facilitou o trabalho de desarranjo da política tradicional. A construção acerca de um consenso sobre a pouca ou nenhuma idoneidade da classe política foi catalisada por movimentos como o *5 Stelle*, na Itália, o *Brexit*, na Inglaterra e o *AmericaFirst*, nos EUA (EMPOLI, 2019). Também tivemos algum tempo antes as revoltas no Egito, na Tunísia e outros países árabes, fora a revolta

sangrenta e contínua na Síria e, por fim, as chamadas jornadas de junho, de 2013, no Brasil, sinalizando o princípio de derrocada do governo Dilma que, embora ainda tenha conseguido se reeleger em 2014, teve a imagem extremamente arruinada.

Com estes fenômenos, ocorrendo em sequência mundo afora, há o que D’Ancona (2018) chama de “erosão da confiança”, a qual interfere diretamente no terreno do debate político que a essa altura encontra-se tremendamente esvaziado e colocado em cheque por elementos da mídia tradicional. Essa situação facilita a atuação das agências concebidas para produzir e disseminar notícias falsas e alcançar seu objetivo, que é influenciar de maneira decisiva o jogo democrático.

Em suma, o caminho aberto das *fake news* foi facilitado pela crescente onda de descrédito da política formal. A contestação e o descrédito de modo genérico sempre estiveram em pauta nos debates populares, nas rodas de conversa e nos programas humorísticos. No entanto, nos últimos tempos, passa a ser observada uma certa articulação que ataca a política formal e suas engrenagens, dando voz, desta forma, a políticos e partidos de fora do *mainstream*, sobretudo aqueles que se dizem representar a nova política ou serem apolíticos.

Podemos observar que neste caminho surgiram movimentos em várias partes do mundo com uma proposta similar. Eles negam a política tradicional e até mesmo a institucional, e esse espaço passa a ser ocupado por pessoas com um discurso afinado de combate à corrupção, de austeridade administrativa e de probidade com o trato da coisa pública. No entanto, estes movimentos e personalidades, na maioria das vezes, acabaram por apresentar um comportamento que em nada os difere dos políticos tradicionais.

Fora o fato de que, em muitas ocasiões, o que vivenciamos foi justamente o surgimento de políticos oriundos dos partidos fisiologistas vestindo uma “máscara”, fortalecidos por um discurso sob medida e caindo nas graças de uma grande parcela do eleitorado, defendendo bandeiras que suas práticas anteriores demonstravam ser diametralmente opostas à nova roupagem. E ainda, sem ter uma

proposta de governo e tendo como principal objetivo se manter no poder, tentam agradar aos diferentes públicos, jogando com as emoções da população e agindo conforme as reações destas. Considerando que a manifestação popular é facilitada com a internet e pode ser feita pelo momentâneo fervor emocional, esta é uma situação que Charaudeau entende como uma ameaça à democracia.

O risco de que a democracia participativa seja desviada para uma democracia de opinião que, a cada dia, imponha seus humores ao poder político, obrigando-o a se pronunciar de imediato através de medidas legislativas. Seria uma governança que, por intermédio das mídias, da internet e das diferentes manifestações, se caracterizaria mais pela emoção do que pela razão (CHARAUDEAU, 2020, p. 178).

A desinformação possibilitada pela internet cria e intensifica o caos político, fazendo com que o cidadão comum, ao invés de se politizar e de se informar, acabe tornando-se mais alienado, predisposto a aceitar e acreditar cegamente em falsos heróis que surgem de tempos em tempos. No Brasil, a lista é bastante peculiar pelos nomes e, muitas vezes, pela efemeridade do tempo que dura a condição de herói. Já tivemos o polêmico e hoje condenado ex-deputado Eduardo Cunha, o também condenado Japonês da Federal, o ex-juiz Sérgio Moro, dentre tantos outros. Heróis com “pés de barro”, é verdade, cuja conduta muitas vezes não resistem à uma busca mais detalhada no Google, mas que servem aos intuitos imediatos da indústria midiática e das notícias falsas que é ganhar adeptos às suas demandas imediatas, cliques nas postagens na internet e votos nos projetos políticos que estão por trás dos bastidores.

O Brasil é reconhecidamente um país cujos hábitos de leitura de sua população é baixo. Fora isso, as pessoas se informam e montam suas referências de mundo com base, muitas vezes, em fontes não confiáveis e ficam invariavelmente presas a vieses de personalidades públicas, mas que nem sempre trazem informações confiáveis acerca dos temas da atualidade.

O recurso às paixões faz parte do que vários pensadores da política (Tocqueville, Max Weber, Michel Foucault e Gilles Deleuze) chamaram de “subjetivação” do político, uma subjetivação que obriga a levar em conta o afeto que acompanha a experiência dos homens e que se mistura à racionalização das representações sociais. Neste ambiente, misturam-se espaço privado e espaço público, religião e política, sexo e poder (CHARAUDEAU, 2020, p. 89).

Como mencionado anteriormente, as pessoas tendem a tomar como verdade as notícias que apelam para o seu lado afetivo, para a emoção e para aquilo que elas próprias gostariam que fosse verdade. Assim, esse viés emotivo é captado e se cria, no discurso político, algum tipo de informação que irá polemizar determinadas demandas públicas e, por consequência, que acabam por difamar quem pensa o contrário.

As normas são as grades flexíveis de proteção da democracia; quando elas param de funcionar, a zona de comportamentos políticos aceitáveis se expande dando origem a discursos e ações que podem pôr a democracia em perigo. Comportamentos que outrora foram considerados impensáveis na política norte-americana estão se tornando pensáveis (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 193).

Tal qual apontam os autores em relação à política americana, pode-se inferir o mesmo para o que vem ocorrendo no Brasil, uma vez que são sistemáticas as ações engendradas por parte do governo atual contra as instituições da República e, por que não dizer, da própria democracia. E a população, ao mesmo tempo que é vítima, tem ampla culpa nesse processo, pois “Ao recompensar com o sucesso político aqueles que mentem, eximindo-os das tradicionais expectativas de integridade, nós nos apartamos dos deveres de cidadania” (D’ANCONA, 2020, p. 60).

As *fake news* são, além de notícias falsas, como já foi reiterado anteriormente, uma junção de outras práticas associadas à condição de distorção e adulteração de informações, para que se deturpe uma realidade criando espaço e ambiente propício para o surgimento de candidatos ou movimentos que se arrogam como salvadores da pátria. São situações que nos remetem inegavelmente a uma nova

realidade em que a verdade dos fatos são, muitas vezes, um mero detalhe frente ao que se quer transmitir e a quem se quer eleger.

A disseminação de notícias falsas, a falta de controle sobre elas e o seu alcance acarreta sérios entraves à democracia à medida que distorce o debate público e mancha de forma muitas vezes irrecuperável a reputação de pessoas e segmentos. Porém, não é somente à democracia que as *fake news* causam grandes prejuízos, mas à sociedade como um todo, ao fomentar a desinformação e abastecer com isso o acirramento dos ânimos em torno de questões que, na essência, deveriam ser debatidas de forma clara e prudente por todos os segmentos da sociedade, mas, ao invés disso, acabam transformando-se em um discurso enviesado, raso e que acarreta a irracionalidade e a violência.

À medida que se dissemina notícias falsas que se passam por verdades, nós temos constatado também o surgimento de outra situação que exige preocupação, quer das autoridades, quer das pessoas que se preocupam com os rumos que o Brasil está tomando: a fomentação do clima de ódio que passou a existir no país, pois o “nacionalismo fascista cria um ‘eles’ perigoso, contra o qual devemos nos proteger, às vezes combater, controlar, a fim de restaurar a dignidade do grupo” (STANLEY, 2020, p. 109). Ainda, principalmente nos discursos, podemos observar diversas outras características que Stanley (2020) enquadra como fascistas, tais como: duras críticas ao poder judiciário; ataques à mídia quando esta não compactua com as teorias conspiratórias; desvalorização da educação; escolas e universidades sendo acusadas de “doutrinação marxista”. Portanto, pode-se dizer que o discurso do ódio, a polarização político-ideológica e o esvaziamento do debate político, os quais corroboram com o mau funcionamento da democracia, são filhos legítimos das *fake news*.

Os *checking facts* e o movimento *Sleeping Giants*

Pouco se vê de efetivo por parte do Estado e da própria sociedade organizada para conter a proliferação das *fake news*. O que temos

vistos surgir neste campo são os institutos destinados a checar as informações veiculadas, os *checking facts* (a checagem da informação). Além de se tornar um novo nicho do jornalismo, com o advento da internet e das próprias *fake news*, estes institutos acabam por prestar um importante serviço à democracia e à sociedade ao classificar as publicações como falsas. Mas as demandas por informações falsas são imensamente maiores que a capacidade destes institutos realizarem a checagem.

O ambiente de desinformação e alienação potencializam os estragos que as mentiras engendradas causam, ampliando a alienação que tem sido, no decorrer da nossa história, uma doença sem cura, gerando um círculo vicioso que faz da população, quanto mais alienada, mais vítima das *fake news* e, principalmente, de seus manipuladores. Esse ambiente é potencializado pelas raízes culturais do país.

Talvez o principal antídoto para o que produz e dissemina *fake news* no mundo hoje e para a extensa rede de desinformação que atua em pleno vigor no planeta é um movimento nascido há pouco tempo nos EUA e rapidamente espalhado pelo mundo todo chamado *Sleeping Giants*. Trata-se de um movimento virtual que denuncia sites classificados como divulgadores de *fake news*. As informações sobre os conteúdos são geralmente obtidas das agências de checagem de informações, as *checking facts*. O *Sleeping Giants* atua no sentido de advertir as empresas que pagam ao Google AdSense, por exemplo, para distribuir os anúncios (HARARI, 2019). Com a advertência, as empresas que não querem ter sua marca associada a atividades nocivas à democracia passam a ser mais criteriosas e buscam desvincular-se de tais redes.

Esta prática, levada a cabo por pessoas comuns e organizadas em torno de uma rede de troca de informações e fóruns pela internet, atuando basicamente pelo Twitter, tem atingido a parte mais sensível destes sites propagadores de *fake news*, que é a agenda financeira, gerando o estrangulamento da disseminação em meios importantes de capitalização destas redes. Como os conteúdos necessitam de uma ampla rede de recursos, seja para produção, para fazê-las circular e até mesmo para gerar ocultação dos locais de disseminação,

cortar a fonte de abastecimento de recursos tem se mostrado eficaz e, de certo modo, realizável com pouco recurso, bastando engajamento de seus participantes.

Os efeitos da atuação deste movimento foram sentidos rapidamente no Brasil quando a militância conservadora, junto a segmentos reacionários alinhados ao atual presidente da república, começou a questionar na justiça a condição de legalidade do *Sleeping Giants*. Um delegado de polícia, em Londrina, no Paraná, chegou a abrir inquérito para apurar a identidade dos perfis de Twitter que atuam no movimento e uma juíza do Rio Grande do Sul deu parecer favorável à quebra e de sigilo das contas da militância, abrindo um precedente perigoso ao expor essas pessoas aos ataques raivosos das pessoas que defendem a desinformação como arma política.

Como se percebe, a desinformação, articulada ou não, atinge praticamente todos os segmentos da sociedade e, na maioria dos casos, turva de maneira irreparável a visão das pessoas, sejam elas simples cidadãos consumidores de notícia e cultura, sejam autoridades com posições importantes nas mais distintas esferas do poder. Isso se dá porque esses indivíduos, influenciados por uma teia de informações fictícias, distorcidas e muitas vezes de um nível absurdo de paranoia, dão mais crédito às teorias estapafúrdias que à sadia prática de ponderar sobre as informações que nos chegam cotidianamente e nos afetam de maneira decisiva por conta de ações políticas de representantes eleitos na esteira desta cadeia de desinformação.

Considerações finais

A era do discurso pautado na pós-verdade e das *fake news* floresceu rapidamente em um ambiente de desestabilização política, tanto no Brasil quanto em outros países, como a Itália, a Hungria e os EUA, mas também tem causado estragos na Inglaterra, cuja solidez de suas instituições perdura há séculos. É importante ressaltar ainda que países com regimes políticos mais fechados, como a China ou a Coreia do Norte, contam com departamentos especiais para controlar as informações que serão difundidas entre

seus concidadãos. Se por um lado, o ambiente político e social está mais vedado à presença das *fake news*, por outro, não se pode negar também que há uma forte tendência à manipulação da informação pelo Estado a fim de estabelecer uma manutenção da ordem e criar uma estabilidade política que é amplamente favorável ao governo de ocasião, largamente criticado pela pouca aptidão à democracia ou apreço às liberdades.

Nos outros casos aqui lembrados, como o dos EUA, a teia de desinformação e associação dos opositores a calúnia e difamação rendeu uma vitória acachapante ao candidato republicano Donald Trump, em 2016. Porém, a máquina de produção de *fake news* para o magnata conservador não parou nas eleições. É conhecida e amplamente difundida a atuação do conselheiro e estrategista político Steve Banon na campanha e depois dela, assim como a atuação do próprio presidente eleito na divulgação de todo tipo de desinformação, de falácias e bravatas que, tempos depois, ou eram desmentidas, negadas ou simplesmente esquecidas pela opinião pública. Banon, inclusive, é citado como a mente por trás da campanha do atual presidente brasileiro e sua presença com os filhos deste foi bastante registrada na imprensa local em redes sociais há algum tempo.

No que se refere à manipulação para campanha presidencial, não é diferente a situação no Brasil. Só chama mais a atenção pela proximidade como, também, pelos absurdos divulgados como verdades que levaram à eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Tanto nos EUA como aqui no Brasil a rede de produção de *fake news* e distorções da realidade não parou com o fim da campanha; pelo contrário, a produção e disseminação de notícias falsas e distorção da realidade passam a ser a ferramenta preferencial de atuação política do presidente.

Da “mamadeira de piroca” ao “*kit gay*” que marcaram a campanha eleitoral, de 2018, ou as demais bravatas disseminadas como verdades para uma plateia cada vez mais cega aos arroubos do grupo no poder, tornou-se uma marca deste período divulgar assuntos absurdos, disseminá-los entre seu público fiel e, posteriormente, desmentir ou voltar atrás e culpar a imprensa pela desinformação

ao mesmo tempo em que jogava a população contra os jornalistas. Atacar a imprensa tem sido também uma marca destes políticos identificados com a chamada “nova direita”, em evidência em boa parte do mundo. Atribui-se à imprensa o clima de instabilidade política, de caos social e conspiração contra o presidente.

Os ataques são geralmente direcionados de *blogs* alinhados ao poder, *youtubers* ou até mesmo jornalistas alinhados a movimentos conservadores e atingem um contingente altíssimo da população. Dentre os expedientes favoritos de ataques estão atribuições de conspiração e alinhamento ideológico que, na prática, têm se mostrado longe de ocorrer, pois a imprensa hoje inimiga, assim como setores do judiciário e o próprio STF, foram os mesmos que atuaram decisivamente para dar publicidade e criar o clima político para que o arqui-inimigo do presidente, o PT (partido dos Trabalhadores) fosse alijado do poder e da disputa presidencial em 2018.

Passados os percalços do período, a imprensa, de modo geral, continua fazendo sua parte, que é noticiar os descabros que estão na ordem do dia. Do outro lado, como se tem visto, cabe ao poder instituído negar e para isso, ele inventa, sistematicamente, teorias da conspiração cuja motivação seria atacar um presidente íntegro. A ferramenta é a mesma de uma fórmula conhecida e bem batida. Atacar os adversários acusando-os daquilo que fazemos (STANLEY, 2018), com falácias, ou simplesmente negando a realidade e dando menos importância aos fatos que seriam decisivos para a vida do país.

A inércia do governo frente a assuntos importantes, como a ineficiência de suas ações frente à pandemia, para ficar num só exemplo, acabaram encobertas por uma infinidade de fatos criados justamente para desviar os olhos da opinião pública, seja da própria incompetência, seja das muitas acusações de suspeitas acerca das relações espúrias da família presidencial. É o “laranja”, o “caso Queiroz”, os cheques na conta da primeira-dama, a “fantástica loja de chocolates”. Mas oficialmente não temos nenhuma prestação de contas, ao contrário, só se vê mais desinformação e a parcela da população que apoia o presidente parece estar devidamente vedada a qualquer questionamento sobre todos os casos suspeitos.

O bombardeio constante de *fake news* nestes casos, acabou por surtir o efeito mais que esperado. Se desacredita nos fatos na mesma proporção em que se enaltece a figura de um salvador da pátria.

As *fake news* se tornaram a ferramenta de governo e, acabam por exercer um papel tão imprescindível para este grupo ideológico que assumiu o planalto que passa a ser alvo no STF a atuação do chamado “gabinete do ódio” e de uma ampla rede de blogueiros e formadores de opinião a serviço do presidente na produção e disseminação deste tipo de conteúdo. A prática, claro, no melhor estilo do fascismo, tão em voga ultimamente, consiste em culpar os adversários daquilo que se tornou uma prática cotidiana, em que até mesmo ministros de estado alardeavam como *fake news* as atuações dos críticos.

Referências

ARENDT, Hannah. **Verdade e política**. Tradução: Manuel Alberto. [S. l.]: [s. n.], 1967. Disponível em: <https://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/11/Verdade-e-pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução: Miguel Sekilas Pereira. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Tradução: Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: Como o discurso manipula as escolhas políticas**. Tradução: Ana M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2020.

COSTA, Osmani. **Rádio e Política: A aventura eleitoral dos radialistas no século XX**. Londrina: Eduel, 2018.

D' ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Tradução: Carlos Szlak. Barueri: Faro Editorial, 2018.

EMPOLI, Giuliano Da. **Engenheiros do caos**. Tradução: Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.

FEITOSA, Charles. Pós-Verdade e Política. **Revista Cult**, 19 jul. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pos-verdade-e-politica/>. Acesso em: 1 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: Vozes, 1985.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. Tradução: Paulo Geiger. São Paulo: Cia das letras, 2018.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Tradução: Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2020.

THIOLLENT, Michel (org.). **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1981.

VESTENA Carla Luciane Blum. O papel da mídia na formação da opinião pública: a contribuição de Bourdieu. **Guairacá**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2008. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/guaiaraca/article/view/1144/1089>. Acesso em: 3 ago. 2020.

5

*Luiz Henrique Ranzani
Nirave Caram*



A migração da comunicação política para o ambiente digital: Twitter de Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições presidenciais de 2018

*Luiz Henrique Ranzani¹
Nirave Caram²*

As eleições de 2018 representam um ponto de intersecção entre mudança dos valores sociais, entrada massiva da política brasileira no ambiente digital, crise econômica, acirramento ideológico, envelhecimento da população brasileira, ascensão da extrema direita no mundo, crises de imigração populacional e vários outros temas preponderantes no contexto social. Dentro deste contexto de instabilidade institucional, se notabiliza o adentramento efetivo da Comunicação Política nas mídias digitais em detrimento da utilização das mídias tradicionais.

Sendo assim, Jair Bolsonaro, o vencedor do pleito em segundo turno, se utilizou da Comunicação Digital, especialmente do Twitter, para vencer a corrida presidencial e assim, tornou-se o 38º Presidente da República do Brasil. Jair foi o primeiro candidato a ser eleito se utilizando majoritariamente da internet, ou seja, o primeiro eleito, de fato, da era digital. Sendo assim, quais estratégias de comunicação foram utilizadas em sua campanha no Twitter?

Diante das dúvidas levantadas, este estudo tem como objetivo geral, analisar o conteúdo da campanha de Jair Bolsonaro durante o

1 Graduado em Comunicação Social Habilitação em Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário Sagrado Coração, Bauru – SP. E-mail: lh_ranzani@hotmail.com.

2 Doutora em Educação Escolar pela FCLAr – UNESP, Orientadora da pesquisa e docente do Centro Universitário Sagrado Coração, Bauru – SP. E-mail: nirave.caram@usc.br.

segundo turno das eleições de 2018 a fim de compreender suas estratégias nos ambientes digitais e, desta forma, compreender quais as mudanças que a era digital trouxe à Comunicação Política.

Além disso, a pesquisa tem como objetivos específicos: compreender o cenário no qual as eleições se passaram; levantar a linguagem e o conteúdo da campanha; realizar inferências com base em bibliografia de Marketing Político, Comunicação Digital e Comunicação Política; e pontuar quais mudanças a internet trouxe às campanhas eleitorais.

Este estudo se faz importante na medida em que há uma acentuação da rapidez dos fluxos de informação atualmente, o que implica a necessidade de obtenção de uma visão cientificamente embasada como modo de desenvolver um conhecimento mais aprofundado e atualizado dentro do campo da Comunicação. Para que a ciência continue sendo fator preponderante nas tomadas de decisão da sociedade, é necessário que se produza mais e com maior qualidade.

Os objetivos são alcançados por meio da Análise de Conteúdo, além do caráter qualitativo, descritivo e exploratório que a pesquisa ganha quando explora os materiais da campanha e quando descreve e interpreta os materiais coletados. Além disso, é uma pesquisa bibliográfica, porque reúne dados e informações que serão utilizadas durante a pesquisa, e também uma pesquisa documental, ao analisar um fenômeno dentro de um espaço e tempo determinado.

O material analisado foi retirado do Twitter de Jair Bolsonaro no período de 7 de outubro a 28 de outubro de 2018. O Twitter é a principal plataforma digital de interação de Bolsonaro e dos políticos em geral, caracterizada por ser uma mídia social que apesar de também trabalhar bastante com imagens, prioriza mensagens curtas, diretas e instantâneas. Por isso, é muito utilizada para a emissão de mensagens de políticos para seus eleitores, e assim uma boa referência para a coleta de amostragens a respeito do tema.

No estudo foram coletados 05 *tweets* de Bolsonaro durante o segundo turno que se relacionassem com os 5 temas mais comentados na plataforma durante o pleito e posteriormente foram realizadas inferências com base em bibliografia de Marketing Digital, Comu-

nicação Digital e Comunicação Política. Os aspectos analisados na comunicação foram, entre outros: a linguagem, o contexto, o momento da postagem e a interpretação destes aspectos. Desta forma, esta pesquisa se inicia com a compreensão de aspectos introdutórios ao contexto comunicacional no qual as eleições se inseriram.

Da comunicação digital ao pleito de 2018: a internet e a democracia

Quando falamos em comunicação digital, consideramos que é a comunicação suportada pelos aparatos tecnológicos dentro de um ambiente virtual. Ou seja, é a comunicação se passando num local diferente, onde os métodos, os modelos, a linguagem e a velocidade também são diferentes.

O percentual da população brasileira que possuía acesso à internet no início dos anos 2000 era de menos de 3%, segundo o IBGE. Sendo registrado desde então, um aumento médio de 3 a 4 pontos percentuais por ano. Em 2013 este número chegava aos 48%. (SILVA, 2015) Já entre 2016 e 2017 a porcentagem que era de 69% passou a ser de 75%. Ainda segundo o IBGE, o número de pessoas usando internet era de 126,4 milhões de pessoas e dos 10 milhões de usuários novos entre 2016 e 2017, 23% tinham 60 anos ou mais (SILVEIRA, 2018).

Isso significa que a vivência da população brasileira com a internet ainda é muito recente. Por conta disso, a internet, que a princípio possui consequências positivas, quando povoada majoritariamente por indivíduos inexperientes pode trazer algumas consequências negativas, como comportamentos inadequados e a propagação das *fake news*, por exemplo.

Em contrapartida, a possibilidade de comoção é ampliada, a visibilidade de problemas sociais é mais eficiente, o diálogo é incentivado e a apresentação e discussão de ideias é facilitada. A internet potencializa o que Lévy (2000) chama de inteligência coletiva, que é quando os indivíduos compartilham seus saberes e experiências numa rede de inteligência e como consequência, temos mais indiví-

duos sabendo de mais coisas, ou seja, as mídias sociais, teoricamente, reforçam estas trocas e colaboram para um avanço mais rápido, colaborativo, democrático e horizontal da sociedade. Ao encontro destes apontamentos, temos livros de Marketing completamente baseados nestes aspectos gerais positivos da comunicação mediada por aparatos tecnológicos:

Os consumidores estão adotando uma orientação mais horizontal. Desconfiam cada vez mais da comunicação de marketing das marcas e preferem confiar no círculo social (amigos, família, fãs e seguidores). Por fim, o processo de compra dos consumidores está se tornando mais social do que nunca. Eles prestam mais atenção ao seu círculo social ao tomar decisões (KARTAJAYA; KOTLER; SETIAWAN, 2017, p. 29)

A internet concede voz a muitos grupos, recria muitas de nossas significações e concede rapidez no tratamento das informações. De fato, ela consegue reinventar muita coisa dentro do contexto social. Mas também possui pontos negativos e estes não podem, em hipótese alguma, serem ignorados. Segundo Dominique Wolton (2001), a ideia de democratização da comunicação por meio da internet não é exatamente aquilo que é concebido no imaginário popular. Muito embora a comunicação tenha se popularizado recentemente no Hemisfério Sul, a grande maioria dos usuários da internet se concentra no Hemisfério Norte. Isto é, a democratização da comunicação não ocorre na medida em que não são todas as pessoas que têm acesso as tecnologias. “Depois, não é suficiente que os homens troquem muitas informações para que se compreendam melhor. São os planos culturais e sociais de interpretação das informações que contam, não o volume ou a diversidade dessas informações” (WOLTON, 2001, p. 25).

Para Wolton (2001) a internet não faz com que as pessoas necessariamente dialoguem e se entendam, porque a humanidade não é homogênea, as pessoas não são iguais e o fator humano não é levado em conta quando as pessoas pensam e debatem a internet. No século XXI que o que se tem observado é na verdade o contrário, as pessoas não concordam umas com as outras na rede,

e automaticamente (ao contrário do que se especula) se desentendem e se polarizam, buscando sempre refúgio em pequenos nichos específicos de concordância.

Se não se quer que as técnicas mais sofisticadas que o homem inventou sejam a oportunidade para uma nova desumanização, é preciso preservar o homem, suas fraquezas, suas forças e suas contradições. Porque só ele sonha o futuro, pensa sua história e dá sentido à sua experiência (WOLTON, 2001, p. 28).

Embora existam visões discordantes a respeito do tema, uma visão há sempre de complementar a outra, construindo assim uma visão mais diversificada e crítica a respeito da comunicação dentro do contexto digital.

Deste modo, o que Wolton indica é que a Comunicação Digital e a Tecnologia necessariamente devem estar dentro do campo de debate e que discussões sejam levantadas em cima destes objetos. Embora exista uma ideia tecnicista de evolução da humanidade por meio da tecnologia, Wolton (2001) procura colocar a comunicação na internet dentro do plano político: se tantos outros assuntos são debatidos, questiona o porquê de a internet seguir sendo interpretada como o atingimento de um estágio perfeito da humanidade. Quer dizer, Wolton (2001) questiona os motivos pelos quais a internet está fora dos debates críticos.

Atualmente a Comunicação se utiliza de métodos de convencimento complexos que decorrem de técnicas que perpassam os métodos tradicionais e previamente conhecidos. Com o passar do tempo, as estratégias de comunicação passaram a ser mais precisas. As mídias sociais possibilitaram acesso a dados sobre o que está sendo falado e qual o sentimento das pessoas em relação a cada assunto. As campanhas políticas seguem métricas sofisticadas de opinião e de mensuração de resultados.

Portanto, a Comunicação Política no século XXI está intimamente ligada à internet, tanto em períodos eleitorais como em períodos não-eleitorais. A internet possibilita que um político interaja com os cidadãos independentemente da distância física

existente entre os atores, tanto para entender os anseios da população como para ser cobrado por atitudes que desagradaram alguma parcela da sociedade.

Se na *ágora*, na Grécia antiga, onde a democracia surgiu, o debate era realizado entre os representantes do povo, a internet disponibilizou uma plataforma para debates em que não só os representantes, mas também os representados passassem a interagir de forma mais dinâmica.

Apesar de todo o otimismo, Wilson Gomes (2005) alerta que para que a democracia, de fato, evolua, é necessário que a população queira participar da política. Com toda a imagem negativa que o meio político possui na opinião pública, houve um afastamento das pessoas em relação à política. Por isso, considerando que a internet é somente uma ferramenta para a participação política, a vontade de participar precisa, antes de tudo, partir das pessoas.

Ainda no horizonte da cultura política, são indicados frequentemente como déficits fundamentais uma generalizada falta de conhecimento e de interesse políticos. Primeiro, faltaria à esfera civil o conhecimento ou uma visão acurada da vida pública, um repertório suficientemente provido de informações sobre processos e conteúdos que orientam o funcionamento da sociedade política, bem como sobre o estado das coisas e das circunstâncias concretas que constituem as conjunturas políticas (GOMES, 2005, p. 5).

O que é indiscutível é que, em meio a estas mudanças, a comunicação política ainda precisa se adaptar e evoluir. Se por um lado ela cria novas possibilidades, estas possibilidades só se concretizam com a conscientização das pessoas a respeito de tudo em que a sociedade está envolta.

Dentro da perspectiva da democracia no ambiente digital, no Brasil, se destaca a primeira eleição em que a Comunicação Política esteve relevantemente permeada por aspectos digitais. As eleições de 2018 representam um marco na Comunicação Política brasileira.

O primeiro turno terminou com Bolsonaro com 46,03% dos votos válidos e Haddad com 29,28% (APURAÇÃO..., 2018), o que significa que o pleito seria decidido em segundo turno. No segundo

turno, Bolsonaro não participou de nenhum debate na televisão ao alegar motivos de saúde após a tentativa de homicídio³ que sofrera durante o primeiro turno. Em contrapartida, sua comunicação nas mídias sociais se mantém forte. Principalmente por conta da maioria de seu eleitorado estar presente na internet.

O Facebook era usado por 57% dos eleitores de Bolsonaro, contra 40% de Haddad, por exemplo. No WhatsApp, o candidato do PSL se comunicava com 61% de seu eleitorado, contra 38% do concorrente do PT. O presidente eleito tinha a maior base que compartilhava conteúdo sobre política e eleições, em ambas as plataformas, entre todos os candidatos: 31% no Facebook e 40% no WhatsApp (Haddad com 21% e 22%, respectivamente). Um levantamento da Socialbakers, plataforma de análise e gestão de plataformas digitais, mostra que Bolsonaro saiu de 6,9 milhões de seguidores (Facebook, Twitter, YouTube e Instagram) em janeiro de 2018 para 17,1 milhões em outubro. No mesmo período, Haddad foi de 742 mil para 3,4 milhões (AVELAR, 2018).

De todas as ferramentas e plataformas usadas na rede durante a campanha do posterior vencedor do pleito, a principal foi o Twitter, que consiste numa mídia social em que as pessoas postam e recebem mensagens instantâneas, tendo a possibilidade do uso de imagens, mas formada predominantemente pelo uso de palavras, onde as postagens podem ter no máximo 280 caracteres. Sendo assim, é uma plataforma rápida, direta, de grande alcance e baixo custo.

Existem várias visões e análises a respeito das eleições de 2018, mas o que é unanimidade é a importância e relevância que este marco representa na história do país. Por isso, é necessária uma análise de materiais ligados ao tema para a construção de uma visão científica a respeito do tema.

Análise de Conteúdo dos *tweets* de Jair Bolsonaro durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2018

A Análise de Conteúdo é um procedimento baseado na dedução que oscila entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade (BARDIN, 2016). É um método de pesquisa que tem como vantagem a flexibilidade e a profundidade da investigação em cima de um determinado texto. Por unir o formalismo estatístico com as múltiplas possibilidades da pesquisa qualitativa, cria-se robustez na análise de um determinado material. Destarte, é possível que se identifique padrões, recorrências e tendências por meio da contagem de um determinado aspecto e posteriormente se realize inferências (deduções lógicas) com base na observação aprofundada do material. O uso destas técnicas é flexível, o que significa dizer que as necessidades da pesquisa ditarão a necessidade de um uso mais qualitativo ou mais quantitativo.

Um dos pioneiros do método foi Laswell que iniciou seus estudos em 1915, nos Estados Unidos. Inicialmente, o método era aplicado somente de forma quantitativa em estudos da área de jornalismo e, em seguida, de propaganda, em que o principal objetivo era verificar a frequência de mensagens de cunho político veiculadas na mídia. Nos anos de 1940 a 1950, vários outros pesquisadores começaram a adotá-lo, como por exemplo: N. Leites, R. Fadner, J. M. Goldsen, A. Gray, I. L. Janis, A. Kaplan, D. Kaplan, A. Mimntz, I. de Sola Pool e S. Ykobson. A partir dos anos de 1950, ocorreu uma expansão das aplicações do método. Berelson foi um dos pesquisadores responsáveis por isso. O plano metodológico, antes caracterizado como quantitativo, passa então a também ser utilizado de forma qualitativa (CARAM, 2017, p. 84-85).

Sendo assim, esta análise, seguindo o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2016), foi dividido em três grandes partes: A Pré-Análise, a Exploração do Material e o Tratamento dos Resultados e Interpretações.

A Pré-Análise é a etapa em que os materiais são coletados e se realiza uma leitura superficial a fim de identificar e categorizar os itens a serem analisados. A Exploração é a fase em que os materiais

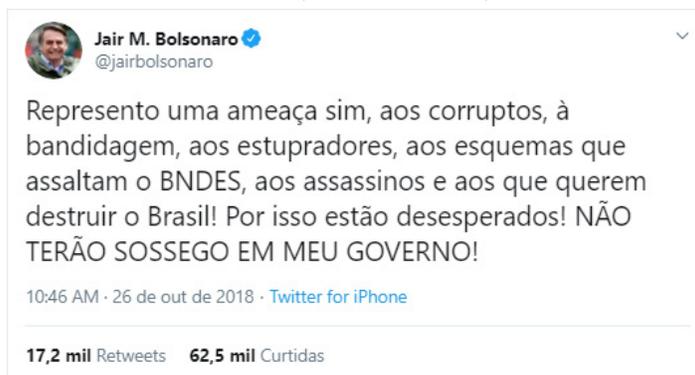
são destrinchados, a leitura ganha profundidade e os sentidos são identificados e apontados. A última parte consiste no Tratamento dos Resultados, ou seja, é a etapa em que a interpretação e as inferências são realizadas e as tendências são descritas. Sendo assim, esta Análise de Conteúdo se organiza da seguinte forma:

Após um primeiro turno muito turbulento, os candidatos Fernando Haddad, do PT, e Jair Bolsonaro, do PSL, passaram para o segundo turno. Neste período que compreende o dia 7 de outubro a 28 de outubro de 2018, os candidatos se enfrentaram para decidir quem seria o próximo presidente da República. Para analisar o posicionamento do candidato vencedor, Bolsonaro, estudamos alguns exemplos de postagens a fim de obtermos uma visão a respeito da comunicação de Jair.

As eleições foram marcadas por temas polêmicos, em que se sobressaiu a polarização das opiniões. Segundo números do Twitter, divulgados pela revista Exame, os cinco temas mais recorrentes foram: corrupção, segurança, educação, direitos civis e economia. (AGRELA, 2018). Sendo assim, a pesquisa se baseou nestes temas como critério de escolha para as amostragens da campanha na rede social digital.

Foi escolhida uma postagem que se relacionasse com ao menos um destes temas, como forma de sintetizar os posicionamentos do candidato perante estes assuntos durante o segundo turno. Foram escolhidos e analisados 5 *tweets* de Jair Bolsonaro neste período. A investigação buscou ressaltar os posicionamentos predominantes do candidato, descrever sua linguagem, o contexto e completar com a opinião a respeito do mesmo tema, por parte do eleitorado.

FIGURA 1 – JAIR BOLSONARO FALA A RESPEITO DO TEMA:
CORRUPÇÃO E SEGURANÇA



FONTE: Bolsonaro (2018a)

O principal sentimento durante toda a corrida foi o de “anti-pe-tismo”. Jair, durante toda a campanha, buscou a polarização como forma de se opor a algo que estava errado. A economia não ia bem, a falta de segurança era tema recorrente, a educação mostrava indicativos péssimos, o desemprego estava alto e o governo anterior possuía uma imagem extremamente negativa, segundo dados do dia 10 de outubro de 2018 (17 dias antes da eleição do segundo turno):

O desejo de renovação e mudança no poder move 30% dos eleitores de Bolsonaro e é a principal razão de voto no candidato do PSL, que tem 59% das intenções votos válidos na disputa pela Presidência. A rejeição ao PT vem a seguir, citada espontaneamente por 25% como motivo para votar em Bolsonaro, e na sequência aparecem as propostas na área de segurança do candidato, mencionadas por 17% (incluindo 1% que citam a proposta de facilitar a compra de armas pela população, e 1% que votam no capitão reformado pela promessa de diminuir a maioria penal) (DATAFOLHA, 2018).

Se o país não ia bem, o “causador” disso era um partido e este partido tinha sua imagem atrelada à corrupção, a melhor forma de se opor a este partido e, conseqüentemente, a tudo que estava ruim – propondo assim uma melhora – era basear sua campanha no fim da corrupção. Propor limpeza, mudança, moralização e valores.

Neste *tweet*, Bolsonaro afirma que “não terão sossego em meu governo”, se referindo aos “corruptos, bandidos, estupradores e assassinos”. Quando ele diz: “Represento uma ameaça sim”, ele está respondendo o que a oposição vinha afirmando a respeito dele, que ele poderia ser uma ameaça à democracia com suas ideias radicais.

Bolsonaro faz parte da linha de políticos que apoiou sua campanha na ideia de contravenção, e a plataforma escolhida para a campanha também reforça esta mensagem. A televisão, que desde o final da era do rádio, era o principal meio de campanha eleitoral, foi deixada quase de lado, e a internet passou a ser o principal meio de propagação das suas ideias. A mensagem era de mudança e o meio era novo, o que pode se considerar como um reforçador, proposital ou não, de sua mensagem.

Este *tweet* representa o seu posicionamento em relação à corrupção: mudança, limpeza, alternância, desprendimento da imagem do político oposto e uma ameaça ao sistema corrupto tradicional.

FIGURA 2 – JAIR BOLSONARO FALA A RESPEITO DO TEMA:
SEGURANÇA E DIREITOS CIVIS



FONTE: Bolsonaro (2018b)

Nesta postagem Bolsonaro cita, a princípio, o tema da segurança pública. Promete penas mais severas para aqueles que cometerem crimes passionais. Este é um fator muito recorrente na campanha

de Jair: a todo momento ele e sua equipe compreendem que a população ansiava por melhoras na segurança pública. Se por um lado a postagem toca este tema, esta mesma mensagem também toca outro ponto relevante no contexto das eleições.

Bolsonaro foi acusado diversas vezes de posicionar-se de modo radical perante os mais variados temas, tendo inclusive, homenageado um torturador durante uma sessão da câmara dos deputados. Sua relação com os direitos humanos nunca foi das melhores. Chegou a declarar em 2011: “Sou preconceituoso, com muito orgulho”, e ainda afirmou que bateria em seu filho caso ele fosse “afeminado” (ÉPOCA, 2011). Declarou também que seus filhos não se relacionariam com uma mulher negra por terem sido “muito bem-educados” (CANTÓ, 2018).

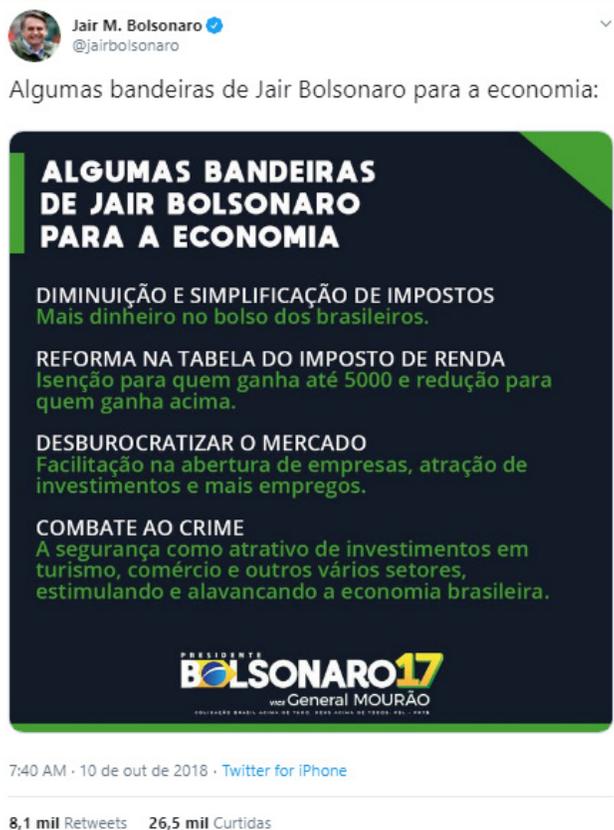
Portanto, sua imagem em relação às minorias era extremamente ruim, fazendo com que ele sofresse grande rejeição destas parcelas durante o pleito. Ao dizer que esta proposta beneficiaria principalmente aqueles que mais sofrem: as mulheres e os homossexuais, Bolsonaro busca diminuir sua rejeição com este eleitorado. Ele reforça a ideia de estar preocupado com estas questões, e busca aliviar sua imagem com estas pessoas.

Quando especifica que “todos somos iguais perante a lei”, a campanha busca não desagradar a parcela conservadora de seu eleitorado. Se não especificasse e desse a impressão que estava propondo uma lei apenas para a proteção das mulheres ou dos homossexuais, possivelmente os conservadores vissem nisso como algo “imparcial” ou que poderia os “prejudicar”. Sendo assim, Jair se direciona a um público, mas tenta não desagradar a outra parcela.

Além disto, Bolsonaro busca se aproveitar do problema da segurança pública e da corrupção para propor algo diferente. Enquanto o sentimento de impunidade é observável na população, o candidato busca, em seu discurso, endurecer o tratamento àqueles que cometerem crimes. Jair Bolsonaro busca um discurso dionisíaco, sempre apelando mais para o sentimento que para a razão. Isso explica muito do contexto, pois toda a eleição foi permeada por sentimentos, seja o medo, o ódio, o orgulho ou o revanchismo.

Portanto, no que diz respeito ao caráter linguístico, o aspirante ao cargo conseguiu captar com eficiência (de modo voluntário ou não) o sentimento da população.

FIGURA 3 – JAIR BOLSONARO FALA A RESPEITO DO TEMA: ECONOMIA



FONTE: Bolsonaro (2018c)

Nesta postagem o candidato escreveu: “Algumas bandeiras de Jair Bolsonaro para a economia” e abaixo um *banner* digital com algumas propostas. O banner é construído nas cores verde, azul escuro, amarelo e com as letras brancas (as cores da bandeira do Brasil). Assim, reforça o conceito de patriotismo empregado em sua campanha, cujo *slogan* era “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Observa-se que sua principal proposta para esta área é uma ideia mais liberal de mercado, na qual existe uma diminuição dos impostos e um aumento da liberdade da iniciativa privada. Além disso, esta proposição vai ao encontro do que a população do país desejava naquele momento em relação à economia: desburocratização e diminuição dos impostos.

Segundo dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) divulgados pela revista Valor Econômico: “90% dos micro e pequenos empresários consideram o sistema tributário brasileiro injusto e 65% consideram importante que haja uma reforma tributária no país” (RCN, 2019).

Deste modo, Jair consegue atingir o público que escolheu seus candidatos influenciados por dificuldades financeiras que passaram pela queda da economia, como pequenos empresários e desempregados. Dessa forma, apesar de Haddad também ter apresentado um plano de ação na economia que ainda prezava pela diminuição dos impostos para os mais pobres, o fato de ele pertencer ao PT (partido estava com a imagem fragilizada naquele momento e que estava no poder quando a crise se estabeleceu) e não se utilizar de uma linguagem tão simples e coloquial como a de Bolsonaro fez com que a sua proposta em relação à economia fosse insuficiente para com o eleitorado.

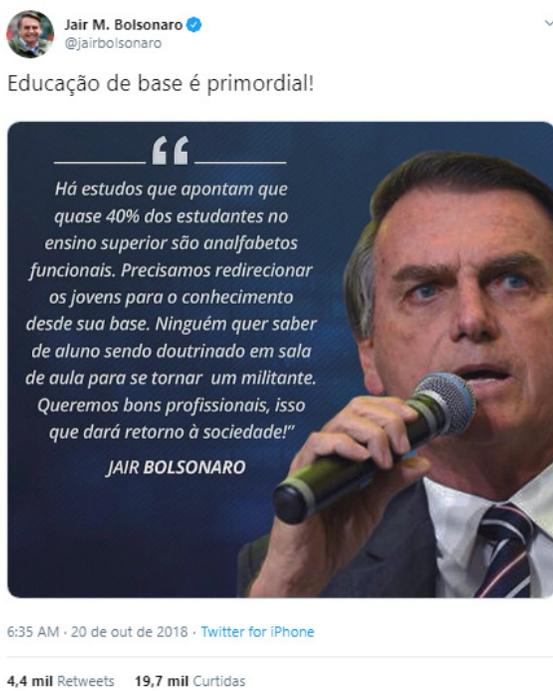
O candidato da direita, que chegou a declarar: “não entendo mesmo de economia” (GRILLO; MENEZES; PRADO, 2018), evidenciou a imagem de seu ministro da economia, o ultraliberal Paulo Guedes, que era visto com bons olhos pelos investidores, para sinalizar ao mercado qual era a intenção para a economia. No último parágrafo do *banner*, existe ainda uma proposta de combate ao crime como forma de valorizar o turismo, concedendo segurança àqueles que eventualmente viessem a visitar o país.

É importante observar que o texto é composto por frases bem curtas, palavras comuns e proposições simples, diretas e objetivas, o que concede à postagem um alcance maior do seu público. Falando desta forma, sua campanha, apesar de simplista, consegue ser compreendida pelo maior número de pessoas possível. As

frases: “dinheiro no bolso dos brasileiros” e as palavras “isenção”, “facilitação” e “alavancando a economia” exemplificam isso bem.

Outro fator observado é que a linguagem também é compatível com o canal. Em uma mídia social que prioriza mensagens curtas e rápidas, é importante que o conteúdo seja passado de modo claro e sintético, e é deste modo que a comunicação de Bolsonaro se comporta.

FIGURA 4 – JAIR BOLSONARO FALA A RESPEITO DO TEMA: EDUCAÇÃO



FONTE: Bolsonaro (2018d)

Em postagem do dia 20 de outubro (uma semana antes do segundo turno), o aspirante ao cargo de Presidente da República sinalizou que sua prioridade para a área da educação era o ensino básico. Uma imagem com um texto e com a legenda “Educação de base é primordial!” aponta para um direcionamento que seu governo tomaria em relação à pauta, se eleito.

Neste *post*, o candidato levanta um dado verídico: segundo o INAF (Índice de Analfabetismo Funcional) divulgado pela Band em 2012, de

fato, 38% dos estudantes do ensino superior podem ser considerados analfabetos funcionais (CARRASCO; LENHARO, 2012). Depois, Bolsonaro complementa dizendo: “Ninguém quer saber de aluno sendo doutrinado em sala de aula para se tornar um militante, queremos bons profissionais, isso que dará retorno à sociedade”.

A proposta é convincente pois a educação básica sofria há algumas décadas com a precariedade, sempre sendo assunto recorrente nos grandes noticiários, que com frequência noticiavam escolas em situação de abandono e até situações de violência em salas de aula, além dos baixos salários que os professores recebiam.

Mais uma vez, Jair Bolsonaro busca se posicionar em relação a um tema se opondo ao que o adversário e seu partido haviam proposto/feito. Mais uma vez, a polarização é a estratégia de comunicação utilizada. Isso pode ser observado em dois pontos: o termo “militantes” e a proposta, de fato, que a mensagem traz.

Primeiro, ao utilizar de modo negativo a palavra “militante”, Jair Bolsonaro evidencia algo recorrente durante sua trajetória política: as más relações com os estudantes. Em mais de uma ocasião chegou a ser hostilizado dentro de universidades que visitou. Por exemplo, quando foi inimizado no Mackenzie, em 2017, pelos estudantes:

Assim que soube da notícia, um grupo de estudantes organizou um protesto contra o parlamentar. “Achei estranho o convidarem justo no Dia Internacional da Mulher”, disse a estudante Lara Karoline, de 18 anos. “Queríamos saber o que ele estava fazendo aqui, e o assessor respondeu: ‘Pergunta ao reitor’”, completou ela. O grupo aguardou a saída de Bolsonaro e o acompanhou até o portão sob gritos de ‘machista, fascista!’ (VEJA, 2017).

Bolsonaro deslegitima sua oposição, busca anular as capacidades cognitivas daqueles que a ele se opõem. O termo “militante” é utilizado por ele para dizer que não são estudantes, são na verdade pessoas com interesses políticos.

O segundo ponto é o fato de propor uma mudança nas políticas públicas de educação. Fernando Haddad, seu adversário do segundo turno, havia sido o ministro da educação mais importante durante os 16 anos em que o PT esteve no poder, permanecendo no cargo entre

2005 e 2012 e sendo o principal responsável pelas medidas que o governo da época tomou em relação à pauta (BASSO; BRUM, 2018). Por isso, ao questionar a qualidade da educação no país, Bolsonaro não só critica a eficiência das medidas do último governo, como desqualifica seus opositores e objurga seu adversário do segundo turno.

FIGURA 5 – JAIR BOLSONARO FALA A RESPEITO DO TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA E SINDICATOS

The image shows a tweet from Jair M. Bolsonaro (@jairbolsonaro) dated October 16, 2018, at 7:32 AM. The tweet compares the proposals of two candidates for the 2018 Brazilian election regarding public security and unions. The comparison is presented in two sections: 'SEGURANÇA' (Security) and 'SINDICATOS' (Unions). Each section compares the proposals of 'HADDAD E LULA 2013' and 'BOLSONARO 2017'.

SEGURANÇA

CANDIDATO	PROPOSTA
HADDAD E LULA 2013	Desmilitarização das polícias (pág 31) e iluminação com led nas ruas (pág 54)
BOLSONARO 2017	Tolerância zero com o crime (pág 10) e redução da maioria penal (pág 32)

SINDICATOS

CANDIDATO	PROPOSTA
HADDAD E LULA 2013	Valorização de sindicatos e associações de trabalhadores (pág 40)
BOLSONARO 2017	O sindicato deve ser voluntário, contra a obrigatoriedade do imposto sindical (pág 64)

7:32 AM · 16 de out de 2018 · [Twitter for iPhone](#)

3,1 mil Retweets 10,1 mil Curtidas

FONTE: Bolsonaro (2018e)

O Twitter de Jair Bolsonaro emitiu uma mensagem que trazia a legenda: “SEGURANÇA E SINDICATOS: Analise as propostas de cada candidato em seus planos de governo e tire você as suas conclusões do que é melhor para nosso Brasil”, seguida de uma imagem com os tópicos: “Segurança e Sindicatos” e cada tópico com as propostas de seu plano de governo e as do plano de governo de Fernando Haddad.

Bolsonaro expõe suas propostas para a segurança: “tolerância zero com o crime” e “redução da maioria penal”. De fato, o tema da segurança pública era importante de ser debatido pois o país demonstrava indicativos muito ruins no quesito violência, como mostra o Atlas da Violência:

Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos. Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos; tal quadro faz dos homicídios a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros em 2017 [...] (IPEA; FBSP, 2019, p. 25).

Além disso, Bolsonaro também propõe a redução da maioria penal, ou seja, estende a possibilidade de encarceramento para pessoas com idade abaixo de 18 anos como forma de coibir ações praticadas por menores de idade. Isso pode parecer efetivo no imaginário popular, mas na prática não existe esta confirmação: “Segundo dados do JUSBRASIL, nos 54 países que reduziram a maioria penal não se registrou redução da violência. A Espanha e a Alemanha voltaram atrás na decisão de criminalizar menores de 18 anos. Hoje, 70% dos países estabelecem 18 anos como idade penal mínima” (DE VITO; TAUCHERT, 2016).

Do outro lado, as propostas que Jair traz referentes ao seu adversário são coerentes na medida em que foram efetivas nos lugares onde foram postas em prática.

A desmilitarização da polícia é uma maneira de mudar a política militar de combate e opressão que as polícias do país, atualmente, aplicam em seus trabalhos. Com o fim da subordinação às forças

armadas, a polícia ganharia um caráter menos combativo e mais auxiliar, sendo responsável ainda pela manutenção da ordem, mas ausente de uma filosofia aquartelada e de enfrentamento. Estas políticas, no ano de 2017, resultaram em 5.012 mortes no país provocadas por policiais na ativa, número 19% maior que do ano anterior (CAESAR; REIS; VELASCO, 2018).

A iluminação pública de melhor qualidade reduziu entre 36% e 60% dos crimes noturnos em Nova York no ano de 2016. Apesar de no total representar uma redução de 4% na criminalidade destes locais – visto que os crimes noturnos representam 11% do montante – ao falar de segurança pública, 4% é um bom indicador (MENA, 2019). Apesar da eficiência duvidosa das propostas, Bolsonaro se posiciona de acordo com a opinião da maioria da população: 84% por cento dos brasileiros são a favor da diminuição de maioridade penal (G1, 2019) e 57% são a favor da pena de morte. (O GLOBO, 2018).

Já no segundo tópico da imagem, que diz respeito aos sindicatos, Bolsonaro também tem uma proposta: o fim da obrigatoriedade do imposto sindical. Acontece que a o imposto sindical tornara-se facultativo com a reforma trabalhista do ano anterior, conforma consta no Art. 507-B da Lei 13.467 de 13 de julho 2017 (BRASIL, 2017). Portanto o aspirante à presidência da república propõe algo que já foi feito.

Portanto, Bolsonaro propõe medidas que vão ao encontro das opiniões que a população possuía no momento em relação ao tema. Desta forma, a chance de convencimento do maior número de pessoas é salientada, e o candidato, novamente, consegue atingir um eleitorado maior que seu concorrente.

Considerações finais

Com as mudanças que a internet possibilitou à comunicação, é possível observar que o modo de se fazer política também está mudando. As mídias sociais passam a ter espaço significativa dentro do campo político. Conforme cresce o acesso e o número de usuários

dentro deste ambiente, os políticos e partidos se veem obrigados a estabelecer canais de comunicação *online*, onde existe a colaboração direta dos participantes da política.

Atualmente, a comunicação entre os eleitores e candidatos se tornou mais dinâmica e coloquial, muito por conta do processo de midiaticização da política e dos espaços de interação dinâmica entre os agentes, fazendo com que o comportamento dos políticos seja construído com base nas opiniões que os votantes vocalizam.

No curso desta pesquisa, tomamos como exemplo desta mudança, o primeiro Presidente da República do Brasil eleito se utilizando majoritariamente de estratégias digitais. O que se pode concluir é que as opiniões manifestadas pelo candidato Jair Bolsonaro foram assertivas em relação à opinião pública e expressaram com eficiência o sentimento e os anseios que a população brasileira possuía naquele momento.

Além do conteúdo, a forma com que o então candidato, e posteriormente Presidente, se comunicou, também foi adequada ao formato de comunicação digital: frases curtas, palavras acessíveis, linguagem coloquial e propostas imediatas.

Através desta pesquisa, foi observado que o tom da campanha de Bolsonaro foi de mudança, resgate de valores, moralização e principalmente polarização. Além disso, a criação de um inimigo em comum fez com que Bolsonaro se aproximasse das pessoas que estavam decepcionadas com o último governo (cujo partido era o de seu principal adversário).

Bolsonaro segue a linha de políticos contraventores, sendo que sua principal característica observada nos *tweets* do segundo turno foi a busca pela imagem e posicionamento de ameaça ao “sistema corrupto vigente”.

Portanto acredita-se que estudos na área de comunicação política, presentemente, se fazem necessários principalmente por conta de uma migração de contexto. Seja o contexto das plataformas de comunicação, seja o contexto social e político, propriamente dito, o que implica uma mudança de lógica e funcionamento das interações sociais.

Dentre as principais conclusões, está o fato da necessidade de aprofundamento e verificação de informações advindas de mídias sociais, culminando assim, numa diminuição e remediação da proliferação de fluxos de desinformações, tema tão debatido atualmente. Além disso, por conta da evolução vertiginosa que a comunicação sofreu nas duas primeiras décadas do séc. XXI, os estudos de Comunicação necessitam produzir a fim da construção de uma ciência norteada por valores atuais.

Para o futuro desta pesquisa, é necessário que haja um acompanhamento da Comunicação Política do candidato nos próximos anos e num futuro posterior de Bolsonaro e de outros participantes do campo político. Este acompanhamento futuro das estratégias, linguagem e contexto se faz necessário conforme outros momentos políticos se desenvolverem e novas compreensões forem necessárias.

Referências

AGRELA, Lucas. O tema mais comentado nas eleições 2018 no Twitter? Corrupção. **Exame**, 28 out. 2018. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/o-tema-mais-comentado-nas-eleicoes-2018-no-twitter-corrupcao/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

APURAÇÃO 1º turno. **Estadão**, 9 out. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/cobertura-votacao-apuracao/primeiro-turno>. Acesso em: 28 ago. 2019.

IPEA; FBSP. (org.). **Atlas da Violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 22 set. 2019.

AVELAR, Alexandra. O conteúdo acima de tudo. A comunidade acima de todos. **Meio e Mensagem**, 28 out. 2018. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/opiniao/2018/10/28/o-conteudo-acima-de-tudo-a-comunidade-acima-de-todos.html>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: edição revista e ampliada. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASSO, M; BRUM, M. Pátria Educadora? Últimos 15 anos registram expansão do ensino, mas qualidade é questionável. **Gazeta do Povo**, 5 mar. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/patria-educadora-ultimos-15-anos-registram-expansao-do-ensino-mas-qualidade-e-questionavel-eyp6attb8585axzzuks3qxyto/>. Acesso em: 22 set. 2019.

BOLSONARO, J. **Jair Bolsonaro @jairbolsonaro**. Não paginado. 26 out. 2018a. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1055818027143446528>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BOLSONARO, J. **Jair Bolsonaro @jairbolsonaro**. Não paginado. 10 out. 2018b. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1050087946873921536>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BOLSONARO, J. **Jair Bolsonaro @jairbolsonaro**. Não paginado. 10 out. 2018c. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1049972930388656129>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BOLSONARO, J. **Jair Bolsonaro @jairbolsonaro**. Não paginado. 20 out. 2018d. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1053580478446518272>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BOLSONARO, J. **Jair Bolsonaro @jairbolsonaro**. Não paginado. 16 out. 2018e. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1052145215983820800>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 134, 14 jul. 2017. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 23 set. 2019.

CAESAR, G.; REIS, T.; VELASCO, C. Cresce o número de pessoas mortas pela polícia no Brasil; assassinatos de policiais caem. **G1**, 10 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-numero-de-pessoas-mortas-pela-policia-no-brasil-assassinatos-de-policiais-caem.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2019.

CANTÓ, Pablo. De piada da tv brasileira a presidente eleito. **El País**, 4 nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/31/politica/1540978539_344863.html. Acesso em: 31 ago. 2019.

CARAM, Nirave. **Educação a distância**: estudo exploratório sobre a produção de materiais didáticos audiovisuais. 178 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.

Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151223/caram_nr_dr_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 20 ago. 2020.

CARRASCO, L; LENHARO, M. No ensino superior, 38% dos alunos não sabem ler e escrever plenamente. **Estadão**, 17 jul. 2012. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,no-ensino-superior-38-dos-alunos-nao-sabem-ler-e-escrever-plenamente-imp-,901250>. Acesso em: 22 set. 2019.

DATAFOLHA. desejo de mudança e rejeição ao PT alavancam candidatura de Bolsonaro. **Datafolha**, 22 out. 2018. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/10/1983550-desejo-de-mudanca-e-rejeicao-ao-pt-alavancam-candidatura-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 19 set. 2019.

DE VITO, K; TAUCHERT, M. A redução da maioria penal: pontos controvertidos. **Jus**, julho de 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/50948/a-reducao-da-maioridade-penal-pontos-controvertidos>. Acesso em: 22 set. 2019.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **FAMECOS**, Porto Alegre, v. 12, n. 27, p. 1-21, 2005. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3323/2581>. Acesso em: 6 set. 2019.

GRILLO, M; MENEZES, M; PRADO, T. Exclusivo: 'Não entendo mesmo de economia', afirma Jair Bolsonaro. **O Globo**, 21 jul. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/exclusivo-nao-entendo-mesmo-de-economia-afirma-jair-bolsonaro-22908268>. Acesso em: 22 set. 2019.

G1. Datafolha: 84% se dizem a favor da redução da maioria penal de 18 para 16 anos. **G1**, 14 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/14/84-dos-brasileiros-sao-favoraveis-a-reducao-da-maioridade-penal-de-18-para-16-anos-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2019.

ÉPOCA. Jair Bolsonaro: "Sou preconceituoso, com muito orgulho". **Época**, 2 jul. 2011. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI245890-15223,00-jair+bolsonaro+sou+preconceituoso+com+muito+orgulho.html>. Acesso em: 19 set. 2019.

KARTAJAYA, H.; KOTLER, P.; SETIAWAN, I. **Marketing 4.0**: do tradicional ao digital. Tradução: Ivo Korytowski. São Paulo: Sextante, 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2000.

MENA, Fernanda. Experimento mostra que iluminação pública reduziu 36% dos crimes noturnos. **Folha**, 15 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/experimento-mostra-que-ruas-com-iluminacao-publica-tem-menor-riscos-de-serem-pontos-de-crime.shtml>. Acesso em: 22 set. 2019.

O GLOBO. Datafolha: apoio a pena de morte no Brasil sobe para 57%. **O Globo**, 8 jan. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-apoio-pena-de-morte-no-brasil-sobe-para-57-22264931>. Acesso em: 23 set. 2019.

RCN. 90% dos empresários consideram injusto o sistema tributário brasileiro. **Rede Catarinense de Notícias (RCN)**, 31 maio 2019. Disponível em: <http://rcnonline.com.br/economia/90-dos-empres%C3%A1rios-consideram-injusto-o-sistema-tribut%C3%A1rio-brasileiro-1.2144594>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SILVA, Sivaldo Pereira. Políticas de acesso à Internet no Brasil: indicadores, características e obstáculos. **Cadernos Adanauer**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 151-171, 2015. Disponível em: http://ctpol.unb.br/wp-content/uploads/2019/04/2015_SILVA_Acesso-Internet.pdf. Acesso em: 31 ago. 2019.

SILVEIRA, Daniel. Brasil ganha 10 milhões de internautas em 1 ano, aponta IBGE. **G1**, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/12/20/numero-de-internautas-cresce-em-cerca-de-10-milhoes-em-um-ano-no-brasil-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2019.

VEJA. Em visita ao Makenzie, Bolsonaro é hostilizado por estudantes. **Veja São Paulo**, 8 mar. 2017. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/cidade/bolsonaro-hostilizado-estudantes-mackenzie/>. Acesso em: 22 set. 2019.

WOLTON, Dominique. Pensar a internet. **FAMECOS**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 24-28, 2001. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3117/2390>. Acesso em: 1 set. 2019.

Jairo da Silva e Silva



Efeitos de sentido em torno do discurso do atual presidente e seus ministros: a pandemia enquanto acontecimento discursivo

Jairo da Silva e Silva¹

No Brasil, a pandemia do novo coronavírus, o qual transmite a COVID-19, teve início em 26 de fevereiro de 2020. Próximo de completar dois meses, mais precisamente no dia 22 de abril, quando havia 45 mil casos de pessoas infectadas e 2.906 mortes – segundo dados oficiais do Ministério da Saúde –, o governo federal realizou uma reunião ministerial para discutir sobre o então *Plano pró-Brasil*, um programa de recuperação econômica para lidar com os efeitos da pandemia do novo coronavírus. Um mês depois, em 22 de maio, quando o país já somava 21.048 óbitos e 330.890 casos de Covid-19, assumindo o segundo lugar no mundo, o Brasil – assim como outros países – assistiu ao vídeo da referida reunião ministerial do governo Bolsonaro, cujo conteúdo foi liberado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Assim, mediante o quadro exposto, neste capítulo pretendemos investigar o funcionamento discursivo de determinados posicionamentos enunciativos do atual “chefe do Executivo, o maior representante político do ‘neoultraconservadorismo’ brasileiro, Jair Bolsonaro, notável em criar polêmicas e discursos moralistas que contrastam com algumas de suas ações” (PEREIRA; FREIRE;

1 Doutorando em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, Ilhéus/BA). Mestre em Letras – Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém/PA). Professor da área de Letras do Instituto Federal do Pará, IFPA/Campus Abaetetuba. E-mail: jairo.silva@ifpa.edu.br.

RAMOS, 2019, p. 460), bem como os dizeres dos seus ministros, levando em consideração alguns pronunciamentos desses sujeitos políticos enunciados na mencionada reunião ministerial.

O gesto de análise proposto ancora-se em alguns pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de orientação francesa, em especial, à luz do pensamento de Michel Foucault a propósito de como o enunciado se constitui como prática discursiva realizada por sujeitos histórico-sociais. Enquanto função enunciativa, (re)produz-se como um poder que se instaura nas relações sociais, por conseguinte, atuando nas produções da subjetividade (FOUCAULT, 2004).

Dada a amplitude das produções discursivas, a nossa atenção recai exclusivamente para os enunciados sobre a discursividade da *pandemia do novo coronavírus* em dizeres do presidente Jair Bolsonaro e de seus ministros, em ocasião da reunião ministerial realizada em 22 de maio de 2020 para tratar de um programa de recuperação econômica para enfrentamento aos efeitos de tal pandemia. Com efeito, compreendemos tal reunião como um acontecimento discursivo, sendo, portanto, motivo de atenção sob a ótica da Análise do Discurso (de agora em diante, AD).

A AD se constitui como um campo de estudo interdisciplinar “cujo objetivo é compreender a produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens” (GREGOLIN, 2007, p. 11). Neste sentido, a Análise do Discurso oferece “ferramentas conceituais para a análise dos acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história” (GREGOLIN, 2007, p. 13).

Por esta razão, recorreremos a este campo de conhecimento por entender que ele favorece a compreensão dos efeitos de sentidos dos pronunciamentos enunciativos do atual mandatário do país e seus ministros sobre a pandemia do novo coronavírus e para apreender como determinados discursos neoultraconservadores acontecem historicamente e instauram efeitos na sociedade.

Assim, a investigação proposta é acerca dos processos de significação sobre a pandemia no discurso do governo Bolsonaro. Porém, não pretendemos evidenciar a suposta totalidade de um sentido, pois entendemos que o exercício da análise do discurso “mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante” (FOUCAULT, 1996, p. 70).

Quanto à organização deste capítulo, além desta parte introdutória, discorreremos por mais duas seções. Na segunda, analisamos a prática discursiva do atual presidente e seus ministros na reunião em questão, de tal forma que convém esclarecer que, na análise do *corpus*, o exercício descritivo e o fazer interpretativo se alternam: “[...] não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entre misturar no indiscernível” (PÊCHEUX, 1997, p. 45). Por fim, na derradeira parte, encaminhamos os aspectos conclusivos da investigação realizada.

Análise da prática discursiva do governo Bolsonaro: a pandemia no discurso do atual presidente e seus ministros a partir de uma reunião ministerial

A pandemia do novo coronavírus² foi decretada no Brasil em 26 de fevereiro de 2020, e dois meses depois, já totalizava 45 mil casos de infecção e quase 3.000 mortes. Em meio a estes alarmantes números de pessoas acometidas pela COVID-19 e milhares de vidas ceifadas por tal enfermidade, em 22 de abril o governo federal, por meio do presidente Jair Bolsonaro e do vice-presidente Hamilton Mourão, realizou uma reunião com todos os ministros, não para

2 Segundo o Ministério da Saúde, o coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31 de dezembro de 2019, após casos registrados na China. Provoca a doença chamada de COVID-19, e apresenta como sintomas principais: febre alta, coriza nasal, tosse aguda, falta de ar, cansaço, dor de garganta, dores de cabeça, vômitos e diarreia. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

discutir sobre as possíveis medidas para conter a pandemia, mas para tratar de um programa de retomada econômica frente aos impactos da pandemia do novo coronavírus.

Passados mais 30 dias, ou seja, um mês exato, de 22 de abril (data da reunião) a 22 de maio (data da divulgação do vídeo da reunião), as 2.906 mortes saltaram para 21.048 e o número de infectados passou de 45 mil para 330.890 notificações oficiais, a ponto de o país assumir a posição de segundo lugar com mais casos da doença no mundo. Deste modo, investigamos o funcionamento discursivo do governo federal frente às ditas estratégias suas para lidar com esta pandemia, a partir da gravação da reunião ministerial, tornada pública por decisão do ministro do STF, Celso de Mello.

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou o acesso ao vídeo da reunião ministerial realizada no dia 22 de abril, no Palácio do Planalto. A decisão foi tomada no Inquérito (INQ) 4831, em que se apuram declarações feitas pelo ex-ministro Sérgio Moro acerca de suposta tentativa do presidente Jair Bolsonaro de interferir politicamente na Polícia Federal. Com a decisão, qualquer cidadão poderá ter acesso ao conteúdo do encontro de ministros com o presidente Jair Bolsonaro.

O decano autorizou, ainda, o acesso à íntegra da gravação do vídeo. A única restrição imposta foi a trechos específicos em que há referência a dois países com os quais o Brasil mantém relação diplomática (MINISTRO..., 2020)³.

O vídeo divulgado tem duração de 01h55min., e durante as quase 2h de reunião o presidente e seus ministros enunciam a pandemia do novo coronavírus por 19m18s, o que representa 16% do total da reunião. Para o empreendimento analítico proposto, consideramos a noção de discurso para Foucault, o que implica a ideia de prática. Essa é a intenção daquilo que esse pensador postulou enquanto arqueologia: estudar as práticas discursivas, um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço,

3 Oportunamente, esclarecemos que o vídeo está disponibilizado integralmente no site do Supremo Tribunal Federal e que faremos algumas transcrições das discussões encontradas nele a fim de discutir algumas questões nesse capítulo. Disponível em: <https://bit.ly/2Fc11n6>. Acesso em: 30 ago. 2020.

que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 136).

Neste sentido, ao analisar os discursos na perspectiva foucaultiana, há que se considerar as relações entre o sujeito que enuncia e o discurso, pois o que permite uma frase ser um enunciado é o fato de se poder assinalar-lhe uma posição de sujeito. Assim, tomamos a discursividade *pandemia do novo coronavírus* associada aos ditos dos sujeitos políticos participantes da reunião, a qual se manifesta como objeto deste estudo.

São as condições do exercício da função enunciativa; são as regras de formação do discurso e as condições que permitem o aparecimento de certos enunciados e silenciamento de outros; são as relações históricas; são os lugares de onde se falam e as posições assumidas ao dizer. Essas são as questões apontadas por Foucault em sua arqueologia, pois entre o enunciado e o que ele enuncia, não há tão somente uma relação gramatical ou semântica, mas uma relação que envolve sujeitos determinados historicamente e que também envolve a própria materialidade do enunciado (FOUCAULT, 2008, p. 55-56).

Neste caso, para compreensão dos efeitos de sentido da prática discursiva adotada pelo governo de Jair Bolsonaro, é necessário re-visitar a ordem discursiva na qual se inscreve a agenda bolsonarista. A chegada de Bolsonaro à Presidência da República resultou na implementação de uma linha política demarcada por excessivo viés do dito conservadorismo ainda não experimentado no país desde a redemocratização. Formações discursivas ultraconservadoras ascenderam ao poder político nacional. Em se tratando de produções discursivas, desde o início deste governo, incontáveis práticas discursivas de ultraconservadorismo vêm sendo adotadas.

Os discursos que emergem na reunião ministerial de 22 de abril de 2020 revelam a ordem discursiva instaurada na recente história da política brasileira. E, para compreensão do seu funcionamento, é preciso “analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e

as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória” (GREGOLIN, 2007, p. 13).

O ministro da Casa Civil, Walter Braga Netto, foi o primeiro a mencionar a pandemia do novo coronavírus na reunião. Em 15 segundos, mais precisamente, aos 3min37s da reunião, esclarece que o objetivo da reunião é discutir a “retomada do crescimento socioeconômico em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus”, em seguida, informa que cada ministro deve falar por até 10 minutos. Inscrito na mesma formação discursiva, de que é preciso privilegiar o funcionamento da economia, mas sem explicitar quais medidas de combate à pandemia devem ser tomadas para garantia, o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni⁴, em 23 segundos, enuncia:

Fomos acometidos de algo muito grave, que é uma doença, e que foi levado ao paroxismo da histeria porque serve a interesses de muitos, os mais variados, eu não vou aqui detalhar. Mas sinceramente, temos que rapidamente voltar ao que nós estávamos fazendo, porque nós estávamos no caminho certo e a prova disso é que todo mundo voltou a olhar o Brasil com respeito.

Na mesma regularidade, que discursiviza positivamente ser necessária a retomada das atividades econômicas o quanto antes, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, em 47 segundos, afirma que o que está acontecendo hoje no mundo não tem parâmetro nos últimos cem anos:

Não tem paralelo. Em situações extraordinárias, remédios extraordinários de forma circunstancial. *Isso não significa que nós tenhamos a necessidade de implantarmos uma política permanente [...]. O que eu peço é que nós tenhamos aqui as mentes abertas.* E que os dogmas, quaisquer que sejam eles presidente, sejam colocados de lado nesse momento [Grifos nossos].

4 À época, o ministro estava respondendo pelo crime de caixa 2. Porém, no dia 3 de agosto de 2020, a Procuradoria-Geral da República (PGR) encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um acordo sigiloso assinado com Lorenzoni, em que ministro confessa ter cometido tal crime e se comprometeu a pagar R\$ 189,1 mil de multa para que a investigação fosse encerrada. Disponível em: <https://bit.ly/2F5LCVI>. Acesso em: 30 ago. 2020.

A prática discursiva adotada pelos ministros explicita a regularidade que atravessa o governo presidencial de Bolsonaro. Essa dinâmica nos permite compreender como os sujeitos políticos se posicionam sob determinada condição histórica. É essa a ordem que constitui a história da política brasileira atual: o neoultraconservadorismo⁵.

Mesmo com milhares de mortes e pessoas infectadas pelo novo coronavírus, quando esse sujeito político enuncia “Isso não significa que nós tenhamos a necessidade de implantarmos uma política permanente [...]”, pretende-se retirar a responsabilidade do governo quanto ao combate à grave crise sanitária instalada no país. Esse sentido é reforçado, ainda, pelo dizer “O que eu peço é que nós tenhamos aqui as mentes abertas”. Ora, imprime-se o sentido de mente aberta/livre como a identidade do Governo Federal: um governo pautado na prática discursiva do dito neoliberalismo econômico. Portanto, o discurso economicista inscrito na materialidade da linguagem evidencia de que forma a linguagem adquire historicidade e produz efeitos de sentido na sociedade.

É um governo que se assume como neoliberal, defende a redução do Estado, pensa uma economia voltada para o fortalecimento do setor privado, inclusive por meio de privatizações de instituições públicas. Ainda, traz à tona a discursividade de que o faz *em nome de Deus, do patriotismo e da família tradicional brasileira*, tal qual afirmou a ministra da Família, Mulher e Direitos Humanos, Damarens Alves, na reunião em análise: “este governo é um governo pró-vida, um governo pró-família”.

5 Em *Eleições brasileiras de 2018: A catástrofe perfeita?*, Sonia Corrêa (2018) aponta questões que podem explicar como Bolsonaro, mesmo um discurso ora antidemocrático, conseguiu se eleger em uma das maiores democracias do mundo: os padrões de desigualdade e de violência estrutural que permaneceram sem solução após três décadas de consolidação democrática; a enraizada cultura de corrupção política; o crescimento e sedimentação do dogmatismo moral religioso; as baixas taxas de crescimento econômico do país, e não sustentáveis desde os anos 1980 e, mais especialmente, a recessão pós 2014, acentuada em 2016, que devastou o emprego e a renda dos setores mais pobres e, mais especialmente, impulsionou o deslocamento das classes médias para a direita; frustrações dos amplos setores da sociedade com o Partido do Trabalhadores, em particular em razão da corrupção (a irascível propaganda antipetista que foi então urdida se tornaria a espinha dorsal da estratégia eleitoral de Bolsonaro).

A maior parte do pronunciamento dessa ministra, de 4 minutos e 46 segundos, foi direcionada a críticas a governadores e prefeitos que defendem o isolamento social, ameaçando-os, inclusive, com prisão. Informou que mais de 5.000 ações e procedimentos estariam sendo elaborados por sua pasta contra vários governantes:

A maior violação de direitos humanos da história do Brasil nos últimos trinta anos está acontecendo neste momento, mas nós estamos tomando providências. A pandemia vai passar, mas governadores e prefeitos responderão processos e nós vamos pedir inclusive a prisão de governadores e prefeitos. E nós tamo subindo o tom e discursos tão chegando.

O discurso da ministra Damares é de suposta defesa à “família brasileira” em meio à pandemia. Mas qual família? Ou melhor, quais são as famílias que importam e que devem ser defendidas? Certamente que não são as famílias descritas no ensaio “Por uma quarentena de direitos para as favelas e as periferias!”, de Jorge Luiz Barbosa:

Ficar em casa. Reduzir contatos pessoais. Exercer o trabalho remoto. Não circular pelas ruas. Não frequentar bares e restaurantes. Fechar escolas, universidades e os estádios de futebol. Proteger a si e aos seus familiares do contágio imediato é, sem dúvida, um recurso para muitos, porém não para todos. Há trabalhadoras e trabalhadores cujas condições sociais e urbanas são por demais vulnerabilizadoras, de seus corpos e territórios, para os quais nem a ficção científica é convocada para colocá-los em cena (BARBOSA, 2020, p. 2-3).

Já o pronunciamento do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles⁶, de 1 minuto e 24 segundos, não tratou sobre o potencial devastador da COVID-19 junto às famílias brasileiras. Seu discurso foi acerca de como o governo Bolsonaro pode aproveitar a pandemia como uma oportunidade para “passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação”, já que, segundo o ministro,

⁶ Salles é mais entre os vários ministros que respondem por crimes cometidos. No caso dele, já foi condenado em 1ª instância. Fonte: “Um investigado por fraude ambiental comandará Meio Ambiente sob Bolsonaro”. Disponível em: <https://bit.ly/3h1NLi5>. Acesso em: 30 ago. 2020; “Futuro ministro, Ricardo Salles é condenado em ação de improbidade”. Disponível em: <https://bit.ly/3jNAgEn>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

a imprensa está com a atenção voltada para a pandemia: “Pra isso, precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”.

A enunciação política deste sujeito enunciador se inscreve na mesma regularidade à qual o governo está filiado, que lhe confere legitimidade ao dizer, pois “não há enunciado que de uma forma ou de outra não reatualize outros enunciados” (FOUCAULT, 2008, p. 111).

No contexto da pandemia, quando assistimos ao representante máximo do Meio Ambiente brasileiro enunciando o quadro pandêmico enquanto oportunidade para “ir passando a boiada e mudando tudo”; quando assistimos ao país chorando quase 3 mil mortes por COVID-19; quando testemunhamos o alongamento exponencial de devastação da maior floresta tropical do mundo e o aumento do número de queimadas e destruição na Amazônia, bem como o assalto às vidas e existências de diversas sociedades indígenas – povos historicamente vulneráveis às pandemias – , tudo isso em nome de uma economia fortemente almejada pelo capital, estamos diante da implementação de um modelo de política segundo o conceito de necropolítica.

O termo “necropolítica” foi cunhado pelo intelectual camaronense Achille Mbembe, que questiona os limites da soberania do Estado na escolha de quem deve viver e quem deve morrer: “a expressão máxima [...] do poder e [...] capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2016, p. 123). E bem sabemos quais são os sujeitos-alvo da necropolítica: são as vidas mencionadas por Jorge Luiz Barbosa (2020), citado anteriormente.

Conceber a palavra/o dizer enquanto enunciado é compreender sua produção realizada “por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (GREGOLIN, 2006, p. 42). O lugar institucional que constitui legitimidade aos sujeitos presidente e ministros é o governo da República Federativa do Brasil. No entanto, essa condição legitimada pelo viés democrático pressupõe uma relação

de respeito entre o “eu” *versus* o “outro”, pressupõe a responsabilidade ética. Não estamos em um regime totalitário, absoluto. Vivemos em um regime democrático.

A prática discursiva adotada pelos sujeitos que comandam o Brasil a nível federal perpassa pela intolerância à pluralidade, ao debate, ao contraditório. A lógica imposta é do ataque ao outro. Em um momento em que o país chegou a quase 3 mil mortes por COVID-19, durante a reunião aqui estudada, o presidente Jair Bolsonaro dedicou 3 minutos e 6 segundos para enunciar a pandemia do novo coronavírus pelo menos quatro vezes. Mas, como efeitos de sentido, não apreendemos a preocupação do chefe do Executivo em combater o vírus e garantir a vida, principalmente, dos sujeitos mais vulneráveis. O que temos é um presidente xingando governadores e um prefeito de capital. Um presidente criticando o isolamento social. Preocupado exclusivamente com a economia, disse que viria “desgraça pela frente”:

Vai ser uma porrada muito maior do que você possa imaginar. Não são apenas os informais. Eu acho que já bateu a dez milhões de carteira assinada, foi pro saco. E os governos estaduais não têm como pagar salário pros ca ... não têm. Maio, metade dos estados não têm... não vai ter como pagar salário mais. A desgraça tá aí. Eles vão querer empurrar essa ... essa ... essa “trozoba” pra cima da gente, esse pessoal aqui do lado vai querer empurrar, e a gente vai reagir porque aqui não é saco sem fundo. Tá?

Na mesma sequência discorre sobre o exame de COVID-19 que teria feito e reclama da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que “enche o saco” do STF para processá-lo porque não apresentou os resultados do exame: “Essa frescurada toda, que todo mundo tem que tá ligado”. Mais adiante, reclama de presos soltos durante a pandemia, medida adotada para evitar a propagação do vírus nos presídios superlotados:

Imagina se tivesse estuprado uma filha nossa, um filho da puta des-ses ser posto em liberdade. Agora temos que se colocar no lugar dessas pessoas, desse pai que tem a filha estuprada, e o... e vagabundo foi posto na rua. Com uma decisão, foda-se de quem seja, tem que jogar pesado em cima aí... pesado em cima disso.

Em sua terceira fala sobre o coronavírus, Bolsonaro reclama sobre a divulgação da morte de um patrolheiro da Polícia Rodoviária Federal (PRF) por COVID-19. Afirma ter ligado para o diretor-geral da PRF, exigindo que as demais comorbidades do policial fossem citadas na divulgação de sua morte. Na derradeira menção ao tema, o chefe do Executivo diz que convidará ministros para ir às regiões administrativas do Distrito Federal, prevendo, segundo ele, que “uns merda de sempre” haveriam de reclamar pelo fato de sua transgressão às ordens de isolamento social: “Péssimo exemplo é o cacete, pô! Pior é tá passando fome! Tá na merda, porra!”.

A produção discursiva do presidente, acentuadamente desconexa com a discursividade democrática, acende a possibilidade para que outros sujeitos adotem práticas discursivas segundo a regularidade instaurada, e não estamos nos referindo apenas a seus ministros. O discurso de Bolsonaro, divulgado por meio do vídeo liberado pelo STF, circulou em diferentes espaços, como nos espaços virtuais, através das redes sociais, por exemplo, onde constatamos diversos sujeitos ratificando a prática discursiva do presidente, conforme enunciado na reportagem “Eu era 100% Bolsonaro, depois do vídeo sou 500%: a reação de grupos bolsonaristas no WhatsApp à reunião ministerial”, da BBC News Brasil:

Enquanto parte população brasileira ficou estarecida ao ver a postura do presidente Jair Bolsonaro em uma reunião ministerial realizada há um mês, apoiadores mais radicais e da base mais fiel ao presidente celebravam em grupos de WhatsApp as frases ditas por ele no encontro com os ministros.

Nos dias seguintes à divulgação do vídeo da reunião, bolsonaristas produziram montagens e memes exaltando o presidente, com mensagens como: “Eu era 100% Bolsonaro, mas depois do vídeo dessa reunião, sou 500% Bolsonaro” e “Bolsonaro não foi eleito por se comportar como um lorde, ele foi eleito para meter o pé na porta mesmo e acabar com essa bagunça” (GRAGNANI, 2020).

Até quem, de direito e dever, tem a obrigação de defender a saúde – neste caso, o ministro da Saúde – não o fez efetivamente naquela reunião. Foi a primeira vez que o então ministro Nelson Teich (que falou por 3 minutos e 44 segundos) participou na condição

de ministro da Saúde. Em momento algum o agora ex-ministro – o qual pediu demissão antes de completar um mês no cargo – foi questionado sobre as possíveis medidas para conter a pandemia, no entanto foi cobrado sobre um plano de “transição” ou “saída” do isolamento social para retomar a economia. Como resposta, enunciou: “A gente está trazendo um reforço para acelerar esse processo. Porque, na verdade, a gente tá correndo contra o tempo”, porém, não apresentou nenhum tipo de solução ou proposta viável que pudesse de fato conter a pandemia.

Como efeito de sentidos do discurso desse sujeito enunciativo, apreende-se desprezo à ciência, ou, até mesmo a sua negação. Desvalorizar/negar a ciência está na ordem discursiva da defesa à retomada econômica a qualquer custo. Enquanto muitos corpos sociais reproduzem o discurso do presidente, de que a COVID-19 é apenas uma “gripezinha”, um “resfriadinho”, acreditam que estão fora do perigo. Muitos desses corpos “confiam” em seus “históricos de atletas” – ideia esta comprovadamente descartada pela ciência – o que implica o sentido de excepcionalidade, que estão fora de riscos, já que são privilegiados, por conseguinte, podem desprezar as regras de isolamento social.

O negacionismo científico é recorrente na prática discursiva adotada pelo ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Na reunião em destaque, em 30 segundos, limitou-se a dizer que, depois da crise da pandemia, o Brasil será um dos cinco países a “definir a nova ordem mundial”:

Outro dia, na conversa do presidente com o primeiro-ministro da Índia, o indiano disse que vai ser tão diferente o pós-coronavírus do pré quanto o pós-Segunda Guerra do pré. Eu acho que é verdade, e assim como houve um Conselho de Segurança que definiu a ordem mundial, cinco países depois da Segunda Guerra, vai haver uma espécie de novo Conselho de Segurança e nós temos, dessa vez, a oportunidade de estar nele e acreditar na possibilidade de o Brasil influenciar e forma... ajudar a formatar um novo, é,... cenário.

A prática discursiva deste ministro, assumidamente negacionista⁷, na reunião é encaminhada na crença à potencialidade de o país ser um dos cinco países a participar de “uma espécie de novo Conselho de Segurança” da nova “ordem mundial”. Mas como, negando a ciência? O discurso deste ministro funciona à discursividade do governo do qual faz parte. O que nos faz lembrar a noção de posição-sujeito na *Arqueologia* de Foucault (2008, p. 107), compreendida como “um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”. Ou seja, as vozes que atravessam as posições enunciativas dos ministros do governo Bolsonaro não são enunciadas por sujeitos físicos; são vozes que emergem a partir de uma dada regularidade, que enunciam a partir da ordem discursiva neoultraconservadora encampada por este governo.

O “lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes” (FOUCAULT, 2008, p. 107) foi ocupado, desta vez, pela ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina⁸, também envolvida em problemas judiciais (ABREU, 2018). Da mesma forma que Ernesto Araújo discursou sobre a pretensa soberania nacional frente às centenas de países outros, Tereza Cristina também fez uso de um pouco mais de 30 segundos da reunião para garantir ao presidente que, se ele “amanhã quiser fechar” o Brasil por conta da pandemia, o país seria autossuficiente em seus estoques, com exceção do trigo. Segundo Tereza, os ministros da Agricultura do G20 vêm relatando que “depois do coronavírus, vão colocar regras para ter estoque novamente”, e que isso não seria o problema do Brasil, o que possibilita como efeito de sentido a seguinte leitura: o país está crescendo na produção da agricultura, em grande escala, porque expande suas áreas de plan-

7 Fonte: “Ernesto Araújo nega aquecimento global em discurso nos EUA”. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/sustentabilidade/meio-ambiente/ernesto-araujo-nega-aquecimento-global-em-discurso-nos-eua,66172f007894f76aa6c987a907da6ed0hrnxqa0.html>. Acesso em: 31 ago. 2020.

8 Essa ministra também é envolvida em problemas judiciais. Fonte: “Tereza Cristina responde a cinco ações por dívidas: Além de disputa com JBS, ministra da Agricultura de Bolsonaro acumula calotes com Banco do Brasil e fundos de investimento”. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/tereza-cristina-responde-a-cinco-acoes-por-dividas/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

tio; em outros termos, o desmatamento na prática e a expansão da fronteira agrícola.

Ao delinear algumas relações estabelecidas interdiscursivamente com dizeres que circulam em outros lugares, em outras posições, assumidas por outros sujeitos, apreende-se que os enunciados produzidos pela ministra Tereza Cristina configuram um jogo de contradições que significam a ignorância sobre os fatos. No mesmo dia da divulgação do vídeo da reunião em questão, a mídia divulgou também que os preços de alimentos da cesta básica da cozinha brasileira, como arroz e feijão, chegaram a subir 91% nos supermercados de grandes capitais (QUINTELLA, 2020), por exemplo.

Como efeito de sentido, apreende-se o descaso do governo federal quanto às políticas de segurança alimentar nesse momento tão grave que o país atravessa, principalmente no que tange à garantia do poder de compra dos sujeitos mais vulneráveis e mais desprovidos financeiramente, e que formam a maior parte da população brasileira. Aliás, estes corpos sociais ficam em segundo plano na prática discursiva adotada na reunião ministerial. Exemplo disso é o posicionamento enunciativo do ministro do *Turismo*, Marcelo Álvaro Antônio⁹, também envolvido com práticas criminosas, de apenas 1 minuto e 7 segundos, ao afirmar que o turismo “vinha numa crescente muito importante... obviamente no meio dessa pandemia *foi o primeiro a ser impactado e de forma brutal*” [Grifos nossos].

No discurso do ministro Marcelo Antônio, vemos que *vidas importam!* Mas que vidas? Certamente, não são as vidas que não giram em torno dos grandes empreendimentos da hotelaria e do turismo. Por meio de um movimento interdiscursivo, ao recorrermos a outras posições sociais, como a academia, por exemplo, encontramos posições enunciativas pautadas em estudos das ciências humanas e sociais, que afirmam que os sujeitos “mais impactados e de forma brutal” não são os empresários do turismo:

9 Trata-se de mais um ministro envolvido com investigação por práticas criminosas. Fonte: “PF vê participação de ministro do Turismo em esquema de laranjas: Investigação sob sigilo suspeita de falsidade ideológica de Marcelo Álvaro Antônio”. Disponível em: <https://bit.ly/2Zd50Hb>. Acesso em: 31 ago. 2020.

São pessoas que circulam pouco pela cidade, mas as pessoas da cidade circulam por elas. São trabalhadores e trabalhadoras em supermercados, motoristas de ônibus e vans, vendedores e vendedoras em trens, entregadores em suas bicicletas e motocicletas, atendentes em lojas e ambulantes no comércio de rua [...] em situação de desproteção às exposições ao contágio e, evidentemente, a transmissão para outros, inclusive seus familiares. Como coloca-las [sic] em quarentena preventiva em suas casas se as relações de trabalho em precarização de vínculos formais e o desemprego estrutural as empurram cada vez mais para o abismo da desigualdade e, agora, para a vulnerabilidade ao coronavírus. Essas pessoas aqui identificadas como vulneráveis à epidemia global residem, em sua expressiva maioria, em favelas e periferias de nossas metrópoles, cujas condições urbanas de saneamento e de equipamentos de saúde pública estão longe de adequadas às demandas regulares. Com esse cenário assustador das consequências dos agravos à saúde provocados com o coronavírus teremos uma experiência trágica anunciada pela frente. Acrescido de que favelas e periferias do Rio de Janeiro e São Paulo, metrópoles com crescimento de pessoas contaminadas, há incidências já historicamente notificadas de doenças respiratórias (tuberculose, bronquite, asma, gripes) em função da exposição a vírus e as condições socioambientais de suas moradas. Portanto, há uma condição relacional de corpo-território da qual não podemos deixar de trazer para atenção pública, inclusive reafirmando a expressão racial dessa composição, uma vez que os trabalhadores mais expostos/moradores de favelas e periferias são expressivamente negros e negras (BARBOSA, 2020, p. 2-3).

Eis a esclarecedora análise da chilena Michelle Bachelet, Alta Comissária da ONU para Direitos Humanos: “A covid-19 nos fez ver novamente o que já sabemos: as enormes desigualdades do mundo, mesmo em países poderosos. Mulheres, imigrantes, refugiados, LGBTQs, indígenas, idosos, pessoas com deficiência e todo tipo de minoria são os mais afetados” (ECOIA, 2020).

Importa mencionar que muitos destes sujeitos, descritos por Jorge Barbosa e Michelle Bachelet, foram duplamente impactados, pois compõem as maiores estatísticas de vítimas por COVID-19 no país, e ainda, nem todos tiveram direito ao recebimento do auxílio-emergencial do governo federal previsto inicialmente no valor de R\$ 200,00 mensais, valor rejeitado pelo Congresso Nacional, o qual aprovou o teto de R\$ 600,00, ou seja, R\$ 400,00 a mais do que propunha o governo Bolsonaro (ROUBICEK, 2020). É responsabi-

lidade da Caixa Econômica Federal a gestão de dinâmica de repasse desse benefício. O presidente desse banco estatal também se fez presente à reunião ministerial do dia 22 de abril passado.

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães criticou o isolamento social em seu discurso de 1 minuto e 39 segundos. Ao lamentar por ter “30 mil funcionários na rua”, enunciou o *home office* (trabalho remoto, de casa) como “frescurada”: “Quer dizer, eu posso ter 30 mil brasileiros nas agências lá... sabe quantas pessoas a Caixa está pagando hoje? Sete milhões de pessoas, e todo mundo em *home office*. Que porcaria é essa?” Ainda na esteira das críticas ao isolamento social, afirmou que, caso lhe ocorresse com o que aconteceu com a família do deputado federal Luiz Lima (PSL-RJ), ele pegaria suas “quinze armas” e iria “matar ou morrer”. Referia-se a uma situação ocorrida no dia anterior, em que a mulher do parlamentar foi detida pela Polícia Militar na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, acusada de descumprir decreto do governo estadual sobre o isolamento social. Guimarães encerrou sua participação dizendo que, caso fosse acometido de COVID-19, já teria a solução: “Eu já falei pra minha esposa: se tiver qualquer coisa, vou tomar um litro de hidrocorixisquina, aquelas coisas todas”.

Há um lugar-posição no qual se inscreve o dizer desse sujeito enunciador, e pelo qual expressa a sua posição de negação diante das ordens estatais pautadas nos discursos dos órgãos sanitários e científicos nacionais e internacionais. Apologia ao armamentismo, uso de termos chulos e indecorosos, negacionismo da ciência, prioridade à retomada econômica sem manifestação de como garantir a preservação da vida, eis a materialidade da prática discursiva bolsonarista.

Outros dois presidentes de bancos estatais também se manifestaram na reunião em questão. O presidente do BNDES, Gustavo Montezano, em 16 segundos informou que estava recebendo orientações do ministro da Economia, Paulo Guedes¹⁰, lhe orientando a “focar na reconstrução, no dia seguinte, porque a crise da

10 Outro ministro do governo Bolsonaro a ser investigado pela Justiça. Fonte: “TCU investiga Paulo Guedes por suposta fraude em fundos de pensão”. Disponível em: <https://bit.ly/3gZ-NhsE>. Acesso em: 2 set. 2020.

saúde vai demorar alguns meses e a reconstrução muito mais meses do que isso”. Montezano aproveitou para ratificar as palavras do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmando que é “um momento muito oportuno para se aproveitar” da pandemia para rever “uma parte crítica [que] é a legislação, ou funcionamento da máquina pública”.

Como efeitos de sentidos do discurso do presidente do BNDES, infere-se o entendimento que se prioriza com a privatização do Estado, a contrapelo da pandemia que o mundo e o Brasil estão atravessando. Nesse discurso, não emerge qualquer tipo de gestão econômica da crise da saúde pública, por exemplo. A preocupação apreendida é uma economia que o governo privilegia como a adequada: a diminuição do Estado brasileiro, logo agora, num momento histórico-social em que o país precisa de todo o empenho do Estado para combater a pandemia e garantir a vida.

Por fim, convém destacar, ainda, o último minuto da reunião, em que o então presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, que pediria demissão 3 meses depois, enuncia em 47 segundos que o número de óbitos por COVID-19 teria caído bastante: “Já não chegam mais na casa de 200. A minha sensação, de quem não é especialista no negócio, mas que observa os números, é que o tal do pico, o tal do famoso pico, que gerava tantas preocupações, a minha sensação é que esse pico já passou”. Tal posicionamento resume “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 135): a agenda *bolsonarista*. Entendida neste capítulo como prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico. Enquanto enunciado, o que o governo Bolsonaro materializa como discurso não tem nada de inocente; ao contrário, ele se efetiva, principalmente, em um campo de batalhas, em que os poderes e saberes são mobilizados, na busca pela legitimação de uma verdade dita irredutível: de que esse governo está na direção certa!

Considerações finais

Em *Arqueologia do Saber*, afirma Foucault que os discursos, assim como podemos ouvi-los, ou como podemos lê-los no formato de texto, “não são como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras”, (FOUCAULT, 2008, p. 55) mas, se tratam de “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 135).

Assim, neste capítulo procuramos descrever e analisar “um certo número de enunciados” do presidente da República, Jair Bolsonaro, e dos seus ministros a partir de uma reunião realizada no segundo mês da pandemia do novo coronavírus decretada no país. Verificamos que “os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas” definem uma certa regularidade, isto é, funcionam a partir de determinada formação discursiva: a materialidade do *neoultraconservadorismo*, a agenda do *bolsonarismo*.

Ao longo do empreendimento analítico, identificamos uma prática discursiva que implica uma posição de sujeito, inscrito historicamente e filiado a um campo associativo. E, ao exercer tal função enunciativa, constitui-se como instrumento de um poder instaurado nas relações histórico-sociais, neste caso, na história do atual quadro da política nacional. Dessa forma, a natureza dos enunciados aqui estudados integra práticas discursivas que obedecem à regularidade historicamente determinada pelo discurso do atual governo federal.

É uma prática discursiva que privilegia o funcionamento da economia em detrimento das medidas de isolamento social comprovadas como um dos meios que podem minimizar a rápida expansão do novo coronavírus. Sob um discurso carregado de palavras e palavras de baixo calão, a prática discursiva *bolsonarista* funciona enquanto um discurso ameaçador ao que pensa diferente e também negacionista dos fatos acadêmicos e científicos. Analisar discursos implica a tentativa de “compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas. Assim, buscando as articulações entre a materialidade e a historicidade dos enunciados, em vez de sujeitos

fundadores, continuidade, totalidade, buscam-se efeitos discursivos” (GREGOLIN, 2007, p. 15). Portanto, os efeitos apreendidos inferem como possibilidade de leitura: a querência da implementação de um governo autoritário! Mas cego, surdo e mudo diante dos 4.137.521 casos de pessoas infectadas e 126.650 mortes (segundo os dados oficiais) até a escrita deste texto, na véspera do feriado nacional da Independência do Brasil.

Referências

BARBOSA, Jorge Luiz. Por uma quarentena de direitos para as favelas e as periferias! **Espaço e Economia**, *online*, v. 9, n. 17, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/10274>. Acesso em: 3 set. 2020.

CORRÊA, Sonia. Eleições brasileiras de 2018: A catástrofe perfeita? **Sexuality Policy Watch**, nov. 2018. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/Cata%CC%81strofe-perfeita-mesclado.pdf>. Acesso em: 3 set. 2020.

ECOIA. “Grupo de risco da Covid-19 são os marginalizados”, diz comissária da ONU. **UOL**, 6 maio 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoia/ultimas-noticias/2020/05/06/grupo-de-risco-da-covid-19-sao-os-marginalizados-diz-comissaria-da-onu.htm>. Acesso em: 14 nov. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. Tradução: Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GRAGNANI, Juliana. ‘Eu era 100% Bolsonaro, depois do vídeo sou 500%’: a reação de grupos bolsonaristas no WhatsApp à reunião ministerial. **BBC News Brasil**, 25 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52801587>. Acesso em: 31 ago. 2020.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth. (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 33-52.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e mídia: a (re)produção das identidades. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Tradução: Renata Santini. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MINISTRO Celso de Mello autoriza acesso a vídeo de reunião ministerial. **Supremo Tribunal Federal**, 22 maio 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443959&ori=1>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 2. ed. Tradução: Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; FREIRE, Miriam Espíndula dos Santos; RAMOS, Letícia. Democracia e as recentes reformas das políticas curriculares no contexto da educação básica no Brasil. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 24, n. 41, p. 455-483, jan./abr. 2019.

QUINTELLA, Felipe. Coronavírus: preços sobem até 91% nos supermercados da grande BH. **Jornal Estado de Minas**, 13 abr. 2020.

ROUBICEK, Marcelo. Como o governo se apropria da criação do auxílio emergencial. **Nexo Jornal**, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/12/Como-o-governo-se-apropria-da-cria%C3%A7%C3%A3o-do-aux%C3%ADlio-emergencial>. Acesso em: 2 set. 2020.

Antoniél Guimarães Tavares Silva
Laurianne Guimarães Mendes



Apontamentos para uma formação discursiva do sujeito-professor e sujeito-aluno: um olhar para a concepção de erro no contexto educacional

Antoniél Guimarães Tavares Silva¹
Laurianne Guimarães Mendes²

Ao se pensar em avaliação escrita, especialmente as que exigem respostas discursivas, no contexto de ensino e aprendizagem do Ensino Fundamental em escolas públicas, um ponto relevante eclode: a forma com que os professores abordam, durante as aulas, os acertos e os erros cometidos pelos alunos, pois, segundo Stroud (1997, p. 22), “um erro só é um erro na medida em que pode ser julgado como tal em confronto com uma norma específica”. Sendo assim, o que interpela este texto é compreender como o professor articula o *erro* em sala de aula e como o aluno lida com essa articulação, ainda nas séries precedentes ao Ensino Médio.

Neste sentido, após a observação³ de algumas aulas de Língua Portuguesa do 6º ano do Ensino Fundamental de uma determinada escola, notou-se que alunos e professores se relacionam com a concepção de *erro* de formas distintas: o professor demonstrou assimilar a função do *erro* cometido e o porquê de ser evitado, mas, em contrapartida, alguns alunos demonstraram uma não compreensão ou

1 Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor de Língua Inglesa da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso. E-mail: gui.antoniel@gmail.com.

2 Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora de Língua Portuguesa da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso. E-mail: laurianneguime@gmail.com.

3 A observação da escola-campo foi realizada mediante autorização formal do grupo gestor. A carta de aceite ao pesquisador se encontra em anexo a este trabalho.

desconhecimento das justificativas de determinadas restrições aos equívocos apresentadas pelos docentes, problematização essa que desencadeou o interesse dessa obra.

Partindo desse cenário, este capítulo se apoia no campo da Análise do Discurso de corrente francesa, especificamente na noção de *formação discursiva*⁴ preconizada por Michel Foucault (2012) em *A Arqueologia do Saber*, reiterada por Michel Pêcheux e Fuchs (1993) em *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas* e pelo diálogo que Jean-Jacques Courtine (2009) propõe de ambos os autores supracitados para se pensar em um método de análise de sequências discursivas em seu trabalho *O conceito de formação discursiva*. Aciona-se esse recorte teórico para conduzir uma reflexão sobre as condições de produção sociais, históricas e ideológicas do discurso *institucional-educacional* que se materializa nos dizeres dos professores e alunos e os constituem sujeitos com posicionamentos distintos. Dessa forma, é possível apontar quais elementos possibilitam que os dizeres sejam enunciados daquela forma e não de outra distinta.

Assim, temos como passos teórico-metodológicos: fundamentar o campo da Análise do Discurso por meio da apresentação dos alcances teóricos da noção de *formação discursiva*, tratada nas três obras; em seguida, aplicar vinte⁵ questionários, sendo dez a alunos do 6º ano do Ensino Fundamental e dez aos professores que ministram aulas de diferentes disciplinas curriculares nessa mesma série, preferencialmente aqueles que exigem respostas textuais em suas avaliações escritas; por último, construir o *corpus* de análise a partir do recorte das respostas dos questionários, tomados como sequências discursivas, e analisar, brevemente, as condições sócio-histórico-ideológicas que evidenciam a constituição do *sujeito-professor* e *sujeito-aluno* frente ao objeto discursivo *erro*.

4 É importante ressaltar que a noção de formação discursiva é pensada de formas distintas em Michel Foucault (2012) e Michel Pêcheux e Catherine Fuchs (1993). Sendo assim, adota-se neste trabalho o posicionamento teórico da leitura que Courtine (2009) propõe de ambos os trabalhos.

5 Aplicaram-se vinte questionários, no entanto, para este trabalho, utilizou-se apenas dez respostas devido à dimensão do artigo e à complexidade do material coletado.

Ainda, é importante ressaltar que o objeto de estudo para a Análise do Discurso não se trata do texto, mas sim do discurso, com efeito, neste trabalho, definido como o discurso institucional-educacional. Denota-se aqui o discurso institucional-educacional como objeto de análise. No entanto, como afirma Courtine (2009), os discursos são atravessados por outros discursos, referenciados mutualmente.

Delineação dos limites teóricos: formação discursiva, sujeito e objeto

O recurso teórico-metodológico de análise se sustenta, como afirmado anteriormente, na concepção de *formação discursiva* e sua articulação com um *corpus* de pesquisa. Logo, nesta seção serão explanados, em poucas palavras, os limites teóricos do conceito em questão, assim como pontuações sobre as filiações históricas que nortearam o desenvolvimento de um procedimento metodológico de análise discursiva.

A noção de formação discursiva, para ilustrar, foi inicialmente trabalhada por Foucault (2012) em sua obra *A Arqueologia do Saber*, publicada originalmente em 1969, na qual problematizou as condições históricas e discursivas a partir dos sistemas do saber enquanto prática teórica e discursiva. No entanto, “será [...] da Arqueologia que Michel Pêcheux extrairá o termo FD [formação discursiva] do qual a AD se desapropriará, submetendo alguns elementos conceituais a um trabalho específico” (COURTINE, 2009, p. 70). Dessa forma, Pêcheux e Fuchs (1993) adotam o termo *formação discursiva* para compor um *corpus* discursivo de análise com base na distinção que Foucault (2012) propõe entre materialidade enunciativa e materialidade discursiva.

No que se refere à instância ideológica, Pêcheux e Fuchs (1993) afirmam que o assujeitamento do indivíduo em sujeito ideológico determina posições sociais, autoriza determinadas atitudes e representações as quais se materializam, enquanto instâncias ideológicas, no discurso, perspectiva essa chamada de *formação ideológica*. Nesse

sentido, essas instâncias ideológicas são compostas por sistemas de restrições nos quais se relacionam entre si e regem as relações de produção do discurso, sistemas esses chamados de *formação discursiva*. Disso, as formações discursivas têm o papel de organizar elementos linguísticos a partir das correlações com os objetos e propor fronteiras abarcadas nas relações contraditórias dos processos discursivos determinantes dos limites dos dizeres e instauram lugares ideológicos que interpelam indivíduos em sujeitos.

O sujeito, ainda segundo Pêcheux e Fuchs (1993), apoia-se em elementos linguísticos constituintes dos processos discursivos de uma dada formação. Esses elementos configuram matrizes de sentidos que, por um lado, representam um conhecimento base de domínio de uma formação ideológica regida por uma formação discursiva e, por outro lado, constituem uma *matéria-prima* de sentido anterior, conseqüentemente, restaurada em outras formações discursivas e tomada como um jogo de dissimulação e ilusão de um dizer.

Com efeito, “[...] um processo discursivo no interior de uma dada FD [formação discursiva] não é dissociável do estudo da determinação desse processo discursivo por seu interdiscurso” (COURTINE, 2009, p. 70), o que implica as relações entre os discursos que compõem uma dada formação discursiva regida, a saber, pelo escopo de uma formação ideológica frente a um objeto constituído na e pela linguagem. Em seguida, apresentam-se os requisitos tomados neste trabalho para a construção do *corpus* a partir das seqüências discursivas selecionadas.

Por uma construção do *corpus* de análise

Aplicaram-se dez exemplares de um questionário aos alunos de um sexto ano e dez exemplares de outro questionário aos professores que ministram aula nessa turma. Problematizaram-se dois pontos os quais se mostram suficientes para se atingir o objetivo deste capítulo: i) “Qual o significado da palavra *erro* para você?”; ii) “Como o professor deve agir no momento em que o aluno cometer um erro em uma avaliação escrita? Por quê?”. Os questionários escritos

foram aplicados aos proponentes durante o intervalo das aulas com o acompanhamento dos pesquisadores e foram recolhidos ao término desse intervalo.

Disso, ressalva-se aqui que o *corpus* de análise, segundo Courtine (2009), é construído a partir do posicionamento teórico e metodológico do analista frente ao seu objetivo de análise. Dessa forma, as respostas dos professores e alunos foram tomadas como *sequências discursivas* e, por conseguinte, formou-se um quadro no qual se elenca dois conjuntos de regularidades de ocorrência de termos e sentidos relativamente semelhantes segundo conhecimento de cunho social: por um lado, a constituição de um *sujeito-professor* e, por outro, de um *sujeito-aluno*. Além disso, faz-se preciso prescrever, como propõe Courtine (2009), a concepção de *interdiscurso* no que concerne à relação entre discursos de uma mesma formação discursiva e posicionamentos ideológicos:

O interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciatador se apropria para deles fazer objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciatador vai dar coerência à declaração [em diálogo a obra de Pêcheux] de *intradiscurso* (COURTINE, 2009, p. 74, itálico do autor).

Assim sendo, as sequências discursivas se tornam os versos de manifestação do interdiscurso e do intradiscurso, de um modo, revelando um posicionamento ideológico de um sujeito e, de outro modo, fomentando uma articulação de formações discursivas distintas. Além disso, Courtine (2009, p.74) designa um sujeito universal construído enquanto base, seja um *sujeito-professor* ou *sujeito-aluno*, por uma ideologia, neste caso, tomada como institucional-acadêmica na qual o sujeito se ancora para se constituir no interior de determinadas formações discursivas. Essas formações articulam os enunciados em torno do objeto, aqui pensado no *erro*, e, com efeito, funcionam como um processo de estabelecer a coerência discursiva, referencialmente, também aplicável ao contexto pedagógico.

Contudo, de acordo com Courtine (2009), não há uma teoria explícita de aplicação de análise discursiva do enunciado no processo de montagem de uma sequência de recortes. Portanto, exige-se do analista uma operacionalização de conceitos de natureza pragmática e experimental na construção de um *corpus* e, além disso, a criação de uma situação experimental de análise sintagmática. Nesse sentido, a interpelação do indivíduo em sujeito, como ditam Pêcheux e Fuchs (1993), ocorre de forma simulada, imprevisível e com base em projeções espontâneas que necessitam do desenvolvimento de um dispositivo de análise capaz de apresentar convalidações às emergências dos dizeres enquanto materializações dos discursos.

Esse dispositivo abarca apenas *traços* do processo discursivo efetivo, o que direciona, para o tratamento do *interdiscurso*, uma série de hipóteses formuladas a partir das relações indiretas e interpretativas das formações discursivas. Sendo assim, na próxima seção, realiza-se o diálogo entre teoria e *corpus* para, primeiramente, analisar as condições de produção do discurso institucional-educacional e, em seguida, demonstrar sucintamente como o *sujeito-professor* e *sujeito-aluno* são constituídos nos dizeres.

Um preâmbulo de análise discursiva do *corpus*

Escolheu-se a palavra *preâmbulo* no subtítulo porque este artigo aponta para possíveis caminhos de análises com alcances múltiplos devido à heterogeneidade do campo de estudos. Como pensado nas seções anteriores, a formação discursiva pode ser percebida a partir de regularidades nos dizeres de sujeitos que ocupam posições semelhantes, neste caso, *sujeito-professor* de um lado e *sujeito-aluno* do outro, inseridas em uma formação ideológica institucional-acadêmica. Nos dois quadros seguintes se encontram as respostas do primeiro questionamento proposto a cinco professores e cinco alunos para subsequente análise.

QUADRO 1 – SIGNIFICADO DA PALAVRA *ERRO* PARA O SUJEITO-PROFESSOR

Pergunta 1: Qual o significado da palavra <i>erro</i> para você?	
Proponente	Sequência discursiva
Sujeito-professor	
SP-1	“ <i>Erro</i> é uma forma de aluno aprender o que é o certo e não errar mais na próxima vez que se deparar com aquele conteúdo”.
SP-2	“ <i>Erro</i> pode ser a oportunidade de aperfeiçoar a aprendizagem que não saiu conforme o esperado”.
SP-3	“ <i>Erro</i> é quando a ação ou atitude não está de acordo com que se espera, mas é um jeito de aprender mais rápido”.
SP-4	“O <i>erro</i> significa que não houve assimilação do conteúdo e que é preciso dar ênfase naquele conteúdo para que o aluno aprenda”.
SP-5	“O <i>erro</i> é algo que cometemos, mas só futuramente percebemos que foi errado ou também é algo que faz com crescemos cada vez mais, pois é com os erros que aprendemos”.

FONTE: Os autores.

Percebe-se que os dizeres dos professores se correlacionam enquanto produtores de sentidos semelhantes manifestados nos elementos lexicais, como defendido por Pêcheux e Fuchs (1993). As sequências discursivas da primeira pergunta, recortadas das respostas dos professores, revelaram uma abordagem do *erro* como ferramenta de ensino, e não como um problema de aprendizagem do aluno. Isso pode ser convalidado com a presença das variações da palavra *aprender* em todas as cinco respostas, desde SP-1 a SP-5, o que demonstra que o erro é visto no *corpus* como uma forma natural e esperada dentro das avaliações escritas pensadas pelos professores.

Com efeito, o *sujeito-professor* se instaura como aquele que não é responsável simplesmente por sinalizar o *erro* e delatar ao aluno, mas tem a função de fazer com que aquela atitude se torne uma forma de crescimento acadêmico durante a devolução das atividades. O professor está inserido em um contexto social e histórico que limita suas atitudes e ações, pois nesse processo discursivo de definição do erro, uma matriz do sentido é resgatada do regimento escolar que legitima o ato de aprender como primordial.

Ainda, durante as aulas observadas, verificou-se a existência de um conjunto de regras assinaladas pela instituição educacional regulando o que pode ser dito em sala de aula como, por exemplo, o

seguimento de uma matriz curricular de ensino em conjunto com uma série de prazos a serem seguidos. Além disso, não se tem uma aula com total flexibilidade, ao passo que os planos de aulas devem ser entregues com até duas semanas de antecedência e esse tempo deve ser respeitado. Isso conduz a uma formação ideológica institucional-acadêmica, pois não há total liberdade por parte do *sujeito-professor* em recorrer a alterações no cronograma ou romper com as determinações estatais e isso faz com que a linearidade dos problemas avaliativos não seja respeitada na relação com o *sujeito-aluno* dentro da sala de aula.

Logo, nas sequências discursivas apresentadas, o *sujeito-professor* se constitui por esse jogo de possibilidades e impossibilidades que não permitem que o conceito de *erro* seja tratado de uma forma diferente: objetivar a aprendizagem do *sujeito-aluno* enquanto uma imposição legislativa característica da profissão docente. Assim sendo, o discurso institucional emerge nesses dizeres e faz com que a aprendizagem seja o escopo do círculo pedagógico da relação entre *sujeito-professor* e *sujeito-aluno*. Esse escopo busca regular e fazer circular os sentidos constituídos nos dizeres em torno da ação de aprender como uma atividade matriz e norteadora. Para tanto, seguem as cinco respostas dos alunos para posterior análise do funcionamento enunciativo.

QUADRO 2 – SIGNIFICADO DA PALAVRA *ERRO* PARA O *SUJEITO-ALUNO*

Pergunta 1: Qual o significado da palavra <i>erro</i> para você?	
Proponente	Sequência discursiva
Sujeito-aluno	
SA-1	“A palavra <i>erro</i> para mim é algo que alguma pessoa fez que não está de acordo com o que a professora pediu”.
SA-2	“ <i>Erro</i> é quando o aluno não entendeu alguma coisa certa e não faz o que pede na prova e erra”.
SA-3	“ <i>Erro</i> para mim é quando o aluno faz alguma coisa diferente do que está pedindo na avaliação”.
SA-4	“ <i>Erro</i> é quando a atitude ou ação tem que ser tomada de um jeito e você faz de outro diferente e tira uma nota baixa”.
SA-5	“ <i>Erro</i> significa fazer o contrário do que o professor pediu pra fazer na avaliação”.

FONTE: Os autores.

Em contrapartida, o discurso institucional-educacional afeta de forma distinta os alunos do sexto ano, pois, como analisado nas cinco respostas dos questionários, nenhum dos estudantes se referiu ao erro como relacionado ao ensino ou aprendizagem. Todos trataram o *erro* como o rompimento ou não cumprimento de alguma determinada exigência do professor ou da avaliação, como nas expressões em SA-1: “não está de acordo”, SA-2: “não faz o que se pede”, SA-3: “faz alguma coisa diferente”, SA-5: “fazer o contrário”. Por conseguinte, o *sujeito-aluno* pode ser visto como aquele regido por regras ou prescrições sobre o conteúdo em uma resolução binária entre acerto e erro. Além disso, apresenta uma singularidade subjetiva e secundária do *sujeito-aluno* frente a quem direciona os dizeres, no caso, aos pesquisadores que elaboraram as questões enquanto representantes da instituição escolar.

Ademais, revela-se a instauração de um *interdiscurso* que denota competição, uma vez que o *sujeito-aluno* se constitui como uma instância de interpelação do indivíduo por uma ideologia de que o acerto é positivo enquanto o erro é negativo no processo de avaliação do aprendizado. Em SA-1 e SA-5 o erro é o contrário do que a professora exigiu, enquanto SA-2, SA-3 e SA-4 apontam o erro como uma irregularidade na realização da prova escrita que toma como consequência a nota que o aluno recebe sobre os acertos e erros. Ademais, como demonstrado no *corpus*, o *sujeito-aluno* restringe os seus dizeres para atender a esse *intradiscurso* de não contradizer as razões de se fazer avaliações, conquistar uma determinada nota para que seja apto a avançar de série. Ademais, a aparição dessa nota remete, novamente, ao discurso institucional-educacional, mas de maneira diferente do *sujeito-professor*, pois o discente atribui a nota como um mérito e não uma aprendizagem.

Acrescenta-se, ainda, que o *sujeito-aluno* se encontra em uma posição de dominado, na qual o objetivo da avaliação é a nota, e não a aprendizagem do conteúdo. Isso implica que o discurso institucional-educacional determina funções diferentes do *erro* para *sujeito-professor* e *sujeito-aluno*, de um lado uma ferramenta de ensino e de outro uma forma de punição por uma atitude não compreendida

que fere a execução dessa aprendizagem. Com efeito, o *sujeito-professor* se distancia do *sujeito-aluno* no que se refere à abordagem do *erro*, pois a formação discursiva institucional-educacional recorre a discursos que legitimam ou não os dizeres com base em regras escolares e objetivos propostos pelo contexto sócio-histórico-ideológico. Não obstante, a aprendizagem acontece independentemente da concepção do aluno, confirmando a concepção de formação discursiva de Courtine (2009).

Direcionando o estudo para a segunda pergunta em questão, procura-se apreender as nuances entre as visões que o *sujeito-professor* e o *sujeito-aluno* constroem da maneira como o professor deve lidar com o erro nas avaliações em sala de aula. Desta forma, seria possível apresentar um breve panorama de como o *objeto-erro* se desloca entre os interdiscursos e se movimenta na formação discursiva em questão. O quadro abaixo apresenta as respostas dos cinco professores, para seguida análise.

QUADRO 3 – SUGESTÕES DE ATITUDES EM RELAÇÃO AO ERRO FEITAS PELO SUJEITO-PROFESSOR

Pergunta 2: Como o professor deve agir quando o aluno cometer um erro em uma avaliação? Por quê?	
Sujeito-professor	
SP-6	“O professor deve mostrar onde está o <i>erro</i> e como resolvê-lo da maneira certa. Porque não devemos deixar que continue no erro”.
SP-7	“Deverá colocar para pensar em que foi e por que cometeu o <i>erro</i> , a fim de despertar e instigar o aluno a aprimorar seu conhecimento, assim ele jamais irá esquecer a forma correta”.
SP-8	“Corrigir mostrando o porquê do <i>erro</i> , explicando por que a afirmação que ele fez não está de acordo com o que foi trabalhado”.
SP-9	“Na minha opinião, deve-se informar o <i>erro</i> e a resposta correta, para que o aluno perceba onde poderá consertar e o porquê daquele erro não ser cometido novamente”.
SP-10	“O professor deve corrigir juntamente com o aluno de modo que ele descubra o porquê de seu <i>erro</i> e busque melhorar”.

FONTE: Os autores.

Ao se analisar essas sequências discursivas, é perceptível que todas se voltam em torno de acoplar a sinalização do erro ao *porquê* desse erro, isto é, evidenciar aos alunos as razões que encaminha-

ram ao cometimento daquele erro. Fica explícito que o *sujeito-professor*, aqui, é constituído por um discurso de hierarquização, ou seja, daquele sujeito que detém um conhecimento e é capaz de perceber o momento em que o *sujeito-aluno* não porta um saber naquele determinado dizer. Isso implica um posicionamento de dominação do *sujeito-professor* sobre o *sujeito-aluno*, pois se torna claro nos dizeres que o professor tem a função de conduzir o aluno para que este seja persuadido a desenvolver respostas semelhantes às dos docentes. Consequentemente, a divergência dessas respostas se configura como uma prática de *erro* no processo discursivo, como demonstrado de *SP-6* a *SP-10*.

O discurso institucional-educacional é mais uma vez colocado em pauta: o *sujeito-professor* se posiciona ideologicamente como aquele que não deve/pode cometer erros e, consequentemente, o *sujeito-aluno* sempre que erra, justifica-se por uma falha própria e não por falha do professor, daí uma relação de hierarquia e ordem. O contexto sociocultural escolar contribui para o acontecimento discursivo, ao passo que dentro da sala de aula os alunos, durante as avaliações, valem-se de práticas discursivas distintas dos professores, além de se posicionarem fisicamente em locais diferentes na sala de aula, de um lado alunos realizando as provas individualmente e de outro os professores com a função de vigilantes para que estes alunos não tenham acesso ao conhecimento externo ao que já foi aprendido durante as aulas. Assim sendo, a formação discursiva que permeia os dizeres do *sujeito-professor* para que ele não atribua uma definição definitiva de *erro* reitera os aspectos subjetivos da função de mediador em sala de aula.

Disso, atribui-se à formação discursiva, fundamentada em Courtine (2009), o caráter de restringir os dizeres a partir de relações de ordem de quem sabe mais e quem sabe menos, o que constitui um dominador, o *sujeito-professor*, e um dominado, o *sujeito-aluno* na esfera institucional escolar. Logo, o professor e o aluno não assimilam a ocorrência de uma abordagem do *erro* de formas semelhantes por pertencerem a lugares sócio-histórico-ideológicos diferentes no interdiscurso descrito. Em sequência, as palavras dos alunos remetentes ao mesmo questionamento.

**QUADRO 3 – SUGESTÕES DE ATITUDES EM RELAÇÃO AO
ERRO FEITAS PELO SUJEITO-ALUNO**

Pergunta 2: Como o professor deve agir quando o aluno cometer um erro em uma avaliação? Por quê?	
Sujeito-aluno	
SA-6	“Ele deve orientar o aluno ajudando-o porque além de impedi-lo de cometer outro <i>erro</i> estará ensinando-o”.
SA-7	“Chamá-lo e refletir o <i>erro</i> que foi cometido porque ele iria aprender e não iria cometer o erro novamente”.
SA-8	“O professor deve refletir sobre o <i>erro</i> com o aluno para ele entender e fazer do jeito certo. Porque assim ele aprenderá”.
SA-9	“Independentemente do <i>erro</i> e da nota, tem a recuperação para ganhar nota maior, mas se não conseguir fica com a mesma nota”.
SA-10	“O professor deve mostrar o certo para o aluno não fazer mais errado. O aluno precisa saber onde está o <i>erro</i> ”.

FONTE: Os autores.

Em contrapartida, os alunos, constituídos enquanto sujeito, já apresentam uma maneira distinta de compreender como o posicionamento do *sujeito-professor* deve se instaurar frente ao *erro* na escrita do discente. É notória a presença de regularidades nas escolhas linguísticas dos dizeres pela atribuição da responsabilidade da correção do motivo gerador do *erro* ao *sujeito-professor*, em SA-6: “ele deve orientar o aluno”. Já em SA-7, SA-8 e SA-10 ocorre uma reorientação da necessidade de um diálogo entre *sujeito-professor* e *sujeito-aluno* para que aquele *erro* não seja cometido novamente. O discurso institucional-educacional nesses cinco casos emerge nas seqüências discursivas ao se observar que os alunos possuem opiniões dispersas e não muito claras na função da sinalização do erro. Isso demonstra certo distanciamento entre a constituição do *sujeito-professor* e do *sujeito-aluno* frente aos alcances da função da sinalização de erro em avaliações escritas.

Se de um lado o *sujeito-professor* está inserido em um contexto social, histórico e ideológico que determina explicitamente sua função dentro da sala de aula, por outro lado o *sujeito-aluno* não consegue assimilar isso e se encontra em um jogo de desconhecimento e problemas de interpretação com as possíveis justificativas do docente. A formação discursiva em tela é construída a partir de posições distantes entre os sujeitos, porque se torna evidente que o discurso

de verdade é tomado como uma forma de poder em um jogo de dominação. Esse jogo faz com que *sujeito-professor* e *sujeito-aluno* não ocupem as mesmas posições ideológicas e sejam afetados por interdiscursos particulares. Além disso, essas posições ideológicas são serrilhadas por condições de produção do discurso validando intradiscursos de natureza pedagógica. Na próxima seção, propõe-se um levantamento dos elementos percebidos nas análises das sequências discursivas para se pensar na configuração da formação discursiva no contexto escolar.

Dizeres penúltimos

O título desta seção foi selecionado como *dizeres penúltimos* porque este trabalho não busca esgotar o assunto, mas propõe apresentar uma série de possibilidades de percursos de análises do *corpus* para a compreensão do porquê da emergência dos dizeres por determinados sujeitos sócio-históricos. Sendo assim, espera-se que as análises apresentadas e a articulação entre teoria e objeto tenham sido suficientes para se pensar novos caminhos de estudos referentes à concepção de *erro* de escrita em sala de aula no Ensino Fundamental. O objetivo inicial fora analisar os dizeres de alunos e professores para verificar se ambas as posições dos sujeitos dentro de uma formação discursiva institucional-educacional interferiam no ensino aprendizagem.

Assim, mediante as constatações, a formação discursiva institucional-educacional em questão instaura discursos imersos nos dizeres e constrói um sistema de regras daquilo que, de um lado, pode ou deve ser dito por um *sujeito-professor* detentor de um saber a ser repassado e, de outro lado, por um *sujeito-aluno* regido pelo funcionamento efetivo da legislação do ambiente escolar. Essa ausência de conhecimento sobre a articulação das ferramentas de ensino-aprendizagem distancia o *sujeito-aluno* da função pedagógica no processo de sinalização do erro e do acerto na escrita.

Em suma, este trabalho motiva os educadores a pensar sobre como o professor pode atribuir significado à avaliação mediante a

noção de acerto e erro na escrita. Dessa forma, verifica-se no *corpus* a utilização de *erro* enquanto uma forma de aprendizagem polissêmica: de um lado, o erro é apresentado como a eficácia do aprendizado e como uma ferramenta mensurável do conhecimento adquirido pelo aluno.

Referências

COURTINE, Jean-Jacques. O conceito de formação discursiva. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução: Christina Campos Velho Birck *et al.* São Carlos: EdUFSCAR, 2009. p. 60-83.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução: Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 163-235.

STROUD, Christopher. Os conceitos linguísticos de “erro” e “norma”. In: STROUD, Christopher; GONÇALVES, Perpétua (org.). **Panorama do Português Oral de Maputo**: A Construção de um Banco de Erros. INDE: Maputo, 1997. p. 8-24. v. 2.

Ludmila Martins Naves

8



Um mito escatológico do Brasil e a Economia Criativa da Beatlemania no ano de 2020

Ludmila Martins Naves¹

Neste ensaio, objetiva-se trazer à centralidade a utopia como resistência na era da distopia contemporânea. A beatlemania surge como projeto estético-musical, que atravessou crises e reformas, catástrofes e toda sorte de intempéries, permeando os mais inimagináveis guetos culturais, em diálogo constante com outras formas de linguagem e pensamentos, impelindo o homem a considerar a sua própria condição. Assim, desconstrói a ideia de burguesia, dissipada nas malhas da globalização por meio da equiparidade de valores humanos que surgem na pandemia da COVID-19 como uma grande onda onde pessoas artistas ou não, mergulham, surfam ou até mesmo se afogam dentro de si e com reflexões várias nesses tempos de quarentena. Para tanto, foi criado o Coolab Fab Four, um *collab* – termo comum no meio criativo para se referir à Economia Criativa como um tempo-espço no lugar físico ou virtual. Nele, colaboradores para/com uma ideia se encontram e juntos desenvolvem diferentes trabalhos com gatilhos sociais. Portanto, Coolab, termo transcriado da ideia de *collab* (coletivo), nasce para ser um *coletivo divertido* por meio do rock a partir dessa grande onda cultural e social com a intenção de ser um meio de resgatar valores e atributos sociais do rock como ponto de encontro de artistas brasileiros. Rememorando a ideia de contracultura sobre Paz e Amor, o ato de se colocar no lugar do outro e se permitir transmutar não apenas por consequências trazidas pela pandemia, bem como efervescer entre

1 Mestre em Letras MLET/PUC-GOÍÁS. No momento, em transição para o Doutorado na área de Comunicação e construindo a história da ideia do Coolab Fab Four junto ao Fã Clube Revolution – Brasil, Museu dos Beatles e Marcelo Gross. E-mail: coolab.beatles@gmail.com.

tecnologias e novas ideias junto a essa *mania The Beatles* que já atravessou cinco gerações.

Os *Beatles* representam um marco na história do rock sendo uma *lovesmark* por conceituarem todo o acervo artístico, transcendente à própria arte. Objetiva-se, assim, entender como esse arcabouço artístico tem sido capaz de atravessar gerações como uma utopia que possui o respeito e o amor de milhares de fãs. A Beatlemania considera a felicidade um tipo de emoção básica e positiva que se associa aos sentimentos de bem-estar e prazer relacionados à sociedade de consumo e sua lógica entre o indivíduo consumidor e o mundo.

No Coolab Fab Four é possível observar como os fãs no universo do rock vivem essa mania de Beatles e se comportam como clientes e/ou *stakeholders* do referido quarteto de Liverpool. Na desconstrução de cenas artísticas, devido ao isolamento social na pandemia, a ideia do *collab* surgiu como resposta e apoio para todas as pessoas que quisessem, por meio da utopia d'Os Beatles, se ancorar em novas ideias, apesar de toda a distopia-mundo. Para conhecer um pouquinho desse arquétipo do “amor de fã” ativado na Cena Rock Brasileira, o presente estudo, em tom de voz ensaístico nos bastidores do rock, convida a conhecer um pouco mais sobre esse efervescente recorte histórico.

Era a década de 1980 no Planalto Central, jovens brasilienses se reuniam na quadra para fumar e trocar ideias sobre as composições ensaiadas por suas bandas de rock. Nessa narrativa do rock nacional, nasceu a Legião Urbana, que atravessou mais de duas décadas com canções que se tornaram verdadeiros hinos na Cena Rock Brasileira.

“Será?”; não há, entre os fãs do Renato, quem não conheça o que o *rockstar* brasileiro gritou em nome de uma geração com o *hit* que foi tocado em todas as rádios e que, ainda hoje, é parte de diversas playlists no aplicativo de *streaming* Spotify.

Legião Urbana fez da canção *Será* uma utopia equivalente ao *hit Hey Jude* d'Os Beatles. Além de intrigantes letras, as composições são conexões puras entre o artista e o fã, por meio de um tom de voz contracultural, e possuem um mesmo tipo de reparo social: “será só imaginação?” – na voz de Renato, ou então, “Hey Jude, não fique

mal pegue uma canção triste e a torne melhor”² – nas vozes de John, Paul, George e Ringo. Nesse dueto de utopias em tons de vozes da contracultura, The Beatles e Legião Urbana têm sido um outdoor sonoro/musical dentro do imaginário coletivo da história do rock.

“Somos livres para vencer”, ou seja, “somos capazes de tornar uma realidade triste, outra realidade” – o rock. Este verso da canção *Será* de Legião Urbana cantado pela primeira vez em um show de rock da década de 1980, no Brasil, introduziu a ideia de liberdade a partir de uma pergunta: *Será?* Isso não foi apenas um eco escrito, composto e cantado por um fã d’Os Beatles. Renato Russo, era um jovem fã declarando amor por John Lennon, e assim como a Utopia Beatles ele trouxe a essência de todo um movimento contracultural para resgatar uma década em meio às guerras várias, e ainda hoje, em memória, Renato resgata o Brasil no maior *palco social* do país, Brasília.

Considera-seo rock uma ciência e dessa seara científica surge a extração de um Mito Escatológico em suas seis dimensões: arquétipo, narrativa/*storytelling*, ritual, tempo, totem e magia. No *maior palco* brasileiro, simbolicamente, o mito do fim do mundo associa-se à morte do rock nacional principalmente entre jovens, por se tratar de um estado de arte capaz de fazer milhares de pessoas questionarem a realidade e as condições sociais do país.

Portanto, para o Coolab Fab Four, bem como para estudos da história do rock, as seis dimensões míticas são ferramentas de organização criativa para esse Coletivo/Laboratório de Criação (estratégica/apoio), as quais são pensadas e utilizadas por integrantes da Cena Rock Brasileira no sentido de desenvolverem trabalhos singulares e plurais com a Utopia The Beatles.

Esta ideia ainda tem sido talhada em sua fase embrionária e é apoiada pelo Fã Clube Revolution, o qual é reconhecido pela marca The Beatles. O Coolab Fab Four não tem nenhum investidor financeiro até o presente momento, apesar de contar com pessoas que investem tempo. O Coletivo nasceu na ânsia de despertar para o caos em um contexto histórico em que o rock nacional apresenta

2 No original: “Hey, Jude, don’t make it bad / Take a sad song and make it better”.

a sua queda cultural desde o início da década de 1990. Desde então, vem perdendo cada vez mais espaço para as novas opções de consumo de música, bem como para produtos culturais que não existiam décadas atrás e agora atraem milhares de jovens e adultos.

Sendo assim, a partir de estudos da (neuro)ciência, imaginário e utopia no *storytelling* da Beatlemania, estratégias narrativas com estruturas míticas estimam gerar um maior alcance de acessos e persuasão do estilo rock via plataformas de *streaming* de música, mas ainda não existem comprovações concretas a respeito dessa hipótese pensada no Coolab Fab Four.

Nas plataformas de *streaming* de música presentes no cosmos da Economia Criativa, pode ser encontrado atualmente um panorama simbólico sobre o consumo da marca The Beatles dentre outras bandas/marcas. Então, mensurando The Beatles como uma espécie de mito regente, ou seja, um mito talhado como poder de *origem* ao poder de milhares de mitos do rock, essa banda faz das imbricações do Movimento de Contracultura uma utopia viva na História.

Imaginem um John e um Renato escrevendo canções em máquinas de escrever, e ao lado da máquina as canecas com um submarino amarelo desenhado. Do outro lado da janela de vidros coloridos, trovejando a chuva de um mundo em pólvora ao chorar por uma esperança viva nos corações da geração Coca-Cola, no pós-II Guerra Mundial, esperanças plantadas e extraídas entre bombardeios, onde corações humanos germinaram como nos campos de morangos do Vietnã.

Nessa onda do rock, The Beatles são utopias; os morangos da canção Strawberry Fields Forever têm uma acidez que traz o paladar do mundo. Mas essa acidez-mundo se tornou tutti-frutti na contracultura, no rock brasileiro, com o disco Fruto Proibido de Rita Lee e a banda Tutti Frutti no ano de 1975. Com a mesma efervescência d’Os Beatles, percorrendo a década de 1960, o mundo com as suas turnês, apresentações na TV, programas de rádio que os fãs podiam ouvir todo o disco e telefonar; sentindo-se próximos de John, Paul, George e Ringo ao acertarem perguntas e/ou curiosidades sobre o quarteto de Liverpool.

O Brasil cantava um refrão em meados da década de 1970: “esse tal de Roque Enrow” e é essa imagem musical, social, que o rock traz com um tom de voz da contracultura, a qual fez do advento da Guerra do Vietnã o próprio manifesto de Paz, Amor e Artes, conectando fãs e bandas de rock.

Todos esses ruídos culturais não são apenas uma utopia do emblemático festival de música e artes em Bethel nos EUA em 1969, o Woodstock, o Summer Love em Haight-Aishbury, em São Francisco. Outros movimentos artísticos com ideais semelhantes surgiram com características próprias como o Burning Man, sem se apresentar como um festival de música, sendo aparentemente um festival de experiências várias, uma espécie de festival de artes e antropologia do consumo, acontecendo desde 1986 na temporária cidade Black Rock City nos Eua. Dentre outros festivais mundiais não menos importantes e que envolvem arte, cultura e informação há o Rock in Rio desde 1985, que ocorre de dois em dois anos no Brasil e em outros países.

Nesse desenvolver histórico e artístico, Ken Goffman e Dan Joy (2007) marcharam com cartazes que diziam muito sobre a contracultura que vestiu a ideia de Hippiismo a partir de uma natureza imagética recorrente por ser uma utopia em resiliência social, ou seja, ainda que a população se encontre nas ruas ou em manifestos artísticos em busca de uma utopia, é tido que devido à gama de desinformações que advêm da era digital, o cenário não se ilumina quanto foi iluminado entre as décadas de 1960 a 1980.

Desse modo, é essa resiliência que tem atravessado o tempo e o espaço sendo um tipo de narrativa/mitos das guerras, desterritorializando sociedades como bombas atômicas e outras; é o mesmo tom de resilir como utopia que o beatle Paul McCartney recentemente contou à GQ Magazine do Reino Unido em 4 de agosto de 2020 sobre o quanto ele relutou para se aceitar como beatle no início da carreira solo. Segundo Paul, importava existir o Paul interior, o homem por trás da mídia, o que o fez em um cansaço midiático muito grande por esperar respeito dos fãs, sendo que a palavra “respeito”, para a toda a beatlemania, é sinônimo de “eu te amo, Paul”. En-

tão, o Sir McCartney entendeu quem ele realmente era, ou melhor, quem/o que ele representa para fãs ao redor do mundo e também para os não fãs.

Paul é uma utopia, é como se ele tivesse nascido de um mito e não da sua própria mãe. Ele declarou ainda sobre o valor da família, o valor do mundo extra midiático e a gama de informações na vida cotidiana. Paul entonou a importância da natureza, a honestidade e os relacionamentos, assim como a música, que para ele sempre será o nascer da narrativa/escrita.

Do outro lado, o rock tem a sua natureza de coletividade nas entranhas da dimensão artística seja no Brasil ou em outros países, como uma utopia que flecha o sentido de *salve-se quem puder* passando por todos, observando assim, pessoas unidas, colaborando entre si. No que se refere ao nosso país, não circula tanto dinheiro no eixo artístico do Rock Nacional como em outros eixos, tal como o sertanejo, e talvez esse coletivismo não seja somente por uma questão de dinheiro, mas por ser da cultura do rock ler o mundo além das canções e adquirir naturalmente uma empatia como utopia entre os astros e a realidade social dos seus fãs.

Essa ideia de empatia estrutura a existência da arte na marca The Beatles, sendo esta como uma *lovemark* de acordo com conceito do livro *Lovemark* de Kevin Roberts (2004, p. 4) ou seja, uma marca que possui um tom de voz em uma encruzilhada de condições culturais e sociais tal como nascem os mitos, sendo mais do que uma marca, uma existência espelhada na realidade e capaz de atravessar mais de cinco gerações transformando as pessoas.

Mergulhe nessa utopia do rock colocando uma ficha em uma *Jukebox* qualquer, no interior desse país, toca-se: “Te pego na escola e encho a tua bola com todo o meu amor”, Cazuzza brincou com a memória de milhares de pessoas, cantou pelas ruas caminhando, compondo, ensaiando, se apresentando em Gravadoras, despedindo-se de empresários ou encontrando os amigos no bar. Essa brincadeira cantada era orquestrada em seu teatro de imagens antes mesmo de ser fisicamente parte do seu show.

Coloque outra moeda na *Jukebox* do rock brasileiro e você ouvirá o Renato, às vezes bom brasileiro, às vezes Russo, mas o fã que o Brasil já viu chorar fazendo um ritual de despedida do amigo John Lennon e que escreveu na página 21 em seu caderno de narrativas que a utopia musical “In My Life” assinada por Lennon/McCartney era o seu produto artístico favorito da marca The Beatles, ou seja, a canção favorita no primeiro lugar de suas canções favoritas. Renato também lutou, por meio de sua arte, por uma sociedade mais brasileira e menos importada de egoísmos.

Sonhou Renato até 1996 que essa canção “In My Life” seria a número 1 das décadas seguintes, não apenas das gerações que nasciam com The Beatles. Contudo, o cara que cantou para a “Geração Coca-Cola” brasileira, “Tempo Perdido”, “Que País é esse?”, “Será”, “Metal contra as nuvens”, “Faroeste Caboclo”, era considerado por muitas pessoas apenas um imbricado filho de diplomata vivendo em Brasília. Imbricando-se, Renato criou a banda Aborto Elétrico que surgiu da cena Punk da lendária Sex Pistols, e assim, enquanto os Beatles eram os garotos de Liverpool tencionando a política através da utopia, a cena Punk Rock pichou a utopia.

No livro *Das Listas: referências musicais, culturais e sentimentais*, escrito por Renato Russo (2017), a mitologia da marca The Beatles conecta-se com a memória do rock brasileiro, e é difícil encontrar um exemplar desse livro à venda. Era essa magia, questionadora e punk, contida na utopia Beatles de Renato (2017, p. 22) “toda a música e a cultura em geral passaram a ter que lidar com o legado daqueles rapazes de Liverpool”. Entretanto, essa memória do Fab Four (John, Paul, George e Ringo) é considerada mais global do que inglesa, sendo ainda hoje um estado de arte cocriada na utopia escrita por Renato.

A marca The Beatles na memória de John Lennon alcança 1,2 milhões de inscritos no Canal do YouTube e este número sustenta a utopia do Rock mesmo que contraposto à utopia de Renato para com a realidade do cenário da música brasileira no ano de 2020.

Percorrendo a poética inglesa do rock, não serão citados nomes e outros estilos da cena nessa crítica; são considerados os números

d’Os Beatles: em seus canais do YouTube, Paul McCartney tem 745 mil inscritos, George Harrison – memória – tem 354 mil inscritos e Ringo Starr – ativista – tem 143 mil inscritos. Eles apresentam, portanto, quantidades consideradas inferiores ao que Renato Russo esperaria dos fãs dos seus ídolos.

Nesse ponto de conexão, a charada do seio da música brasileira; onde vivem hoje os Renatos, Novos Baianos, Mutantes, Tutti Fruttis, Ritas Lees, Skanks, Titãs, Gross, Cachorros Grandes, até mesmo os Marcelos Novas, Lobões do Rock e a Legião de Dados, Chiccos, Gils, Chicletes, Jovens Guardas, Marisas, entre tantos ritmos e utopias que conversam sobre o mesmo país e a sua tropicalidade? Representam a arte juntos, sendo um só em um refrão que nunca será contraposto ao do jovem punk brasileiro quando escreveu: *Que país é esse?*

No topo de uma cena mundial onde milhares de brasileiros se dividem entre o caos da distinção social que traz como *tag* o distanciamento social. Ora, esse isolamento social é para quem convém; o vírus não escolhe vítimas de uma ou outra classe social.

Entretanto, as manchetes em todos os jornais brasileiros noticiam a distopia do acesso às vacinas como uma verdade velada pelo *maior palco nacional*; *não importaremos vacinas chinesas*, e esse não importar é, na realidade, uma verdade velada no país sobre não se importar com a saúde do povo brasileiro, e principalmente, com as milhares de pessoas que não fazem parte do topo de uma pirâmide com privilégios, grupo este que poderá pagar para ter uma dose da vacina.

Pode ser que Renato Russo (2017, p. 115), se aqui estivesse, repetiria: “Também me irrita ainda tudo que eu percebo como sendo autoritarismo e/ou arbitrariedade”. Pode ser que o Punk se referisse, na época, à sua lista particular de *filmes* e *gêneros musicais* que o levavam, assim como o rock, a compor as suas sábias questões sociais que ainda hoje atravessam gerações e explicam silêncios coletivos.

Nessa jornada de herói, o jovem que viveu na nata brasileira, entre diplomatas e em um berço brasileiro, contribuiu levantando bandeiras várias contra racismo, homofobia e atos atos fascistas expostos nas entrelinhas da imprensa brasileira.

As relações mitológicas para com a jornada do herói, bem como na jornada de Renato Russo, destacam-se como acontecem nas construções arquetípicas de marcas extraordinárias. Margareth Mark e Carol S. Pearson (2019) discorrem sobre o poder que está nos arquétipos para que marcas alcancem uma profusão midiática: em meio à utopia de contracultura que vive atravessando gerações, a marca é um ponto de encontro entre a realidade e recortes históricos.

Pensando nisso, a marca The Beatles nas mídias sociais de Paul McCartney e Ringo Starr representa números inferiores de fãs se comparada com artistas de outros cenários, e a cena rock brasileira ilustra muito bem essa realidade considerando ser utopia. O próprio rock, ao ser talhado através da teoria de Warren Bennis e Patricia Biederman (1999), é semelhante à marca The Beatles no Mundo VUCA³, ou seja, esta marca apesar da Beatlemania viva em coletivos, tem sido, como tantas outras atualmente, moldada pela quadra de valores: “Volatility, Uncertainty, Complexity, Ambiguity”; em tradução: volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade, quatro valores que representam a hiperconexão do mundo atual e sua teia de informações/desinformações.

As expressões no mundo VUCA estão nas plataformas de *streaming* de música para o rock: YouTube, Spotify, Deezer, Pandora, entre outras. Essas plataformas são tempo-espaço onde os rituais, ao serem representados por meio da volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade, supõem a demanda de perda de poder do rock não apenas no Brasil, no mundo.

Por isso, imbricar a marca The Beatles na neuromitologia tem sido, desde o início da quarentena, uma tentativa do Coolab Fab Four de verificar, por meio de estudos da mitologia da marca e da utopia, como o Fab Four tem se tornado um mito (não) enfraquecido e que, conseqüentemente, rememora o consumo do rock na ânsia de vasculhar e responder o que tem sido The Beatles no Mundo VUCA.

3 VUCA: as letras, advindas da sigla em inglês, representam “Volátil”, “Incerto”, “Complexo” e “Ambíguo”. Portanto, significam o mundo VUCA como um mundo de natureza metamórfica em uma velocidade alta, são desconstruções poéticas a partir de disrupções dos padrões: atributos e valores sociais que ditam comportamentos coletivos. Desse modo, é uma desestruturção contracultural do que não se encaixa no arquétipo VUCA.

O consumo do rock brasileiro, o comportamento entre fãs e artistas na realidade hiperconectada como um momento da Era de Adaptabilidade, independentemente se a marca, a persona ou mesmo o indivíduo social possuem tanto dinheiro quanto Paul McCartney, mas na expectativa de analisar o cenário do rock como um termômetro social de utopias.

Por outro lado, a cena musical no Brasil em um mergulho artístico às distopias várias ou não, dialoga com as urbanidades por todo o território nacional, onde milhares de pessoas poeticamente se comportam como fãs seus ídolos.

Flertando com a composição de marcas nesse *Music Cosmos*, Mark e Pearson (2019) dialogam sobre a jornada de herói no marketing mix em que na história de uma marca, o processo de Naming se inicia no *storytelling* do próprio produto. No caso dos Beatles nas narrativas artísticas como nos shows, na sequência, por meio das canções e no decorrer da trajetória em uma série de produtos que são desde a década de 1960 marcações culturais organizadas não apenas em manchetes, inserções midiáticas, shows ao vivo na Tv, internet (atualmente) e outros eventos.

Consolidadores de relações públicas, portanto, os Beatles trazem em sua utopia eixos da cultura organizacional encontrados nos entremeios do imaginário coletivo da Beatlemania como um tipo de norte para identificar e alcançar os consumidores do *storytelling do rock* e assim, trabalhando a tensão poética em um ou mais pontos míticos.

Na neurociência do consumo, a questão da entropia/entopia, o que está entre a utopia e a distopia da marca é uma possível entrada à jornada The Beatles e as suas pulsações como uma *lovemark*. Por essa binaridade, importa-se dos estudos de Wagner Rodrigues de Sena (2017), da Universidade Federal do Ceará – UFC, o entendimento sobre a questão da entropia e sua ação na dimensão binária ordem/desordem. Sena (2017) aponta sobre os métodos de maximização de entropia para construção de modelos com correlação par-a-par, porque segundo o autor, a entropia se relaciona com a multiplicidade de informações recebidas pelo cérebro humano, sendo assim, binária à entopia, o entremeio da utopia e da distopia.

De acordo com Sena (2017), a natureza da diversidade de dados existentes no meio ambiente social funciona como vertente no viés da teoria da informação desenvolvida por Claude Shannon, e esta pode analisar com mais precisão os comportamentos coletivos.

Para o Coolab Fab Four, a Economia Criativa traz em sua natureza primária um campo onde são visualizados possíveis objetivos surgindo meio ao caos desse Mito Escatológico – Do Rock ao Vírus – bem como, às especificidades encontradas na marca The Beatles. Permeações, estas, do imaginário coletivo no rock brasileiro, as quais especificam e traçam como uma jornada The Beatles como heróis do rock, fagulhante utopia para inúmeras bandas.

Nessa busca por estratégias narrativas com estruturas míticas a serem aplicadas na provocação de atenção, emoção e memorização dos consumidores de storytelling, ou seja, aos consumidores do rock, a música se apresenta não apenas como produto para entretenimento, mas como um bem de consumo que tem sido talhado em atributos da ciência social, humana, e na antropologia do consumo quanto a uma utopia Sapiens, por isso, The Beatles possui um acervo artístico que contribui para/com a evolução em um tom de voz da educação brasileira.

Despindo-se dessa ideia entre rótulos pré-fabricados que entonam os *Cidadãos do Bem* nesse país, veste-se o rock nacional como um atributo para o consumo de drogas lícitas e ilícitas, o sexo, a contracultura, a contramoral, a contrarreligião, o gênero e o mar de rótulos sociais que não deveriam existir para o considerado *bem-estar* dessa a pátria amada que não precisa nem mesmo de uma dose de vacina apesar de todo o caos da pandemia.

Por essa distopia, entende-se, profundamente, a utopia pela história de uma ideia ancorando-se no saber de Claeys (2013) que revisa Thomas More (2017) quanto à utopia ser um não-lugar, a ilha. Embasa-se o tema apresentando nesse ensaio a partir do imaginário coletivo de Gilbert Durand (2014) contemplando as relações binárias, sendo essas relações ora positivas, ora negativas. E assim, considera-se que utopias e distopias são a projeção de uma relação mítica, que ao ser revisada no percurso da antropologia do consumo,

e norteada por Yuval Noah Harari (2015), apresenta um ponto de encontro com a crítica sobre a Revolução Cognitiva, à questão do presente em que o autor compreende que os humanos transcendem os limites do planeta Terra.

A partir dessa teoria, Harari (2015) compactua com as condições de produção que permeiam o mundo, tais como ameaças de sobrevivência, os Impérios do Mal, as Conchas e Cigarros simbolizando o dinheiro e o mercado de valores ora humanos, ora não-humanos como se cada indivíduo se apropriasse do seu não-lugar da mesma forma que se apropria da terra (terrestres) e, por essa simbologia da liberdade em sua jornada antropológica do homem (SAPIENS), é notório que o poder que se implica à questão da liberdade, a paz, as relações de amor/humano, são categorias de uma possível utopia que advêm dos primórdios do homem na Terra. E assim, a prisão do ser se faz presente em nuances do Mundo VUCA comentado anteriormente.

Mergulhando nesse mar de ideias, Néstor García Canclini (2019) emerge na cena de valores do homem/ser, salientando o mercado e as utopias a serem observadas através dos campos culturais e em um similar sentido configurado pelos Beatles em narrativas artísticas como *Strawberry Fields Forever*. Por exemplo, esta canção encena a tríade de utopia e as híbridas relações culturais da sociedade ocidental de acordo com The Beatles (2001) enquanto há para Canclini (2019) ponderações sobre o aspecto cultural quanto às suas colocações relativas ao rito e ao ato cultural, em suma excelência onde a conexão utopia-antropologia do consumo, seja um eixo mítico, um observatório social e cultural que abre espaço para a arte entonar a voz e significar para com o mundo as hiperconexões, bem como estas para com as minorias, antes pouco percebidas, existentes e permanentes no imaginário social/coletivo.

Meio ao Caos, Everardo Rocha (2011) surfa entre ondas da tal cultura capitalista pontuando o totemismo onde Antropologia e o seu caráter interpretativo narram a consciência, sendo nessa evocação de sentidos, o elo mágico entre tramas presentes a partir de produtos, ensaios de consumo ou mesmo no ambiente terreno. Para

Rocha (2011, p. 126) “a consciência da realidade do anúncio uma constante para todos os seus receptores”, espelha-se, portanto, um prisma de possibilidades meio ao mar do caos.

No prisma cultural, as estruturas místicas do imaginário são consideradas afluentes do Movimento de (contra)cultura, pois, ao ver de Durand (2014) essas estruturas estão para o imaginário coletivo como a inversão dos símbolos no que se diz respeito ao âmbito cultural e social, uma vez que é no processo de redobramento que encontra-se a perseveração diante ao que o autor chama de regime noturno, e é entendido como distopia ou melhor dizer mercado e consumo do rock em (des)conexão no Mundo VUCA devido à queda de audiência.

Pondera-se, meio à ideia do Coolab Fab Four na cena rock brasileira, que a imagem The Beatles estético-visual, mental, musical, social e emocional emerge como uma verdade ou não-verdade podendo ser encontrada presente pelo crivo da Neuromitologia por Darren Bridger (2019) e por um tom de voz persuasivo, construções no sentido visual, e intersecções com a economia comportamental, capaz de ser um meio de averiguar que o rito, o ritual, a jornada, o tempo, o espaço e a contraideia. Isso acontece como se em uma cultura houvesse duas placas indicando diferentes direções, e sendo possível prevalecer a consciência como se assim o autor explanasse que uma utopia nasce de uma distopia.

Os processamentos míticos, impressões primárias e afetos, segundo Bridger (2019), possibilitam a ideia de que uma distopia/dificuldade se destaque nas tomadas de decisões e na disponibilidade mental, no consciente. Contudo, para Carl Gustav Jung (2014, p. 166) “não há substitutivo racional para o arquétipo”, sendo o arquétipo uma espécie de conexão também com o futuro, onde natureza humana alimenta-se da própria psique em natural profundidade.

Ken Goffman e Dan Joy (2007) nutrindo-se de uma natureza profunda em que o humano alimenta-se do substrato mítico que há no imaginário coletivo e no mundo terreno, trazem que a contracultura representa a ideia de uma forma de excelência humana, ou seja, um desafio de predominar o movimento de contracultura

como uma reação coletiva às distopias presentes no mundo e em prol de uma utopia, a díade de Paz e Amor por soluções coletivas.

Imaginando que não somente os *rockstars* brasileiros, mas todos os artistas na cena da música brasileira podem se unir, lê-se a teoria de Gregory Claeys (2013) como o desígnio do utopismo. Sendo este, como uma estratégia para recuperar o senso coletivo de comunidade, bem como a díade do Movimento Hippie, tecendo relações no imaginário coletivo que sejam capazes de ordenar naturalmente o bem comum entre indivíduos, e abrir novas conexões independente do laço ideológico, sanguíneo porque importantes são as relações humanas e não apenas o sucesso considerável que é, por sua vez, consequência da utopia de um vale feliz onde princípios capitalistas conciliam-se com o bem-estar comum.

Surfando por esse caos antes mesmo de encontrar Timothy Leary (1999) observa-se a performance de Xavier (2019, p. 42) em: o *storytelling* como uma técnica avançada de pesquisa em que consagradas experiências científicas são encontradas a partir da associação de imagens e classificações arquetípicas. E de acordo com Hertz Wendel de Camargo (2013, p. 60) o mito na mídia se comporta como um Deus, pois se manifesta midiaticamente de forma inconsciente e consciente, e o autor conforme, Eliade (2010, p. 13) “(o público) – significa uma constante revisitação, que entendemos como uma (re)memoração periódica e necessária por retroalimentar a cultura e promover sua expansão acumulando informação e ampliando a memória cultural”.

The Beatles (2001) no percurso de suas narrativas na antologia da marca, são como Camargo (2013) fala sobre a mídia de massa, onde a rememoração adquire sentidos também no imaginário coletivo/midiático e por isso, rememorar é talhado como (co)memoração que traz consigo o mito, sendo ele um ordenador e ativador do seu movimento na mídia por meio das seis dimensões arquetípicas que estruturam a mitologia de marca: arquétipo, narrativa, ritual, tempo, totem, magia, e novas possíveis descobertas científicas.

Surfando essa grande onda da cena rock brasileira, Leary (1999, p. 15) coloca uma moeda na *Jukebox* e relata que “a vida dos indivíduos

mais importantes de uma geração, não pode ser destacada da geração em si”, e diante do tempo o neurocientista propaga uma utopia sobre a questão humana de não compreender que a transcendência individual está na arte de estar em um transcender coletivo.

Em transcendência por utopias através dos tempos, Leary (1999), surfando o caos pandêmico ou não, é um guardião de questões. O autor traz o pensar sobre a importância da transcendência, seja essa mediada ou não por meios vários, e para o que o ato de transcender se refere ao prisma sócio-econômico, é tido que uma nova civilização capaz de surgir de um não espelho social comum, se consagra como uma sociedade onde os indivíduos mais importantes são gerações que vivem às cegas da realidade e assim, emergem à distopia meio às utopias que são os novos estilos de famílias, os modos diferentes de trabalhar, amar e viver.

Bem como, os novos conflitos políticos, os produtos artísticos, econômicos, sociais e individuais que alteram os conscientes e assim, trazem memórias ao imaginário coletivo por meio de narrativas com estruturas míticas.

A Utopia Rock no Brasil

O Rock como uma utopia no Brasil não será como a onda cantada por Lulu Santos, afinal tudo que se foi não volta mais, mas é por esse nado no mar da música brasileira que a memória da cena rock emerge em um estilo novo do rock nacional, ainda que em meio ao caos, mas sendo edificada por uma mensagem visual e social entre os meios midiáticos/*online* tais como são diariamente apresentadas sempre que possível no Coolab Fab Four, considerando, é claro, o pequeno recorte artístico que o Coletivo é em meio a todo um cenário do rock no país.

Por um olhar crítico do estado da arte Rock no Brasil e a partir do prisma publicitário de Veestergard & Schroder (2004) é possível estabelecer que há uma mensagem visual, com enorme valor expressivo, e como sugerem os autores, essa traz a propaganda como espelho psicológico, ou seja, se considerar o Rock uma marca na-

cional, não apenas um produto artístico, é posto que o acervo de arte e as narrativas que compreendem a cena rock, são como são propagandas que resgatam temáticas relacionadas com determinada campanha seja essa política ou não.

Na Cena Rock, propagandas podem ser consideradas como uma imagem cultural que é capaz de convencer e trazer questionamentos sobre explorações encontradas entre crianças, jovens, adultos e melhores idades no Brasil. Bem como, essas narrativas midiáticas são capazes e responsáveis por trazerem, mediadas pela arte, a instrumentalização do saber sendo ou não impregnado pela música e seu conteúdo expressivo quando recortes do rock são utilizados em processos de criação e/ou na veiculação de uma informação. O rock também é um meio de posicionar questões importantes sobre a violência, sendo posta como uma utopia que corresponde à diminuição e ao fim do preconceito, da marginalização e do equilíbrio por meio de estruturas míticas. O Rock tem um cenário artístico e criativo como economia, a qual faz parte do PIB anual do Brasil.

Ancorando as mensagens na linguagem e nas criações da propaganda em praias da criatividade e do saber, Veestergard & Schroder (2004) são capazes de atingir os telespectadores de forma subliminar. Portanto, na composição da criação publicitária, há uma probabilidade de pessoas lutarem pela abolição dos preconceitos, distinções e livre expressão.

No ritmo da canção *Bat Macumba dos Mutantes* (1968) a imagem visual, a mensagem é passada de forma subliminar, em que o primeiro contato com uma propaganda/música (produto artístico) não é uma solução de tudo o que sugere, e a mensagem-verbal se evidencia entretanto, nos estilos misturando-se na imagem sonora. Os instrumentos musicais pandeiro, guitarra, saxofone, trombone e outros, passam por uma mensagem não-verbal inquestionável de que misturar é bom, se apresentando visualmente pela harmonia presente na canção.

De acordo com Citelli (2005) nas narrativas persuasivas estão situadas algumas das relações existentes entre retórica, ideologia e persuasão que as propagandas, neste caso, a música como meio de

veiculação fazem à mídia. E na cena rock, existe uma possibilidade de misturar todas as raças, tribos, culturas e músicas, passando uma mensagem inquestionável de que é muito melhor não ter preconceito e mostrar uma melodia, ou seja, é uma mensagem diferente em cada ritmo, em cada mistura de ritmo ou em cada miscigenação de culturas e pessoas de diferentes lugares, etnias, criando, assim, novas ideologias, novos sons, novos caminhos na vida, como se houvesse uma grande fusão de tudo o que é bom de todas as pessoas, lugares, culturas e raças. Isso acontece nas canções dos Mutantes, bem como não é difícil de ser extraído de inúmeras composições presentes nas (re)memórias do rock nacional.

Ressaltando a consciência ideológica de acordo com Vestergaard e Schroder (2004) as narrativas midiáticas, bem como nesse caso na cena musical do rock, independentes de um estilo, a música possui caracteres de ideologia específica e causa um efeito de transferência de significados, tornando, assim, maior o seu poder persuasivo.

Portanto, todas as análises possíveis de serem feitas por meio do Coolab Fab Four e suas introduções para com a cena rock brasileira, são também novos estudos para que seja possível buscar uma utopia rock e não apenas um *flashback* para aquelas pessoas as quais viveram a cena rock brasileira na tropicália, na cadência musical dos anos 1980 e início dos anos 1990 com o estilo Grunge, por exemplo, importado por muitos jovens da lendária banda, Nirvana.

Apostando nos saberes de Citelli (2005) sobre persuasão, abrange-se que ao utilizar uma ideologia para ir ao encontro do consumidor, levando a ele um produto, e nesse caso, levando como produto o rock nacional, bem como releituras do rock criado por The Beatles, eis, na proposta do Coolab Fab Four, esse rememorar da cena rock para que em um tom de voz persuasivo, os fãs da música brasileira ouçam mais uma vez ou ouçam pela primeira vez, dentro de um contexto sonoro, mítico e narrativo.

Nesse contexto imaginário, a tensão poética está relacionada à manipulação como utopia à consciência do consumidor que, ao se deparar com uma determinada canção capaz de alçar questionamentos sobre a sociedade, os valores humanos e tantos outros te-

mas, se permitirá por sua vez, ser persuadido tanto pela mensagem rítmica/sonora, tanto quanto pela narrativa da cena rock, dentre outros aspectos de persuasão implícitos nesta, como por exemplo, a ideologia.

O fã na cena musical brasileira associará a mensagem imperativa dos levantamentos críticos que sobrevivem no rock como se esses fossem uma Coca-Cola ou uma cerveja, então, sendo naturalmente consumidores do rock sem deixarem de terem uma escolha musical, pois, o que se sobrepõe é o fato de que esse fã/consumidor ao menos terá o discernimento mais crítico do que tem sido consumindo musicalmente sem pausas para reflexões importantes. Do contrário, se acaso esse efeito for pouco menos do que uma utopia rock, a ideia terá sua estimada repercussão somente em um recorte do rock para com a cena rock com o foco em transmutar junto às bandas que for possível dar as mãos meio ao caos do fim do mundo.

Contudo, isso não se considera pouco, mesmo que o Coolab Fab Four represente apenas um pontinho de luz na cena rock por meio digital. E meio a essas embrionárias experiências, encontra-se o sentido crítico de Harari (2015) sobre o dualismo do bem e do mal, em que o autor pontua que essa díade é uma resposta sucinta ao famoso e assim, conectando a essa preocupação de cunho fundamental para o homem. Pois, no universo da música, meio ao caos do ano de 2020, esse pensar Harariano, é como um panorama a ser tangido não apenas por empresários no que se refere às marcas artísticas, mas às narrativas que entonam além dos produtos artísticos, as canções e as ações midiáticas representadas, por exemplo; pelas *lives* comumente tidas como rituais de *shows* no ambiente *online*. Embora Harari (2015) enfatize o prisma religioso para discorrer sobre a díade do bem e do mal, mas é na sequência dessa ideia que o autor pontua a lei da natureza como uma ordem que advêm de utopias naturais, as quais são ordens naturais.

Diferente da ordem natural dos cenários musicais brasileiros, considerados assim, por quem gosta de rock, observa-se, a teoria de Gautama segundo Harari (2015) comprova que a mente humana ao experimentar algo desagradável deseja rapidamente que isso de-

sapareça, que isso não se intensifique porque a mente humana não gosta de narrativa ruim. Mas o estado bom ou ruim, é como a diáde do bem e mal, se é de acordo com os ambientes em que o sujeito se insere, que esse rapidamente se convencerá se uma narrativa/*story-telling* é boa ou ruim.

Ainda nas lentes de Harari (2015) as conexões de prazer são criadas; e pensar isso, é pensar sobre a cena rock, onde as conexões com o público, o consumo do rock seja como um enlaçasse lembrando o cenário da música brasileira, memória essa como uma dimensão de transcendência nacional do estilo de música rock a outros estilos que ao se depararem com essa cena passarão a ter a imagem do rock como um estímulo à busca de novos mitos.

Sendo assim, ao se pensar a cena rock brasileira como uma utopia, o Coolab Fab Four traz como norte para esse eixo da Economia Criativa a Música ancorando-se, primariamente na marca *The Beatles*. De acordo com o site Mundo da Música que traz dados da Federação Internacional da Indústria Fonográfica – IFPI (REDAÇÃO..., 2020), ainda hoje *The Beatles* está no *ranking* dos dez artistas globais da música mais influentes, bem como tem o álbum *Abbey Road* como o décimo mais apreciado/escutado em todo o mundo.

Apesar de ser um pontinho de utopia no cenário do rock, o Coolab Fab Four possibilita estudos sobre o consumo da marca *The Beatles* e sua importância economicamente a partir da teoria de Geoffrey Miller (2012) sobre As Seis Características Centrais, sendo estas as que definem a espécie humana como consumidores comuns. Eis, então, um ponto de encontro da psicologia evolutiva e a economia criativa: de acordo com Miller (2012, p. 202) os seres humanos possuem características mentais, as quais são geneticamente herdadas, estáveis durante toda a vida do indivíduo, possivelmente, e que “prognosticam o comportamento em diferentes cenários e contextos (escola, trabalho, lazer, consumo e vida familiar), e que parecem universais em todas as culturas e, até mesmo, em muitas espécies animais”. Portanto, ao diagnosticar essas características centrais do consumo, é passível de identificação de como

esse consumidor (da música brasileira) se comporta, logo quais são seus apegos, virtudes e capacidades de consumo, bem como a possibilidade de se tornarem, ou não, clientes/fãs de uma marca como acontece com a Beatlemania.

Considerando as informações encontradas da IFPI (REDAÇÃO..., 2020), o mercado de música possui quatro pilares importantes. São eles: *o valor da música a ser reconhecido, as estruturas autorais, o livre acordo e a proteção à pirataria*. Com base nessas quatro colocações do IFPI (REDAÇÃO..., 2020) o Coolab Fab Four, apesar de ser um *insight* na cena rock, surfando o caos da pandemia, tem sido um local onde se trabalha de forma organizada e segura a fim de reconhecer o valor cultural e econômico da música apresentada em IGTV, *lives* e *posts* em sua presença midiática, sendo aliado ao Fã Clube Revolution que desde 1979 é representado pelo Sr. Marco Mallagoli e reconhecido por John, Paul, George e Ringo, bem como pelos interesses da marca The Beatles.

Nessa cena rock, atualmente digital, mas com o sonho de se expandir às margens físicas, o *collab* – Coletivo da Beatlemania se apresenta socialmente consciente à importância dos direitos autorais, por isso, é realizado todo um trabalho primário de Crítica de Arte, o qual também tem sido trabalhado em parcerias com artistas, fãs e toda a cadeia de envolvidos, uma consciência da marca The Beatles, ou seja, é essencial no Coolab Fab Four respeitar a utopia Beatles e apresentá-la sempre que possível não apenas no eixo das reuniões artísticas, mas entre estudos e publicações a fim de trazer novas reflexões por meio dessa utopia.

Desse modo, a ideia de rememorar o rock brasileiro por meio da economia criativa a ser norteada pela marca *The Beatles* ainda se apoia em mais duas importâncias dos pilares da IFPI (REDAÇÃO..., 2020) em que é tido como base da utopia Beatles o mesmo carinho para com a marca com as ideias e produtos artísticos trazidos por seus colaboradores, e assim, criando de forma natural e benéfica um laço não tóxico entre os membros desse Coletivo da Beatlemania.

Para tanto, o livre acordo é um pilar importante no *collab* da mesma forma que deve ser no mercado de música, onde os laços e

colaborações nessa economia criativa acontecem sem nós, mas com o firme enlaçar da ideia central do Coletivo, a qual perpassa por um ponto de tensão ou seja, o dedo para dar o laço final, que são dois dedinhos; a Crítica de Arte e o respaldo do Fã Clube Revolution, mas sem perder a essência e o equilíbrio entre todos os envolvidos. Juntos, os Fãs d'Os Beatles podem ter esse apoio, ainda que pequeno, mas como um meio possível para divulgarem/desenvolverem os seus projetos na cena rock, independente do tema a ser apresentado, e não são toleradas nuances em desfavor do manifesto de Paz e Amor que é uma das principais bases míticas da marca The Beatles.

O Coolab Fab Four baseia-se, também, na crítica de Neal Gabler (2020, p. 17) dentro do contexto da economia criativa, que apresenta através do marketing da marca Disney o eixo criativo como: “forças psicológicas, culturais, econômicas e sociais” onde os quatro pilares que levaram Walt Disney a construir todo o império desde 1968 são ainda hoje importantes. Para Gabler (2020) o poder criativo originou de raízes arquetípicas, ou seja, da psique no imaginário coletivo da sociedade americana, perpassando por diferentes mercados como uma utopia criativa em todo o mundo. Mas o que o autor considera mais imponente na marca é o poder que ela possui para a formação da cultura nacional, atravessando gerações mesmo que essa magia seja também reatualizada. Desse modo, a ideia central do Coolab Fab Four é trazer a utopia como uma representação ainda que simbólica, na ideia de força psicológica, cultural, econômica e social.

Howard Schultz e Joanne Gordon (2011) por meio de suas experiências profissionais, sendo Schultz como chefe executivo e presidente da Starbucks Coffee Company desde 1982 e Gordon, jornalista e escritora com experiência em *storytelling* dentre veículos da imprensa norte americana, a Forbes magazine, trazem um olhar embebido na magia que há na utopia de uma marca capaz de atravessar gerações, como no caso da marca Starbucks.

Baseando-se, nessa capacidade mágica de uma *lovemark* de um outro cenário, mas que sempre prezou pela pluralidade cultural, o Coolab Fab Four observa curioso como acontece essa capacidade mágica de perpassar através dos anos sem perder a alma, a essência

da marca e continuar a ser uma *lovemark* para o público que alcança, vez que, há na voz dos autores uma verdadeira luta da marca para viver sem perder sua natureza, sua origem, o que a anima, ou seja, pertencendo às suas bases míticas.

Bem como a marca The Beatles que está presente no cosmos musical desde a década de 1960, a Starbucks nascida nessa mesma seara mítica do Movimento de Contracultura/Paz e Amor em 1971, embora no segmento de alimentação e entretenimento, é a magia de um tempo desde então, a partir do seu tom de voz para com o seu público.

The Beatles (2001) possui não apenas narrativas artísticas, mas informacionais em seu legado, criando assim uma utopia edificada em suas dimensões míticas, sendo que essa utopia se comporta como magia e como um meio comum para Beatlemania e também para os não fãs ao se encontrarem através de narrativas várias com inúmeras questões a serem reflexos sobre o mundo. Embora John, Paul, George e Ringo não tenham convidado os fãs diretamente para tomar um café, eles foram como a Starbucks: um meio de encontro entre a cultura, a informação e a arte, sendo esses garotos de Liverpool, ainda hoje, representantes do rock através do legado que deixaram na História do Rock e a marca Starbucks da *natureza* do consumo de cafés.

Como todo início de uma marca, o início da Starbucks, assim como o da marca The Beatles, foi um ponto de partida distante, e talvez, até não imaginado do que essas duas grandes marcas representam no mundo. Mas o que elas possuem em comum são resgates da própria essência, a alma que anima cada uma dessas marcas com os seus respectivos legados. Pois, são as bases narrativas com estruturas míticas que tornam as marcas capazes de criarem essa simbiose, ou seja, essa unívoca interação por meio de um imaginário coletivo. Sendo assim, mais do que marcas, são utopias que advêm de mitos vivos no universo do consumo e atravessam o tempo meio às complexidades do imaginário coletivo.

Nesse sentido, Claves (2013, p. 141) traz como ponderação da utopia após uma revolução o manifesto a partir de um mito escatológico como um “impulso do argumento utópico”, o qual se apropria do poder de ordenar socialmente caso as falhas contidas nesse

espaço-tempo de escatologias, sejam, estas, preservadas, talhadas, observadas e tidas como ferramentas para que nessa história de uma ideia, de uma utopia, o atravessar de um fim seja como um recomeço. De acordo com o autor essa utopia possui um tom de voz antiautoritário, considerando a contracultura e o autoritarismo, trazendo em si uma “atração apaixonada” na qual os indivíduos buscariam então, o prazer no grau mais elevado do desejo e da existência desse desejo a consciência de que utopias nascem de distopias.

No Coolab Fab Four se diz que “Somos todos um pouco Hey Jude e Let it be”, e isso quer dizer dentro da utopia Beatles que somos todos seres capazes de suprir os nossos desejos, e assim transmutar as nossas emoções como na canção *Hey Jude*, que diz para transformar uma realidade triste em uma realidade melhor, bem como na canção *Let it be*, que traz em sua magia a capacidade humana de se acreditar que existe um sentido na vida quando se consegue deixar a vida acontecer naturalmente sem suposições equívocas entre o passado, o presente e o futuro para que assim seja verdadeiramente tangível o encontro da utopia como sonho para com a utopia como realidade física, a qual é a realização no sonho ao superar guerras várias com a psique, o imaginário coletivo e o mundo físico onde permeiam os desejos e o consumo.

Harari (2015, p. 403) dialoga com essa ideia, pois segundo o autor “talvez, a felicidade seja sincronizar as nossas ilusões pessoais de sentido com as ilusões coletivas predominantes”. Para ele, é essa sincronia que remete às narrativas míticas do mundo à origem, ou seja, à ancestralidade onde os ancestrais eram tidos como felizes por encontrarem sentido na vida por meio das ilusões coletivas, sendo esses sentidos e ilusões bases do conhecimento humano.

Considerações finais

E assim, surfando o caos da pandemia e meio a uma viagem no tempo, a Beatlemania representa na marca The Beatles a permanência de uma felicidade como utopia capaz de se manifestar viva através dos tempos e o mesmo acontece com as marcas Starbucks,

Coca-Cola, Legião Urbana, Nirvana, Sex Pistols, entre outras. O Coolab Fab Four ancora-se na ideia de uma cena rock mesmo que por diversão e conexão entre amigos, abrindo, portanto, espaço ainda para todos que quiserem sentir a mesma felicidade que os fãs dos Beatles sentem meio à mania de se sentirem parte de uma Beatlemania e usarem da utopia da banda como pontinho de luz em criações artísticas várias, bem como no iluminar de inúmeras reflexões sobre o mundo, a sociedade e como seria bom se o John Lennon tivesse mesmo razão, sobre todos os povos poderem viver em paz.

Para a Cena Rock brasileira, o Coolab Fab Four, apesar de ser um simples hiato entre outros cenários culturais, atreve-se a apresentar de forma criativa a felicidade que existe nessa mania The Beatles como uma utopia que faz parte de várias narrativas/*story-telling* com bases em estruturas míticas e, como todo coletivo alternativo, está aberto para todos que queiram fazer parte e trazer novas ideias e reflexões.

All You Need Is Love/Rock, esse é também um sentido da lendária frase d'Os Beatles, que diz; tudo que você precisa é amor, e esse amor pode ser também o *rock and roll* brasileiro.

Referências

BENNIS, W.; BIEDERMAN, P. W. **Os gênios da organização**. Tradução: Edite Siergert Sciulli. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BRIDGER, Darren. **Neuromarketing**: como a neurociência aliada ao design pode aumentar o engajamento e a influência dos consumidores. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. São Paulo; Autêntica Business, 2019.

CAMARGO, Hertz Wendel de. **Mito e filme publicitário**: estruturas de significação. Londrina: Eduel, 2013.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 2019.

CITELLI, A. **Linguagem e Persuasão**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 2005.

CLAEYS, Gregory. **Utopia**: a história de uma ideia. Tradução: Pedro Barros. São Paulo: Sesc SP, 2013.

DURAND, Gilbert. **Estruturas Antropológicas do Imaginário**. Tradução: Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. Tradução: Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GABLER, Neal. **O Triunfo da Imaginação Americana**. Tradução: Ana Maria Mandim. Barueri: Grupo Novo Século, 2020.

GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. **Contracultura através dos tempos: do Mito de Prometeu a Cultura Digital**. Tradução: Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Ediouro. 2007.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Tradução: Janaina Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2015.

JONES, Dylan. At home with Paul McCartney: His most candid interview yet. **GQ Magazine**, 4 Aug. 2020. Disponível em: <https://www.gq-magazine.co.uk/culture/article/paul-mccartney-interview>. Acesso em: 22 nov. 2020.

JUNG, C. G. Os **Arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução: Maria Luiza Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2014. v. 9/1.

LEARY, Timothy. **Flashbacks: surfando no caos**. Tradução: Helio de Melo. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

MARK, Margaret; PEARSON, Carol S. **O Herói e o Fora da Lei**. Tradução: Merle Scoss. São Paulo, Cultrix, 2019.

MILLER, Geoffrey. **Darwin vai às compras: sexo, evolução e consumo**. Tradução: Elena Gaidano. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

MORE, Thomas. **A Utopia**. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2017.

REDAÇÃO Mundo da Música. Em 2019, mercado musical alcança US\$ 20,2 bilhões; streaming representa 56,1% da receita total. **Mundo da Música**, 12 maio 2020. Disponível em: <https://mundodamusicamm.com.br/index.php/comunicacao/item/703-em-2019-mercado-musical-alcanca-us-20-2-bilhoes-streaming-representa-56-1-da-receita-total.html>. Acesso em: 18 nov. 2020.

ROBERTS, K. **Lovemarks: O futuro além das marcas**. Tradução: Monica Rosemberg. São Paulo: M. Books, 2004.

ROCHA, E. **Magia e Capitalismo: Um estudo antropológico da publicidade**. São Paulo, Brasiliense, 2011.

RUSSO, Renato. **O Livro das Listas**: Musicais, Culturais e Sentimentais. São Paulo, Cia. Letras, 2017.

SCHULTZ, Howard; GORDON, Joanne. **Onward**: How Starbucks Fought for Its Life without Losing Its Soul. New York: Rodale, 2011.

SENA, W. R. **Teste de validade de métodos de maximização de entropia para construção de modelos com correlação par-a-par**. 2017. 60 f. Dissertação (Mestrado em Física) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

THE BEATLES. **Antologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

VESTERGAARD, T.; SCHRODER, C. K. **A linguagem da Propaganda**. Tradução: João Alves dos Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

XAVIER, A. **Storytelling**: histórias que deixam marcas. Rio de Janeiro: Best Seller, 2019.

Willian Fernandes
Clécio Luis G. de Oliveira



Sagrado e profano em *Drag Goes Gospel*: uma leitura interdiscursiva à luz de Michel Pêcheux

Willian Fernandes¹

Clécio Luis G. de Oliveira²

Vivemos nos últimos anos um processo eleitoral presidencial que trouxe para o centro das discussões de toda a sociedade brasileira alguns assuntos, antes tidos como tabus, a exemplo deles o não-lugar social de membros da comunidade LGBTQIA+. Muitos cidadãos, ancorados no discurso religioso e encontrando eco na discursividade enunciada pelo, até então, presidente Jair Messias Bolsonaro, dão vazão a um discurso de ódio contra toda a comunidade LGBTQIA+ ou qualquer manifestação artística que envolva essa comunidade.

Essas reações se deram, sobretudo, porque vimos no final do século XX e início do século XXI uma expansão de discursos sobre questões de gênero e sexualidade:

Vimos acontecer grandes transformações nos campos científico, jurídico e legislativo sobre as identidades de gênero e sobre as orientações sexuais, que foram questionadas e resignificadas das mais variadas formas. Isso significa que apesar de a população LGBT continuar vulnerável à homofobia, vários acontecimentos marcam uma nova forma de olhar para as diferenças, tais como: o movimento LGBT começou a ganhar visibilidade e os sujeitos da comunidade passaram a ocupar espaço nos meios de comunicação, no esporte, nas artes e na política; ocorreu a des-

1 Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, professor de Língua Portuguesa na SEE/MG, docente-tutor do curso de Letras portuguesas da UAB/Unimontes. E-mail: willian_letras_direito@hotmail.com.

2 Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, professor de Redação e Língua Portuguesa na rede privada de Uberlândia-MG. E-mail: clecioliver@gmail.com.

patologização da homossexualidade; fortaleceu-se o uso do termo “orientação sexual” em oposição a “opção sexual”; o casamento civil entre homossexuais passou a ser permitido; o processo de redesignação sexual foi autorizado e passou a ser oferecido pelo SUS (Sistema Único de Saúde); a justiça decidiu que um transexual pode mudar o sexo registrado em sua identidade civil sem necessidade de realizar a cirurgia; surgiram várias decisões legais em relação ao “nome social” (que não é oficializado na carteira de identidade) em órgãos públicos e instituições de ensino; mudou-se o formato da certidão de nascimento do tradicional de “pai e mãe” para “filiação” (CAMARANO; FRANCESCHINI, 2019, p. 9).

Ancorados, então, nessa materialidade histórica de não aceitação de pessoas LGBTQIA+, sustentada muitas vezes numa discursividade religiosa que defende a perpetuação de valores familiares cristãos, como a própria concepção de família cristã, é que observamos emergir uma discursividade, especificamente numa interpretação do discurso bíblico, cujo sujeito discursivo *Drag* se vê interpelado por uma formação discursiva que questiona quem, afinal, é que pode ou não louvar/adorar. Discursividade essa que interpela sujeitos LGBTQIA+, os quais não poderiam exercer esse direito dentro de um contexto religioso. Diante dessa mesma perspectiva religiosa, os assim intitulados efeminados, conforme a primeira carta de São Paulo aos Coríntios, não herdarão o Reino do Deus (1º Coríntios, capítulo 6, versículos 9 e 10). Logo, pautado nesse e em outros discursos religiosos, não lhes seria dado o direito de participar da vida religiosa e, conseqüentemente, isso poderia significar às *Drags* que também não poderiam louvar aqueles que “se entregaram às paixões infames”, como nos mostra a escrita de São Paulo à comunidade de Romanos (capítulo 1, versículos 26 e 27):

Pelo que Deus os abandonou às paixões infames. Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza e, semelhantemente, também os varões, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, varão com varão, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro.

Pautado num movimento de reação a essa discursividade é que nasce o quadro em um canal no YouTube intitulado *Drag Goes Gospel*, por meio do qual duas *Drags Queens* se propõem a louvar e adorar ao Deus cristão, contrariando aquela formação discursiva que as interpelariam ao discurso de indignidade entre o sacro e o profano.

No entanto, antes de adentrarmos especificamente nos enunciados que constituem o discurso *Drag* na materialidade de *Drag Goes Gospel*, é necessário discutirmos alguns conceitos trazidos por Pêcheux e que são muito caros para a análise.

Das condições de produção de uma leitura pecheutiana em *Drag Goes Gospel*

Ao pensar numa Análise do Discurso pecheutiana é necessário interpretar os acontecimentos discursivos em meio a uma conjuntura sócio-histórica de modo que seja possível buscar os efeitos de sentido que emergem de uma determinada discursividade para, assim, ancorados nessas condições de produção, identificar em quais lugares discursivos os sujeitos que enunciam se inscrevem no momento do acontecimento discursivo.

Para isso, antes mesmo de nos propormos a essa busca pelos efeitos de sentidos do *corpus* aqui analisado, é preciso mobilizar alguns conceitos, tais quais o de enunciado, discurso e formação discursiva, formação ideológica e interdiscurso.

Nesse sentido, como unidade mínima para essa análise, temos então o enunciado, entendido por Foucault (2009, p. 130) como

[...] a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer jeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível (FOUCAULT, 2009, p. 130).

Sendo assim, o enunciado, então

Em seu modo de ser singular (nem inteiramente lingüístico, nem exclusivamente material) o enunciado é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem. [...] ele não é, em si mesmo, uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2009, p. 98-99).

Logo, devemos pensar o enunciado em sua singularidade de acontecimento, em sua irrupção histórica, haja vista o fato de que ele “é sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2009, p. 32). Outrossim, Foucault (2009) ainda descreve que o enunciado traz consigo a emergência de articulações com outro enunciado, sendo necessário, ainda, descrever essas relações, de modo que ele vê o enunciado numa articulação dialética entre singularidade e repetição, pois leva-se em consideração que “de um lado, ele é gesto; de outro, liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro” (FOUCAULT, 2009, p. 32).

Tendo o enunciado, então, a singularidade e a repetição na sua constituição, na sua análise deve-se observar a dispersão e a regularidade. De tal modo, que pensando os enunciados como forma de repetição e sistemas de dispersão, Foucault traz o conceito de Formação Discursiva:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, termos uma formação discursiva (FOUCAULT, 1986, p. 43).

Foucault entende, então, como formação discursiva o grupo de enunciados, um conjunto de performances verbais que estão ligadas no nível dos enunciados.

Pêcheux (1999) por sua vez, apropriando-se dessa noção de formação discursiva trazida por Foucault (1986) e com inscrições no materialismo histórico de Marx, a define como

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 1999, p. 160).

Logo, pensar numa formação ideológica é que

a instância ideológica, numa dada circunstância sócio-histórica, ocorre mediante formações ideológicas referindo-se aos Aparelhos Ideológicos de Estado, de modo que trazem à tona a relação de conflito entre as classes sociais. A constituição do sujeito, então, se daria na sua filiação a grupos sociais e classes sociais que o inscreveria em uma dada formação ideológica, mediante um processo de interpelação enunciativa, cujo sujeito acaba passando por um processo de clivagem ideológica e discursiva que ecoa essa sua inscrição por meio da produção de sentido dos processos enunciativos (FERNANDES, 2017, p. 25).

É importante ressaltar que para Pêcheux os efeitos de sentido estão diretamente relacionados com as tomadas de posição dos sujeitos que enunciam o discurso. Assim, a formação discursiva ao determinar o que deve e pode ser dito imbui de sentidos o discurso.

Já no que concerne à relação estabelecida entre o sujeito e o enunciado, sempre haverá um sujeito e uma instância produtora, pois

no enunciado há uma posição-sujeito, ou uma função que pode ser exercida por vários sujeitos. A análise do enunciado na Análise do Discurso deve investigar qual é essa posição sujeito, que se inscreve na história à existência do enunciado, a produção de sentidos vincula-se à memória e reatualiza outros enunciados (FERNANDES; SANTOS, 2008, p. 282).

Segundo Pêcheux, a constituição dos indivíduos em sujeitos (do seu discurso) se dá

[...] por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Especificamos também que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1997, p. 214).

Vale lembrar que o que tomamos anteriormente como memória é apresentada por Pêcheux (1999, p 52) como “aquilo que face a um texto que surge a ler, vem reestabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita.”. Assim, “O passado quando retomado apresenta-se como condição para ler o presente.” (FERNANDES; SANTOS, 2008. p. 280).

Defronte a essas definições de enunciado e formações discursivas, discurso, seria

um conjunto de enunciados, na medida em que se apoie na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência; é, de parte a parte, histórico-fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade (FOUCAULT, 1986, p. 135-136).

Logo, se nos ancoramos na noção de discurso posta por Foucault (2009) tido como um conjunto de enunciados oriundos de uma mesma formação discursiva, devemos questionar, como propõe o autor na própria noção de discurso quando menciona suas regras de formação e, por conseguinte, interrogar sobre a emergência do significado, comparado por Foucault (2009) como um grão que surge na superfície de um tecido de que é constitutivo, como um átomo discursivo (FERNANDES; SANTOS, 2008, p. 281).

Isso posto leva-nos então ao entendimento de que “[...] todo discurso é atravessado por uma memória manifesta pelo retorno de acontecimentos e enunciados de um mundo sociocultural passado sob novas condições sócio-histórico-ideológicas” (FERNANDES; SANTOS, 2008. p. 280).

Assim, ao pensar nessa noção de memória discursiva, Pêcheux (2008) conceitua o interdiscurso como esse discurso outro, ainda que por meio de pré-construídos, pela memória.

Consoante ao posto, Pêcheux (2008) traz a percepção da ideia de rede, de que os discursos estão conectados, sendo assim, o discurso é constituído por um discurso anterior (outro), que nada mais é do que o próprio interdiscurso. O interdiscurso seria, como já dito, aquilo que fala sempre antes, em outro lugar e independente (PÊCHEUX, 2008).

Logo, o interdiscurso é constituinte do sujeito na medida em que há um atravessamento de discursos que determinam os dizeres desse sujeito. Como é ratificado por Pêcheux,

[...] o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos e (especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade” enquanto sistema de evidência e de significações percebidas – aceitas – experimentadas (PÊCHEUX, 1997, p. 149).

Dadas todas essas questões teóricas, propusemos fazer uma análise de natureza analítico-descritiva e interpretativista, partindo da análise de recortes de enunciados-operadores que compõem a discursividade de *Drag Goes Gospel*.

A escolha dos recortes se deu pautada na leitura sobre os sentidos produzidos quanto às memórias postas em evidência e presentes na enunciação do sujeito discursivo *Drag*.

Vale salientar que as condições de produção que envolveram a produção de *Drag Goes Gospel* seriam a tensão do ano das eleições presidenciais (2018), cujo presidencial Jair Messias Bolsonaro sustentava em sua plataforma política um discurso de intolerância aos homoafetivos e, mais que isso, o preconceito presente em suas manifestações era relacionado a qualquer estereótipo que se enquadrasse em um tipo de rótulo progressista.

De posse disso, buscamos desvelar a disposição distintiva de regularidades discursivas, construindo daí matrizes discursivas. Essa

matriz sentidural é a “compilação de evidências enunciativas, percebidas a partir do exame pormenorizado de elementos que significam em uma dada materialidade linguística em estudo, que apontam para uma conjuntura de significações na análise de um objeto discursivo” (SANTOS, 2017, p. 112).

Elas, então, serão divididas em duas instâncias: uma macro-instância, cujos discursos seriam situados em sua conjuntura enunciativa e, também uma micro-instância, que teria como objetivo a focalização de potências de significações dos sentidos no interior de uma manifestação discursiva (SANTOS, 2004, p. 113).

Ainda sobre esse método de análise, na perspectiva de Santos:

Essas macro-instâncias partiriam da perspectiva de uma explicação das condições de produção de uma determinada manifestação discursiva. Tal explicitação envolveria: i) uma descrição das características históricas; ii) uma percepção do cenário social; iii) uma interpretação do lugar dos sujeitos nesse cenário; iv) um esboço da situação enunciativa instaurada; v) uma projeção de sentidos produzidos nessa conjuntura enunciativa (SANTOS, 2004, p. 113).

Assim, obtemos, nessas regularidades discursivas, o mapeamento de ocorrências discursivas por meio do conjunto de enunciados que passaram a constituir unidades de análise de comportamentos subjetudiniais ou de conjunturas sentidurais.

Entendemos por regularidades discursivas, aqui,

As evidências significativas observadas na conjuntura enunciativa da manifestação discursiva em estudo. Essas evidências aparecem como elementos de recorrência, de idiosincrasias enunciativas, ou ainda, de efeito provocado pela natureza de organização dos sentidos da enunciação. É por meio dessas regularidades que se emoldura com mais clareza o tópico em investigação pelo analista, corroborando assim com as projeções determinantes advindas dos objetivos, hipóteses e questões de pesquisa (SANTOS, 2004, p. 114).

As matrizes construídas para a evidência dessas regularidades são um mapeamento de suas ocorrências no todo do *corpus*, e visaram uma organização distintiva da conjuntura discursiva da enunciação

em análise. De posse dessa síntese matricial que se constituiu de sequências discursivas, recortadas da conjuntura de enunciados-operadores em estudo, insurge a micro-análise (SANTOS, 2004). Essas

Sequências recortadas representam conjuntos de enunciados, recortados do escopo da manifestação em estudo, que sinalizam uma evidência por recorrência, particularidade ou efeito, e passam a constituir unidade-base de análise de comportamento ou de conjunturas sentidurais (SANTOS, 2004, p. 114).

Para uma melhor visualização da proposta seria essa a base da construção da matriz:

Regularidade	Recorte	Percepção Enunciativa	Percepção Discursiva
SDi:	Ei:	Ei→	SDi→

(SD= Sequência discursiva; E= Enunciado)

Análise do sagrado e profano em *Drag Goes Gospel*: uma leitura interdiscursiva à luz de Michel Pêcheux

Como a instância verbal será privilegiada para a análise, recortamos como objeto de análise apenas a discursividade do pronunciamento ao final da performance, isso por entendermos que é nesse momento que se é possível perceber a inscrição do sujeito *Drag* numa dada formação discursiva e ideológica. Assim, todas as citações transcritas nos parágrafos seguintes são dos pronunciamentos do vídeo “*Drag Goes Gospel – Mario de Saia*” do canal do YouTube *Armário de Saia* (ARMÁRIO, 2018).

Um dos elementos basilares para se compreender os efeitos de sentido de *Drag Goes Gospel* é inicialmente entender quem é esse sujeito *Drag* que enuncia. O site da revista “*Superinteressante*” em matéria publicada em 11 de março de 2018 define o sujeito *Drag* como um(a)

[...] artista que usa **roupas e elementos como peruca e maquiagem, frequentemente do gênero oposto, para fins de entretenimento**. Não tem nada a ver com identidade de gênero ou orientação sexual: qualquer pessoa, homo, hétero ou bissexual, cis

ou transgênera, pode ser uma drag queen (ou drag king, como são chamadas as mulheres com personagens masculinos). A palavra provém do polari, um dialeto inglês do século 19, que mais tarde passou a ser usado pela comunidade LGBT. Há quem diga que “drag” é um acrônimo para “dressed as a girl” (“vestido como uma garota”), supostamente presente em roteiros de teatro antigos, para orientar o diretor da peça (MACHADO, 2018, grifo do autor).

A **SD1** é constituída de dois enunciados operadores, quais sejam:

E1: “Então é isso aí, Galera. Esperamos que vocês tenham gostado do nosso *Drag goes Gospel*”. Nesse enunciado, percebemos que o sujeito anseia por uma aprovação da performance *Drag Goes Gospel*. Já no **E2:** “Este vai ser um dos, né... Mais um dos quadro do nosso canal *Drag goes...* que a gente vai tá interpretando algumas coisinha aí, meu amores” há a ratificação do *Drag Goes Gospel* como apenas uma das várias performances efetuadas por elas, isso materializado em “[...] um dos quadro do nosso canal” e “agente vai tá interpretando algumas coisinhas, meus amores.” O substantivo canal também traz o meio de visibilidade em larga escala da performance.

Como percepção discursiva da **SD1** há um desejo de aprovação da performance *Drag* no acontecimento de *Drag Goes Gospel*, sendo essa apenas uma das performances disponíveis no canal. Vale ressaltar que o sujeito discursivo tem no canal um aporte discursivo que dá uma maior visibilidade para a figura do sujeito *Drag Queen* como um sujeito discursivo performático.

Por sua vez, a **SD2** se constitui dos **E3** e **E4**.

E3 traz “É pra gente começar, né? A gente não podia escolher uma outra, senão, da maneira com que começamos na nossas vidas, como artistas, como cantores que foi cantando na igreja, que foi louvando ao Senhor [...]”, assim temos a presença de uma memória discursiva, cujo sujeito vê emergir um lugar de aceitação onde elas começaram suas vidas artísticas antes de se tornarem *Drags*. Nesse momento, há o atravessamento do interdiscurso religioso no discurso *Drag* por meio dos verbos “cantar” e “louvar”, a memória discursiva demonstra uma formação discursiva e ideológica que as constituíam antes de se tornarem o sujeito *Drag*.

Outrossim, o **E4** diz: “[...] e enfim, a gente começou com isso porque realmente fez muito parte das nossas vidas [...] tipo eu cresci e nasci na igreja com todas essas músicas e esses hinos que, enfim, fizeram parte da infância e da adolescência [...]”. Aqui emerge a percepção enunciativa de uma retomada da constituição discursiva cristã do sujeito discursivo *Drag* que enuncia.

Assim, essa **SD2** faz emergir o interdiscurso religioso que o constituía ainda na infância e na adolescência, momento em que se percebeu como artista capaz de uma fazer uma performance, ainda que de louvor. Este lugar discursivo é pertencente a uma formação discursiva e ideológica na qual ele se inscrevia. Logo, nesse pré-construído vemos todas as memórias discursivas religiosas que perpassam a discursividade do acontecimento de *Drag Goes Gospel*.

A **SD3** tem como enunciados constitutivos os **E5**, **E6** e **E7**.

No **E5**, “E como movimento político *Drag*, sim! Podemos também louvar, podemos também adorar”, emerge o interdiscurso do preconceito, da subversão religiosa, da discriminação religiosa em “Podemos também louvar, podemos também adorar!” Se elas se autoafirmam como dignas de adorar e de louvar, pode-se verificar a existência de uma memória que enuncia que elas são indignas, profanas para o ato sublime do louvor e da adoração. Logo, elas produzem um discurso de resistência, isso materializado em “como movimento político”.

O **E6** “Ao longo do tempo o homem acaba deturpando e dizendo que nós por sermos nós não podemos fazer isso, mas estamos aqui como um movimento político, como um movimento de pessoas que existem, dizendo que sim, *Drag* louva, sim *Drag*, né?” temos o interdiscurso do sentimento de indignidade, de inadequação em “Ao longo do tempo o homem acaba deturpando e dizendo que nós por sermos nós não podemos fazer isso”, neste trecho, juntamente com o interdiscurso da resistência em “mas estamos aqui como um movimento político, como um movimento de pessoas que existem, dizendo que sim, *Drag* louva, sim *Drag*, né?”, também, o interdiscurso derivado da inscrição religiosa em que a enunciação se coloca a partir do momento em que elas performatizam a música gospel em “*Drag* louva, sim *Drag*, né?”

Já o **E7** “Então é isso, gente. Muito obrigado por ficarem até o final do vídeo” mostra que diante de todo sentimento trazido pelo interdiscurso de indignidade, o sujeito discursivo agradece pelas pessoas que assistiram à performance no canal, pois dada a memória discursiva da rejeição, o esperado era que não chegassem nem ao fim do vídeo.

Há nessa **SD3** a emersão do interdiscurso do preconceito e da discriminação religiosa quando o sujeito discursivo enuncia “Podemos também louvar, podemos também adorar”; é possível ler a existência de um pré-construído que trouxe ao sujeito discursivo a negação desse direito de cantar e louvar, justamente por ele ser quem é: um sujeito *Drag Queen*. Somado a isso, temos ainda um interdiscurso de resistência no que tange ao direito de fé ou de liberdade religiosa, no caso, de louvar.

Isso posto, porque dadas as condições de produção da discursividade em análise depreende-se o surgimento do interdiscurso de indignidade que perpassa a discursividade analisada. Há na memória discursiva da deturpação do homem sobre os ensinamentos do Cristo a interpretação do pseudo-direito de definir os dignos de proferirem o louvor. E ancoradas na premissa da aceitação e do amor cantados pelo sujeito discursivo é que elas se inscrevem nessa formação discursiva e ideológica novamente ao promoverem o acontecimento de *Drag Goes Gospel*, performatizando assim o seu louvor.

Diante de todo sentimento trazido pelo interdiscurso de indignidade, o sujeito discursivo agradece pelas pessoas que assistiram à performance no canal, pois dado o pré-construído da rejeição, o esperado era que não chegassem nem ao fim do vídeo.

Temos ainda a **SD4**, de seus dois enunciados operados, traz no primeiro **E8** “Façam o seguinte, antes de ir embora vai aqui embaixo em algum ponto dessa região e se inscreva, ative notificações, compartilhe com seus amigos”. Nesse enunciado, o sujeito discursivo *Drag* termina pedindo para divulgarem sua performance com os amigos, afinal, se chegaram ao final do vídeo é porque gostaram do louvor performático delas.

Já no E9 “Então é isto... um grande beijo e até semana que vem com mais um: Mário de saia. Pamrampampampamrã. Uau!”, temos a ratificação do canal como um lugar de acontecimento discursivo da performance *Drag Queen* em “com mais um Mário de Saia”.

Podemos ler, então, na SD4 que o sujeito discursivo finda fazendo um apelo da divulgação do seu material artístico, pois se o espectador chegou ao final do vídeo é porque aprovou sua performance e ratifica a ideia do canal como um lugar discursivo onde irá propor outras performances, que não só a religiosa, o que solidifica a construção do sujeito *Drag* como um artista performático.

Por fim, observa-se em todo complexo enunciativo o desejo de se fazer e de colocar em um lugar discursivo de dignidade em relação ao discurso que o interpela, ou seja, em contraposição a um sentimento de rejeição do religioso, sustentado pela interdiscursividade de referência à “não dignidade” ao se dirigir ao divino por meio do louvor e adoração. Vê-se que essas condutas de resistência podem ser sustentadas pelas referências ao discurso religioso mencionado, por exemplo, em 1º Coríntios 6, 9-10, bem como Romanos 1, 27-28 em que emergem, justamente, o interdiscurso do preconceito, da subversão religiosa, da discriminação religiosa, do sentimento de indignidade e, principalmente, de inadequação.

No entanto, apesar dessa discursividade, percebemos surgir, como reação a esses discursos mencionados, o interdiscurso da busca por esse lugar de discurso, de voz e de dignidade em paralelo a um interdiscurso de um Jesus Cristo que acolhe pessoas. Temos, então, um interdiscurso da misericórdia, esse derivado da inscrição religiosa em que a enunciação se coloca a partir do momento em que elas performatizam a música gospel.

Da mesma maneira, a complexa discursividade bíblica apresenta a inserção de grupos que socialmente seriam excluídos. Em um dos encontros do próprio Cristo com uma mulher samaritana, vemos que ela pertence a um grupo social com o qual os judeus não se comunicavam e, durante esse encontro, eles se colocam diante do impasse sobre qual seria o lugar de adoração (cidade santa de Jerusalém ou no monte). Jesus propõe algo contrário ao que seria uma

prática social de ambos os grupos ao afirmar que a prática da adoração se dá em um espaço espiritual, isto é, em um âmbito metafísico, contrariando assim a perspectiva religiosa da época, conforme o evangelho de São João 4:9-24:

Aquela samaritana lhe disse: Sendo tu judeu, como pedes de beber a mim, que sou samaritana!... (Pois os judeus não se comunicavam com os samaritanos.) Respondeu-lhe Jesus: Se conhecesses o dom de Deus, e quem é que te diz: Dá-me de beber, certamente lhe pedirias tu mesma e ele te daria uma água viva. A mulher lhe replicou: Senhor, não tens com que tirá-la, e o poço é fundo... donde tens, pois, essa água viva? És, porventura, maior do que o nosso pai Jacó, que nos deu este poço, do qual ele mesmo bebeu e também os seus filhos e os seus rebanhos? Respondeu-lhe Jesus: Todo aquele que beber desta água tornará a ter sede, mas o que beber da água que eu lhe der jamais terá sede. Mas a água que eu lhe der virá a ser nele fonte de água, que jorrará até a vida eterna. A mulher suplicou: Senhor, dá-me desta água, para eu já não ter sede nem vir aqui tirá-la! Disse-lhe Jesus: Vai, chama teu marido e volta cá. A mulher respondeu: Não tenho marido. Disse Jesus: Tens razão em dizer que não tens marido. Tiveste cinco maridos, e o que agora tens não é teu. Nisto disseste a verdade. Disse-lhe a mulher: Senhor, vejo que és profeta. Nossos pais adoraram neste monte, e vós dizeis que em Jerusalém é o lugar onde se deve adorar. Disse-lhe Jesus: Mulher, crê-me, a hora vem, em que nem neste monte, nem em Jerusalém adorareis o Pai. Vós adorais o que não conheceis; nós adoramos o que conhecemos; porque a salvação vem dos judeus. Mas a hora vem, e agora é, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque o Pai procura a tais que assim o adorem. Deus é Espírito, e é necessário que os que o adoram o adorem em espírito e em verdade.

Há, no trecho da discursividade do Evangelho de São João, o Cristo que define que não há lugares para que o louvor e a adoração aconteçam enquanto prática social espacialmente marcada por algum grupo social (samaritanos ou judeus). É aqui que o Cristo, diante da complexidade cultural a respeito do espaço para a prática da adoração ao divino, estabelece que a adoração não leva em consideração lugares ou sujeitos inscritos religiosamente, mas que se trata de uma relação espiritual, de uma ação com o metafísico, por isso se diz “em espírito e em verdade”. Deste modo, observamos que Cristo não atende as perspectivas da mulher de origem samaritana,

povo que adorava no monte, tampouco a perspectiva de seu povo, os judeus, que adoravam em Jerusalém.

Ao contrário de qualquer acepção topográfica sobre o sacro na prática religiosa da veneração a Deus, Jesus traz à tona a concepção posicional do homem enquanto ente espiritual, relação essa que ignora qualquer postura étnica ou social para adoração, ou seja, “quem” e, conseqüentemente, o “onde” da formação ideológica e da memória discursiva de tais grupos socialmente envolvidos, no caso, em sua interpelação com a mulher samaritana, trazendo o plano de adoração enquanto metafísico no que se diz: “é necessário que os que o adoram o adorem em espírito”.

Vale ressaltar, por último, que assim como a mulher samaritana tida como pecadora e que foi mulher de cinco homens, as *Drags* estão diante também do dilema acusatório religioso que as interpela como não dignas. Porém, Cristo apresenta um novo plano de discursividade a respeito da adoração, uma prática metafísica sob a memória das práticas discursivas alusivas à fé, à crença e, por fim, ao seu caráter pessoal mais intimista.

Considerações finais

Por meio da AD pecheutiana pudemos encontrar formações discursivas e ideológicas, cujo sujeito discursivo por vezes acaba se inscrevendo, sejam elas formações discursivas ou ideológicas do preconceito religioso sofrido pelas *Drag Queens*, preconceito esse sustentado por um discurso religioso incapaz de separar a *Drag* como artista performática, classificando todas elas no mesmo rol de todos os LGBTQIA+.

Vale dizer que não há deboche na performance, uma vez que não existe qualquer formação discursiva de humor de forma pejorativa ao cristianismo, há sim uma construção discursiva que enuncia a partir de um dado lugar discursivo, que desvela uma postura política que quer dizer que uma *Drag Queen* também constitui-se enquanto um ser humano, isto é, sua manifestação enquanto constructo do discurso: uma performance *Drag Queen* também é digna

se constituir a partir e por meio de uma música Gospel e tomada, assim, como um acontecimento discursivo.

Logo, há ainda o interdiscurso de reivindicação de um lugar discursivo que não é atribuído ao sujeito discursivo *Drag Queen* cantora gospel, sendo essa a necessidade da justificação final do vídeo.

Apesar de não ter uma ironia clara, ela não deixa de ter uma ironia pelo fato de o lugar discursivo do sujeito ser considerado uma transgressão sentidural à enunciação do gênero musical gospel, sendo esse o significado de uma *Drag* performatizar uma canção gospel.

Outra questão também relevante, que não serviu de objeto de análise, mas que entendemos necessário mencionar, é a escolha das canções performatizadas. Entendemos que todas elas levam a fala final à construção do sentido de uma discursividade de legitimidade para a performance, pois as canções trazem o sentido de aceitação por Cristo.

Referências

ARMÁRIO de Saia. Drag Goes Gospel – Mario de Saia. **YouTube**, 24 jul 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mZPIRoNkISM>. Acesso em: 13 maio 2019.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Ave-Maria**, 141. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1959, (impressão 2001). 1632p.

CAMARANO, Pedro Anácio; FRANCESCHINI, Bruno. Bajubá: A subversão das identidades por meio da linguagem LGBT. **Redisco**, online, v. 14, n. 1, 2019.

FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. A Imagem como enunciado-operador de memória. In: ROMÃO, L. M. S.; GASPAR, N. R. (org.). **Discurso Midiático**: sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro João Editores, 2008. p. 279-286. v. 1.

FERNANDES, Willian. **Interdiscursividade jurídico-punitiva em Os miseráveis**. 183 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

MACHADO, Bruno. Qual a diferença entre Drag Queen, travesti e transgênero? **Super Interessante**, 14 mar. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-diferenca-entre-drag-queen-travesti-e-transgenero/>. Acesso em: 13 maio 2019.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pucinelli Orlandi *et al.* 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. O Papel da Memória. Tradução: José Horta Nunes. *In*: ARCHAD, Pierre *et al.* **O papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2008.

SANTOS, J. B. C. Uma reflexão metodológica sobre a análise de discurso. *In*: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (org.). **Análise do discurso**: unidade e dispersão. Uberlândia: EntreMeios, 2004. p. 109-118.

SANTOS, J. B. C. **Movimentos de um percurso acadêmico no limiar pleno de um exercício de cidadania**: memorial descritivo de atividades acadêmicas. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: ILEEL-UFU, 2017.

Anexos

Matriz Discursiva

Regularidade	Recorte	Percepção enunciativa	Percepção Discursiva
<p>SDI: Então é isso aí, Galera. Esperamos que vocês tenham gostado do nosso <i>Drag goes Gospel</i>. Este vai ser um dos, né [...]. Mas um dos quadros do nosso canal <i>Drag goes</i> [...] que a gente vai tá interpretando algumas coisinha aí, meus amores.</p>	<p>E1: Então é isso aí, Galera. Esperamos que vocês tenham gostado do nosso <i>Drag goes Gospel</i>.</p>	<p>E1→ O sujeito anseia por uma aprovação da performance <i>Drag Goes Gospel</i>.</p>	<p>SD1→ Há um desejo de aprovação da performance <i>Drag</i> no acontecimento de <i>Drag Goes Gospel</i>. Sendo essa apenas umas das performances disponíveis no canal. Vale ressaltar que o sujeito discursivo tem no canal um aporte discursivo que dá uma maior visibilidade para a figura do sujeito <i>Drag Queen</i> como um sujeito discursivo performático.</p>
	<p>E2: Este vai ser um dos, né... Mais um dos quadros do nosso canal <i>Drag goes</i>[...] que a gente vai tá interpretando algumas coisinhas aí, meus amores.</p>	<p>E2→ Ratificação do <i>Drag Goes Gospel</i> como apenas uma das várias performances efetuadas por elas, isso materializado em “[...] um dos quadros do nosso canal” e “a gente vai tá interpretando algumas coisinhas, meus amores.” O substantivo canal também traz o meio de visibilidade em larga escala da performance.</p>	

(continua)

(continuação)

Regularidade	Recorte	Percepção enunciativa	Percepção Discursiva
SD2: E pra gente começar, né? A gente não podia escolher uma outra, senão, da maneira com que começamos na nossas vidas, como artistas, como cantores que foi cantando na igreja, que foi louvando ao Senhor... e enfim, a gente começou com isso porque realmente fez muito parte das nossas vidas... tipo eu cresci e nasci na igreja com todas essas músicas e esses hinos que, enfim, fizeram parte da infância e da adolescência...	E3: E pra gente começar, né? A gente não podia escolher uma outra, senão, da maneira com que começamos nas nossas vidas, como artistas, como cantores que foi cantando na igreja, que foi louvando ao Senhor...	E3 → Presença da memória, cujo sujeito vê emergir um lugar de aceitação onde elas começaram suas vidas artísticas antes de se tornarem <i>Drags</i> . Nesse momento, há a presença do discurso religioso no discurso <i>Drag</i> por meio dos verbos cantar e louvar. Há uma memória que demonstra uma formação discursiva que as constituíam antes de se tornarem o sujeito <i>Drag</i> .	SD2 → Essa SD faz emergir o discurso religioso que o constituía ainda na infância e na adolescência, momento em que se percebeu como artista capaz de uma fazer uma performance, ainda que de Louvor. Lugar discursivo este, pertencente a uma formação discursiva na qual ele se inscrevia. Logo, nessa memória vemos todas as memórias discursivas religiosas que estão presentes na discursividade do acontecimento de <i>Drag Goes Gospel</i> .
	E4: [...] e enfim, a gente começou com isso porque realmente fez muito parte das nossas vidas... tipo eu cresci e nasci na igreja com todas essas músicas e esses hinos que, enfim, fizeram parte da infância e da adolescência...	E4 → Retomada da constituição discursiva cristã do sujeito discursivo <i>Drag</i> .	
SD3: E como movimento político <i>Drag</i> , sim! Podemos também louvar, podemos também adorar. Ao longo do tempo o homem acaba deturpando e dizendo que nós por sermos nós não podemos fazer isso, mas estamos aqui como um movimento político, como um movimento de pessoas que existem, dizendo que sim, <i>Drag</i> louva, sim <i>Drag</i> , né? Então é isso, gente. Muito obrigado por ficarem até o final do vídeo.	E5: E como movimento político <i>Drag</i> , sim! Podemos também louvar, podemos também adorar.	E5 → - Emerge o discurso do preconceito, da subversão religiosa, da discriminação religiosa em "Podemos também louvar, podemos também adorar!" Se elas se autoafirmam como dignas da adoração e louvar há uma memória que enuncia que elas são indignas, profanas para o ato sublime do louvor e da adoração. - Discurso da resistência, isso materializado em "como movimento político".	SD3 → Há nessa SD a emergência do discurso do preconceito, do discurso da discriminação religiosa, haja vista quando o sujeito discursivo enuncia "Podemos também louvar, podemos também adorar" é possível ler a existência de uma memória que trouxe ao sujeito discursivo a negação desse direito de cantar e louvar ao Senhor por ele ser quem é: um sujeito <i>Drag Queen</i> . Ainda temos um discurso de resistência no que tange ao direito de fé, de louvar.

(continua)

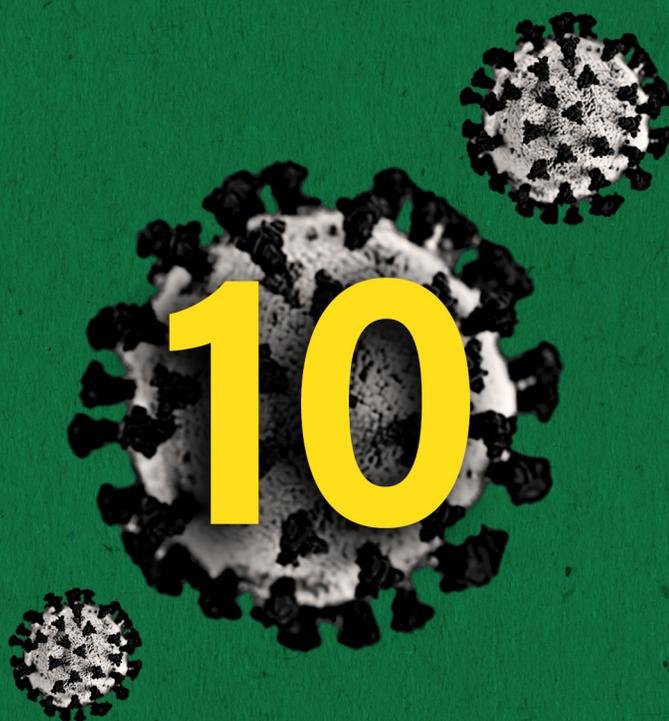
(continuação)

Regularidade	Recorte	Percepção enunciativa	Percepção Discursiva
	<p>E6: Ao longo do tempo o homem acaba deturpando e dizendo que nós por sermos nós não podemos fazer isso, mas estamos aqui como um movimento político, como um movimento de pessoas que existem, dizendo que sim, <i>Drag</i> louva, sim <i>Drag</i>, né?</p>	<p>E6→ - Discurso do sentimento de indignidade de inadequação em “Ao longo do tempo o homem acaba deturpando e dizendo que nós por sermos nós não podemos fazer isso” - Discurso da resistência em “mas estamos aqui como um movimento político, como um movimento de pessoas que existem, dizendo que sim, <i>Drag</i> louva, sim <i>Drag</i>, né?” - Discurso derivado da inscrição religiosa em que a enunciação se coloca a partir do momento em que elas performatizam a música gospel em “<i>Drag</i> louva, sim <i>Drag</i>, né?”</p>	<p>Isso posto, porque dadas as condições de possibilidade da discursividade em análise depreende-se o surgimento do discurso de indignidade que aparece na discursividade analisada. Há na memória da deturpação do homem sobre os ensinamentos de Cristo a interpretação do pseudo-direito de definir os dignos de proferirem o louvor. E ancoradas na premissa da aceitação e do amor cantados pelo sujeito discursivo é que elas se inscrevem nessa formação discursiva novamente ao promoverem o acontecimento de <i>Drag Goes Gospel</i>, performatizando assim o seu louvor.</p>
	<p>E7: Então é isso, gente. Muito obrigado por ficarem até o final do vídeo.</p>	<p>E7→ Diante de todo sentimento trazido pelo Discurso de indignidade, o sujeito discursivo agradece pelas pessoas que assistiram à performance no canal, pois dado a memória da rejeição o esperado era que não chegassem nem ao fim do vídeo.</p>	<p>Diante de todo sentimento trazido pelo discurso de indignidade, o sujeito discursivo agradece pelas pessoas que assistiram à performance no canal, pois dada a memória da rejeição o esperado era que não chegassem nem ao fim do vídeo.</p>

(continua)

(conclusão)

Regularidade	Recorte	Percepção enunciativa	Percepção Discursiva
SD4: Façam o seguinte, antes de ir embora vai aqui embaixo em algum ponto dessa região e se inscreva, ative notificações, compartilhe com seus amigos. Então é isto... um grande beijo e até semana que vem com mais um: Mário de saia. Pamrampampampamrã. Uau!	E8: Façam o seguinte, antes de ir embora vai aqui embaixo em algum ponto dessa região e se inscreva, ative notificações, compartilhe com seus amigos.	E8→ O sujeito <i>Drag</i> discursivo termina pedindo para divulgar sua performance com os amigos, afinal, se chegaram ao final do vídeo é porque gostaram do louvor performático delas.	SD4→ O sujeito discursivo finda fazendo um apelo da divulgação do seu material artístico, pois se o expectador chegou ao final do vídeo é porque aprovou sua performance e ratifica o canal como um lugar discursivo onde irá propor outras performances que não só a religiosa o que solidifica a construção do sujeito <i>Drag</i> como um artista performático.
	E9: Então é isto... um grande beijo e até semana que vem com mais um: Mário de saia. Pamrampampampamrã. Uau!	E9→ Ratificação do canal como um lugar de acontecimento discursivo da performance <i>Drag Queen</i> em “com mais um Mário de Saia”	



Elisama Borges Lino

O espetáculo feminicida no discurso jornalístico sulgoiano do jornal *O Popular*¹

Elisama Borges Lino²

De acordo com o magistrado Jesseir Alcântara (2016), “A entrada em vigor da Lei Maria da Penha, em 2006, não alterou o viés da alta de violência contra a mulher na terra do pequi, prevalecendo a cultura machista e sangrenta que tende em se perpetuar”. Tal afirmação dialoga com os dados obtidos nos últimos levantamentos, como o Mapa da Violência 2015 (WAISELFISZ, 2015), que versam acerca da violência contra a mulher em nosso país. Nesses estudos, a Unidade Federativa de Goiás aparece nas primeiras colocações no *ranking* de estados mais violentos, com onze de seus municípios apresentando índices expressivos de assassinatos femininos.

Esse soturno panorama nuança a deprimente situação à qual estão expostas as mulheres goianas. Sobretudo, aquelas que pertencem a setores sociais desprestigiados pelo poder público ou estigmatizados socialmente. Ainda de acordo com Alcântara (2016), “A mulher negra é a principal vítima e quanto a todas elas, atuais e ex-parceiros são os maiores algozes. Trabalhadoras rurais igualmente são vítimas em crescimento”. Assim, faz-se necessário trazer à lume os mecanismos governamentais, burocráticos, legislativos e policiais, geralmente falhos e escassos, que contribuem para as penúrias às quais essas mulheres estão condicionadas.

1 Este trabalho baseia-se na temática de minha dissertação de mestrado.

2 Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (2015) com habilitação em Língua Portuguesa - Língua Inglesa e suas respectivas literaturas. É mestre pelo programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: eborgeslino@gmail.com.

Ademais, esses índices assombrosos de violências, agressões físicas e psíquicas e coações de toda ordem, tendo como último e mais extremo desfecho o feminicídio, clarificam a pujança do patriarcalismo e machismo incólumes nesse estrato social. Conforme evidenciou Virgínia Woolf em *Um teto todo seu* (2014, p. 54) “As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural [...]”. Apesar de proferidas há décadas, tais palavras expressam o que ainda se espera das mulheres: a docilidade e a obediência à ordem falocêntrica reinante; espera-se que se quedem impassíveis diante da supremacia do *chefe do lar*.

Aquelas que, empoderadas pelas recentes conquistas femininas, tentam romper com o ciclo de violências no qual estavam imersas, objetivando a emancipação pelo trabalho na busca por melhores condições de vida, correm o risco de terem-nas ceifadas por aqueles que se julgam detentores de seus corpos³ e condutas. Para Bourdieu (2017, p. 24), “O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes”.

Isto posto, resta-nos sublinhar a maciça influência exercida por jornais eletrônicos em solo goiano, alavancada pela facilidade de acesso à internet e a crescente utilização de mídias digitais que têm favorecido o desenvolvimento, disseminação e consequente consumo de informações em tempo recorde.

Todavia, essa *facilidade* no acesso a informações tem nos feito refletir a respeito da formação e preparo desses profissionais que redigem as notícias e reportagens, a confiabilidade dessas fontes. E sobretudo os limites morais definidos pelo código de ética que regulamenta a profissão, que em inúmeras ocasiões são esfacelados pela espetacularização de tragédias bárbaras. No afã pelo destaque de suas matérias, jornalistas de *rapina* não medem esforços na obliteração de direitos inerentes ao ser humano, promovendo teatralizações épicas em um discurso pseudo-informativo.

3 “O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo” (FOUCAULT, 2017, p. 235).

Dentre os jornais eletrônicos/impressos de maior circulação destaca-se *O popular*, jornal sediado na capital goiana, mas que reverbera fatos ocorridos em outras comarcas dessa e de outras UFs. O cerne de nosso trabalho centra-se na análise discursiva de algumas notícias propaladas por esse veículo de comunicação no início do mês de novembro do ano de 2017, que tratam da prática de dois crimes de feminicídio, um deles ocorrido no estado de Goiás e o outro tendo como cenário outro estado. Tais excertos fazem menção a dois acontecimentos distintos; o primeiro trata-se da prática do crime de feminicídio em desfavor de uma jovem de vinte e dois anos, brutalmente assassinada após embarcar em uma viagem com um rapaz que conhecera por um aplicativo de caronas. O segundo acontecimento também se caracteriza judicialmente como crime hediondo de feminicídio: o brutal assassinato de uma jovem de 16 anos por seu vizinho, indivíduo que alegou nutrir um sentimento muito forte pela vítima e, diante da *insistente* recusa dela, decidiu-se por exterminá-la em uma escola onde estudava na cidade de Alexânia-GO. Como procedimento para o processo de análise nos certificaremos de que, “Nas investigações, em geral, nunca se utiliza apenas um método ou uma técnica, e nem somente aqueles que se conhece, mas todos os que forem necessários ou apropriados para determinado caso” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 164).

Conforme exposto, o presente trabalho estará calcado em uma ótica discursiva, tomando de empréstimo os postulados do estudioso francês, Michel Foucault (2001, 2008, 2017), bem como, de outros profissionais que tratam dessa temática, desenvolvendo análises a respeito de diferentes discursos que circulam em meio social e de comentadores contemporâneos de Foucault, que em muito contribuíram para a disseminação de seus lúcidos e profícuos estudos; como, Gilles Deleuze (2005), Cleudemar Alves Fernandes (2007, 2012), Maria do Rosário Gregolin (2003), dentre outros. De acordo com Gregolin,

Quando adotamos o ponto de vista da Análise do Discurso, focalizamos os acontecimentos discursivos a partir do pressuposto de que há um real da língua e um real da história, e o trabalho do

analista de discurso é entender a relação entre essas duas ordens, já que o sentido é criado pela relação entre sujeitos históricos e, por isso, a interpretação nasce da relação do homem com a língua e a história (GREGOLIN, 2003, p. 11).

Nesse contexto, a *Memória discursiva* conforme defendida por Pierre Nora (1993, p. 17), “[...] É a memória que dita e a história que escreve” e da *Nova história* como preconiza Michel de Certeau (2002, p. 76), em que, “Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela”, receberão especial relevo.

Sem é claro, descuidar-nos dos polos de resistência que se erigem no embate do patriarcalismo ultrajante, da honra e ciúme ignóbeis, da desvalorização da vida da mulher, da *docilização* e degradação de seu corpo; subjogado e excruciado por torpezas inglórias.

Segundo Foucault (2017, p. 244), “O poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’ enquanto ‘livres’ – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades [...]. Nessa faina, utilizaremos algumas obras de autoras que dedicaram suas vidas e obras no combate à opressão ao feminino, como Hannah Arendt (2009), Simone de Beauvoir (2016) e Virgínia Woolf (2014).

Assim, procuraremos esmiuçar e aclarar, além da latente espetacularização que sobeja as sequências mencionadas, o funcionamento discursivo que as permeia. Enfatizando noções como formação discursiva, arquivo, enunciado e posição sujeito, almejando, dessa forma, analisar as estratégias discursivas e suas implicações em meio social. Também lançaremos luz a questões históricas, jurídicas e sociais que perpetuam determinadas FDs, funcionando como estopins ou legitimadores de condutas truculentas em desfavor da classe feminina em nosso país.

As vicissitudes da causa feminina no Brasil – Pro(re)gressos?

O enunciado “Mulher branca para casar, mulata para fornicar, preta para trabalhar” ditado corrente nos séculos XVIII e XIX

e arrolado por Gilberto Freyre (2003, p. 36) em *Casa Grande e Senzala*, serve como importante indicador de formações discursivas misóginas e sexistas que têm suas bases assentadas no período colonial e que mesmo na contemporaneidade não cessam em embasar novos discursos, reiterando velhos estigmas e preconceitos relacionados a questões de gênero e etnia.

Em um país onde a colonização ocorreu por intermédio da exploração e da tentativa de imposição da cultura, língua e religião eurocêntrica, as relações entre homens e mulheres não poderiam destoar desse preceito. Por mais que houvesse forças de resistência, esses contatos sempre tenderam à dissimetria. É o que explica Marilena Chauí,

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como “cultura senhorial”, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e as simetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência (CHAUÍ, 2000, p. 93).

Quanto a solidificação dessas bases patriarcais e o estabelecimento da família nuclear tal qual a conhecemos hoje, Beauvoir (2016, p. 85) argumenta “Nessa família a mulher é oprimida. O homem, reinando soberanamente, permite-se, entre outros, o capricho sexual: dorme com escravas ou hetairas, é polígamo”. Tal arranjo de poder, alavancado pela estruturação dessa família centrada na figura do macho *provedor e líder do lar*, corrobora uma série de comportamentos e formações discursivas maculadas pela asquerosa supremacia falocêntrica, fomentando situações díspares entre gêneros e episódios extremos de selvageria.

Entretanto, tais situações não fazem menção apenas ao Brasil, ou a outros países forjados nos moldes supracitados. A latente violência contra a mulher, as injustiças e situações às quais as mulheres estão condicionadas habitualmente, além da ultrajante impunidade em

que escarnecem seus algozes, encontram terreno em todas as nações. Em menor ou maior escala, mulheres são espezinhadas, usurpadas e assassinadas pelo simples fato de serem mulheres. É o que afiança Eluf (2007, p. 172) ao discorrer acerca da impunidade: “Não temos uma situação muito inferior ao restante do mundo Ocidental. O patriarcalismo não é exclusividade nossa; por isso, os movimentos feministas têm caráter internacional”.

No Brasil as forças de resistência pela causa feminina ganharam fôlego a partir da década de 1970, impulsionadas em grande parte por movimentos contrários à ditadura militar instituída nesse período. Tais reivindicações orbitavam em torno dos direitos humanos, liberdade política, cultural e de direitos básicos para o público feminino, como por exemplo, a instituição de uma legislação que protegesse mulheres em situação de risco, o que fatidicamente foi conquistado apenas décadas após, a duras penas, pela instituição da Lei nº 11.340/06 (BRASIL, 2006).

Todavia, como já exposto no início desse trabalho, a instituição de uma legislação específica, por mais que tenha se configurado como um grande salto para a conquista da dignidade e emancipação feminina no país, pouco efeito parece ter surtido no estado de Goiás e em outras regiões do Brasil, que continuam se destacando em nível nacional com um alto índice de feminicídios. Diante do exposto, nos questionamos acerca desses *supostos* progressos. Nas palavras de Arendt (2009, p. 40), “O progresso é, certamente, mercadoria mais séria e mais complexa em oferta na feira de superstições de nossa época”.

Do arcaico mito da “Honra banhada em sangue” à formulação de políticas públicas destinadas à mulher

No Brasil colônia, de acordo com a lei portuguesa que vigorava nesse período, cabia ao marido *traído* a desforra de sua honra maculada ao derramar o sangue de sua cônjuge infiel. Todavia, o mesmo não se aplicava a esposa atraçoada pelo adultério de seu parceiro. Apesar de abolido há décadas, tal preceito há anos extirpado

de nossa legislação continua a embasar uma série de discursos misóginos e a alimentar o rol de defesas dos advogados que fazem uso desse engodo outrora corporificado pela tese de “legítima defesa da honra”, com o intuito de balizar as atrocidades cometidas por seus *impolutos* clientes.

Felizmente, desde a década de setenta, a complacência com esses crimes está sendo gradativamente extirpada pelo júri e tendo seus ecos suprimidos por magistrados durante o processo de julgamento do réu. Como discorre Bourdieu (2017, p. 25),

A virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto qualidade do *vir*, *virtus*, questão de honra (*nif*), princípio da conservação e do aumento da honra, mantêm-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual- defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. – que são esperadas de um homem que seja realmente um homem. [...] Sabendo, assim, que o homem e a mulher são vistos como duas variantes, superior e inferior, da mesma fisiologia, compreendemos por que, até o Renascimento, não se dispusesse de terminologia anatômica para descrever em detalhes o sexo da mulher [...].

Na década de quarenta do século XX, o Código Penal passou por uma alteração no que tangia a assassinatos praticados sob forte emoção. A referida reforma modificava algumas diretrizes instituídas em 1890, revogando o perdão dado a homicidas que haviam praticado seus delitos movidos pela “perturbação dos sentidos ou inteligência” (ELUF, 2007, p. 211), ou por *injústa provocação* perpetrada pela vítima. Entretanto, sob essa mesma alegação a pena poderia ser reduzida. Tal enunciado também se mostra bastante contemporâneo, em uma sociedade que culpabiliza a ofendida e relega a ela todos os ônus pela violência sofrida.

Na década de noventa foi aprovada a Lei nº 9.099/95 (BRASIL, 1995), que classificava crimes de agressão em desfavor de mulheres como atos de *menor potencial ofensivo*. Nesse contexto, as vítimas estavam sujeitas a toda sorte de vilipêndios físicos e psíquicos que posteriormente seriam barganhados entre o agressor e a justiça, que aplicava multas, como pagamentos de cestas básicas, àqueles que

havam maltratado e ameaçado de morte suas respectivas companheiras. De acordo com Blay,

Embora a intenção do legislador tenha sido a de agilizar o julgamento destas agressões, através da Lei 9.099, ela acabou por fortalecer o velho preconceito de que estas queixas não podem ser levadas a sério. Argumenta-se que a mulher acaba retirando a queixa contra seu companheiro e se ignora que a vítima simplesmente não tem onde morar, onde abrigar os filhos, como subsistir, além de ter justificado medo da reação do agressor (BLAY, 2008, p. 231).

Apesar da implementação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) na década de 1980 e das incontáveis frentes de resistência, o Brasil passou a contar de fato com uma legislação protetiva em favor de mulheres em situação de vulnerabilidade, em decorrência da violência doméstica apenas em 2006, pela instituição da Lei nº 11.340/06⁴ (BRASIL, 2006), popularmente conhecida como Lei Maria da Penha.

Tal ação foi posta em prática não por colocar em pauta a latente violência sofrida pela classe feminina em nosso país, mas por pressões de ONGs e órgãos internacionais que condenaram o Brasil a tomar uma série de medidas a fim de conter essa nódoa sexista e ultrajante do vilipêndio ao corpo e a moral femininos. Recentemente o assassinato contra mulheres por razões de “gênero” foi incluso no rol de crimes hediondos e tipificado como feminicídio, pela Lei nº 13.104/15⁵ (BRASIL, 2015).

Jornalismo policial-ignominioso ou benemérito?

Em *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*, Maria do Rosário Gregolin (2003, p. 9) reflete que “O assombro banalizou-se”. Tal afirmação nos parece muito clara quando voltamos nosso olhar

4 “Art. I. [...] Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher, da Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher”.

5 Feminicídio - [...] “VI. Contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I- Violência doméstica e familiar; II- Menosprezo ou discriminação à condição de mulher [...]”.

para uma série de notícias e reportagens jornalísticas de cunho policial, largamente propaladas e diariamente consumidas por grandes massas, que, habituadas com tamanho espalhamento que-
dam-se inertes frente ao suplício alheio. Por mais que possam insurgir-se como força de resistência, acabam sucumbindo a um discurso que, pela latente exposição, já lhes parece muito natural. Na sociedade hodierna a espetacularização naturalizou o espanto. Conforme pondera Debord:

O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu *instrumento de unificação*. Enquanto parte da sociedade, o espetáculo concentra todo o olhar e toda a consciência. Por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza não é outra coisa senão a linguagem oficial da separação generalizada (DEBORD, 1996, p. 14, grifo do autor).

De acordo com o código de ética que regulamenta a profissão tem-se que, “Cap. II. Art. 4º. O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração *e pela sua correta divulgação*” (FENAJ, 2007, grifo nosso). Em nossa acepção o termo por nós destacado pode gerar algumas ambiguidades, pois essa *correta divulgação* pode estar relacionada à verdade dos fatos, o que de fato está explícito. Contudo, conforme estará exposto adiante, alguns desses profissionais parecem não ter nenhum conhecimento desses preceitos, promovendo teatralizações épicas em um discurso pseudo-informativo, que de maneira indecorosa e irresponsável conspurca a memória das vítimas, dos entes queridos e amigos que ela deixa. Além de prestar um desserviço à coletividade, ora agindo de maneira omissa no trato com os crimes praticados contra mulheres, ora deturpando os fatos e legitimando condutas violentas e conseqüentemente os discursos que os embasam. E, no mais das vezes, promovendo o índice de acesso ao jornal eletrônico ou a venda dos volumes diários pela manipulação de tragédias horrendas a seu bel prazer.

Entretanto, resta salientar que com este trabalho não tencionamos nos insurgir como arautos da justiça mediante a forte espetacularização disseminada por esses profissionais, tampouco pro-

mover uma perseguição a classe, pois estamos ciosos da qualidade do trabalho e importância do genuíno profissional-jornalista para a sociedade.

Tomaremos de Fernandes suas lúcidas contribuições acerca da noção de dispositivo. Baseado em suas leituras em Foucault, ele sustenta que

O termo dispositivo refere-se a um conjunto heterogêneo que envolve discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas; ou seja, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. [...] O funcionamento do dispositivo, por sua vez, como mostra Foucault (1981), integra as relações de força visando a conduzi-las em certa direção, ou bloqueá-las, estabilizá-las (FERNANDES, 2012, p. 66).

Dessa forma, tentaremos nas análises seguintes mostrar o funcionamento discursivo que permeia duas notícias disseminadas pelo jornal goiano *O popular*, trazendo a lume os mecanismos dispositivos e estratégias discursivas que as circundam.

Tragédia anunciada. Quando compete à vítima o ônus por sua desventura⁶

Quando deixou a cidade de Guapiaçu, município próximo a São José do Rio Preto (SP) com destino a Itapagipe (MG), a jovem Kelly Cadamuro de 22 anos não dimensionava o trágico desenlace que ceifaria sua vida, muito menos a triste exposição *post mortem* que fariam de seu nome e imagem. Para muitos, uma tragédia que poderia ter sido evitada pela *prudência* da vítima.

Enunciados aterradores como “Mas, para que dar carona a um homem o qual ela nunca havia visto antes?”, “Onde estava o juízo dessa moça? Poderia ter evitado tudo isso”, dentre outros, não se materializaram apenas em discursos do senso comum; o jornalis-

6 Notícia disponível em: <<https://www.opopular.com.br/editorias/cidade/homem-afirma-ter-estrangulado-e-arrestado-jovem-morta-durante-carona-1.1385677>> Acesso em: 17 nov. 2017.

mo/policial também tem seu quinhão na perpetuação desses dizeres eivados pelo sexismo reinante. Dizeres que nada mais fazem do que rememorar os estigmas e preconceitos de uma sociedade acometida pela nódoa de um machismo e patriarcado incólumes. Nas palavras de Michel de Certeau (2002, p. 92), “[...] A história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de dar lugar a um futuro”.

Tais enunciados não fazem menção apenas a esse acontecimento; apesar de aflorarem por intermédio dele, pertencem a um substrato muito mais denso e antigo, donde provêm enunciados constitutivos das formações discursivas (FDs) que se repelem e/ou se atraem na arena discursiva. O acontecimento recente funciona como estopim para que enunciados ditos outrora emerjam do arquivo e sejam reformulados.

Lembre-mo-nos que os sentidos e as verdades não são dados *a priori*, são produzidos e valorados por esses processos de retomada, no jogo do já dito. Também, que o meio social interfere imensamente no processo de subjetivação do sujeito, e que por essa instância tais enunciados não são correlatos apenas a jovem Kelly Cadamuro, mas a todas outras mulheres que se colocarem (ou forem postas) em semelhante posição.

Ao refletir acerca do *lugar* do enunciado, Foucault (2008, p. 108) explicita que “É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”. De acordo com Fernandes (2007, p. 19), “Importa o sujeito inserido em uma conjuntura social, tomado em uma conjuntura social, histórica e ideologicamente marcado; um sujeito que não é homogêneo, e sim heterogêneo, constituído por um conjunto de diferentes vozes”.

Em uma notícia divulgada no dia 4 de novembro, o jornal *O popular* inicia a pauta com o seguinte enunciado: “Jovem morta ao dar carona por WhatsApp economizava dinheiro para casamento” (JOVEM..., 2017). Logo abaixo, outro enunciado bastante sugestivo emerge: “morta ao dar carona para um desconhecido”. Nesse ponto, vemos a pujante confluência de dizeres que corporificam vozes já silenciadas e que as ecoam agora, mediante novo acontecimento.

Com isso, nos questionamos: O que se espera de uma moça solteira nos dias de hoje? Quais são os padrões de conduta impostos e aceitos socialmente? É de bom tom, é seguro que uma moça ofereça carona a um homem quando está desacompanhada?

Utilizando-se de um ardiloso discurso, fortemente arraigado socialmente, o jornal materializa a voz do senso comum, legitimando as bases colonialistas arcaicas da família nuclear, onde uma moça de *boa família* jamais deveria se quedar diante da companhia de um homem, desacompanhada. E o pior, como se a moça, no caso a vítima, devesse receber todo o ônus por uma possível violação ou agressão.

Outro enunciado, destacado pelo jornal e baseado na fala de um familiar, corrobora essa valorização do que é próprio, inerente à tradição cristã e familiar e que de certa forma torna a agressão inaceitável: “[...] a jovem era dedicada ao trabalho e fazia economia porque planeja ter filhos e formar família [...]. Segundo ele, ela era muito apegada à família” (JOVEM..., 2017). Mas, e se ao invés de uma *moça de família*, bem educada, de classe média e branca, a vítima fosse negra, lésbica, analfabeta, pobre, moradora de periferia ou prostituta, sua vida teria o mesmo valor?

Segundo o Art. 2º da Lei nº 11.340/06,

Toda mulher, independentemente da classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006).

Todavia, no desenvolvimento da notícia outro enunciado ganha ainda mais lume. De maneira minuciosa, o sujeito-jornalista parece querer instigar a avidez do leitor para mais uma barbárie fresca, que acabara de acontecer. Assim, ele fornece detalhes macabros, que em nada enriquecem o caráter informativo a que se presta o jornal. Pormenores que escancaram a rudeza e a torpeza das agressões, um verdadeiro acinte à memória da vítima e aos sentimentos daqueles a quem ela dedicava afeto: “O corpo de Kelly foi encontrado no dia se-

guinte, seminu, com as mãos amarradas e sinais de estrangulamento, e com a cabeça mergulhada num córrego [...]” (JOVEM..., 2017).

Não satisfeitos com tamanha exposição, no mesmo dia, o jornal divulga outra notícia com o seguinte título: “Homem afirma ter estrangulado e arrastado jovem morta durante carona” (HOMEM..., 2017). Mais uma vez é preciso escancarar a brutalidade do ataque; logo em seguida, para dar mais detalhes acerca da violência perpetrada em desfavor do frágil corpo da vítima, *O popular* cita um trecho divulgado pelo site de notícias G1,

[...] Ele diz que ela reagiu e que houve luta corporal forte. Ela tentou fugir e até chegou a abrir a porta do carro, mas ficou presa pelo cinto de segurança. Após isso, ele a estrangulou, amarrou os braços dela com uma corda que já estava na mochila dele, abandonou o corpo e fugiu com o veículo e os pertences dela (HOMEM..., 2017).

É interessante observar os mecanismos discursivos utilizados, não apenas aqueles que ultrapassam a pura materialidade do texto, sendo atravessados pela história e pelo social. Mas o próprio encadeamento textual, a tessitura narrativa, sequenciada, em forma de *resumo*, como se equivallesse a uma sinopse de filme ou novela, tal mecanismo também funciona como artifício para enredar o leitor. Em outra matéria propalada na mesma data, o jornal esforça-se para mencionar mais alguns detalhes do crime: a partir da suspeita de abuso sexual, *O popular* passa a detalhar a maneira pela qual a jovem foi asfixiada e por quais movimentos perdeu a calça jeans que trajava antes de ter seu corpo covardemente atirado no córrego.

Em nenhuma dessas notícias aparece o vocábulo *feminicídio*. Agindo assim, o jornal não presta nenhum serviço social relevante, nada é mencionado a respeito da legislação, dos direitos femininos, das estratégias de prevenção e denúncia de qualquer forma de violência em desfavor de mulheres. A respeito do assassino, diz-se que já era citado em vários outros boletins policiais, estava foragido e que já possui uma advogada para cuidar de sua defesa. Afinal,

Se o crime é um dano social, se o criminoso é o inimigo da sociedade, como a lei penal deve tratar esse criminoso ou deve reagir a

esse crime? Se o crime é uma perturbação para a sociedade; [...] A lei penal deve apenas permitir a reparação da perturbação causada à sociedade. A lei penal deve ser feita de tal maneira que o dano causado pelo indivíduo à sociedade seja apagado; se isso não for possível, é preciso que o dano não possa mais ser recomeçado pelo indivíduo em questão ou por outro. A lei penal deve reparar o mal ou impedir que males semelhantes possam ser cometidos contra o corpo social (FOUCAULT, 2013, p. 83).

A violência é naturalizada, assim como o descrédito da instituição policial que não foi eficiente para mantê-lo atrás das grades pagando por seus delitos progressos e que provavelmente falhará ao puni-lo por ter assassinado uma mulher, já que esta, aparentemente, *poderia ter evitado a própria morte*.

Paixão juvenil? Ou monstrosidade hedionda?

“Ciúmes, dominação e relações de poder, disfarçados em amor, pretendem justificar os comportamentos fatais” (BLAY, 2008, p. 213). A tríade mencionada pela referida autora fez mais uma vítima fatal no estado de Goiás. Dessa vez, Raphaella Novinski, uma jovem de apenas 16 anos que assistia aula em uma escola pública na cidade de Alexânia, foi atingida por uma série de disparos de arma de fogo que acabaram lhe ferindo mortalmente.

O acusado Misael Pereira, de 19 anos, gozava de certa reputação entre seus pares, que o consideravam um *bom rapaz* antes que se afigurasse o desenlace fatal. O crime, segundo a delegada que apurou o caso, foi planejado e executado com requintes de crueldade. Ainda de acordo com ela o indiciado *pode ter agido passionadamente*: “[...] Há indícios de crime passional” (SUSPEITO..., 2017).

Nesse enunciado recortado pelo jornal, vê-se a criação de suspeita em uma questão que está explícita. Misael destitui de Raphaella seu direito à vida por motivos passionais, oriundo não de um sentimento terno e calmo, mas de um turbilhão de ressentimento, ódio e ciúmes. O jornal, de maneira irresponsável, recorta uma fala de uma autoridade policial e de maneira descuidada perpetua a velha premissa: da morte motivada por amor. Rememoremos a lúcida

colocação de Eluf (2007, p. 156) acerca da noção de passionalidade em crimes de sangue: “Paixão não é sinônimo de amor. Pode decorrer do amor e, então, será doce e terna, apesar de intensa e perturbadora; mas a paixão também resulta do sofrimento, de uma grande mágoa, da cólera.

Em outro enunciado, “Jovem que matou garota com 11 tiros no rosto [...]” (SUSPEITO..., 2017), o sujeito- jornalista, empedernido mediante tamanha tragédia, outorga ares teatrais a um suplício concatenado em desfavor de uma vítima ainda menor de idade, ferindo assim um preceito definido pelo código de ética que regulamenta a profissão de jornalista: o de “Respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e a imagem do cidadão” (FENAJ, 2007). Neste e em outros enunciados relativos à cobertura do caso, feita pelo jornal *O popular*, “valoriza-se” o caráter sanguinário do assassinato, sua barbárie e a impossibilidade de defesa por parte da vítima. Conforme preconiza Deleuze (2005, p. 62), “Começamos pelos enunciados: eles nunca estão ocultos, e no entanto não são diretamente legíveis, sequer dizíveis”.

Por tratar-se de uma instituição de prestígio e estima social, o discurso do jornalista concentra um *status* de indubitável verdade, sob sua pena são instados fatos e partejadas verdades. Para Albuquerque Júnior (2013, p. 26), “[...] Documento não diz nada que não seja através de uma outra voz, a voz de quem os consulta, os lê, os analisa, os recorta, os atribui sentido e significado”. Assim, “A função autor é portanto característica de modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade (FOUCAULT, 2001, p. 247).

Todavia, quando não cômicos dessa influência no inculcamento de padrões e comportamentos de gênero, tais profissionais acabam ferindo não apenas a diretriz magna que regimenta a profissão, mas, sobretudo, as regras mais elementares de ética e respeito que deveriam nortear qualquer relação humana, prestando um desserviço à coletividade e representando um retrocesso a todos os avanços angariados no campo dos direitos humanos no que tange à vida e proteção das mulheres.

O assassinato de Raphaella Novinski reativa uma memória coletiva gregária, não apenas no que tange à prática do feminicídio em si, largamente escancarada nos noticiários diários, mas também por sua ligação com episódios semelhantes em contextos de emergência/produção muito próximos. A idade da vítima, sua condição financeira, suas relações sociais e familiares fazem um retrospecto com o caso Eloá Pimentel, jovem de Santo André (SP), sequestrada e covardemente exterminada por seu então namorado Lindemberg Alves em 2008. Outra triste e curiosa similitude diz respeito à profissão de seus pais, ambos pertencentes à classe militar.

Para Nora (1993, p. 27), “[...] O lugar da memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”. O acontecimento em Alexânia também estabelece elos com outros acontecimentos por intermédio dessa memória múltipla e rica em sentidos e dos mecanismos discursivos.

Considerações finais

À guisa de uma conclusão, reverberamos o caráter patriarcal e o machismo vociferante que ainda ecoa entre nós, a nódoa do totalitarismo falocêntrico que eiva de misoginia e sexismo, discursos que deveriam estar isentos de tais intempéries, como o jornalístico. Salientamos a importância dos mecanismos da Análise de Discurso que encontram em Michel Foucault aporte teórico necessário para as análises que se arrolaram neste trabalho, e reiteramos a necessidade de trazer a lume questões relacionadas a gênero e às violências e coações delas oriundas.

Sobretudo, reforçamos a urgência na (re)formulação de políticas públicas que se destinem à proteção de mulheres, não apenas em âmbito doméstico, mas em todas as esferas sociais. Coibindo situações de vulnerabilidade e risco à dignidade de todas as brasileiras, essencialmente as mulheres goianas, imersas em uma aura ainda muito colonialista no que tange à sua representação em meio social.

Por se colocarem como um discurso de *verdade*, os jornais são inegavelmente grandes produtores de identidade e subjetividade em nossa sociedade. Assim, majoritariamente, o jornal *O Popular* age a condensar e perpetuar formações discursivas misóginas e sexistas, donatárias de uma cultura patriarcalista, legitimando condutas atroz, em um discurso que não quer calar: o discurso da impunidade ao feminicídio e do menosprezo à mulher. Afinal, quem somos nós?

Referências

Livros e artigos

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. **Art Cultura**, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, 2013.

ALCÂNTARA, J. C. Goiás mata mulheres. **Polícia Civil do Estado de Goiás**, 11 mar. 2016. Disponível em: <http://www.policiacivil.go.gov.br/artigos/goias-mata-mulheres.html>. Acesso em: 12 maio 2016.

ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Tradução: André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BLAY, E. A. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica**. 5. ed. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 31-119.

CHAUÍ, M. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução: Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

ELUF, Luisa Nagib. **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres de Pontes Visgheiro a Pimenta Neves**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: Reflexões introdutórias**. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERNANDES, C. A. **Discurso e Sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, M. O que é um autor? *In*: MOTTA, Manoel Barros da. (org.). **Estética: Literatura e pintura, música e cinema**. Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (Ditos e Escritos, p. 89, 118).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...**: um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault. 2. ed. Tradução: Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 5. ed. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2017.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GREGOLIN, M. R. (org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

LAKATOS, E.M. MARCONI, M de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. Tradução: Bia Nunes de Souza. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Códigos e legislações específicas

FENAJ. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Sancionado em: 4 de agosto de 2007. Vitória, ES. Disponível em: http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 3 jul 2017.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 set. 1995. p. 15033. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. [Lei Maria da Penha]. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006. p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 3 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 46, 10 mar. 2015. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: 3 jul 2017.

Notícias em meio eletrônico (Anexos)

HOMEM afirma ter estrangulado e arrastado jovem morta durante carona. **O Popular**, 4 nov. 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/homem-afirma-ter-estrangulado-e-arrastado-jovem-morta-durante-carona-1.1385677>. Acesso em: 20 nov. 2020.

JOVEM morta ao dar carona por WhatsApp economizava dinheiro para casamento. **O Popular**, 4 nov. 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/jovem-morta-ao-dar-carona-por-whatsapp-economizava-dinheiro-para-casamento-1.1385689>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SUSPEITO de matar estudante em Alexânia tem prisão preventiva decretada. **O Popular**, 7 nov. 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/editorias/cidade/assassino-de-raphaella-noviski-d%C3%A1-detalhes-do-crime-%C3%A0-delegada-veja-v%C3%ADdeo-1.1387555>. Acesso em: 17 nov. 2017.

11

Thaís Aparecida Zorzela



Corpos na rua, movimentos e(m) tensão

Thaís Aparecida Zorzela¹

Um jogo de imbricações

Em *Cidade dos Sentidos*, Orlandi (2004, p. 11) abre suas discussões afirmando que “todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade”. Ao tomar o espaço significativo, em concordância com a autora, busco, neste texto, questionar contradições que atravessam a rua enquanto espaço público, considerando o modo como ela significa e para quais sujeitos significa na reportagem “Rua, direito de quem?”² (NOMURA; SANCHES, 2019). No material, Matheus, homem negro, Amanda, mulher cisgênera, e Raffaella, travesti, compartilham violências sofridas no espaço urbano da região de Londrina, violências essas estruturantes da sociedade: racismo, assédio e transfobia. Como “o juridismo preside as relações interpessoais em geral” (LAGAZZI, 1988, p. 89), as questões se abrem para as formas de inscrição e socialização de indivíduos interpelados em sujeitos, o que faz com que as tensões e contradições se instalem nas relações marcadas pelo aparelho jurídico. São disputas atravessadas por questões de raça e gênero em intersecção com questões de classe, uma relação constitutiva que se marca no Brasil.

Parto da noção de imbricação material, formulada e trabalhada por Lagazzi (2009), assumindo a incompletude constitutiva de cada

1 Doutoranda em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, pesquisadora bolsista da CAPES e integrante dos grupos: “O discurso nas fronteiras do social: diferentes materialidades significantes e tecnologias de linguagem” e “Linguagem e cinema: o gesto em foco”. E-mail: tzorzela@gmail.com.

2 Produzida pelos jornalistas Bruno Nomura e Mariana Sanches, a reportagem recebeu menção honrosa no projeto Globo Lab Profissão Repórter 2019.

materialidade, cujos processos de historicização são próprios e se diferem daqueles da língua. O recorte que aqui estabeleço se constitui pela regularidade de corpos que significam no espaço público da rua, produzindo efeitos de sentido: sujeitos que se colocam e significam no cotidiano em movimento (d)e tensão.

Ao assumir um posicionamento materialista do discurso, é importante frisar que

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...] todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de derivas possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

Além disso, vale dizer, a contradição é própria de sua constituição enquanto ferramenta teórico-analítica. Dessa forma, segundo Pêcheux (2014, p. 197) “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas”. Considero, conforme Orlandi (2004, p. 49), que “se a cidade é um lugar de interpretação com sua particularidade significativa, a rua é estruturante no imaginário em que a cidade significa: via pública, calçadas, passantes. Lugar do público, ‘lugar do comum’”. Procuo, então, transitar por esse movimento que se constitui no real da cidade, espaço significativo em que se investem sujeitos, sentidos e memória. O espaço urbano significa em sua própria materialidade, relacionando-se com os sujeitos em um aspecto político que opera no simbólico, em que “se cruzam relações de poder” (ORLANDI, 2004, p. 81). Inscrito no cotidiano, o corpo é deslocado para o social e passa a ter relação com o espaço, imbricação em que há sempre lugar para o movimento. Trago, neste gesto de análise, corpos interpelados pelas questões de gênero, raça e classe, corpos que estão à margem em um jogo de contradição que existe no social como mediador dos processos discursivos do/no espaço público da rua.

Rua para que(m)?

Em “Rua, direito de quem?” (NOMURA; SANCHES, 2019), gênero, raça e classe se colocam nos modos de compreensão dos processos de identificação dos sujeitos em suas relações com o espaço público da rua. As câmeras acompanham seus trajetos: Matheus na zona norte de Londrina, região periférica e marginalizada da cidade, Amanda no centro de Ibiporã, região metropolitana de Londrina, e Raffaella nos arredores da Leste-Oeste, como é popularmente conhecido o conjunto de ruas que liga a cidade de Londrina da região leste até a oeste, principal ponto de prostituição de travestis na cidade.

Na reportagem, o direito de circulação pelo espaço público não se dá de maneira igual para todos: organizada pelo Estado, a cidade traça as demarcações dos lugares do sujeito no espaço urbano. Como afirma Ferraça,

A injunção do poder público na configuração geográfica delimita trânsito e espaços, interferindo na relação dos sujeitos com a cidade, com os locais em que moram e pelos locais em que transitam; organizar a cidade é organizar os corpos, é definir percursos de passagens e lugares a serem ocupados (FERRAÇA, 2019, p. 32).

Diante dessa afirmação, pergunto: quais efeitos de sentido são produzidos pelo enlaçamento de corpos específicos – um corpo-homem-negro, um corpo-mulher-cis e um corpo-mulher-travesti - ao espaço urbano? Como propõem Orlandi (1984) e Lagazzi (2009), estabeleço marcas no material para observar o funcionamento discursivo das diferentes materialidades que nele operam a fim de destacar relações entre elementos significantes. Observo, assim, sujeitos afetados pela história e pela memória na relação que se constitui entre corpo, voz e espaço urbano no trabalho com a prática analítica de objetos simbólicos na imbricação de diferentes materialidades que

se relacionam na contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra. Ou seja, a imbricação material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes for-

mas materiais. Na remissão de uma materialidade a outra, a não-saturação funcionando na interpretação permite que novos sentidos sejam reclamados, num movimento de constante demanda (LAGAZZI, 2009, p. 2).

A relação corpo-rua se textualiza na primeira sequência discursiva que recorto (**SD1**): Matheus, homem negro, está no bairro em que mora, localizado na zona norte de Londrina, durante o dia; Raffaella, travesti, está nos arredores da Leste-Oeste, área conhecida como principal ponto de prostituição de travestis em Londrina, onde trabalha, durante a noite; Amanda, mulher cisgênera, durante o dia, está no bairro onde mora, Ibiporã, região metropolitana de Londrina. Imbricam-se, assim, vozes, corpos representados em imagens e espaço urbano. O questionamento que se textualiza no conjunto de *frames* abaixo e nomeia a reportagem – Rua, direito de quem? – se configura enquanto uma pergunta já colocada e desliza parafrasticamente a perguntas outras: quem pode transitar pela rua? Quem pode trabalhar na rua? Quem pode ocupar a rua? Não se trata de uma rua qualquer, nem de um corpo qualquer. A relação cotidiana dos sujeitos com os espaços em que moram, transitam e trabalham escapa de um efeito de evidência e de naturalidade, como coloca Rodríguez-Alcalá (2014).

SD1

Conjunto de *frames* 1: Matheus, Raffaella e Amanda



Abaixo, seguem as sequências discursivas (**SD2**, **SD3** e **SD4**) que dão voz aos sujeitos no momento em que os *frames* se configuram conforme a **SD1**.

SD2

“Só por ser **você**, **você** não é livre. **Você** tem que tomar cuidado. **Você** não pode escolher o mesmo caminho que todo mundo” (Matheus, homem negro).

SD3

“Se torna uma obrigação **a gente** ir pra rua, né?! Porque se **a gente** não for pra rua, **a gente** não come, **a gente** não dorme” (Raffaela, travesti).

SD4

“Meu, só **quero** andar na rua” (Amanda, mulher cisgênera).

Os pronomes e a locução pronominal em destaque colocam em jogo os lugares de onde falam esses sujeitos: a quem “**você**” (SD2), “**a gente**” (SD3) e “eu”, implícito no uso do verbo querer em primeira pessoa (“**quero**”) (SD4), se referem? Quais sentidos são mobilizados na relação entre sujeitos e espaço (em) que significam?

Ao propor uma análise histórico-discursiva do termo “rua” nos dicionários de Língua Portuguesa, Nunes (2001) promove a observação de alguns aspectos acerca do modo de constituição da cidade por meio de práticas significantes. O autor frisa que, atualmente, o verbete engloba um leque de noções que significam a fusão do espacial e do social juntamente com as contradições que atravessam o espaço público. Para Nunes (2001), a partir desse gesto de descrição e interpretação dos dicionários de Bluteau (1712), Moraes (1789), Aulete (1881), Freire (1954) e Holanda (1975), os sentidos passam a se movimentar entre o espaço público – rua – e o privado – casa, trabalho etc. A rua, desse modo, é concebida como lugar de conflitos e tensões em que o corpo social é afetado por movimentos (d)e contradições.

Marcadas pelo juridismo, as relações sociais se constituem na tensão (LAGAZZI, 1988). Para Gallo (2019, p. 64), essa noção “recobre uma região de sentidos contraditórios, completamente determinados pelo discurso da oralidade. Uma região em que se definem os efeitos de sentido de justiça, de direitos e deveres, na materialidade histórica do cotidiano”. Trago, para início de reflexão, a definição mais atual do verbete “rua” trabalhada por Nunes (2001) em: *O espaço urbano: a “rua” e o sentido público.*

Rua [Do lat. *ruga*, ‘*ruga*’, posteriormente ‘*sulco*, *caminho*’] S.f. 1. Via pública para circulação urbana, total ou parcialmente ladeada de casas. 2. p. ext. Numa cidade, vila, etc., qualquer logradouro público ou outro lugar que não seja casa de residência, local de trabalho, etc. (HOLANDA, 1975 *apud* NUNES, 2001, p. 105).

O texto de Holanda (1975) trazido por Nunes (2001, p. 105) define, em um primeiro momento, a rua como “via pública para circulação urbana”. Retomo, neste momento, a citação de Orlandi (2004, p. 49), em que a autora afirma que “a rua é estruturante no imaginário em que a cidade significa: via pública, calçadas, passantes. Lugar do público, ‘lugar do comum’” e questiono: se a rua se constitui enquanto lugar público, com propósito de circulação de sujeitos, que possuem desejos, direitos e deveres garantidos pelo Estado, por que Matheus, homem negro, não é livre para caminhar pela rua? Quais cuidados ele deve tomar? Por que não pode “escolher o mesmo caminho que todo mundo”? (SD2). Amanda, mulher cisgênera, ao afirmar que apenas quer andar na rua (SD4), reclama quais sentidos? Para Raffaella, travesti, ir para a rua se torna uma obrigação porque, se não for para a rua, não come e não dorme (SD3). Quais sentidos operam nessa afirmação, considerando que, no dicionário de Holanda (1975 *apud* NUNES, 2001, p. 105), rua é “qualquer logradouro público ou outro lugar que não seja casa de residência, local de trabalho, etc.”?

As sequências discursivas a seguir (SD5, SD6 e SD7) trazem relatos de violências sofridas por Matheus, Amanda e Raffaella. Os destaques dos textos se colocam a fim de pensar seu funcionamento na imbricação sujeito-espaco em relação ao movimento que opera nos sentidos de público e de privado, como compreendo, também, no conjunto de *frames* que compõem a SD8.

SD5

“A **minha casa** é uma descida assim. Eu tava três casas pra cima da **minha**. Aí um carro... tipo, um carro começou a parar atrás de mim devagar, aí quando eu fui olhar a terceira, o carro já tava assim do meu lado e falou: ‘que que cê ta olhando aí?’. Tipo assim, aí eu já falei: ‘meu Deus!’. Aí ele perguntou **quem que eu era, onde que eu tava**, daí ele perguntou **onde é minha casa**. Aí eu

falei: ‘ali embaixo’. Daí tipo, ele falou: ‘então desce aí que a gente vai acompanhar você’. Aí foi nessa que, tipo, o passageiro assim na frente pegou a arma e apontou pra mim, ficou apontando pra mim como se, tipo, fosse nada, sabe?” (Matheus, homem negro).

SD6

“**Eu tava saindo da feira** num domingo de manhã... é... um rapaz me seguiu de moto. Sabia que eu tava me sentindo, né... dava pra saber pela minha linguagem corporal que eu tava desconfortável e ele ficou do meu lado o tempo todo. **Eu não conseguia mudar de caminho pra conseguir fugir**. Comecei a correr e daí eu **consegui entrar na minha casa**” (Amanda, mulher cisgênera).

SD7

“No dia que teve o segundo turno, né, em menos de 10 minutos passou mais de cinco carros ameaçando a gente, chamando a gente de aberração, falando que agora que o ‘mito’, Bolsonaro, ganhou **a gente não ia mais ficar na rua**, que a gente ia ser todas exterminadas. [...] **A gente anda durante o dia, né? Porque muita gente acha que a gente é vampira, a gente só vive durante a noite, só que a gente come, a gente vai no mercado, a gente vai na padaria**” (Raffaella, travesti).
(NOMURA; SANCHES, 2019)

SD8

Conjunto de frames 2: Matheus, Amanda e Raffaella



Os corpos, que significam em sua relação com a rua, na formulação visual da **SD8**, estão em movimento, andando, durante o dia, pelos espaços em que sofreram formas de violências: zona norte de Londrina, feira, no centro de Ibiporã, e arredores da Leste-Oeste, em Londrina. Posicionada de costas para a câmera, Raffaella, que transita durante o dia pelas ruas em que trabalha à noite, causa estranhamento em outras pessoas que circulam pelo mesmo espaço: seu corpo está na região da cidade em que se espera que esteja – a Leste-Oeste, principal ponto de prostituição de travestis em

Londrina –, mas durante o dia, e não durante a noite. Como é significado o corpo-mulher-travesti na Leste-Oeste, considerando a rua um espaço estruturante no imaginário de significação da cidade? Os sentidos deslizam entre a circulação cotidiana no espaço público, que promove um estranhamento do corpo – **“A gente anda durante o dia, né? Porque muita gente acha que a gente é vampira, a gente só vive durante a noite, só que a gente come, a gente vai no mercado, a gente vai na padaria”** (SD7) – e a circulação de um corpo-trabalho, um corpo ameaçado, um corpo que **“não ia mais ficar na rua”** (SD7). A passagem de Matheus pela rua de sua casa, à noite, escapa do esperado: um corpo negro que circula à noite pelo espaço público é “um corpo visto a ser contido” (MODESTO, 2019, p. 132), um corpo a ser questionado – “ele perguntou **quem** que eu era, **onde** que eu tava, daí ele perguntou **onde é minha casa**”; um corpo a ser acompanhado por uma viatura e policiais armados até a sua casa, espaço privado (SD5). A violência promovida pelo Estado é representada pela força policial, uma violência que se faz sobre um corpo-homem-negro que transita pelo bairro onde mora – uma região periférica e marginalizada da cidade de Londrina. O efeito de posse marcado pelo uso do pronome possessivo **“minha”**, que antecede o substantivo **“casa”** (SD5), significa nesse movimento entre um corpo que transita pelo espaço público da rua e que busca chegar ao espaço privado, ao espaço seguro – sua casa. Um corpo lido como agente de ameaça, mas que é ameaçado pela polícia. Tem-se, ainda, um corpo-mulher-cis, de Amanda, que, transitando por espaços públicos – **“saindo da feira num domingo de manhã”** (SD6) – passa a ser visto como uma extensão desses sentidos públicos que operam no urbano – **“um rapaz me seguiu de moto. Sabia que eu tava me sentindo, né... dava pra saber pela minha linguagem corporal que eu tava desconfortável e ele ficou do meu lado o tempo todo. Eu não conseguia mudar de caminho pra conseguir fugir”** (SD6) – até chegar à segurança de sua casa – **“Comecei a correr e daí eu consegui entrar na minha casa”** (SD6). Uma tensão que se instala entre o corpo que transita pela rua, lido como público, e o mesmo corpo que se resguarda em segurança no espaço privado, a casa.

As violências acima narradas – e também mostradas, como em 3’02”, 3’14” e 3’22” da reportagem – partem de sujeitos que passam pelo espaço público em veículos, carros (SD5 e SD7) e moto (SD6), e invadem o sentido privado do corpo: o policial dentro da viatura que aponta a arma para Matheus, o motociclista que segue Amanda e os motoristas e passageiros dos carros que ofendem Raffaella fazem irromper a tensão nos sentidos da/na rua, um espaço público de passagem de pessoas. Seus corpos são impedidos e não exercem o direito de livre circulação, movimentando os sentidos de público e privado em diferentes materialidades. São, assim, corpos que se inscrevem no espaço urbano pelo movimento das relações de poder em que se colocam fronteiras na circulação cotidiana de sujeitos. Desse modo,

O processo político-histórico-ideológico que rege espaços e sujeitos pelo traçado urbano deixa suas marcas na cidade, cravando cicatrizes que a significam pela memória, produzindo sentidos para ao sujeito na relação que estabelece com o espaço em que vive, no qual trafega, no qual trabalha (FERRAÇA, 2019, p. 42).

Nessa relação de forças e disputas, a rua significa de modo específico para esses sujeitos. O espaço público de circulação é espaço de violência, mas não é uma violência que se aplica para todos, ela é direcionada para corpos específicos: corpo-homem-negro, corpo-mulher-cis, corpo-mulher-travesti. Essa violência coloca em evidência a hierarquia de poder entre as relações, que se constitui enquanto “uma hierarquia de *autoridade*, constitutiva do próprio Estado” (LAGAZZI, 1988, p. 21). Desse modo, o juridismo se inscreve nas relações, que são marcadas pela tensão e pela disputa, estruturadas pelas relações que circulam entre os processos identitários em que perpassam gênero, classe e raça, que se relacionam com os lugares em que sujeitos podem/devem morar, transitar e trabalhar (FERRAÇA, 2019).

Transitar, ocupar e resistir

Na imbricação das materialidades que compõem a reportagem, corpo e voz, enlaçados, produzem e reclamam sentidos, e a linguagem se manifesta enquanto lugar de luta do sujeito (LAGAZZI, 1988). Em “Rua, direito de quem?” (NOMURA; SANCHES, 2019) há um movimento entre os sentidos de público e privado, acompanhado, também, pelo corpo. Na rua, o corpo-homem-negro, o corpo mulher-cis e o corpo-mulher-travesti passam a ser vistos como públicos: um corpo interditado, um corpo assediado e um corpo insultado. Nessa “ilusão da igualdade jurídica” (MODESTO, 2019, p. 131), ocorre a textualização do conflito, da tensão irrompida entre o público e o privado. Nesse sentido, não há garantias de que determinados sujeitos possam circular livremente pela rua, espaço público, porque há uma “diferença constitutiva do social que significa lugares e sujeitos” (CHAVES, 2017, p. 184). Cabe, então, aos sujeitos o espaço da denúncia, o espaço da resistência.

SD9

“Quando eu tô andando, sempre parece que pressinto que vai acontecer alguma coisa. Sempre. Então sempre que eu tô à noite eu tenho que ficar ligeiro, tipo se tem um carro eu já fico de olho assim. [...] A gente que é preto valoriza muito isso, tipo uma comunidade, sabe? Negro lutando um pelo outro. [...] É muito raro um jovem negro assim que sofre enquadrado, tipo assim de noite, essas coisas, não apanhar, não ser tratado grossamente. [...] É um fato você ser preto no Brasil, negro no Brasil, você vai... pode ser abordado a qualquer momento, ser injustiçado, pagar alguma coisa que você não deve” (Matheus, homem negro).

SD10

“A primeira vez que eu fui assediada? Provavelmente lá pelos 10, 12, né? **Seu corpo começa a crescer, os homens já te endentem como mulher, e você começa a entender como que vai ser sua relação com o mundo, como seu corpo é entendido como público.** Meu medo não é que alguém roube minha bolsa, roube minha carteira. **Meu medo é ser violentada, medo que alguém me bata, medo que alguém me estupe.** E é o básico, né? **Eu só queria andar na rua, só queria comprar um pão de manhã sem me preocupar com isso.** Todos os dias a gente se veste de

um jeito específico, pra se sentir mais segura, a gente se comporta de um jeito pra que a gente se sinta mais segura, e isso vai minando tudo que cê vai fazer” (Amanda, mulher cisgênera). (NOMURA; SANCHES, 2019)

Segundo Modesto (2019, p. 130), “qualquer elevação na espessura vocal que faça a voz humana se destacar naquilo que tem a gritar, naquilo que tem a clamar e denunciar, pode ser considerado um grito de denúncia”. Na reportagem “Rua, direito de quem?” (NOMURA; SANCHES, 2019), marcados pela contradição, os corpos ali textualizados em imagem promovem ranhuras no social, e suas vozes se intensificam prosodicamente ao denunciarem as violências sofridas no espaço público em: **“sempre” (SD9)** e **“medo que alguém me bata, medo que alguém me estupe” (SD10)**. Para Louro (2016, p. 85), “é no corpo e através do corpo que os processos de afirmação ou transgressão das normas regulatórias se realizam e se expressam. Assim, os corpos são marcados social, simbólica e materialmente – pelo próprio sujeito e pelos outros”. No corpo, marcam-se, também, relações de poder a partir do movimento inclusão-exclusão no/do espaço público. Quais condições de produção permitem que Matheus, homem negro, denuncie, conforme a SD9, que: **“É um fato você ser preto no Brasil, negro no Brasil, você vai... pode ser abordado a qualquer momento, ser injustiçado, pagar alguma coisa que você não deve”**? De onde/quem vem a violência sobre esse corpo que é reiterado preto e negro e marcado, especificamente, no Brasil? Quais sentidos perpassam o modo como o corpo-mulher-cis é interpretado? Como ele é significado ao transitar pelo espaço público? Como essa significação tem como efeito o medo da invasão do corpo, que é privado, em: **“Meu medo é ser violentada, medo que alguém me bata, medo que alguém me estupe” (SD 10)**? Trata-se de um corpo-mulher-cis que denuncia violências sofridas e que coloca seu desejo de desempenhar atividades cotidianas: **“Eu só queria andar na rua, só queria comprar um pão de manhã sem me preocupar com isso” (SD10)**. Há, desse modo, conforme Ferraça,

uma partilha histórico-ideológica que distingue pelo sexo, pela cor da pele, pela classe social quem pode ou não estar na rua, que horas é possível estar na rua, o que é permitido ou aceitável que se faça no espaço público. Assim como o seu oposto, a casa se constitui imaginariamente como o lugar da reclusão, do privado, do íntimo (FERRAÇA, 2019, p. 160).

A casa, em “Rua, direito de quem?” (NOMURA; SANCHES, 2019), é, ainda, lugar da segurança e da proteção (**SD5** e **SD6**). As denúncias aqui inscritas se constituem enquanto modos de resistência simbólica, resistência essa de sujeitos que estão à margem, que reclamam sentidos que deslizam nas violências afetadas pelo recorte de raça, classe e gênero, que estrutura as relações sociais, causando alarde se um jovem negro circula pela rua à noite. São sentidos que deslizam, também, sobre o corpo-mulher-cis que passeia pela feira e vai para sua casa em um trajeto em que seu corpo é significado como público; sentidos que atravessam o corpo-mulher-vesti que transita pela rua durante o dia ou nela trabalha durante a noite. Como afirma França (2017, p. 89), é preciso “se dar conta das diferentes formas de opressão e de exclusão”. Em “Rua, direito de quem?” (NOMURA; SANCHES, 2019), estão inscritas violências fronteiriças como formas de opressões gendradas e racializadas (FRANÇA, 2017), constitutivas das relações sociais que se fazem no espaço urbano brasileiro.

Constitui-se, assim, o social marcado por contradições nas/pelas relações entre sujeitos e espaço público, afetados pelo juridismo, pelos sentidos que escapam e se movimentam entre público e privado. Corpos que significam à margem, buscando maneiras de significar pela resistência. O que legitima o liame entre sujeitos e espaços? Por onde podem ou não circular? Por quê? Questionar e historicizar esses sentidos a partir das divisões implica “gendrar, racializar e queerizar” (FRANÇA, 2017, p. 96). O sujeito-de-direito se constitui como cidadão detentor de direitos e deveres, e Matheus, Amanda e Raffaella, em seus processos de identificação, marcados por corpos atravessados e que significam em uma relação imbricada ao espaço público, ao transitarem, trabalharem e ocuparem o espaço da rua ocupam lugares de resistência.

SD11

[Risos] **a rua é nossa! Território conquistado com muito andamento de salto**, correndo de polícia de salto, subir em árvore de salto. **Primeiro fomos obrigadas a ir e agora a gente ocupou esse espaço, né? Um território nosso.** Então cuidado com **as esquinas das travestis**, hein?! [Risos] (Raffaela, travesti). (NOMURA; SANCHES, 2019)

Na relação espaço-corpo, existe uma já significação dos dois elementos. O corpo-mulher-travesti transita e ocupa um lugar urbano que é já significado como lugar de prostituição de travestis na cidade de Londrina. Amalgamado em um primeiro momento ao efeito de obrigação (SD11), o espaço da rua é ressignificado. Espera-se sob um efeito de obrigação que esse corpo específico esteja em uma rua específica em um horário específico para desempenhar uma atividade específica: **“Primeiro fomos obrigadas a ir” (SD11)**, “se torna uma obrigação **a gente** ir pra rua, né?! Porque se **a gente** não for pra rua **a gente** não come, **a gente** não dorme” (SD3). O espaço público, de trânsito obrigatório, ao ser ocupado pelo corpo, é ressignificado por um efeito de pertencimento e permanência: **“a rua é nossa!”**, **“um território nosso”**, **“as esquinas das travestis” (SD11)**. Constitui-se um espaço que escapa das garantias do Estado, um **“Território conquistado com muito andamento de salto**, correndo de polícia de salto, subir em árvore de salto” (SD11).

Na busca de um encerramento ou, conforme a teorização de Gallo (1992, 2008), um efeito de fecho, encontro uma marca significativa dos corpos que se textualizam no conjunto de *frames* a seguir: o riso.

SD12

Conjunto de *frames* 3: Matheus, Amanda e Raffaela



Ao tirar a máscara alegre (BAKHTIN, 1993), o riso coloca em evidência seu papel social, assinalando “no exterior da vida social, as revoltas da superfície. Ele desenha instantaneamente a forma momentânea desses abalos. É também uma espuma salgada” (BERGSON, 1983, p. 94). Considero, assim, o riso, que nasce como uma espuma salgada e que assinala as revoltas no exterior do social, uma prática de resistência simbólica (PÊCHEUX, 1990, 2014). Para o autor, a resistência e a revolta são “vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio” (PÊCHEUX, 2014, p. 278). Processo simbólico e de linguagem, a resistência, em um ritual que não existe “sem falha, desmaio ou rachadura” (PÊCHEUX, 1990, p. 17), se constitui enquanto transgressão de fronteiras nas práticas cotidianas³. A resistência do corpo-homem-negro, do corpo-mulher-cis e do corpo-mulher-travesti se coloca, também, no riso que nasce em meio aos sentidos em tensão, ao transitarem por espaços e ocupá-los na disputa e na negação.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução: Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1993.

BERGSON, Henri. **O Riso**: ensaio sobre a significação do cômico. 2.ed. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CHAVES, Tyara Veriato. Vadiagens, mulheres e rua: quando a memória perde o trajeto e quando eles se cruzam no meio da rua. In: FERRARI, Ana Josefina; ZOPPI-FONTANA, Mônica G. (org.). **Mulheres em Discurso**: gênero, linguagem e ideologia. Campinas: Pontes, 2017. p. 171-188. v. 1.

3 Para Pêcheux (1990, p. 17), são práticas de resistência: “não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo; falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar; desviar; alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras da sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras”.

FERRAÇA, Mirielly. **“(R)existir” no Jardim Itatinga: laços entre sujeitos e espaço urbano.** Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

FRANÇA, Gloria. Por lentes de gênero e raça: análise de discursos sobre uma brasilianidade. In: FERRARI, Ana Josefina; ZOPPI-FONTANA, Mónica G. (org.). **Mulheres em Discurso: identificações de gênero e práticas de resistência.** Campinas: Pontes, 2017. p. 81-98. v. 2.

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino.** Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

GALLO, Solange Leda. **Como o texto se produz: uma perspectiva discursiva.** Blumenau: Nova Letra, 2008.

GALLO, Solange Leda. O juridismo e o desafio de dizer diferente. In: ADORNO, G.; MODESTO, R.; FERRAÇA, M.; BENAYON, F.; ANJOS, L.; OSTHUES, R. (org.). **O Discurso nas Fronteiras do Social: uma homenagem à Suzy Lagazzi.** Campinas: Pontes, 2019. p. 63-84. v. 1.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não.** Campinas: Pontes, 1988.

LAGAZZI, Suzy. O recorte signifiante na memória. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (org.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras.** São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MODESTO, Rogério. Gritar, denunciar, resistir: “como mulher, como negra”. In: ADORNO, G.; MODESTO, R.; FERRAÇA, M.; BENAYON, F.; ANJOS, L.; OSTHUES, R. (org.). **O Discurso nas Fronteiras do Social: uma homenagem à Suzy Lagazzi.** Campinas: Pontes, 2019. p. 111-134. v. 2.

NOMURA, Bruno; SANCHES, Mariana. **Rua, direito de quem?** [Reportagem]. 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7636966/programa/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

NUNES, José Horta. O Espaço Urbano: A “Rua” e o Sentido Público. In: ORLANDI, Eni. (org.). **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano.** Campinas: Pontes, 2001. p. 101-109.

ORLANDI, Eni P. Segmentar ou recortar? In: **LINGUÍSTICA: questões e controvérsias.** Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 9-26. (Série Estudos, n. 10).

ORLANDI, Eni P. **Cidade dos Sentidos.** Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução: José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 8-24, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Memória e movimento no espaço da cidade: para uma abordagem discursiva das ambiências urbanas. **Rua**, Campinas, v. 20 [Edição Especial – 20 anos], p. 259-293, 2014.

André Luiz dos Santos

12



Lava Jato, o espetáculo, o mundo jurídico chega à sociedade: o uso das estratégias de polidez/cortesia – o trabalho de faces nos depoimentos do ex-presidente Lula

André Luiz dos Santos¹

Este trabalho emerge da movimentação dos atores envolvidos nos campos político e jurídico no espaço midiático, acentuados, principalmente, a partir da deflagração da Operação Lava Jato. A operação possibilitou que um gênero ocluso à sociedade – as tomadas de depoimentos, que, como postulam Andrade e Ostermann (2007, p. 93), são reservadas para os interlocutores presentes no contexto de interação forense – adentrasse o espaço público. Esse deslocamento passou, necessariamente, pelo processo de midiatisação/espetacularização. Assim, nosso objetivo é destacar os mecanismos discursivos/textuais empregados pelo ex-presidente Lula na manutenção e preservação das faces e na mitigação de possíveis prejuízos a suas faces durante as tomadas de depoimentos que ocorreram durante a Lava Jato. Na exposição teórica, apresentaremos alguns conceitos basilares da Análise da Conversação e do Discurso, áreas em trabalho de interface com a Linguística Forense e que nos servem como aporte teórico para a análise do *corpus* – as tomadas de depoimentos. O *corpus* é constituído pelo recorte de um depoimento prestado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao juiz Sérgio Moro durante uma das fases da Operação Lava Jato, obtido

1 Doutorando em Letras pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campus Três Lagoas. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Campus Luziânia. E-mail: andre.santos@ifg.edu.br

por meio de gravações em áudio/vídeo e divulgado por completo pelo site YouTube, e posteriormente transcrito segundo as normas estabelecidas por Preti (2002) para posterior análise dos dados e considerações finais.

A Operação Lava Jato e o processo de espetacularização

Segundo Thompson (2002, p. 113), “O papel desempenhado pela mídia é principalmente o de selecionar, retransmitir a informação produzida por outros, transformando-a em histórias atraentes e sugerindo referenciais para a interpretação”. Logo, podemos compreender que, na visão do pesquisador, o processo de espetacularização é efetivado pelo duplo movimento realizado pela mídia: o de informar e o de entreter.

Oliveira (2019, p. 699) assevera que esse duplo movimento da mídia acontece “partindo do uso de estratégias, formas e retóricas visando a maior legitimidade da informação, mas não deixando de lado a articulação com as formas de entreter o público”. Nesse sentido, a cobertura da mídia repercute a Operação Lava Jato e a transforma em espetáculo.

A transformação da Lava Jato numa forma de espetáculo só é possível, segundo Mota e Almeida (2017, p. 107), porque a operação é vista como “valor notícia predominante” devido aos seguintes elementos: “ao impacto relevante, ao interesse nacional, à quantidade de pessoas envolvidas [...] ao significado do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros”. Os autores acrescentam que “sua permanência cotidiana na imprensa se sustenta por conta de elementos-chaves, como as novas delações e prisões de personalidades públicas, tornando-se ingredientes capazes de dar continuidade ao enredo e prolongar o desfecho da história” (MOTA; ALMEIDA, 2017, p. 107).

Hoffmann e Martino (2017, p. 147) compreendem a transformação da Operação Lava Jato em espetáculo como algo que “não acontece direta ou indiretamente, mas se constrói a cada notícia, a cada inserção na mídia”. Os autores destacam que, inicialmente, po-

deríamos observar esse processo de espetacularização na “intersecção entre política e entretenimento” e, apenas mais recentemente, no “campo jurídico”.

Com base nesses autores, podemos afirmar que o processo de espetacularização atualmente funciona como um processo de deslocamento/desterritorialização de um agente do campo do político ou do campo jurídico, que outrora se limitava a aparecer/atuar/se apresentar num palco específico e para um público restrito, e que passa a aparecer/atuar/se apresentar no palco principal, com todas as atenções voltadas para si; ou seja, esse agente se transforma de coadjuvante em protagonista (herói ou vilão).

Assim, na perspectiva da visibilidade por meio da mídia, gera-se no campo jurídico, em especial na Operação Lava Jato, a busca por projetar na sociedade “uma imagem que esteja de acordo com as atuais necessidades da conjecturada (dessa), no que se refere ao combate intensivo da corrupção”, como assinalam Dalcol, Flores e Fossá (2017, p. 18-19). Por conseguinte, os atores, a cada instante, a cada movimento linguageiro, a cada novo confronto, episódio ou – como pretendemos evidenciar nesse estudo – a cada possibilidade de “luz, câmera e ação”, lança-se mão de elementos e recursos linguísticos que reforçam a face pretendida e enfraquecem qualquer objeção a ela.

Em outras palavras, esse cuidado com a imagem parece derivar do fato de que os nossos atores sociais talvez soubessem, de algum modo, da repercussão midiática provocada pela operação da Polícia Federal, logo após a execução de suas primeiras fases – como evidencia a narrativa de Netto (2016, não p.): “Naquelas semanas vertiginosas de 2016, a operação ocupou todos os espaços da discussão pública, virou assunto em todos os bares e em todas as reuniões públicas, mobilizou plateias nos teatros, dominou a mídia social, invadiu as relações familiares”.

Convém ressaltar que, assim como Hoffnagel (2010, p. 196), compreendemos gênero como “um evento comunicativo, e não uma forma linguística”, e a entrevista como “uma constelação de eventos possíveis que se realizam como gêneros (ou subgêneros) diversos”.

Portanto, defendemos neste trabalho que as tomadas de depoimentos realizadas na Operação Lava Jato possuem algumas características do gênero entrevista televisiva (FÁVERO *et al.*, 2010, p. 91) – não somente em face da própria situação de interação, mas, principalmente, da visibilidade proporcionada pela mídia –, tais como:

“[...]a interação não se fixa em cumplicidade e solidariedade, mas em certa disputa, na medida em que os interlocutores fazem parte de um jogo de linguagem que se instaura através de um processo de negociações, trocas, normas partilhadas, concessões[...];”
“[...]a audiência atua como elemento propulsor de modificações na interação entre os participantes, já que a interação se desenvolveu em função da terceira parte (auditório): em razão de não se perder esse aliado, são feitas reformulações ou reorientações temáticas.” (FÁVERO *et al.*, 2010, p. 91).

Embora possuam essas características do modelo canônico de entrevista – “composto de, pelo menos, dois indivíduos, cada um com papel específico: o entrevistador, responsável pelas perguntas, e o entrevistado, responsável pelas respostas” (HOFFNAGEL, 2010, p. 196) – e compartilhem de “uma forma característica, que se apresenta numa estrutura marcada por ‘perguntas e respostas’”, como assinala Levinson (1979, *apud* HOFFNAGEL, 2010, p. 196), destacamos que, ao contrário do que ocorre nas entrevistas televisivas, há na tomada de depoimentos em estudo uma estrutura jurídica preparada para julgar tudo o que for dito pelo depoente, condenando-o ou absolvendo-o.

Ressaltamos também que o operador do Direito, na tomada de depoimento, realiza algumas das ações esperadas por aquele que está investido do papel de entrevistador, tais como as elencadas por Schnewly e Dolz (*apud* HOFFNAGEL, 2010, p.1 96) – “abre e fecha a entrevista, faz perguntas, suscita a palavra do outro, incita a transmissão de informações, introduz novos assuntos, orienta e reorienta a interação” –, ou seja, tenta extrair o máximo possível de informações.

Já o depoente, embora possa ser visto como entrevistado, não o é; ao contrário deste, aquele não é convidado, mas intimado a comparecer à audiência. Além disso, segundo a lei, ao depoente é

garantido o direito constitucional de não produzir provas contra si e de permanecer calado durante a interação, ao passo que se espera do entrevistado que interaja com o entrevistador voluntariamente e de bom grado, já que aceitou o convite para participar do evento comunicativo.

Como postulam os estudiosos a respeito do gênero televisivo entrevista, a interação entre os interlocutores pressupõe um embate entre eles na conquista de um terceiro (o auditório, a plateia); ou seja, tanto entrevistador quanto entrevistado entrariam em disputa por um objetivo compartilhado, em comum. Todavia, na tomada de depoimentos na Operação Lava Jato, o embate entre depoente e operador do Direito envolve uma disputa ainda maior, não somente pelo auditório/pela plateia, mas também pelo espaço na mídia, responsável por divulgar, propagar e, conseqüentemente, por levar o “aqui agora” – a situação em contexto forense – para o estágio do “lá/daqui a pouco” – a espetacularização.

Assim, nossos atores sociais se mobilizam para agir, para ter sua voz ecoada não somente por meio da asseveração de suas falas pela mídia, mas principalmente pelo tratamento/refinamento dessas falas por parte da imprensa, a fim de conquistar ainda mais “luz, câmara e ação” no palco principal – reforçando suas imagens e qualidades e diminuindo os prováveis impactos sobre elas que poderiam ser desencadeados por alguma fala porventura “mal interpretada”.

Caracterização do gênero tomada de depoimentos

Segundo Gago (2020, p. xii), “No universo jurídico, vários eventos são de natureza pública, mas isso não significa que eles se transformam facilmente em material de pesquisa”. Entre esses eventos, podemos destacar a tomada de depoimento, compreendida por Andrade e Ostermann (2007, p. 93) como um tipo de interação o “ocluído” à sociedade – o termo foi postulado por Swales (1996). Isto é, esse tipo de interação é bastante restrito ao ambiente institucional, à sala de audiência e aos participantes da situação de interação face a face, e raramente é publicizado.

Na perspectiva adotada por Reboul (2004, p. 49-50, *apud* SCARPARO, 2017, não p.), a tomada de depoimento é um gênero textual discursivo resultante da combinação entre “o método e o talento pessoal do orador” – logo, uma tessitura elaborada estrategicamente pelo locutor para se salvaguardar ou mitigar possíveis prejuízos à sua imagem decorrentes do seu depoimento. A assertiva corrobora as palavras de Galembeck:

Nos diálogos e nas demais formas de interação face a face [...], o falante acha-se em posição vulnerável, já que expõe publicamente sua auto-imagem (face). Dessa forma, ele corre o risco de exibir o que deseja ver resguardado e deixar de colocar em evidência o que tem a intenção de mostrar. Por esse motivo, o falante adota procedimentos que lhe permitem controlar a construção dessa auto-imagem (GALEMBECK, 2005, p. 173).

Desse modo, a tomada de depoimentos de figuras públicas se apresenta como um palco privilegiado para observarmos como se dá o trabalho de faces, o jogo de imagens, principalmente se considerarmos os depoimentos como conversações e que, nelas, “o que importa são as restrições locais e as estratégias de negociação e de ajustes entre os participantes”, como assinala Maingueneau (2015, p. 112).

Ademais, lembramos que, para Gregolin (2003, p. 13), haveria uma necessidade imposta pelo processo de espetacularização aos interlocutores: o emprego de uma “linguagem da aparência” resultante de um trabalho de “astúcia verbal”, ou seja, de um locutor agente, responsável pelo seu dizer, por seus gestos, e que crie uma imagem social positiva que realize uma espécie de “solda dos efeitos” desejados – termo empregado por Courtine (2003, p. 24).

Destacamos ainda que, embora não possamos assegurar que a Operação Lava Jato trate especificamente de crimes políticos, podemos assinalar que ela aborda/apura crimes praticados pelos agentes políticos. Consequentemente, não podemos esquecer que, “Fora do júri, a defesa dos réus de crimes políticos é a mais emocionante” (SILVA, 2011, p. 84) – o que reforça, portanto, nossa tese de que a tomada de depoimento pode ser considerada um “espetáculo dentro do espetáculo”, um conjunto de episódios relevantes numa série de eventos que compõem um todo maior – a Operação Lava Jato.

Isso ocorre principalmente porque, a partir do processo de espetacularização da Operação Lava Jato, as tomadas de depoimentos vão se tornando “discussão pública, [...] assunto em todos os bares e em todas as reuniões públicas” (NETTO, 2016) – ou seja, deixam o espaço institucional, a sala de audiência, e passam, a partir desse momento, a ganhar uma nova configuração na qual há um interlocutor *in absentia* que, embora não participe diretamente da situação de interação, exerce sobre os participantes uma força capaz de fazer com que aqueles se mobilizem para conquistar sua audiência. Consequentemente, nessa batalha discursiva, de poder e de audiência – a tomada de depoimento –, o trabalho de face se apresenta ainda mais preponderante.

Por fim, embora Colares (2020) assevere que a tomada de depoimento seja “um texto inicialmente oral e de única autoria”, defendemos que ela resulta, desde seu início, da interação que ocorre entre os operadores do Direito e o depoente; portanto, a “única autoria” é impossível, embora os efeitos da lei (absolvição ou acusação, por exemplo) recaiam somente sobre os enunciados elaborados pelo depoente.

Análise da Conversação e do Discurso e a interface com a Linguística Forense

Segundo Carapinhas (2010, p. 1), “o Direito é a mais linguística de todas as instituições”, tanto que na visão de Almeida (2014, p. 31) o Direito também é entendido “como uma ciência da linguagem, já que utiliza de práticas de produção e recepção textuais (entre elas) a interpretação”.

No entanto, Almeida (2014, p. 31) destaca que o “Direito não sublinha o caráter relativo das palavras e da ambiguidade linguística – por se abrigar na exigência da literalidade como garantia do sentido, da neutralidade, da transparência do dizer”.

Nesse sentido é que nos parece crucial trazer a Análise da Conversação e do Discurso para dialogar com o Direito, uma vez que ambos trazem a língua como “determinante para o gesto de interpretação”.

Assim, podemos assinalar que a Linguística Forense é a disciplina que emerge nessa seara de investigação interdisciplinar e

intersecta esses dois domínios distintos: o Direito e a Linguística. Em outras palavras, a Linguística Forense é “um imenso campo de atuação voltado para a análise da linguagem em todos os tipos de interação no contexto jurídico” (CALDAS-COULTHARD, 2014, p. 1). A posição reforça a reflexão de Goffman (1999, p. 12), de que “a linguagem humana em situações sociais autênticas – como nos casos das interações em contextos forenses – é um complexo ato humano e por isso continua a desafiar os estudiosos da interação verbal”. Isso nos conduz, como pesquisadores da linguagem, a trabalhar de maneira interdisciplinar, uma vez que, conforme Charaudeau (2016, p. 21), “o que está implícito nas palavras depende de outras palavras, das condições em que foram enunciadas, de sua enunciação. É na situação de enunciação que as palavras revelam os pensamentos, as opiniões e as estratégias daquele que as emite”.

Assim, por trabalharmos com as tomadas de depoimentos, é ainda mais pertinente a visão de Leite (2012, p. 217):

O tratamento da oralidade exige do analista não somente manejo de dados como também perspicácia para compreensão da situação discursiva² que envolve os interactantes. Tal expressão, na realidade, é um “baú” que abriga aspectos psicológicos, sociais e culturais de todos os envolvidos nas interações; por isso, o dado provindo de situações de oralidade deve ser examinado a partir de uma visão de 360° que capte com base no que é visível e audível tudo o que é inerente à interação, não somente o posto, pressuposto e subentendido, mas também o que condiciona formas, conteúdos e propicia a estabilidade, ou instabilidade, da interação³. Nossa discussão

2 Goffman prefere empregar o termo *situação social* e assim o define: como um ambiente que proporciona possibilidades mútuas de monitoramento; qualquer lugar em que um indivíduo se encontra acessível aos sentidos nus de todos os outros que estão “presentes” e para quem os outros indivíduos são acessíveis de forma semelhante. De acordo com esta definição, uma situação social emerge a qualquer momento em que dois ou mais indivíduos se encontrem na presença imediata um do outro, e ela dura até que a penúltima pessoa saia. É esse encontro que dá origem à conversação.

3 Na esteira de Wilkes-Gibbs (1995, p. 240), “para que o Discurso opere apropriadamente, os participantes devem coordenar entre si mais do que a ‘mecânica’ de sua interação. O importante para os ouvintes não é imaginar o que uma palavra ou enunciado pode significar abstratamente, mas o que o falante pretende que se entenda com eles ao tê-los dito naquela situação e naquele momento do discurso. Para administrar isso, os participantes precisam mais do que cooperar no sentido de Grice. Eles devem também coordenar suas ações e o que eles devem entender com essas ações”. Isso é extremamente relevante quando pensamos no gênero textual interativo-discursivo em estudo – as tomadas de depoimentos.

recai sobre a interação como fenômeno, como algo suscetível de ter desenvolvimento esperado ou inesperado. O esperado é tudo o que se enquadra no padrão da interação e no horizonte sociocultural e histórico dos falantes, desde o gênero discursivo selecionado para a situação, que inclui tópicos discursivos, registros de linguagem e comportamento; o inesperado, o que escapa de algum – ou alguns – ponto(s) do padrão ou do horizonte dos interactantes.

As estratégias de polidez e cortesia – o trabalho de face

De acordo com Fairclough (2001, p. 203), “a polidez tem sido uma das grandes preocupações da pragmática”, uma vez que um dos interesses dessa área das ciências da linguagem é “averiguar quais estratégias comunicativas estão presentes ou mesmo podem caracterizar as participações dos interactantes no momento da interação”, como assinala Santana (2010, p. 55).

Nessa perspectiva, considerando que a conversação é, simultaneamente, uma “forma de interação e um ato social” e, consequentemente, “uma atividade na qual se instituem constantes negociações entre os interactantes” (BURGO, 2009, p. 108), não podemos estranhar o fato de que qualquer tentativa de interação provoque automaticamente uma possibilidade de “ameaça potencial à face dos participantes” e, por conseguinte, conduza o locutor a considerar a maneira mais apropriada para realizar essa tentativa de interação a fim de conseguir levar a cabo o seu empreendimento – o de satisfazer suas necessidades.

Em outras palavras, o locutor geralmente precisa lançar mão de determinadas estratégias sócio-interacionais. Dessas, aqui nos importam as estratégias de preservação/manutenção e mitigação das faces e de polidez, compreendidas neste trabalho como trabalho de faces.

Também compartilhamos do pensamento de Santana (2010, p. 55), segundo o qual “a polidez não é aquilo que se produz para causar um efeito de requinte junto aos participantes da interação”, mas um elemento revelador tanto das relações sociais e de poder que subjazem as interações, como também efeito e marca da presença do outro – o interlocutor – na interação. A respeito da polidez como

elemento revelador das relações sociais e de poder⁴, Tomazi e Cunha (2017, p. 176) assinalam que “as relações de poder de que estruturam as interações sociais e as estratégias de polidez empregadas no trabalho de face encontram-se profundamente imbricadas, na medida em que essas relações contribuem para a estabilização das estratégias de polidez”. Ou seja, acreditamos que as estratégias de polidez/cortesia podem ser compreendidas de algum modo “pelo ambiente social e institucional em que estão inseridos” (TOMAZI; CUNHA, p. 177).

A explicação teórica apresentada por Brown e Levinson (1978) a respeito da polidez é “a mais influente”, na perspectiva de Fairclough (2001, p. 203); no entanto, ele destaca que os pesquisadores, alicerçados no conceito de face inicialmente formulado por Goffman, apresentam uma “visão voluntarista” que compreende a polidez como “conjuntos de estratégias da parte dos participantes do discurso para mitigar os atos de fala que são potencialmente ameaçadores para a sua própria ‘face’ ou para a dos interlocutores” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 204).

Entretanto, acreditamos que a explicação teórica de Brown e Levinson (1978) a respeito da polidez não se trata de uma “visão voluntarista”, mas, sim, de uma visão estratégica do locutor/enunciador; isto é, defendemos o posicionamento de que o emprego das estratégias de polidez não é desprezado de outras intenções, mas é feito de indústria, no sentido empregado por Camões no livro *Os Lusíadas*.

Feita essa ressalva, destacamos o corolário apresentado por Fairclough (2001, p.204): ao se esmiuçar as estratégias de polidez, é possível “obter percepção das relações sociais dentro das práticas e dos domínios institucionais”. Em outras palavras, o uso das estratégias de polidez/cortesia parece evidenciar que, no discurso, os falantes reconhecem não somente o seu “status, poder e lugar na sociedade”, mas também o do seu interlocutor.

Deste modo, pensamos que as estratégias de polidez/cortesia são um modo estratégico de participar de uma dada interação, de se posicionar perante o outro, como marcas/efeitos da presença do outro

4 Partimos do pressuposto de poder social defendido por Van Dijk (2015, p. 41): “o exercício do poder por A resulta em uma limitação da liberdade social de ação de B”.

e como direcionamento do outro na tentativa do locutor de satisfazer seus próprios desejos. Logo, as estratégias de polidez/cortesia ou, como já dissemos, de trabalho de face se apresentam como um elemento crucial para a nossa análise – a tomada de depoimento, uma conversação institucional.

Constituição do *corpus* e algumas considerações

A tomada de depoimento em estudo ocorreu na 31ª fase da Operação Lava Jato, tendo como operador do Direito o juiz Sérgio Moro, responsável por “conduzir” a interação. Portanto, assim como o depoente, o juiz é considerado locutor/interlocutor principal, já que ambos ocupam e se alternam nos papéis de locutor/interlocutor, mesmo nessa situação de interação institucional considerada por muitos estudiosos extremamente rígida em relação ao controle de “quem e quando pode falar” e “de que maneira lhe é permitido falar”.

Ademais, esse destaque é necessário, pois sabemos que numa tomada de depoimento é permitida a intervenção, a fala do advogado de defesa, assim como também há um momento reservado para que os representantes do Ministério Público peçam esclarecimentos e realizem perguntas ao depoente. No entanto, esclarecemos que esses momentos de interação entre o depoente e o Ministério Público, assim como as intervenções realizadas pelo advogado de defesa durante as tomadas de depoimentos, foram desconsiderados para a nossa análise.

No quadro abaixo, ilustramos quando e onde ocorreu a tomada de depoimento aqui adotada como objeto de estudo, bem como o tempo de sua duração. Logo em seguida, apresentaremos uma sucinta descrição do contexto do evento comunicativo, pois advogamos que o contexto desempenha um papel crucial para a compreensão do trabalho de faces⁵.

**QUADRO 1 – TOMADA DE DEPOIMENTO DO EX-PRESIDENTE LULA
DURANTE A OPERAÇÃO LAVA JATO**

Depoente	Operador do Direito	Data/fase a operação	Local da tomada de depoimento	Tempo total do depoimento prestado	Depoimento	Tempo total da tomada de depoimento transcrito para análise ⁶
Luiz Inácio Lula da Silva	Juiz federal Sérgio Moro	10/05/2017	13ª Vara Federal de Curitiba	4 horas e 28 minutos	Primeiro depoimento em estudo	2 horas e 57 minutos

FONTE: elaborado pelo autor.

Destacamos que, antes desse primeiro depoimento em estudo, o depoente já havia prestado outros – merece destaque o primeiro deles, que se deu de modo coercitivo para um operador do Direito no saguão da Polícia Federal no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, quando o depoente era considerado somente suspeito do crime de lavagem de dinheiro e de ocultação de patrimônio.

No depoimento aqui tomado como objeto de estudo, o depoente já era considerado réu no processo; no entanto, não havia sido condenado pela Justiça. Nesse lapso temporal, houve o impeachment da sua afilhada política e primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff e, por conseguinte, o encerramento de 13 anos de comando do poder Executivo pelo Partido dos Trabalhadores. Nas redes sociais, observou-se que os depoimentos foram sendo vistos como a luta do século, um evento político-jurídico; a figura do juiz Sérgio Moro materializou-se como principal opositor ao depoente.

Finalmente, ressaltamos que a tomada de depoimento adotada como objeto de pesquisa, embora possa ser tratada como evento político-jurídico, é, inicialmente, um evento comunicativo complexo. O gênero textual interativo tomada de depoimento é realizado em uma situação de interação também complexa, espetacularizada e midiaticizada: a Operação Lava Jato.

⁶ Segundo Silva, Andrade e Ostermann (2009, p. 5), a transcrição de dados não é um mero procedimento que transforma texto oral em documentos escritos, visto que obedece a uma série de convenções que sinalizam os diferentes aspectos que permearam uma determinada conversa (ou trecho de conversa) naquela hora e naquele local. Para esse estudo, empregamos as normas estabelecidas por Preti (2003).

Análise dos dados

Antes de iniciarmos nossas análises, evidenciamos que a ideologia política do nosso ator social – o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – não nos interessa: nosso olhar recai somente sobre suas estratégias linguageiras na seara dos seus dizeres nas tomadas de depoimentos.

Fragmento 01:

Moro: então nessa ação penal quinhentos e seis... trinta e um... trinta... dezessete... depoimento do **senhor ex presidente senhor** Luiz Inácio Lula da Silva... **senhor ex presidente boa tarde...**
Lula: **boa tarde...**
Moro: **SENHOR EX-PRESIDENTE... o senhor** foi acusado... de um crime pelo Ministério Público... Federal... na condição de acusado pela... nossa lei **o senhor** tem o direito de permanecer em silêncio... **também pela nossa lei se o senhor... fizer uso desse direito isso não lhe traz nenhum prejuízo... mas também SENHOR PRESIDENTE... é a oportunidade que o senhor tem de falar... no processo... que o** senhor... fala vai ser considerado pro julgamento... o senhor ex-presidente prefere falar ou prefere ficar em silêncio?
Lula: **doutor Moro... apesar de entender que o processo é ilegítimo... e é injusto... eu prefiro falar...**
Moro: **perfeito...**
Lula: **eu... eu... talvez eu seja a pessoa aqui... que mais queira... a verdade nesse processo...**

Logo nesse primeiro fragmento, podemos observar a repetição e a variação do uso dos pronomes de tratamento pelo juiz Sérgio Moro, um elemento linguístico que, embora pareça uma simples questão de polidez, comum na situação de interação em destaque – a tomada de depoimento –, na realidade não o é, pois simboliza o reconhecimento do poder e do capital simbólico que ainda emanam da figura do ex-presidente.

Além disso, embora o depoente Luiz Inácio Lula da Silva já não exercesse o cargo de chefe do Poder Executivo há alguns anos, o juiz Sérgio Moro mostra a relevância da imagem social de Lula, que continua muito associada ao período no qual presidiu o país. Consequentemente, podemos inferir que o que está em jogo nessa situação de interação não é a imagem do cidadão Luiz Inácio Lula da Silva, mas a do político, representante de um partido político e ainda capaz de realizar grandes movimentações no campo político e social.

Ainda nesse excerto, embora o juiz destaque ao depoente que ele não é obrigado a responder e a ele seja concedido o direito de

permanecer em silêncio, o juiz faz “um convite”, por assim dizer, quase “uma inquirição” para que o depoente “faça o uso da palavra”, uma vez que, como juiz, ele sabe que o testemunho/depoimento serve como prova testemunhal.

Ao fazer uso da palavra, como vimos no fragmento 01, o depoente reconhece que “sua⁷ vitória” – ou melhor, as possíveis consequências dos seus dizeres – é determinante para a construção e a manutenção da sua face. Logo, compreende a possibilidade do “dizer” como uma arma poderosa para reforçar sua imagem social pública, mitigar possíveis ranhuras à sua face e, principalmente, direcionar sua fala não somente aos interlocutores *in presentia* (presentes na situação face a face na sala de audiência/no tribunal), mas principalmente aos interlocutores *in absentia* (seus eleitores, apoiadores, afilhados políticos, adversários e até mesmo a mídia). Esta é a possibilidade de o depoente marcar, para esses interlocutores, que está sendo vítima de um processo injusto e ilegítimo; assim, o ex-presidente cria simultaneamente sua imagem de vítima, perseguido político e injustiçado.

Fragmento 02:

Moro: perfeito... então eu vou fazer mais perguntas... mais específicas aqui relativas... ao objeto dessa acusação... apenas...

Lula: **se bem que eu deveria... mudar tudo né... o senhor que me acusou...**

Moro: **eu não acusei não... eu não acusei senhor presidente...**

Lula: **me acusou no outro depoimento...**

Moro: **tá certo... senhor ex-presidente é...** objetivamente ah... algumas questões são um tanto quanto óbvias... mas o senhor pode confirmar se o senhor reside nesse apartamento cento e vinte e dois... bloco um... Avenida Francisco Prestes Maia... edifício Green Hill... em São Bernardo do Campo.

O juiz Sérgio Moro, a partir da afirmativa de Lula de usar a situação de interação para esclarecer os fatos – ou seja, responder ao que lhe for perguntado –, esclarece ao depoente que fará somente perguntas mais específicas relativas ao objeto da acusação. No entanto, Lula parece assaltar o turno de fala do juiz para acusá-lo de ser imparcial e de tê-lo acusado injustamente e sem provas. Mais que exercer no presente depoimento seu direito de fala, o depoente assevera ao seu interlocutor, o juiz Sérgio Moro, que “deveria... mudar tudo né...”.

Nesse jogo interativo, o depoente foge ao rito do que se espera desse momento de interação, e tenta associar a imagem do juiz Sérgio Moro ao algoz, o grande culpado, que não usou de “imparcialidade” para conduzir o evento jurídico – a tomada de depoimento. Esse turno do depoente também sofre assalto para que o juiz negue a acusação; mesmo assim, o depoente continua seu ataque e, para que o equilíbrio da interação prevaleça, o juiz, no turno seguinte, parece concordar com o depoente ao expressar: “tá certo...”.

Conclusão

Diante da análise realizada desses fragmentos, podemos asseverar que o ex-presidente Lula, na condição de depoente, tenta, por meio do emprego dos mecanismos de preservação/manutenção e de mitigação das faces, apelar, dramatizar, tocar a sensibilidade⁸ com sua fala para conquistar a opinião pública do seu interlocutor *in absentia*.

Como pudemos observar, os atores envolvidos – a cada instante, a cada movimento linguageiro, a cada novo confronto ou a cada possibilidade de “luz, câmera e ação” – lançam mão de elementos e recursos linguísticos que reforçam a face pretendida e enfraquecem qualquer objeção a ela, na tentativa de construir/manter uma imagem social cujo intuito é criar possíveis efeitos de sentido, como, por exemplo, conseguir/manter o apoio das ruas, do povo, do seu partido, do seu eleitorado.

Em outras palavras, o trabalho de faces na tomada de depoimento sinaliza que, quando estamos diante de uma figura pública como o político, nesse tipo de interação em especial, nosso ator social luta por algo que vai além daquilo que está visível na sala de audiência e perante os interlocutores em interação face a face: sua absolvição, sua liberdade. Ele, o político, luta por uma mercadoria mais valiosa e que carrega múltiplos interesses, uma moeda fabricada e em circulação, de alto valor simbólico: sua imagem pú-

8 Termos empregados por Charaudeau (2016, p. 89).

blica. Ou seja, ele visa não somente aos interlocutores *in presentia*, mas especialmente aos *in absentia*, e é em razão dos últimos que mobiliza inúmeros recursos de preservação/manutenção da face, buscando de algum modo seduzi-los, atraí-los e, principalmente, convencê-los de seus predicativos.

Diante da nossa análise, defendemos que trabalhos que abordem como objeto de pesquisa as tomadas de depoimentos de figuras públicas precisam de uma metodologia que considere as noções de contexto imediato e contexto virtual, a presença e o efeito do interlocutor *in absentia* para melhor compreensão dessa situação de interação.

Referências

ALMEIDA, William. **Nas filigranas do discurso jurídico, a (des) construção dos sentidos na Lei Maria da Penha**. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2014

ANDRADE, Daniela N. P; OSTERMANN, Ana Cristina. O interrogatório policial no Brasil: a fala institucional permeada por marcas de conversa espontânea. **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 92-104, maio/ago. 2007.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. **Politeness: Some universals in language usage**. Cambridge University Press, 1978.

BURGO, Vanessa H. **Estratégias sócio-interacionais na língua falada: procedimentos de atenuação e preservação da imagem pública**. 2009. 268 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

CALDAS-COULTHARD, Carmem R. ReVEL na Escola: o que é linguística forense? **ReVel**, online, v. 12, n. 23, p. 1-6, 2014.

CARAPINHAS, Conceição. **A linguagem nos “bancos dos réus”**: Alguns aspectos da linguística jurídica. Coimbra: Ciclo de seminários do CELGA, 18 de março de 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. Tradução: Ângela M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

COLARES, Virgínia. **Direito & Linguagem e suas interfaces**. [Comunicação oral realizada pelo Zoom, 25 ago. 2020].

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do discurso político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.

DALCOL, Charlene; FLORES, Natália Martins; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. O discurso jurídico midiaticizado: análise da denúncia de Deltan Dallagnol contra Lula. **Esferas**, Brasília, v. 6, n. 11, p. 11-21, jul./dez. 2017

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FÁVERO, Leonor L. *et al.* Interação em diferentes contextos. In: BENTES, Anna Cristina; LEITE, Marli Q. (org.). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

GAGO, Paulo C. Prefácio. In: COLARES, Virgínia. **Direito e Linguagem**: A tomada de depoimentos. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2020.

GALEMBECK, Paulo de T. Preservação da face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo. In: PRETI, Dino *et al.* (org.). **O discurso oral culto**. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 2005. p. 173-194. (Projetos Paralelos, v. 2).

GOFFMAN, Erving. **A representação do EU na vida cotidiana**. 8. ed. Tradução: Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1999.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Apresentação. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 9-19.

HOFFMANN, Anina G.; MARTINO, Luís Mauro Sá. Os nomes da Operação Lava Jato: aproximações e apropriações do entretenimento no campo político. **Revista Comunicação Midiática**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 145-57, set./dez. 2017.

HOFFNAGEL, Judith C. Entrevista: uma conversa controlada. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Ana Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (org.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola, 2010. p. 195-209.

LEITE, Marli Q. Interação, texto falado e discurso. In: BRAIT, Beth; SOUZA E SILVA, Maria C. (org.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012. p. 217-35.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MOTA, Célia L.; ALMEIDA, Paulo Henrique S. A corrupção como espetáculo midiático: análise das capas da revista Veja sobre a operação Lava Jato. **Contratexto**, Lima, n. 27, p. 101-14, ene./jun. 2017.

NETTO, Vladimir. **Lava Jato**: o juiz Sérgio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil. [Recurso digital]. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

OLIVEIRA, Cathia Pereira de. Análise da reportagem “Juiz Moro: herói ou vilão?” e a construção de heróis pela televisão. *In*: JORNADA DE ESTUDOS HISTÓRICOS PROFESSOR MANOEL SALGADO, XIV, 2019, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2019. p. 696-710. v. 5.

PRETI, Dino (org.). **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 2002.

SANTANA, Emerson. **Interação e conflito**: uma abordagem investigativa de aspectos de trabalho da face e argumentação na peça “Leben Des Galilei” de Bertold Brecht. 2010. 217 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCARPARO, Eduardo. Ethos e comportamento processual como prova no direito processual civil. **Revista de Processo**, online, v. 42, n. 273, p. 43-67, nov. 2017.

SILVA, Caroline R; ANDRADE, Daniela N; OSTERMANN, Ana Cristina. Análise da Conversa: uma breve introdução. **ReVEL**, online, v. 7, n. 13, p. 1-21, 2009.

SILVA, Evandro Lins e. **A defesa tem a palavra**: o caso Doca Street e algumas lembranças. 4. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2011.

SWALES, J. Occluded genres in the academy: the case of submission letter. *In*: VENTOLA, E.; MAURANEN, A. (ed.). **Academic writing**: intercultural and textual issues. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 45-58.

THOMPSON, John. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petropolis: Vozes, 2002.

TOMAZI, Micheline M.; CUNHA, Gustavo X. A cortesia no contexto da violência contra a mulher: o papel da linguagem na (des)construção da face agredida. *In*: CABRAL, Ana Lúcia T.; SEARA, Isabel R.; GUARANHA, Manoel F. **Descortesia e cortesia**: expressão de culturas. São Paulo: Cortez, 2017. p. 175-207.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. 2. ed. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2015.

WILKES-GIBBS, Deanna. Coherence in collaboration: some examples from conversations. *In*: ANN GERNSBACHER, Morton; GIVÓN, Talmy (ed.). **Coherence in spontaneous text**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995. p. 239-67.



ORGS.

Anísio Batista Pereira

Possui Graduação em Letras Vernáculas (2013) e Mestrado em Estudos da Linguagem (2016) pela Universidade Federal de Goiás (Regional Catalão), este com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), cujo trabalho integra a linha de pesquisa Texto e Discurso, com foco na AD de linha francesa. Doutorando em Estudos



Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), projeto que integra a linha de pesquisa Linguagem, Sujeito e Discurso. É membro do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq) do Instituto de Letras e Linguística da UFU (ILEEL). É também graduado em Licenciatura em Informática pela Universidade Estadual de Goiás (2007). Possui experiência como professor de Informática e Letras na Educação Básica e em cursos técnicos. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Análise do Discurso e Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso político; letra de música e juventude; poesia no Brasil; Arnaldo Antunes e Manoel de Barros; práticas de subjetivação e constituição do sujeito; identidade.



Lucas Araujo Chagas

Possui Graduação e Licenciatura em Letras: Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com Mobilidade Internacional na L'Université de Lorraine (França); Licenciatura em Letras: Português/Espanhol pela Universidade de Franca (UNIFRAN); Especialização em Português

Língua Estrangeira e Cultura Brasileira pela UFU; Mestrado em Estudos Linguísticos pela UFU; e Doutorado em Estudos Linguísticos (em curso) também pela UFU. Enquanto docente, possui experiência como professor de línguas em institutos de idioma, escolas regulares de educação (Ensino Fundamental e Médio), ensino técnico, tecnológico e superior e já atuou tanto no Brasil quanto no exterior. Como pesquisador, tem desenvolvido trabalhos nas áreas de 1) Políticas Linguísticas, 2) Internacionalização Universitária, 3) Currículo e Formação de professores Línguas, 4) Psicolinguística e Neurolinguística aplicados à Aquisição de Linguagem, 5) Estudos Discursivos afetados pela Psicanálise, 6) Português para Estrangeiros, 7) Interdisciplinaridade e Inovação Social. Atualmente é bolsista pesquisador da Capes.

Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi



Possui graduação em Letras (UEG) e em pedagogia (IESGO). É especialista em terapia familiar (UCAM), mestre em Letras (UFU), doutoranda em Estudos Linguísticos (UFU), com bolsa de estudos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Brasil – Capes – Código do financiamento 001. É professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, desde 1999. Possui experiência com ensino superior, médio e ensino fundamental, aceleração da aprendizagem e educação integral. Atuou como professora de leitura e produção de texto e comunicação empresarial para cursos de graduação em Pedagogia e Administração e como professora do curso de Pós-graduação (Especialização) em Educação Infantil e Psicopedagogia Institucional. Realizou estágio de docência em turmas de graduação em Letras e Jornalismo (UFU). Participou como delegada em GT para reformulação do Currículo da Educação Básica do Distrito Federal. Participou como mentora da elaboração de planos de aulas pautados na Base Nacional Comum Curricular. Recebeu o reconhecimento de “professor destaque”, no ano de 2013, pelo Governo do Distrito Federal. Tem experiência em coordenação e supervisão pedagógica. Seu trabalho é voltado para a área de Linguística Sistêmico-Funcional, Análise de Discurso Crítica (ou Estudos Críticos do Discurso),

letramentos, Multiletramentos, Multimodalidade, Gêneros Discursivos. É membro do Grupo de Pesquisas e estudos em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional, da UFU, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Participou da equipe executora do projeto liderado pela professora Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni, O Portal do Professor: contribuições e implicações para o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica no Triângulo mineiro. Integrante do Projeto Gêneros, Discursos e Identidades na Sociedade Brasileira, coordenado pela professora Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni. Realiza a pesquisa de doutorado, centrando na relação linguagem e sociedade. A pesquisa atual versa sobre a prática social de ingresso no ensino superior por meio de cotas sociais e raciais, orientada por Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni (UFU) e pelo Dr. Teun Adrianus van Dijk (Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha).

AUTORES

FAKE NEWS

FAKE NEWS

FAKE NEWS



AUTORES

André Luiz dos Santos

Possui bacharelado em Ciências Contábeis – UFMS/MS (2005), licenciatura em Letras Português/Inglês – UFMS/MS (2011), especialização em Ensino Aprendizagem de Língua Inglesa – UNAES/MS (2007), mestrado em Letras – UFMS (2013), e é atualmente doutorando em Letras – UFMS/MS. Docente na área de Letras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, atuando nas disciplinas de Português e Inglês Instrumental para os cursos de Licenciatura em Química e Bacharelado em Sistema de Informação, assim como no curso técnico de Informática para a Internet na disciplina de Produção Textual e de Língua Portuguesa e Inglesa. Membro do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo – GEL, Membro da Associação Brasileira de Linguística Forense – ALIDI, Membro Fundador e 1º Tesoureiro (2015-2018) da Associação Brasileira de Professores de Língua Inglesa da Rede Federal de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico- ABRALITEC. Tem como áreas de interesses: Linguística Forense, Análise do Discurso de Linha Francesa, Análise da Conversação, Pragmática, Linguística de Texto e Ensino-Aprendizagem de Língua Inglesa.

Anísio Batista Pereira

Possui graduação em Letras Vernáculas (2013) e mestrado em Estudos da Linguagem (2016) pela Universidade Federal de Goiás (Regional Catalão), este com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), cujo trabalho integra a linha de pesquisa Texto e Discurso, com foco na AD de linha francesa. Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), projeto que integra a linha de pesquisa Linguagem, Sujeito e Discurso. É

membro do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq) do Instituto de Letras e Linguística da UFU (ILEEL). É também graduado em Licenciatura em Informática pela Universidade Estadual de Goiás (2007). Possui experiência como professor de Informática e Letras na Educação Básica e em cursos técnicos. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Análise do Discurso e Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso político; letra de música e juventude; poesia no Brasil; Arnaldo Antunes e Manoel de Barros; práticas de subjetivação e constituição do sujeito; identidade.

Antoniél Guimarães Tavares Silva

Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) – campus Iporá (2012), mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (2016). Atualmente é doutorando no programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Uberlândia. Trabalha com os temas: Análise do Discurso, Círculo de Bakhtin e aportes teórico-metodológicos nas análises de Michel Foucault.

Clécio Luis Gonçalves de Oliveira

Possui graduação em Letras Português e Francês (2007) pela Universidade Federal de Uberlândia, mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás (2017) e, atualmente, é doutorando no programa de pós-graduação em estudos da linguagem da Universidade Federal de Goiás. Atua como pesquisador no campo da Análise do Discurso, especificamente nos estudos de vertente bakhtiniana e de seu Círculo nos seguintes temas: verbovocovisualidade, dialogismo e sujeito. Tem experiência na área da Educação, com ênfase em Redação e Língua Portuguesa, pela qual atua há 15 anos em escolas públicas e particulares na cidade de Uberlândia.

Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi

Possui graduação em Letras (UEG) e em pedagogia (IESGO). É especialista em terapia familiar (UCAM), mestre em Letras (UFU), doutoranda em Estudos Linguísticos (UFU), com bolsa de estudos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Brasil – Capes – Código do financiamento 001. É professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, desde 1999. Possui experiência com ensino superior, médio e ensino fundamental, aceleração da aprendizagem e educação integral. Atuou como professora de leitura e produção de texto e comunicação empresarial para cursos de graduação em Pedagogia e Administração e como professora do curso de Pós-graduação (Especialização) em Educação Infantil e Psicopedagogia Institucional. Realizou estágio de docência em turmas de graduação em Letras e Jornalismo (UFU). Participou como delegada em GT para reformulação do Currículo da Educação Básica do Distrito Federal. Participou como mentora da elaboração de planos de aulas pautados na Base Nacional Comum Curricular. Recebeu o reconhecimento de “professor destaque”, no ano de 2013, pelo Governo do Distrito Federal. Tem experiência em coordenação e supervisão pedagógica. Seu trabalho é voltado para a área de Linguística Sistêmico-Funcional, Análise de Discurso Crítica (ou Estudos Críticos do Discurso), letramentos, Multiletramentos, Multimodalidade, Gêneros Discursivos. É membro do Grupo de Pesquisas e estudos em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional, da UFU, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Participou da equipe executora do projeto liderado pela professora Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni, O Portal do Professor: contribuições e implicações para o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica no Triângulo mineiro. Integrante do Projeto Gêneros, Discursos e Identidades na Sociedade Brasileira, coordenado pela professora Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni. Realiza a pesquisa de doutorado, centrando na relação linguagem e sociedade. A pesquisa atual versa sobre a prática social de ingresso no ensino superior por meio

de cotas sociais e raciais, orientada por Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni (UFU) e pelo Dr. Teun Adrianus van Dijk (Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha).

Edson Bellozo

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina – UEL (2000) e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina – UEL (2006). Especialista em Direito Militar pela UNINA (2020). Atuou como professor da UCP – Faculdades do Centro do Paraná por 15 anos. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: poder político, representação e política e Sociologia.

Elisama Borges Lino

Possui Graduação em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (2015) com habilitação em Língua Portuguesa/Língua Inglesa e suas respectivas literaturas. É mestre pelo programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Desenvolveu pesquisa trabalhando a temática do feminicídio em âmbito jornalístico à luz da Análise de Discurso de verve foucaultiana. Atualmente cursa pedagogia pela Universidade Estácio de Sá.

Jairo da Silva e Silva

Doutorando em Letras: Linguagens e Representações, e acadêmico de Direito na mesma instituição (Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC). Mestre em Letras: Linguística (Universidade Federal do Pará – UFPA). Especialista em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Instituto Federal do Pará – IFPA). Licenciado em Letras Português/Espanhol (Universidade Estadual do Maranhão – UEMA). Professor no Instituto Federal do Pará (IFPA/Campus Abaetetuba). Membro do Grupo de Estudos em Educação, Memórias e Culturas na Amazônia Paraense (GEMCA/IFPA), cadastrado no diretório de pesquisa do CNPq.

São temas recorrentes de sua pesquisa: Amazônia Brasileira; Ensino de Espanhol; Literatura Indígena; Práticas Discursivas; Questões Identitárias (sobretudo, indígenas).

Laurianne Guimarães Mendes

Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) – campus Iporá (2017). Atualmente é mestranda no programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Uberlândia. Trabalha com os temas: Análise do Discurso, Corpo, Regimes de Verdade e Discurso Midiático.

Lucas Araujo Chagas

Possui Graduação e Licenciatura em Letras: Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com Mobilidade Internacional na L'Université de Lorraine (França); Licenciatura em Letras: Português/Espanhol pela Universidade de Franca (UNIFRAN); Especialização em Português Língua Estrangeira e Cultura Brasileira pela UFU; Mestrado em Estudos Linguísticos pela UFU; e Doutorado em Estudos Linguísticos (em curso) também pela UFU. Enquanto docente, possui experiência como professor de línguas em institutos de idioma, escolas regulares de educação (Ensino Fundamental e Médio), ensino técnico, tecnológico e superior e já atuou tanto no Brasil quanto no exterior. Como pesquisador, tem desenvolvido trabalhos nas áreas de 1) Políticas Linguísticas, 2) Internacionalização Universitária, 3) Currículo e Formação de professores Línguas, 4) Psicolinguística e Neurolinguística aplicados à Aquisição de Linguagem, 5) Estudos Discursivos afetados pela Psicanálise, 6) Português para Estrangeiros, 7) Interdisciplinaridade e Inovação Social. Atualmente é bolsista pesquisador da Capes.

Ludmila Martins Naves

Possui mestrado em Letras (Crítica de Arte/Transcrição Poética), PUC Goiás (2020); MBA (Marketing e Inteligências de Mercado, IPOG Goiás (2015), bacharelado em Comunicação Social

– Publicidade e Propaganda, PUC Goiás (2012), Licenciatura em Letras Inglês (Literaturas), PUC Goiás (2008). Atua no mercado de (Trans)Criação Artística e Textual desde 2008. Foi Professora de Língua Inglesa (PRONATEC), (2014). Produtora da Publistock/Harley Motor Show – Gramado – RS (2013/2015). Foi Diretora Sênior de Redação na Agência Cubo de Ideias (2019). É experiente na área de Criação Textual, com ênfase em Direção de Redação Publicitária, bem como em produção escrita de Romance/Literatura/Imaginação. Foi assessora de Comunicação e Marketing, transitou por áreas de: Vendas, Turismo, Artes/Cultura. Pesquisadora das áreas relacionadas a: Imagem, Imaginário, Utopia/Distopia, Consumo e Storytelling. Reconhecida por Marco Mallagoli em nome da Beatlemania Brasileira – Fã Clube Revolution por suas pesquisas.

Luiz Henrique de Andrade Ranzani

Formado em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário Sagrado Coração. Durante o trabalho de conclusão de curso realizou pesquisa sobre a Comunicação Política e as eleições de 2018, compreendendo a temática da democracia, da comunicação suportada pela internet e seus impactos na Comunicação Eleitoral e Política. Atualmente pesquisa os temas de *fake news* e a regulação da liberdade de expressão em ambientes digitais.

Nirave Reigota Caram

Doutora em Educação Escolar (Universidade Estadual Paulista – UNESP/FCLAr). Mestre em Televisão Digital (Universidade Estadual Paulista – UNESP/FAAC). MBA em Marketing (Fundação Getúlio Vargas – FGV-RJ). Publicitária, Tecnóloga em Marketing e Pedagoga. Professora do curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO) e Faculdades Integradas de Bauru (FIB). Coordenadora da Especialização em Comunicação e Marketing Digital do Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO). Coordenadora Lato Sensu e EaD do Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO).

Líder do grupo de pesquisa GPECOM – Grupo de Pesquisa Comunicação, Mídia e Sociedade. São temas recorrentes de sua pesquisa: Comunicação Organizacional, Planejamento e Gestão, Marketing e Comportamento do Consumidor, Metodologia Científica, Mídia e Educação, Tecnologias de Informação e Comunicação, Educação Assistida por Televisão Digital, Educação a Distância, Educação Superior e Gestão e Política Educacional.

Tatiane Lichinski

Possui graduação em Letras, habilitação Português/Inglês, pela Faculdade do Centro do Paraná – UCP (2010); graduação em Pedagogia: docência e gestão, pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO (2014); e mestrado em Letras pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO (2014). Tem experiência no ensino de Língua Portuguesa, Literatura e Educação Especial. Atua na Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental I).

Thaís Aparecida Zorzela

Possui Licenciatura em Letras Vernáculas e Clássicas (2014) e mestrado em Estudos da Linguagem (2017) pela Universidade Estadual de Londrina. Atualmente, é doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, pesquisadora bolsista da CAPES e integrante dos grupos: “O discurso nas fronteiras do social: diferentes materialidades significantes e tecnologias de linguagem” e “Linguagem e cinema: o gesto em foco”. Ancorados na Análise de Discurso materialista, seus interesses de pesquisa se dão pela compreensão do social e de saberes sobre linguagem, sujeito e espaço urbano em diferentes materialidades significantes.

Willian Fernandes

Graduado em Letras Português pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e em Direito pelo Centro Universitário Fip-Moc – UNIFIPMoc. Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás – UFG com linha de pesquisa em “Discurso, Sujeito e Sociedade”. Mestre em Estudos

Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU com linha de pesquisa em “Linguagem, sujeito e discurso”. Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Materna pela SOE-BRAS. Especialista em Educação a Distância pela UNIMONTES. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Trabalha no magistério desde o ano de 2007. Atualmente trabalha como docente-tutor no curso Letras Português da UAB-UNIMONTES e como professor efetivo na SEE/MG. Inscrito na OAB/MG sob o número 150.514 e membro da Comissão de Direitos Humanos da 11ª Subseção Montes Claros. Também atua como pesquisador no campo da Análise do Discurso, especificamente nos postulados teóricos de Michel Pêcheux. Interessa-se pelos seguintes temas: Análise do Discurso pecheutina, Análise do Discurso e Direito Penal, Análise do Discurso e Direitos Humanos, Formação de Professores, Educação a Distância.



SYNTAGMA